

ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

VIVIANE ALVES CHAVES

**SPÍNOLA, “PORTUGAL E O FUTURO”:** E A UTÓPICA COMUNIDADE LUSO AFRO  
BRASILEIRA.

Porto Alegre  
2020

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

VIVIANE ALVES CHAVES

**SPÍNOLA, “PORTUGAL E O FUTURO”: E A UTÓPICA COMUNIDADE LUSO  
AFRO BRASILEIRA**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção de grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes

Porto Alegre  
2020

## Ficha Catalográfica

C512s Chaves, Viviane Alves

Spínola, "Portugal e o Futuro" : E a utópica comunidade Luso Afro Brasileira / Viviane Alves Chaves . – 2020.

200.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Marçal Paredes.

1. Portugal e o Futuro. 2. Comunidade Portuguesa. 3. autodeterminação. 4. Descolonização. I. Paredes, Marçal. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

VIVIANE ALVES CHAVES

**SPÍNOLA, “PORTUGAL E O FUTURO”: E A UTÓPICA COMUNIDADE LUSO  
AFRO BRASILEIRA**

Dissertação apresentada como requisito para a  
obtenção de grau de Mestre pelo Programa de  
Pós-Graduação em História da Escola de  
Humanidades da Pontifícia Universidade  
Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes (Orientador) – PUCRS

---

Prof. Dr. Mateus Silva Skolaude – UNISC

---

Prof. Dr. Matheus Silveira Lima – UESB

Porto Alegre  
2020

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) por ter, há anos, me acolhido e oferecido, com toda a sua estrutura, um apoio que eu dificilmente encontraria em outro lugar. Posso afirmar sem dúvidas que a PUCRS é a minha segunda casa. Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) por, através de uma bolsa integral, ter possibilitado que esse trabalho existisse. Estendo a minha enorme gratidão a todos os professores, funcionários e colegas da PUCRS, que, desde o início, me auxiliaram nesse processo. Muito Obrigada por tudo.

Em especial agradeço ao meu orientador Marçal Paredes, que, apesar da minha “cabeça dura”, sempre demonstrou confiar no meu trabalho. Muito obrigada por toda a desconstrução que, ao abrir as portas da História da África, me possibilitou, auxiliando não apenas no meu desenvolvimento intelectual, mas sobretudo no meu desenvolvimento como ser humano.

Ao longo do mestrado e principalmente no período de escrita deste trabalho, os momentos de descontração que vivi com todos os meus amigos foram essenciais para superar as inseguranças, preocupações e ansiedades naturais do processo criativo. Agradeço a todos os envolvidos pelo apoio, pelas conversas, risadas e fins de tarde no gasômetro.

Nominalmente agradeço a Kelly e ao Tarcisio por sempre me receberem com carinho, e saibam que, mais do que amigos, vocês são a família que eu construí. À Nefthis “a minha melhor”, que sempre me escuta e me faz lembrar que sou capaz, sou grata por ter te encontrado. Aos meus “Pedros”, que entraram na minha vida no meio do processo de escrita da dissertação, mas que sem o carinho e apoio de vocês esse trabalho certamente não seria o que é.

Por fim agradeço a minha mãe que, assim como todas as mulheres da minha família, me ensinou a encarar o mundo de frente. Obrigada mãe, por tantas vezes insistir que eu levantasse a cabeça, hoje, eu entendo e tenho certeza que se eu sou quem sou é porque sou tua filha. A tua independência, resiliência e força inigualável foram o melhor exemplo que qualquer ser humano poderia ter. Esse foi o meu privilégio!

A todos, o meu muito obrigada!

A língua é minha pátria  
E eu não tenho pátria: tenho mátria  
E quero fráttria.  
(Caetano Veloso em “Língua”, 1984).

“Os mitos dos descobrimentos, da descolonização,  
da acção civilizadora, da multirraciedade  
e da multiculturalidade, faziam, e ainda fazem,  
parte da nossa identidade e do nosso imaginário”  
(TORGAL, 2009, p. 497).

## RESUMO

Esta pesquisa propõe analisar o livro *Portugal e o Futuro: Análise da Conjuntura Nacional*, escrito pelo general e ex-governador da Guiné-Bissau António de Spínola. A publicação de *Portugal e o Futuro* (1974) instaura um verdadeiro caos no regime português por tratar de temas tabus como a guerra e o Império. A obra apresenta a síntese das teorias que vinham sendo elaboradas pelo General desde 1961, quando o contato com a guerrilha em Angola o fez ter as primeiras dúvidas sobre a viabilidade de uma vitória puramente militar. Ao longo de *Portugal e o Futuro*, Spínola analisa a crise que Portugal enfrentava e defende que a única saída viável para o problema ultramarino português era política. Diante disso, Spínola propõe a construção de uma federação que deveria progressivamente evoluir para uma grande Comunidade Luso-Afro-Brasileira. Para o autor, Portugal era e só poderia ser plurirracial, pluricultural, pluricontinental, e precisava tornar-se urgentemente pluriestatal.

**Palavras-chave:** Portugal e o Futuro; Comunidade Portuguesa; Autodeterminação; Descolonização.

## **ABSTRACT:**

This research proposes to analyze the book *Portugal e o Futuro: Análise da Conjuntura Nacional*, written by the general and former governor of Guiné-Bissau António de Spínola. The publishing of *Portugal e o Futuro* (1974) establishes true chaos on the portuguese regime for dealing with taboo subjects, like war and the Empire. The book presents a sintesis of the theories that were being elaborated by the General since 1961, when contact with the angolan guerrilla made him first doubt about the viability of a stricly military victory. Throughout *Portugal e o Futuro*, Spínola analyzes the crisis that Portugal faced and argues that the only viable solution for the problem regarding the portuguese overseas territories were political. Facing this, Spínola proposes the construction of a federation that should progressively evolve into a large Luso-Afro-Brasilian community. For the author, Portugal was and could only be multiracial, multicultural, multicontinental and needed to urgently become multistate.

**Key-words:** Portugal e o Futuro; Portuguese Community; Self-determination; Decolonization.



## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Marcello Caetano na Guiné Bissau em 1969.....	35
FIGURA 2	Spínola percorrendo o território da Guiné Bissau.....	106
FIGURA 3	Spínola apertando a mão de um soldado/miliciano na Guiné-Bissau....	107
FIGURA 4	António de Spínola inspecionando a milícia negra na Guiné Bissau.....	107
FIGURA 5	Spínola sendo carregado pelas populações da Guiné-Bissau.....	111
FIGURA 6	Capa de <i>Portugal e o Futuro</i> , pela editora Nova Fronteira.....	165
FIGURA 7	Nota escrita por Hélio Fernandes sobre a publicação de <i>Portugal e o Futuro</i> , no jornal Tribuna da Imprensa. 30 abril de 1974.....	165
FIGURA 8	Manchete do Jornal Tribuna da Imprensa, 7 de maio de 1974.....	166
FIGURA 9	Nota sobre a crise portuguesa e a publicação de <i>Portugal e o Futuro</i> . Diário de Notícias, antes do 25 de Abril, em 13 de março de 1974.....	166
FIGURA 10	Nota sobre a publicação e conteúdo de <i>Portugal e o Futuro</i> . Correio da Manhã, 21 de março de 1974.....	166
FIGURA 11	Um novo Portugal. Revista <i>Manchete</i> , 11 maio de 1974.....	167
FIGURA 12	Revista <i>Manchete</i> , 11 de maio de 1974.....	167
FIGURA 13	O Brasil e o Regime de Spínola. Revista <i>Manchete</i> , 11 de maio de 1974.....	168
FIGURA 14	Um muro em Campo de Ourique onde se pode ler “Não ao regresso do fascista Spínola” .....	171
FIGURA 15	Um muro em Campo de Ourique onde se pode ler “Spínola Nazi” .....	172
FIGURA 16	Um muro em Campo de Ourique onde se pode ler “Spínola Morte Já!” .....	172
FIGURA 17	Capa da Revista <i>Manchete</i> do dia 11 de maio de 1974.....	174

## LISTA DE SIGLAS

CAOP	Comando de Agrupamento Operacional.
CDS	Partido do Centro Democrático Social.
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço.
CEE	Comunidade Económica Europeia.
CEMGFA	Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas
COPCON	Comando Operacional do Continente.
DRIL	Direcção Revolucionária Ibérica de Libertação.
EFTA	European Free Trade Association
EUA	Estados Unidos da América.
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique.
GNR	Guarda Nacional Republicana.
JSN	Junta de Salvação Nacional.
LUAR	Liga de Unidade e Acção Revolucionária.
MDLP	Movimento Democrático de Libertação de Portugal.
MFA	Movimento das Forças Armadas.
MOCAP	Movimento dos Capitães.
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola.
ONU	Organização das Nações Unidas.
OTAN	Organização do tratado do Atlântico Norte.
OUA	Organização da Unidade Africana.
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné Bissau e Cabo Verde.
PIDE	Polícia Internacional de Defesa do Estado.
PPD	Partido Popular Democrático.
PS	Partido Socialista.
RTP	Rádio e Televisão de Portugal.
SNI	Serviço Nacional de Informação.
UDN	União Democrática Nacional.
UPA	União Popular de Angola.
URSS	União das Republicas Socialistas Soviéticas.

# Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 PORTUGAL E O FUTURO: A OBRA COMO UM INSTRUMENTO, A OBRA COMO RESPOSTA</b> .....	20
2.1 POR QUE ANALISAR <i>PORTUGAL E O FUTURO</i> . ....	21
2.1.1 <i>Portugal e o Futuro</i> : Análise da conjuntura nacional. ....	21
2.1.2 A obra e o debate historiográfico. ....	24
2.2 POR QUE SURTIU ESTE LIVRO? .....	29
2.2.1 As inúmeras tentativas de consciencializar o Presidente do Conselho. ....	29
2.2.2 As justificativas para a escrita de <i>Portugal e o Futuro</i> . ....	46
2.3 “A CRISE QUE ENFRENTAMOS”: DOS ALICERCES HERDADOS DA HISTÓRIA A UM PORTUGAL DO FUTURO. ....	50
2.3.1 A essência da nação: realidades permanentes, valores essenciais.....	51
2.3.2 Entre mitos e dogmas, “as nossas contradições”.....	60
<b>3 UM MANIFESTO: “PORTUGAL E O FUTURO” E A BUSCA POR UMA TERCEIRA VIA PARA A NAÇÃO</b> .....	68
3.1 ANÁLISE DA CONJUNTURA NACIONAL.....	68
3.1.1 Uma crise de sobrevivência social!.....	69
3.1.2 A crise portuguesa e a “internacionalização dos problemas nacionais”.....	74
3.1.3 Portugal e o despertar africano: “fronteiras morais e ideológicas” .....	88
3.2 “A GUINÉ NÃO PODE SER A NOVA GOA”.....	96
3.2.1 Brasil e Índia, polos opostos de uma experiência. ....	97
3.2.2 A experiência na Guiné e a missão portuguesa na África. ....	104
<b>4 A COMUNIDADE LUSO-AFRO-BRASILEIRA</b> .....	117
4.1 “UM CONCEITO NOVO DE UNIDADE DA NAÇÃO” .....	118
4.1.1 A via apresentada em <i>Portugal e o Futuro</i> . ....	118
4.1.2 A consulta geral à Nação e o direito dos povos a autodeterminação. ....	132
4.2 <i>PORTUGAL E O FUTURO</i> E AS RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS.....	141
4.2.1 <i>Portugal e o Futuro</i> e o Lusotropicalismo Freyreano. ....	142
4.2.2 A recepção de <i>Portugal e o Futuro</i> e o exílio no Brasil.....	158
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> . ....	175
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	183
<b>ANEXOS</b> .....	192

## 1 INTRODUÇÃO

Na manhã do dia 22 de fevereiro de 1974, chega às bancas de Portugal a obra *Portugal e o Futuro: Análise da Conjuntura Nacional*, um livro que trazia aos portugueses o debate de temas tabus, tais como a guerra e o Império Colonial. Na obra, o autor defende veementemente que a solução para o problema que afundava a Nação, a guerra no ultramar, só poderia ser política. Apesar das constantes visitas da PIDE às livrarias, em um único dia esgotou a tiragem inicial de 50 mil cópias de *Portugal e o Futuro*, vendendo em um curto espaço de tempo 220 mil cópias, tornando-se um *best seller* que ultrapassou as fronteiras lusas.<sup>1</sup>

A obra que atingiria o Estado Novo português como um verdadeiro terremoto veio de dentro dos quadros da própria ditadura. A autorização para a publicação de *Portugal e o Futuro* veio diretamente do CEMGFA Costa Gomes, e o seu autor António de Spínola havia recentemente sido empossado no cargo de vice-CEMGFA. Como apontou Kenneth Maxwell, o impacto dos argumentos de Spínola foi intensificado porque

[...] quando o livro chegou às livrarias lisboenses, o general Spínola ocupava o segundo cargo mais importante na estrutura da defesa portuguesa, com total responsabilidade sobre as guerras na África. Ele era o herói do regime, o homem ideal para dizer o indizível. [...] O livro expunha uma postura que, para muitos oficiais militares, tecnocratas e economistas dentro e fora do governo, poderia permitir a Portugal retomar a iniciativa, retirar-se de posições insustentáveis e encerrar seu isolamento diplomático. (MAXWELL, 2006, p. 58).

António Sebastião Ribeiro de Spínola foi um militar e político português nascido em 11 de abril de 1910, em Estremoz. Descendente de uma ilustre linhagem de nobres, banqueiros e generais, aos 10 anos de idade ingressa na escola militar, dando início à sua caminhada dentro nas Forças Armadas (REZOLA, 2005). Ao longo de sua carreira, António de Spínola acumula cargos militares e atua em diferentes frentes.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Portugal e o Futuro foi traduzido para vários idiomas, inclusive o alemão. Segundo Maria Inácia Rezola: “Em finais de Fevereiro, *Portugal e o Futuro* é o livro em destaque num *stand* português da feira do livro de Madrid. Em Maio, a versão espanhola está já nas montras das livrarias. Em breve será traduzido em muitas outras línguas e correrá o Mundo. (REZOLA, 2006). Conforme veremos mais à frente, no Brasil, a sua publicação contou com uma ampla cobertura da imprensa. Além disso, a sua edição brasileira foi um verdadeiro sucesso e sua primeira edição esgota-se rapidamente

<sup>2</sup> Na Guerra Civil de Espanha, Spínola atua na escolta de colunas militares responsáveis pelo abastecimento das tropas franquistas e, em novembro de 1941, desloca-se à Alemanha em uma missão de estudo do exército português. O General voltaria para Portugal impressionado com o exército alemão. De acordo com Mária Inácia Rezola, o exército alemão era “[...] Um exemplo que gostaria de ver seguido em Portugal” (REZOLA, 2005, p.34).

Em fevereiro de 1961, tem início o conflito colonial em Angola. Em novembro daquele ano António de Spínola, aos 51 anos (tenente-coronel), se oferece como voluntário para combater em Angola<sup>3</sup>, decisão que se mostraria primordial para a sua carreira militar. Spínola comandou o Batalhão de Cavalaria 345,<sup>4</sup> na região norte de Angola, região em que, apesar de os “[...] nacionalistas se encontrarem particularmente fortes, o grupo actua rápida e eficazmente. A par dos sucessos militares, desenvolve uma intensa “acção psicossocial” que lhe permite conquistar progressivamente as populações autóctones.” (REZOLA, 2005, p. 15). A decisão de atuar em Angola teria sido, segundo a Mária Inácia Rezola, determinante para o seu futuro,

[...] desde logo porque conquista decisivamente a simpatia da hierarquia castrense. A prová-lo o facto de, de imediato, lhe ter sido atribuída a Medalha de Prata de Serviços Distintos (pelas qualidades militares demonstradas ao longo da sua carreira). Depois é em Angola que adquire a auréola de combatente e chefe militar que o acompanhará a partir de então.” (REZOLA, 2005, p. 14-15).

A experiência que adquire entre dezembro de 1961 e março de 1964 teria impacto definitivo na forma como o General avaliava o conflito colonial<sup>5</sup>. Em decorrência do contato com a guerrilha e com as populações angolanas<sup>6</sup>, Spínola descobre um mundo novo para além do militar, o que o faz passar a ter as primeiras dúvidas sobre uma possível vitória militar para a guerra (REZOLA, 2005). Em resumo, o António de Spínola que retorna de Angola em março de 1964 é um homem diferente. Como pontua Maria Inácia Rezola:

Em termos militares, tem o primeiro contacto com a guerra em África e, sobretudo, a estratégia de guerrilha que depois encontrará na Guiné.

<sup>3</sup> O conflito colonial teve início em 1961 em Angola. Dois eventos importantes teriam dado início ao conflito, a citar os acontecimentos da madrugada do dia 4 de fevereiro de 1961, em Luanda, norte de Angola, onde um grupo de cerca de 200 pessoas empreendeu um ataque contra a casa de reclusão e a cadeia de São Paulo com o intuito de libertar presos políticos. Embora a paternidade do evento tenha rapidamente sido reivindicada pelo MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), este teria tido pouca ou nenhuma influência no ocorrido que acabou por deixar um rastro de sangue. Outro importante evento foram os ataques postos em prática pela UPA (União das Populações Angolas, posterior FNLA-Frente Nacional de Libertação de Angola), contra as fazendas de colonos brancos no norte de Angola, em 15 de março de 1961, massacre que acaba por dar início a uma onda crescente de terror e destruição. A guerra tinha começado em Angola.

<sup>4</sup> A unidade com aproximadamente 600 homens partiu em direção a Luanda em 23 de novembro de 1961. Após um primeiro momento de treino e adaptação, o grupo é enviado para Bessa Monteiro, no Norte de Angola, onde permaneceu de janeiro a maio de 1962. Entre junho de 1962 e maio de 1963, o grupo fixa-se na região fronteiriça de São Salvador do Congo. Os últimos meses de Spínola em Angola dão-se na região sul em missões de patrulhamento, reconhecimento e conquista das populações. (REZOLA, 2005).

<sup>5</sup> É importante recordar que além do conflito em Angola, houve também a perda de Goa, em 1961, o início da Guerra na Guiné, em 1963, e em Moçambique, em 1964.

<sup>6</sup> Conforme veremos adiante no capítulo III: 3.1.2, António de Spínola mostrava-se preocupado com o futuro das populações ultramarinas, em especial as populações brancas que lá residiam, sobretudo os portugueses. Preocupação que, a exemplo do ocorrido em 15 de março de 1961, mostrava-se muito bem fundamentada.

Em termos políticos, surgem-lhe as primeiras dúvidas quanto à possibilidade de uma solução militar para a guerra. [...] Finalmente, refira-se, é em Angola que ganha fama de combatente de enorme coragem e valor militar, admirado e temido pelos seus soldados e pelo ‘inimigo’. (REZOLA, 2005, p. 16).

Ao retornar a Lisboa a sua carreira militar sofre forte impulso. Em finais de 1966, Spínola é promovido a brigadeiro e, em maio de 1968, é designado pessoalmente pelo Presidente do Conselho<sup>7</sup> a Governador e Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné.<sup>8</sup> Quando Spínola chega à Guiné, a situação era realmente grave. Assim como em Angola, a estratégia posta em prática por Spínola envolvia uma intensa “ação psicossocial” personificada no lema Por Uma Guiné Melhor. Sua primeira obra, publicada pela Agência Geral do Ultramar e que reúne os discursos do General na Guiné, de 1968 a 1970, começa com a seguinte definição da ação do Governador-Geral da Guiné:

De formação estruturalmente militar, liberto de servidões inerentes a padrões e figurinos políticos ou ideológicos, pautámos a nossa linha de acção à luz de uma única preocupação – servir o bom povo português da Guiné.

Respeitando os valores em que se alicerça a Nação Portuguesa, plasmada nos mais puros princípios de solidariedade, fraternidade e igualdade humanas, procurámos acompanhar a evolução do mundo, ajustando às exigências sociais dos nossos dias, conceitos, métodos e processos, em ordem a assegurar a continuidade da missão que nos compete desempenhar em África.

Dentro deste espírito de evolução na continuidade, o combate pela paz, pela valorização do ‘chão’ da Guiné, e pela promoção e dignificação das suas gentes, esteve sempre na primeira linha das nossas preocupações, o que julgamos transparecer dos textos que se seguem, que reflectem estados de alma gerados espontaneamente face a diversas motivações.

A construção de uma Guiné Melhor para todos os seus filhos, surge-nos assim como um imperativo da evolução da Nação Portuguesa, que vem sendo cumprido em íntima comunhão de sentimentos e em total convergência das vontades do Governo e do Povo. (SPÍNOLA, 1970, p. 7-8).

Em resumo, esse foi o pensamento que orientou a ação posta em prática por António de Spínola enquanto Governador-Geral da Guiné-Bissau. Com base nesses pressupostos e com o aval do Governo de Marcello Caetano, dá início a conversações com a guerrilha. Entretanto, apesar do sucesso inicial das conversações, o desfecho acabou sendo desastroso, culminando na morte de três militares portugueses (Operação

---

<sup>7</sup> Na altura da indicação ao cargo de Governador Geral, o Presidente do Conselho ainda era António de Oliveira Salazar. Entretanto, seria substituído meses depois por Marcello Caetano devido a um acidente doméstico.

<sup>8</sup> Spínola toma posse em uma cerimônia no dia 20 de maio e no dia 24 de maio parte para Bissau.

Chão Manjaco) e em uma contra ofensiva portuguesa que seria condenada pela comunidade internacional (Operação Mar Verde).

Os desfechos desastrosos das duas primeiras grandes operações de Spínola trouxeram-lhe importantes lições e reforçaram a convicção do General sobre a inviabilidade de uma vitória militar. Segundo Rezola, para Spínola “[...] tornava-se óbvia a urgência em encontrar uma solução político-diplomática para o problema da Guiné. (REZOLA, 2005, p. 49).

Após o fracasso da tentativa de negociar com a guerrilha, Spínola dá início a outras estratégias. Em abril de 1972, o General dá início às primeiras conversações com um Ministro do Governo Senegalês com vista a um encontro secreto com o Presidente Léopold Sédar Senghor (SPÍNOLA, 1978). A ideia de Spínola era que Senghor atuasse como um mediador a fim de estabelecer o cessar-fogo e negociar a paz. Spínola posteriormente afirmaria ter aceito em 1972 a renovação do seu mandato na Guiné, unicamente com o intuito de dar continuidade às conversações com Senghor. Em 18 de maio, realizou-se em território Senegalês (Cap Skirring) o encontro com o Presidente Senghor. Todavia, em 30 de maio veio a proibição de Caetano em dar prosseguimento nas negociações.

Após se decepcionar com as determinações do presidente do conselho em relação ao ultramar português, em 16 de agosto de 1973 Spínola retorna a Portugal, em licença, porém decidido a não voltar à Guiné. O seu regresso torna-se definitivo. De volta a Lisboa, finaliza as teses que vinha desenvolvendo juntamente com seu *staff* ao longo dos anos em que esteve na Guiné. Em novembro desse mesmo ano, o texto é entregue à editora. A partir disso, aguardava-se apenas o momento adequado para a publicação.

A publicação de *Portugal e o Futuro* ocorre em um momento gravíssimo da história de Portugal. Além de trazer altos custos para a economia portuguesa, internacionalmente o impasse colonial conduzia a Nação a um isolamento crescente. Esse isolamento vinha recaindo sobre Portugal desde finais da II Guerra Mundial, quando surgem instituições sensíveis à questão colonial. Entre tais instituições surge a própria ONU, que inclui em sua Carta fundacional um artigo referente ao reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação.

Segundo a posição oficial do salazarismo, até 1950 Portugal era considerado um império colonial. Entretanto, com a emergência das descolonizações, o regime salazarista viu-se obrigado a uma nova definição estatutária para a caracterização das suas colônias. O Ato Colonial foi abolido e as colônias passam a chamar-se “Províncias Ultramarinas”

ou “Territórios Ultramarinos”. É neste momento que a ideia de Portugal como um todo uno e indivisível, “do Minho ao Timor”, começa a ser delineada.

Nesse processo, teorias foram adotadas enquanto outras eram abandonadas. Entre tais, ocorre uma mudança gradual do Darwinismo Social para o Lusotropicalismo, teoria formulada pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, que acaba sendo de grande valia para a manutenção do império português. O regime coloca em prática todo um empreendimento a fim de educar os gestores coloniais no Lusotropicalismo Freyreano. Porém, embora a teoria do sociólogo brasileiro ofereça uma justificativa cultural, história e científica para a permanência portuguesa no continente africano, não foi o suficiente para convencer os colonizados ou sequer a comunidade internacional da benevolência da colonização portuguesa.

Deste modo, ao publicar *Portugal e o Futuro*, além de abordar um assunto tabu, António de Spínola questionava a constituição da Nação una e indivisível ou, como ele definiria, “[...] proclamada una e indivisível na igualdade de todas, mas na prática una e indivisível sob a hegemonia de uma.” (SPÍNOLA, 1974, p. 57). Portanto, não havia como uma obra com o teor da obra de Spínola passar despercebida naquele contexto. Pelo contrário, assim como Caetano previa, a obra de Spínola não poderia deixar de influenciar a “[...] disposição das Forças Armadas quanto à continuação da defesa do Ultramar, de pesar sobre a opinião pública no tocante aos rumos da política interna e de reduzir a já escassa margem de manobra do governo português na sua política exterior.” (CAETANO, 1974, p. 192).

De fato, apenas 63 dias separam a publicação de *Portugal e o Futuro* e o 25 de Abril<sup>9</sup>. Assim como Carlos Lacerda afirmou em reportagem escrita por ele para a revista *Manchete*, “[...] António Spínola fez, com a pena, o que talvez nunca tenha conseguido com a espada: derrubou o regime salazarista. Seu livro, **Portugal e o Futuro**, foi o estopim e a bomba ao mesmo tempo.” (LACERDA, 1974, p. 21).<sup>10</sup> Segundo Rezola: “[...] Ainda que não envolvido diretamente na conspiração, ao publicar estas teses sobre a política colonial do regime e o seu futuro, António de Spínola contribui decisivamente

---

<sup>9</sup> Às 00h do dia 25 de Abril, tinha início o evento que mudaria os rumos da história portuguesa e faria o mundo assistir, em menos de 24h, ao derrube da mais antiga ditadura europeia contemporânea. Para uma análise detalhada dos acontecimentos do dia 25, ver: REZOLA, Maria Inácia. **António de Spínola**. Grandes Protagonistas da História de Portugal. Editora Planeta DeAgostini, S.A., Lisboa, 2005.

<sup>10</sup> Além disso, o livro catapultou Spínola para Presidente da República, cargo que ocuparia por apenas cinco meses. Um dos grandes motivos da curta estadia de Spínola na Presidência da República foi exatamente a sua fidelidade ao seu ideário nacional. Segundo Kenneth Maxwell: “[...] O general Spínola queria criar uma federação de países lusófonos, mas o MFA prevaleceu e deu início à descolonização [...]” (MAXWELL, 2006, p.116).



para o aceleração e sucesso do golpe militar de 25 de Abril de 1974. [...]” (REZOLA, 2005, p. 7). O livro de Spínola colocava em xeque as raízes do sistema salazarista. Seu tom liberal e democrático foi um dos fatores que o tornou um *best seller* e, conforme Kenneth Maxwell pontuou:

Inevitavelmente, o público concluiu que nenhum governo poderia apoiar a participação popular na África enquanto a negasse em Portugal. A linguagem sem rodeios de Spínola tornava-o um herói e prejudicava Caetano, que perdera credibilidade por tantas vezes ter prometido liberalizações e tantas vezes ter faltado com a palavra. (MAXWELL, 2006, p. 58).

Além de defender a inviabilidade de uma vitória puramente militar, Spínola defende a necessidade urgente de se reformular o ideário nacional e propõe o que denomina de uma “terceira via” para o problema colonial, que consistia em: I) progressiva autonomia e preparação de quadros africanos a todos os níveis; II) autonomia progressiva e participação progressiva na administração dos seus interesses e III) realização de um referendo onde “todos os portugueses” poderiam optar livremente se desejavam ou não serem integrados em uma grande comunidade de expressão lusófona. Maxwell resume o pensamento apresentado em *Portugal e o Futuro* da seguinte forma:

[...] A mitologia do império, tanto quanto sua realidade, enredava os portugueses. O etos da velha ditadura estava tão envolto em um romantismo histórico cuidadosamente fabricado que Portugal não podia rejeitá-lo sem rejeitar algo que era essencial à existência do regime. Tampouco Portugal tinha condições, no final, de carregar os fardos que poderiam dar substâncias ao sonho imperialista. Essa, em essência, era a mensagem de Spínola. (MAXWELL, 2006, p. 58).

Diante disso, a escrita e a publicação de *Portugal e o Futuro* partiam da necessidade sentida pelo autor de “consciencializar” a nação de que haveria soluções bem mais “portuguesas” do que as duas únicas “impossibilidades” (o colonialismo ou a descolonização), que lhes vinham sendo impostas. Entretanto, antes de edificar um ideário nacional, António de Spínola primeiramente propõe a análise do que denomina de “as nossas contradições” e a “nossa posição no mundo”. Afinal, só após uma análise apurada da crise que Portugal enfrentava seria possível construir um “Portugal moderno”.

Tendo isso em vista, entendemos que *Portugal e o Futuro* deve ser dividido em pelo menos duas partes: em uma delas, o autor apresenta a sua proposta para o problema ultramarino e, na outra, faz uma análise da crise portuguesa, assim como uma crítica sobre a política que vinha sendo posta em prática pelo salazarismo.

António de Spínola tinha consciência da necessidade de preparar a opinião pública para as teses que havia elaborado a partir da sua experiência no Ultramar. Deste modo,

ao longo da primeira parte crítica da obra, António de Spínola habilmente manipula a linguagem a fim de criticar o desenvolvimento econômico português, os gastos e as estruturas do Salazarismo, para que a sua obra não fosse imediatamente censurada. Ainda assim, as críticas do General não passaram despercebidas pelo Presidente do Conselho, que após terminar a leitura afirmou ter convicção de que *Portugal e o Futuro* tratava-se de um manifesto que traduzia a intenção de um golpe Estado (CAETANO, 1974).

Na segunda parte da obra, Spínola apresenta a sua proposta de construção de uma federação de estados que deveria progressivamente evoluir para uma grande Comunidade Luso-Afro-Brasileira. Nessa segunda parte, o autor aos poucos apresenta-nos uma simbiose teórico conceitual – surpreendentemente coerente – ao conciliar a experiência no Ultramar com a mítica colonial; defende a capacidade dos africanos de regerem os seus próprios interesses, mas defende também um prazo de preparação dessas populações para se autogovernarem; afirma a necessidade urgente de uma renovação, mas uma “Renovação na Continuidade”; defende que se desconstruam os mitos, mas se utiliza da mítica da mãe pátria, da mítica do filho próspero e do Lusotropicalismo Freyreano para afirmar a benevolência da colonização portuguesa.

Este trabalho tem como objetivo analisar a obra *Portugal e o Futuro*. Para tal, partimos da hipótese de que embora o nome da obra sugira um “olhar para o futuro”, o pano de fundo que o autor tem em mente quando a escreve é, na verdade, o passado (campo de experiência): o trauma da perda de Goa; a experiência em Angola em 1961; a experiência na Guiné a partir de 1968; e até mesmo a experiência com o Brasil. É a partir dessa perspectiva que o autor propõe a construção de uma Comunidade Luso-Afro-Brasileira (horizonte de expectativa).

Diante disso, além de considerarmos primordial dividir *Portugal e o Futuro* em duas partes, consideramos importante ressaltar o recorte em que António de Spínola amadurece as ideias/teorias que seriam posteriormente expostas no livro. Conforme veremos, a “peculiaridade” do pensamento de Spínola está atrelada à sua caminhada político-militar, devido ao fato desta ser diretamente conectada com a experiência no Ultramar. É em 1961 que tem início a Guerra Colonial e ocorrem os eventos desastrosos em Goa que culminaram no rechaço das forças armadas portuguesas, como também nesse ano se inicia a experiência de Spínola no Ultramar. É em Angola que a carreira militar de Spínola ganha impulso e onde ele começa a questionar a inviabilidade de uma vitória para a guerra colonial. Foi o seu desempenho em Angola que lhe rendeu a promoção a

brigadeiro. É na Guiné que Spínola consolida o seu pensamento<sup>11</sup> e, em 4 de julho de 1969, em reconhecimento por sua ação, é promovido a General. Além disso, como veremos, a sua intransigência em relação à defesa das suas teses para o Ultramar irá suscitar as suas divergências com o MFA e acelerar a sua deposição da Presidência da República, em 1974.

Ou seja, analisaremos *Portugal e o Futuro* tendo como pano de fundo a década de 60 e o início da década de 70. Partimos da premissa de que o livro só pode ser entendido à luz desse período e não com base no Spínola pós Revolução dos Cravos, ou sequer dos eventos que se seguiram, pois, assim como o contexto era outro, o próprio autor já era outro e se relacionava com o “meio” de uma forma completamente diferente. Além disso, a interpretação de *Portugal e o Futuro* também muda, visto que, antes dos Cravos, as ideias expostas no livro eram ousadas e por isso este foi considerado um manifesto, entretanto, pós 25 de Abril, em meio a revolução e o desenrolar das independências, a obra e o autor em si assumem um caráter profundamente conservador.

Em vista disso, o desenvolvimento desse trabalho será composto por três capítulos principais. O primeiro capítulo será composto por três subdivisões. A primeira delas tratará sobre as circunstâncias em que se deu a publicação da obra, os resultados imediatos da mesma, bem como o debate historiográfico sobre *Portugal e o Futuro*, a fim de traçarmos um ponto de partida. O segundo subcapítulo apresenta as justificativas do autor para escrita da obra, assim como relatos do autor sobre as inúmeras vezes em que trouxe suas teses ao conhecimento do regime, sendo sumariamente ignorado, antes da publicação de *Portugal e o Futuro*. Na terceira subdivisão, abordaremos o debate que António de Spínola faz sobre o que denomina de “*realidades permanentes*”<sup>12</sup>, “*valores essenciais*”, bem como o que considera como mitos, dogmas e contradições da Nação portuguesa. Questões importantes para compreendermos o caminho que o autor vai delineando ao longo da escrita.

O segundo capítulo será dividido em duas subdivisões. A primeira delas versará sobre a análise que o autor apresenta sobre a crise que Portugal enfrentava. Deste modo, seguiremos a divisão do próprio autor. Primeiramente, António de Spínola analisa a crise

---

<sup>11</sup> Também é na Guiné que começam a surgir em seus discursos conceitos que se tornariam recorrentes ao longo de *Portugal e o Futuro*, tais como “país pluricultural”, “sociedade multirracial” e “nação pluriestatal”, que de acordo com Maria Inácia Rezola: “[...] entram no léxico político quotidiano da província. Uma visão sobre a África, e em concreto, sobre a Guiné, bem diferente do *orgulhosamente sós* que o regime propagandeava.” (REZOLA, 2005, p.51).

<sup>12</sup> Sempre que replicarmos expressões originalmente utilizadas pelo autor em *Portugal e o Futuro*, estas se encontrarão entre aspas e em itálico.

metropolitana e as perdas econômicas que a falta de desenvolvimento e a guerra traziam para Portugal. Em seguida, o autor tece uma análise sobre os motivos que conduziam a Nação a um isolamento crescente em relação aos seus vizinhos europeus. Por último, Spínola analisa a crise no Ultramar, dedicando maior atenção ao que denomina de “*fronteiras morais e ideológicas*”. A segunda subdivisão aborda três experiências portuguesas no Ultramar fundamentais para o ideário que será delineado no próximo capítulo. Ao longo da obra, o autor contrapõe a experiência da perda de Goa, em 1961, à independência do Brasil, utilizando-se da metáfora do filho próspero (Brasil) e da amputação de um membro (Goa). Com essas metáforas, o autor salienta que se a postura portuguesa tivesse sido outra em 1961, outro poderia ter sido o resultado. Ou seja, não poderia permitir-se que ocorresse com a Guiné o mesmo que ocorreu em Goa, a amputação de um membro. Este capítulo tem como objetivo apresentar o plano de fundo que António de Spínola tinha enquanto delineava as suas teses.

O terceiro e último capítulo também será dividido em duas subdivisões. Na primeira, apresentamos a proposta de Spínola, a construção de uma federação de estados, assim como as estruturas que ele delineia e os pressupostos que estavam na base de sua proposta, em especial o reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e a consulta à Nação. Na segunda subdivisão, abordaremos o substrato teórico básico para o entendimento de *Portugal e o Futuro*: a crença na existência de uma unidade de sentimentos e cultura capaz de edificar comunidades autênticas. Buscaremos demonstrar a forma como Spínola interpreta as teorias que circulavam no contexto de elaboração das suas teses, com especial relevo à teoria Lusotropical formulada por Gilberto Freyre, por esta estar na base da grande maioria dos argumentos apresentados por Spínola ao longo da obra. A parte da teoria Freyreana de que Spínola mais se apropria é exatamente a parte que o colonialismo tentou suprimir: a criação de uma federação cultural. Por último, abordaremos a recepção da obra e as consequências que a publicação da mesma teve na vida do autor, bem como o marco que representou para a história de Portugal e para a história das relações luso-afro-brasileiras, a fim de compreendermos a forma como a obra é comumente interpretada.

## **2 PORTUGAL E O FUTURO: A OBRA COMO UM INSTRUMENTO, A OBRA COMO RESPOSTA.**

Neste capítulo, exploraremos o debate historiográfico em torno da publicação e do conteúdo de *Portugal e o Futuro*, assim como as justificativas do autor para a escrita da obra. Para tal, faremos uso dos relatos e discursos de António de Spínola contidos nas obras *Por Uma Guiné Melhor*, *Ao Serviço de Portugal* e *País Sem Rumo*, bem como o próprio *Portugal e o Futuro*, onde o autor afirma ter por inúmeras vezes tentado trazer suas teses a público, sendo sumariamente ignorado. Diante disso, o General Spínola se vê impelido a publicar um livro para consciencializar a nação sobre as supostas contradições que a impediam de alcançar o sossego “*aquém-fronteiras*” que tanto almejava.

## 2.1 POR QUE ANALISAR *PORTUGAL E O FUTURO*.

*Portugal e o Futuro* chegou às bancas em 22 de fevereiro de 1974 e a sua primeira edição esgotou rapidamente. O sucesso da publicação foi resultado da grande expectativa criada pela obra do General, sobretudo entre os militares com quem Spínola compartilhou as suas teses. Neste subcapítulo abordaremos o debate que Spínola teria colocado em prática sobre as suas teses com os seus homens de confiança na Guiné, bem como a recepção que a obra teria tido em Marcello Caetano e o debate historiográfico em torno da mesma.

### 2.1.1 *Portugal e o Futuro*: Análise da conjuntura nacional.

Muito se fala sobre o *best-seller* que como um terremoto fez estremecer um dos principais pilares do Estado Novo português, o já fragilizado Império. E embora sejam inúmeros os questionamentos sobre a influência que a obra teria tido nos acontecimentos que culminariam no 25 de Abril de 1974, pouco se analisa a obra como um todo, como objeto em si.

*Portugal e o Futuro Análise da Conjuntura Nacional* certamente causa uma repercussão que ultrapassa o seu estrondoso êxito editorial (REZOLA, 2005, p. 7). Essa repercussão teria sido resultado do fato de a obra ter sido escrita por Spínola? Certamente! Como pontua Kenneth Maxwell, “[...] eram palavras espantosas, vindas de onde vinham [...]”. (MAXWELL, 2006, p. 56). Ainda que fosse vetado a um militar em exercício publicar uma obra de cunho político, não há dúvidas de que o considerável prestígio

militar e político, nacional e internacional, que António de Spínola gozava quando publicou *Portugal e o Futuro* influenciou diretamente na repercussão da obra. Naquela altura Spínola era uma figura de interesse, nas palavras de Maxwell: “[...]Vários dos governadores civis e comandantes militares na África eram homens ambiciosos que se tornaram figuras públicas importantes em Lisboa. O General Spínola, comandante-chefe da Guiné, era um deles, mas o menos típico [...]” (MAXWELL, 2008, p. 54).

Hoje temos o conhecimento, a partir dos relatos do próprio autor, de que as ideias que constituiriam a base de *Portugal e o Futuro* vinham sendo gestadas desde 1961. Segundo Márcio Barbosa (2007), ainda enquanto era Governador da Guiné (1968-1973), António de Spínola já teria mostrado a Costa Gomes o documento que daria origem ao livro. Conforme relato de Carlos Alexandre de Moraes<sup>13</sup>, “[...] no seu contexto geral, a obra era já do meu conhecimento, através das longas trocas de impressões que o General tivera com os seus colaboradores mais directos na Guiné. [...]” (MORAIS, 2007, p. 70). Ou seja, não era segredo algum que Spínola estava escrevendo e que pretendia publicar um livro. Tampouco o conteúdo do livro era um segredo, tendo em vista que o projeto em curso era amplamente conhecido do Staff de Spínola na Guiné.

Embora não tenhamos como precisar a data exata, é provável que a escrita de *Portugal e o Futuro* tenha iniciado ainda durante o segundo mandato de Spínola na Guiné, em decorrência do inconformismo de Spínola com a política adotada por Caetano em relação ao Ultramar. Em finais de outubro de 1972, Spínola entregaria uma versão para análise do seu chefe de gabinete. Segundo Barbosa: “[...] A título de exemplo, uma das pessoas (civis) que contribuiu para a versão final da obra foi José Blanco, então chefe de gabinete do General no CEMGFA.” (BARBOSA, 2009, p. 153). A partir de então, Spínola

[...] discute amplamente o texto com o seu staff. Entusiasmados com o projecto, fazem sugestões, propostas, correcções, um verdadeiro trabalho de equipa que o velho general há muito incentivava nas diferentes vertentes da sua atividade. Participam, entre outros, Pereira da Costa, Carlos Azeredo, Almeida Bruno, Carlos Fabião, Firmino Miguel, Dias Lima, Nunes Barata. Finalmente no verão de 1973, o livro está praticamente concluído. As férias no Luso são o momento ideal para as últimas revisões e emendas. (REZOLA, 2005, p. 77).

Portanto *Portugal e o Futuro* teve várias versões. Em Bissau, Spínola as distribuía entre os seus homens de confiança, recolhendo opiniões e apontamentos. Francisco Costa

---

<sup>13</sup> Carlos Alexandre de Moraes foi um militar e amigo próximo de Spínola que atuou ao lado do General na GNR e estava entre os seus homens de confiança na Guiné. Pouco antes de seu falecimento (2007), Moraes dedicou ao General a obra *António de Spínola: O Homem*, onde relata as suas memórias sobre ele.

Gomes teria tido conhecimento do livro de Spínola em junho de 1973, quando encontrou-se com o General em visita à Guiné. Tendo isso em vista, podemos considerar a obra escrita por António de Spínola como um resultado direto desse amplo debate de ideias entre Spínola e os seus homens de confiança na Guiné.

O editor Paradela de Abreu teria sido a primeira pessoa fora desse círculo a conhecer as intenções de Spínola. Abreu se deslocou à Bissau a fim de conversar sobre uma possível publicação da obra do General, o qual, entretanto, se recusou a divulgar o conteúdo da mesma. Ainda assim, “[...] Paradela não desiste e inicia as negociações para a sua publicação. Em novembro de 1973 o contrato é assinado e o editor recebe finalmente o texto.” (REZOLA, 2005, p. 78). Porém, devido ao problema da recolocação de Spínola no poder<sup>14</sup>, a publicação da obra foi adiada para um momento mais oportuno.

Caetano afirma ter lido a obra apenas nas vésperas da sua publicação. Diferente de Spínola, Caetano pensava que *Portugal e o Futuro* era muito mais do que teses sobre o Ultramar português. Em suas palavras: “[...] não era uma tese e sim um manifesto.” (CAETANO, 1974, p. 193), um manifesto que traduzira nitidamente a intenção de um golpe de Estado. Além disso a sua publicação, nas condições em que se deu e “[...] vinda de onde viera, era grave em si: mas ainda se tornava mais grave pela ocasião em que ocorria, a dar uma doutrina e a emprestar uma bandeira ao chamado Movimento dos Capitães<sup>15</sup> [...]” (CAETANO, 1974, p. 194) e “[...] colocava o governo em situação delicadíssima porque, a manter a política até aí seguida ficava aberto o divórcio entre ele e os mais altos representantes das Forças Armadas.[...]” (CAETANO, 1974, p. 193).

Apenas 63 dias separam a publicação de *Portugal e o Futuro* (22 de fevereiro de 1974) e o 25 de Abril. Spínola certamente fez com um livro o que talvez nunca tivesse conseguido fazer no campo de batalha, e embora a revolução não tenha sido de fato

---

<sup>14</sup> Quando Spínola retorna para Lisboa, em 1973, Caetano tem muita dificuldade em encontrar um lugar no poder para encaixar Spínola. Em entrevista à rádio Antena 2, no dia 3 de abril de 1998, o General Costa Gomes afirma que embora houvesse cargos que Spínola poderia ocupar, o General não teria sido aceito no exército devido à sua ação na Guiné. Caetano teria então oferecido a Spínola a pasta do Ultramar, mas o General recusou o convite (BARBOSA, 2009). A solução encontrada foi a criação, exclusivamente para o General, do cargo de vice-chefe do Estado Maior General das Forças Armadas (vice-CEMGFA). Spínola toma posse em 17 de janeiro de 1974, sendo por inerência do cargo promovido a general de quatro estrelas.

<sup>15</sup> O Movimento dos Capitães (MOCAP), que viria se tornar o Movimento das Forças Armadas (MFA), constituiu-se oficialmente em Évora, Portugal, em 9 de setembro de 1973. Entretanto, suas primeiras movimentações deram-se no Ultramar, diante da insatisfação que os militares vinham nutrindo em relação à continuidade da Guerra. Essa insatisfação acabou sendo acentuada com o Decreto-Lei 353-73, de 13 de julho de 1973. Tal decreto alterava o modo de ingresso de militares no quadro permanente, criando um curso intensivo de dois semestres para capitães recrutados, ao invés do curso integral. A frequência deste curso permitia aos oficiais milicianos integrar o Quadro Especial de Oficiais – quadro paralelo ao Quadro Permanente. O decreto causou uma inevitável agitação entre os oficiais que, sentindo-se seriamente lesados, dão início às mobilizações que resultaram no MOCAP/MFA.

orquestrada por ele, foi em grande medida acelerada por suas ideias. Afinal, mesmo que muitos não concordassem com as teses federalistas do General, ou sequer com a ideia de que a solução para a guerra ultramarina era política e não militar, *Portugal e o Futuro*, nas palavras de Mária Inácia Rezola (2005), “transforma-se em uma verdadeira bíblia”, acabando por ter dimensões muito além das projetadas pelo seu autor.

### 2.1.2 A obra e o debate historiográfico.

A publicação de *Portugal e o Futuro* instaurou um verdadeiro caos no Estado Novo português. Ao analisar o fim do fim do Marcelismo, Márcio Barbosa reitera que, além de se tornar um best-seller, o livro acaba por revelar-se polêmico, não pelo seu conteúdo, mas pelo fato de um General prestigiado criticar abertamente o governo (BARBOSA, 2009). David Birmingham, na obra *The Decolonization of Africa*, salienta que as teses de Spínola em *Portugal e o Futuro* acabaram por ter “[...] um impacto inesperado sobre a descolonização da África. Antes de mais nada, deram ao exército Português uma licença moral para se recusar a lutar em quaisquer outras guerras coloniais [...]” (BIRMINGHAM, 1995, p. 27, tradução nossa)<sup>16</sup>. Conforme a análise de Maria Inácia Rezola, *Portugal e o Futuro*

[...] foi o maior terremoto político nacional desde a campanha eleitoral do “General sem Medo” (eleições presidenciais de 1958), uma vez que o impacto desta obra ultrapassa em muito o seu estrondoso êxito editorial. Ainda que não envolvido diretamente na conspiração, ao publicar estas teses sobre a política colonial do regime e o seu futuro, António de Spínola contribui decisivamente para o aceleração e sucesso do golpe militar de 25 de Abril de 1974. Em breve se abrirá uma nova página da história de Portugal e António de Spínola entrará definitivamente para os seus anais. (REZOLA, 2005, p. 7).

De fato, precisamos reconhecer que nunca antes um Governador-Geral ousara ir tão longe<sup>17</sup>, e a sua obra acaba realmente por cair como “[...] uma bomba no país, no regime, no Movimento e nas Forças Armadas na sua generalidade. Pelo que dizia e,

<sup>16</sup> No original: “[...] had an unexpected impact on the decolonization of Africa. First of all, it gave the Portuguese army a moral licence to refuse to fight any further colonial wars. [...]” (BIRMINGHAM, 1995, p.27).

<sup>17</sup> Em um artigo do Centro de Documentação 25 de Abril, Spínola é referido da seguinte forma: “Nunca um governador de província ultramarina, e muito menos um general, ousara ir tão longe.”, pois, “[...]Em 1973, quando Marcelo Caetano proíbe a continuação dos contactos com o “inimigo”, Spínola compreende que deixou de ter lugar no regime e prepara a publicação de *Portugal e o Futuro*, bomba-relógio que iniciará a sua destruição.”



sobretudo, por ser dito por quem era: um general, uma das figuras mais carismáticas e respeitadas do Exército e do próprio regime.” (RUIVO, 2013, p. 73-74). No prefácio<sup>18</sup> da edição brasileira<sup>19</sup> de *Portugal e o Futuro*,<sup>20</sup> escrito pelo jornalista Carlos Lacerda, considerou-se que o estudo de Spínola, exposto em *Portugal e o Futuro* teria a,

[...] objetividade, o realismo de um trabalho de Estado Maior e a visão inspiradora de um reformador político e social. Já o rotularam de um novo **De Gaulle**<sup>21</sup>, ou seja, um conservador apaixonado pelos métodos democráticos. Sua formação profissional, sua postura impecável, sua vida militar e até o seu monóculo fazem crer nessa descrição [...]. Mas, o acento iniludível de sua mensagem não deixa enganos aos que detestam a ideia de devolver ao povo o que um dia, em nome da salvação pública, lhe foi temporariamente arrebatado, já lá vão quase cinquenta anos. Supor que isto continue mais tempo, nesse país que se exaure e não tem tantos recursos para reagir, é dar prova de um irrealismo bem pouco digno da formação militar. (LACERDA, 1974, p. 8-9, grifo nosso).

Apesar da notoriedade que Spínola adquiriu com a publicação de *Portugal e o Futuro* e de suas falas em muitos momentos sugerirem uma liberalização, o que o General defendia era que “[...] as guerras conduzidas por Portugal em África não tinham solução militar e que era necessário o país evoluir no sentido da constituição de uma comunidade política com as suas colónias africanas.” (RODRIGUES, 2014, p. 67), de modo que a proposta de Spínola não passava necessariamente pela dissolução da estrutura de poder corporizada pelo salazarismo ou, como esclarece Maria Inácia Rezola ao defender a solução federativa materializada na desconcentração de poderes,

[...] na descentralização administrativa e progressiva autonomia dos territórios coloniais, Spínola demolia um dos mais fortes pilares do regime – o império – e abria o debate sobre um tema tabu – a guerra. Mas se *Portugal e o Futuro* era uma derradeira tentativa para encontrar uma saída para a questão colonial mantendo o regime, a verdade é que acabará por acelerar a sua própria morte num processo que ultrapassa as intenções do seu autor. (REZOLA, 2005, p. 80).

<sup>18</sup> Ver anexo I com o prefácio escrito por Carlos Lacerda.

<sup>19</sup> A publicação da obra assim como o 25 de Abril, contou com uma ampla cobertura jornalística no Brasil, a exemplo da reportagem publicada em 11 de maio de 1974 pela revista Manchete. A capa da revista sobre o 25 de Abril contava com o seguinte título “A Revolução de Spínola”.

<sup>20</sup> O livro teve uma edição no Brasil, pela editora Nova Fronteira, com prefácio escrito por Carlos Lacerda em 31 de março de 1974, ou seja, antes da repercussão do 25 de Abril.

<sup>21</sup> Charles de Gaulle (1890-1970) foi um general, político e estadista francês que liderou as Forças Francesas Livres/França Livre durante a Segunda Guerra Mundial. Gradualmente De Gaulle obteve o controle de todas as colônias francesas e que em sua maioria haviam sido anteriormente controladas pelo regime de Vichy. Após a libertação, tornou-se primeiro ministro do Governo Provisório Francês até 1946 quando renunciou. Em 1958, fundou a Quinta República Francesa sendo seu primeiro Presidente de 1959 a 1969.

O “mérito” de Spínola foi trazer a público um assunto tabu, com a colaboração de seus superiores<sup>22</sup>. Além do mais, o fez em 1974, uma hora gravíssima para Portugal que lidava já há 13 anos com a guerra colonial. Certamente houveram obras semelhantes à *Portugal e o Futuro*, publicadas antes dessa e que acabaram por não ter o mesmo alcance. A questão primordial é: Se *Portugal e o Futuro* não tivesse dado ao MOCAP uma bandeira para defender, acabando por catapultar António de Spínola para a presidência, (o primeiro presidente da República após a longa ditadura), teria a obra ganho tanta repercussão? Uma coisa é certa: assim como frisou Márcio Barbosa, as circunstâncias exigiam pragmatismo, exigiam uma solução que acabou vindo com a célebre obra *Portugal e o Futuro* (BARBOSA, 2007). Apesar dos efeitos, Barbosa reitera que

[...] a solução federalista proposta no Portugal e o Futuro por Spínola não traz nada de essencialmente novo. Aliás, nem tão pouco é o mais importante, transparecendo a ideia de que apresentou uma solução apenas porque tinha necessariamente de o fazer. Poderiam ter surgido n soluções diferentes. O livro, que aguardou hesitantemente dois anos pela publicação, em Fevereiro de 1974, globalmente, também não traz nada de novo. É antes a síntese do pensamento do "Grande General Branco" da Guiné [...]. (BARBOSA, 2007, p. 407).

Tendo isso em vista, se essa obra, com o mesmo conteúdo, tivesse sido publicada em outro contexto, na década de 50, 60, possivelmente não geraria tanto alvoroço. Carlos Lacerda ressalta que “O Autor admite, insistentemente, que a sua proposta contém o risco de estar ultrapassada. Onde o referendo tiver resultado negativo, a única alternativa será a independência desses povos”. (LACERDA, 1974, p. 7). Essa consciência de Spínola, de que possivelmente fosse demasiado tarde para trazer a público as suas teses, talvez justifique de certa forma a sensação que temos ao ler *Portugal e o Futuro* acerca da preocupação do autor em tornar o conteúdo da obra palpável, o que o leva a constantemente repetir seus argumentos.

Além disso, embora acuse o regime de muitas vezes sustentar visões que não correspondiam à realidade, o General acaba caindo inúmeras vezes na mesma armadilha. Porque apesar de defender teses contrárias às defendidas pelo regime, Spínola não via a possibilidade da existência de um Portugal sem o ultramar. Como resumiu Kenneth Maxwell:

Analisando em retrospectiva, as propostas e a crítica do general Spínola em *Portugal e o Futuro* parecem comedidas, mas a própria publicação

---

<sup>22</sup> A publicação de *Portugal e o Futuro* contou com a autorização do superior direto de Spínola, Costa Gomes (CEMGFA). Conforme mencionado anteriormente, mesmo antes dos problemas relacionados à publicação da obra, Costa Gomes já possuía conhecimento do conteúdo da mesma. Ainda assim o General autorizou a publicação, alegando não ter visto nela cunho político.

desse livro foi um indicador da gravidade da crise causada pelas longas guerras nas colônias africanas de Portugal. O tom da obra parecia esotérico demais aos que estavam de fora, mas foi precisamente essa qualidade a responsável por sua eficácia em Portugal. [...] (MAXWELL, 2006, p. 57).

Apesar de não inovar com suas teses, a empreitada de Spínola não deixa de consistir em um ousado desafio, que era o de trazer aos portugueses um pouco de realismo e ao regime um pouco de flexibilidade ao sugerir uma terceira via para o problema. Além do mais, ao analisar o conteúdo da obra compreendemos que “[...] não era tão curioso quanto parecia a princípio o fato de um general lendário por sua bravura em combate pedir o fim da era de heroísmo. [...]” (MAXWELL, 2006, p. 56).

Dito tudo isso, retomamos o nosso questionamento inicial. Teria sido a repercussão da publicação de *Portugal e o Futuro* resultado de a obra ter sido escrita por Spínola? Por óbvio, as implicações de *Portugal e o Futuro* na política portuguesa não devem ser desconsideradas, afinal, como afirma Márcio Barbosa, “Duma penada pouco brilhante declarava-se a queda do regime. O que, por sua vez, constituiu o prenúncio do fim do Portugal do “Minho até Timor” e expôs um quase surreal império de derrotas.” (BARBOSA, 2009, p. 155). Ainda assim as repercussões, os impactos e as implicações que a obra causou não são a obra em si.

Deste modo, defendemos que a obra não pode ser analisada em função das suas implicações, e que sequer podemos presumir que tais implicações fossem resultado das intenções do autor. Afinal, o António de Spínola de *Portugal e o Futuro* é o Spínola da Guiné, o Spínola que combateu em Angola em 1961, o Spínola que embora em muitos momentos tenha se colocado ao lado do Salazarismo, a sua experiência no Ultramar o fez mais fiel ao Império do que ao próprio regime. Ou seja, o António de Spínola de *Portugal e o Futuro*, não é o Spínola do MDLP<sup>23</sup> ou do contra golpe de 1975.

É desse ponto que partem a nossa hipótese e a nossa análise, dado acreditarmos que a repercussão de *Portugal e o Futuro* foi resultado de uma série de fatores: 1) A publicação ter acontecido no momento em que aconteceu, 2) ter sido de autoria de um General de alto escalão e, principalmente, 3) devido ao fato de o seu conteúdo abordar um assunto grave, a política oficial ultramarina, algo que até então consistia em um

---

<sup>23</sup> O MDLP (Movimento Democrático de Libertação de Portugal) foi um movimento político criado após a tentativa de 11 de março de 1975, liderado por António de Spínola diretamente do seu exílio no Brasil, embora suas estruturas se encontrassem sediadas em Madrid. O movimento tinha como objetivo combater o avanço político do Partido Comunista em Portugal, algo considerado pelo seu líder como extremamente gravoso para o País. Foi a partir do MDLP que Spínola manteve-se politicamente ativo mesmo estando exilado. O movimento foi oficialmente dissolvido em 31 de maio de 1976.

grande tabu em Portugal, embora fosse assunto corrente no exterior. Análises que não levem estes três principais fatores em consideração podem acabar por conduzir para um caminho que desvirtuem o autor e a obra do seu próprio contexto de escrita, inclusive atribuindo a ambos, intenções que não lhes pertencem.

Conforme pudemos ver anteriormente, em seu processo de escrita António de Spínola debateu largamente o conteúdo de sua obra com os seus homens na Guiné. Ou seja, ainda que Spínola tenha sido quem de fato publicou a obra, a ideia não era nova, muito menos exclusivamente sua. O General foi quem a compilou e, devido à sua colocação dentro do governo, conseguiu autorização e a publicou, acabando por arcar com todas as responsabilidades da mesma, embora aquelas fossem ideias correntes dentro das forças armadas portuguesas.

Ao propormos uma análise das teses expostas em *Portugal e o Futuro*, consideramos primordial buscar compreender o contexto do autor quanto à escrita da sua obra, tendo em vista que compreender o contexto de escrita contribui para que possamos elucidar a escolha e utilização por parte do autor de conceitos e expressões, bem como a forma como o mesmo emprega determinados mecanismos linguísticos. No caso de *Portugal e o Futuro*, entender o contexto da escrita nos ajuda a compreender a utilização e o peso de algumas expressões. Por exemplo, quando o General se refere a uma consulta final à Nação e questiona: “*por que não?*”, questionamento complexo tendo em vista a estrutura do próprio Estado Novo. Além do mais veremos que se as teses publicadas por Spínola em 1974 pareciam absurdas, em 1961, quando começaram a ser delineadas pelo seu autor, não o seriam.

Ou seja, quando buscamos compreender a utilização de determinadas expressões linguísticas e o seu suposto significado intencional, precisamos ter em mente o significado que tais expressões tinham no contexto do autor e para o próprio autor, a fim de atingirmos algum entendimento sobre o significado que a obra teve em um determinado contexto histórico. Caso contrário, cairemos na armadilha em que Spínola foi acusado de cair, a de cometer inaceitáveis anacronismos, o que no nosso caso perpassa pela compreensão de que embora *Portugal e o Futuro* consista em uma análise, denúncia, proposta, ainda assim não se pretendia com a obra pôr em curso uma revolução que derrubaria o regime e em consequência o império, elemento inconscientemente (?) tão defendido pelo seu autor.

Compreenderemos também que, apesar de em alguns momentos as palavras de Spínola atingirem realmente um tom quase “esotérico”, filosófico e nitidamente utópico,

a opulência da obra encontra-se sobretudo na simplicidade como as teses são exaustivamente expostas (o que talvez explique o sucesso da mesma). Embora as teses fossem simples, o tema e a conjuntura em si eram complexos.

Spínola sem dúvida era versado em literatura de guerra, mas com *Portugal e o Futuro* aventurou-se e deu início, a partir de um manifesto político, diferentemente do que afirmou, à sua caminhada na escrita de obras com cunho e direções políticas bem definidas. Resta-nos buscar tentar compreender e elucidar um pouco das riquezas, especificidades e, por que não?, anacronismos de *Portugal e o Futuro*.

## 2.2 POR QUE SURTIU ESTE LIVRO?

Politicamente só existe o que se sabe que existe, politicamente o que parece é. Essa é uma das célebres sentenças proferidas por Salazar<sup>24</sup> em seus discursos e reproduzida por António de Spínola em *Portugal e o Futuro*, obra que teria sido escrita a partir da necessidade sentida pelo seu autor de tornar pública a questão ultramarina. Neste sentido, abordaremos as justificativas e motivações do autor para a escrita de sua obra, bem como as inúmeras tentativas relatadas por ele de trazer a público as suas teses sobre o Ultramar português.

### 2.2.1 As inúmeras tentativas de consciencializar o Presidente do Conselho.

Antes de expor as suas teses, António de Spínola busca esclarecer os motivos que o levaram a publicar *Portugal e o Futuro*, e considerar tal obra como um dever que não deveria se omitir de cumprir. Mas afinal de contas o que teria levado o General a publicar um manifesto, mesmo quando a publicação de obras políticas era uma ação vetada a um militar em exercício? Segundo Spínola, a obra era uma resposta à irredutibilidade dos que deveriam juntos salvaguardar a Nação.

Conforme relato do autor em sua obra de 1978, *País sem Rumo: Contributo para a História de uma Revolução*, a publicação de *Portugal e o Futuro* não foi a primeira ou sequer a única tentativa de “consciencializar” o Presidente do Conselho de Ministros

---

<sup>24</sup> António de Oliveira Salazar (1889-1970), foi um advogado, professor universitário e estadista português, responsável pela implantação e consolidação do Estado Novo em Portugal. Salazar manteve-se no cargo de Presidente do Conselho de Ministro de 1933 até 1968, quando um acidente doméstico o afastaria das suas funções permanentemente.

sobre a situação Ultramarina. O General do monóculo defende ter por inúmeras vezes trazido ao conhecimento de Caetano e do próprio Salazar a sua opinião sobre a crise colonial, sendo totalmente ignorado em todas essas tentativas. Spínola teria compartilhado a sua opinião sobre o Ultramar português pela primeira vez em abril de 1961, em uma carta enviada a Salazar<sup>25</sup> na qual o General diz criticar frontalmente aspectos da política ultramarina adotada pelo governo.

Nesta carta, Spínola teria afirmado que estava junto com o exército, na opinião de que era necessário renovar os *slogans* do governo com o intuito de melhorar a situação internacional. Isso se devia ao fato de tais *slogans* já não corresponderem à realidade já que, nas palavras de Spínola, a “Revolução Nacional não continuava”, o que tornava falso o *slogan* “A Revolução Nacional Continua”. Na carta Spínola diz ser

[...] indispensável, é vital, remodelar, renovar, sair dos quadros artificiosos e desacreditados que, não a ideia de V. Ex<sup>a</sup>, mas a ineptidão dos homens que a servem foi criando e mantendo. [...]  
Torna-se indispensável renovar o processo de mobilização de valores, chamando gente fora do círculo viciado da actual “União Nacional” [...]. (SPÍNOLA, 1978, p. 18).

A carta de Spínola nunca teria sequer sido respondida. Entretanto, em 1968 Spínola teria novamente a oportunidade de expor ao Presidente do Conselho a sua opinião sobre o Ultramar, dessa vez presencialmente. Graças à reputação que adquire em sua ação em Angola, em maio de 1968 Spínola recebe, através do Ministro do Ultramar, o convite<sup>26</sup> para uma audiência com o próprio Salazar, a fim de fazer formalmente o convite para que ocupasse o cargo de Governador-Geral da Guiné, bem como esclarecer devidamente as suas funções.

Nesta audiência, o Presidente do Conselho teria feito uma exposição sobre o seu pensamento em relação à questão ultramarina, dando “[...] ênfase especial à virtude de “saber esperar” num exemplo extraído da “arte de marinhagem [...]” (SPÍNOLA, 1978, p. 18). Salazar interpretava o que ocorria no mundo como “[...] uma tempestade vinda do Leste e que varria o mundo [...]” (SPÍNOLA, 1978, p. 19), portanto, deveria aguardar-se pacientemente até que essa tempestade passasse, mantendo o “rumo certo e a mão firme”. Segundo Spínola, Salazar,

No desenvolvimento dos seus pontos de vista revelou um imperfeito conhecimento do substrato africano, o que, conseqüentemente, conduziu a uma precária avaliação das potencialidades humanas da

<sup>25</sup> Ver anexo II com excerto da carta enviada por Spínola ao Presidente do Conselho António de Oliveira Salazar, em 1961.

<sup>26</sup> Convite que diz ter recebido com surpresa, tendo em vista a carta enviada a Salazar em 1961.

África negra. Deste facto, do menosprezo pelos substanciais apoios que os movimentos de libertação recebiam de muitos países (incluindo grandes potencias) e do desconhecimento das peculiaridades do tipo de guerra que enfrentávamos, resultaram graves erros na análise da relação de forças, numa constante subestimação do valor das guerrilhas em comparação com o das nossas forças, cujo potencial sobrevalorizava. (SPÍNOLA, 1978, p. 19).

Spínola recorda ter sido a exposição do Presidente do Conselho orientada em sentido a reforçar a defesa do Ultramar pelas armas. Após o término de tal exposição, a qual teria ouvido atentamente, o General Spínola teria feito uma ligeira pausa e questionado se Salazar desejava ouvir o que ele pensava ou apenas aquilo que lhe agradaria. O então Presidente do Conselho teria permitido que Spínola explanasse sua opinião sobre o problema ultramarino, ouvindo atentamente.

António de Spínola teria começado a sua exposição por recordar que a sua identificação com o pensamento do governo e, por conseguinte, com o pensamento do próprio Salazar, o teria motivado em 1961 a se oferecer para combater em Angola, em defesa do Ultramar. E explica que a experiencia adquirida nesse primeiro contato com o Ultramar português o teria feito “[...] reflectir profundamente sobre a viabilidade de salvaguardar a “unidade nacional” sem se rever o nosso conceito de permanência em África.” (SPÍNOLA, 1978, p. 20). Segundo Spínola, isso se dava em função da heterogeneidade e da descontinuidade do espaço português, questões que teriam sido salientadas a Salazar como forma de demonstrar ser esta uma das raízes do problema ultramarino português, já que o estatuto defendido pelo governo era incompatível com o princípio do direito dos povos à autodeterminação, principio tão defendido naquele contexto.

Spínola ainda teria reforçado que independentemente de como ocorresse a evolução do Mundo Ocidental, a soberania portuguesa sempre seria contestada. Afinal, a forma como Portugal se apresentava ao mundo como Estado-Nação desvirtuaria o conceito de Nação até então vigente, levando o país a se apresentar no plano internacional de uma maneira que carecia de fundamento. A partir disso, teria passado a expor ao Presidente do Conselho a sua opinião sobre o caminho que deveria seguir a política ultramarina portuguesa:

E, nesta ordem de ideias, tudo apontava para a evolução no sentido de um estatuto que se aproximasse do conceito de “**Nação Pluriestatal**”, mas, para que a soberania de uma tal Nação se tornasse incontestável, seria indispensável a plena adesão dos “**Estados Membros**”, e esta adesão implicaria uma política global que tornasse esses novos “Estados” verdadeiramente solidários através dos indiscutíveis

benefícios que lhes adviriam da **Comunidade** em que voluntariamente se manteriam integrados. (SPÍNOLA, 1978, p. 21, grifo nosso).

Se o relato de Spínola for fiel ao dialogo ocorrido entre ele e Salazar nesta audiência, percebemos já estarem presentes conceitos que Spínola utilizaria em *Portugal e o Futuro*, tais como Nação Pluriestatal, Estados Membros e uma Comunidade onde seus membros seriam voluntariamente integrados em função dos laços de solidariedade estabelecidos entre eles. Podemos também começar a questionar que conceito de Nação Spínola tinha em mente ao começar a estruturar a sua tese para o Ultramar, ou então quais são as bases pra a comunidade que o autor projetava como solução viável para o problema ultramarino. Em resumo, nas palavras do General:

Com plena consciência do trágico desfecho para que o País caminhava, nunca encobri o meu pensamento sobre o magno problema do Ultramar Português. Assim, em Maio de 1968, abordei perante o Prof. Salazar a questão da incompatibilidade entre o estatuto português vigente e as tendências do mundo moderno, e advoguei a evolução para uma **solução de raiz federativa**, que se traduziria na construção de uma Nação formada por estados solidários através dos benefícios que lhes adviriam da Comunidade em que voluntariamente se mantivessem. (SPÍNOLA, 1978, p. 248, grifo nosso).

Além das questões já mencionadas, Spínola critica a estrutura legislativa do Estado Novo ao defender que a uniformidade das leis para o todo português era inviável na prática, exatamente em função da heterogeneidade cultural e social de cada parcela da Nação. Para o autor, isso tornava necessário excluir-se qualquer processo de síntese nacional que não fosse livremente aceite e que não respeitasse o princípio da igualdade de direitos dos elementos que o integravam.

O General ainda afirmou ter defendido que a situação africana era favorável para a permanência portuguesa no continente, desde que a unidade a que se buscava fosse erigida pela via aglutinante da solidariedade. Desse modo, Portugal passaria a possuir uma sólida unidade que não seria imposta pela força das armas, mas sim “[...] resultante da força da coesão emergente do reconhecimento das vantagens da união sobre os inconvenientes do separatismo. [...]” (SPÍNOLA, 1978, p. 22), cabendo às forças armadas apenas garantir o espaço e o tempo necessários para a conclusão deste processo. Diante do exposto, Spínola aceita o convite de Salazar e afirma que:

Com base na tese exposta, propunha-me iniciar na Guiné o aludido processo, procurando acelerar, ao máximo, o desenvolvimento económico da Província, paralelamente com a promoção social e cultural dos africanos, em ordem a prepará-los para assumirem as suas responsabilidades na Administração local em igualdade com os portugueses metropolitanos. (SPÍNOLA, 1978, p. 22).



Como pudemos observar, a base da política que seria posta em prática na Guiné e posteriormente trazida a público em *Portugal e o Futuro* já se fazia presente em Spínola e, como defendido por ele em 1968, já teria sido devidamente exposta ao Presidente do Conselho antes mesmo de o General assumir o cargo de Governador da Guiné. Entretanto, ao final da exposição a qual Salazar teria prestado uma silenciosa e penetrante atenção, Salazar teria apenas alterado um pouco o seu semblante, dado um discreto acenar de cabeça, agradecendo pela sinceridade e sem comentar as ideias expostas, limitando-se a dizer: “É urgente que embarque para a Guiné.” (SPÍNOLA, 1978, p. 22).

Apesar de aparentemente António de Spínola ter novamente sido ignorado pelo Presidente do Conselho, este interpretou o silêncio de Salazar como uma abertura à evolução. O fato o levou a afirmar posteriormente que Salazar estaria com ele na sua posição sobre a questão ultramarina.

Em sua obra de 1978, o General reitera a importância de se dar ênfase a essa entrevista, a fim de esclarecer que a política que seria chamada de entreguista pelos setores metropolitanos mais conservadores, teria encontrado receptividade em Salazar. De qualquer forma a vontade de Salazar foi feita e poucos dias após a audiência, Spínola embarca para Bissau, “[...] dando início – em conformidade com os princípios enunciados – a uma política de promoção que viria a inverter os termos da Guerra na Guiné” (SPÍNOLA, 1978, p. 23).

Tendo como base o relato de Spínola, podemos considerar que o General era um homem diferente em diferentes contextos. O António de Spínola de 1968, já nutria a convicção de que a promoção social era algo fundamental para contrabalancear a força da Guerrilha, o que acabará por conduzir toda a sua ação como Governador-Geral. Spínola já não partilhava das ideias defendidas por Salazar ou sequer concordava com o modelo de unidade da Nação defendida pelo governo. Ou seja, parte da “opinião” que Spínola tornaria pública em *Portugal e o Futuro* já estaria no General no contexto daquela entrevista, como salientou Maria Inácia Rezola:

Salazar, que anos antes o enviara para Bissau, falhara completamente as suas previsões. Vira em Spínola o “cabo de guerra”, o oficial destemido que enfrentava o inimigo em tronco nu. Enganou-se. Quando o chamou para dirigir os destinos da Guiné, Spínola era já um homem diferente. A experiência da guerra trouxera-lhe uma nova visão sobre a mesma e sobre o próprio futuro das então províncias ultramarinas. A guerra só se resolvia quando se encontrasse uma solução política para a mesma. (REZOLA, 2005, p. 63).

Na Guiné, além de General, Spínola havia se tornado também um político. O improviso proferido por ele no ato de posse em 20 de maio de 1968, no Ministério do Ultramar, já antevia o tipo de ação que Spínola colocaria em prática ao longo do período que permaneceria no cargo de Governador-Geral da Guiné:

[...] espero firmemente que a minha missão seja integralmente cumprida a bem do progresso económico da Província da Guiné, em justo equilíbrio com a promoção social e cultural da sua população, dando assim continuidade – no quadro da real evolução do mundo actual – à secular linha de rumo que moldou, na sua feição civilizadora e multirracial, a nossa ditosa Pátria – a Grande Nação Portuguesa. (SPÍNOLA, 1970, p. 12).

Spínola parte para Bissau em 24 de maio. Em seu improviso de boas-vindas, afirma pretender pautar a sua linha de ação “[...] à luz do mais elevado espírito de justiça social e do respeito pelo valor e dignidade da pessoa humana.” (SPÍNOLA, 1970, p. 23) e prossegue:

[...] integrado nos sagrados princípios que estão na tradição da Nação Portuguesa, procurarei equacionar os problemas do Governo num quadro de larga audição de todos aqueles que ponham o interesse colectivo acima do interesse individual, e que sinceramente queiram cooperar na valorização moral e económico-social da Província. Nesta linha de rumo, as portas da Repartição do Gabinete do Governo da Província permanecerão abertas a todos os Portugueses verdadeiramente amantes da sua Pátria, sem distinção de etnias ou credos religiosos e políticos, e o vosso Governador encontra-se-á atento a todas as iniciativas, reivindicações ou propostas que visem o real progresso da Província, com especial prioridade para os problemas que se projectem no plano da promoção social do povo guineense. [...] (SPÍNOLA, 1970, p. 23-24).

Desde o início, como podemos ver pelo improviso<sup>27</sup> proferido por Spínola em sua chegada na Guiné, o General tinha em mente desenvolver uma estratégia que fosse além do campo militar e envolvesse também questões econômicas, sociais e políticas. A estratégia do novo Governador-Geral teria sido em grande medida “[...] fruto da sua experiência de guerra em Angola, esta estratégia rapidamente dá os seus frutos: em 6 meses deixam de se ouvir explosões em Bissau e, pouco depois, pode falar-se em pacificação em quase todo o território.”(REZOLA, 2005, p. 45). Ter aceitado o convite para Governador-Geral da Guiné certamente mudou para sempre a história do militar

---

<sup>27</sup> Os discursos de Spínola são de fato um elemento importante para a estratégia propagandística que ele colocará em prática na Guiné, além de nos auxiliarem a compreender a evolução, maturação e consolidação do pensamento do General, conceitos que estarão na base de *Portugal e o Futuro* e são presença constante nos discursos proferidos por Spínola na Guiné. Os discursos, falas e improvisos de Spínola durante o período que esteve na Guiné, encontram-se compilados na obra *Por Uma Guiné Melhor*.

pois, “[...] se em Angola ganhara o estatuto de herói, agora, na Guiné ascende a mito. [...]” (REZOLA, 2005, p. 46)<sup>28</sup>.

Se, com a entrevista mencionada, Spínola acreditou terem as suas ideias encontrado alguma receptividade em Salazar, meses depois, com a sua substituição por Marcello Caetano<sup>29</sup> no cargo de Presidente do Conselho, as perspectivas do General em relação às suas teses mantiveram-se positivas. Em 29 de Novembro, após entrevista com Caetano, Spínola afirmaria em discurso que:

Regresso a Bissau completamente integrado no pensamento do Governo Central e com o apoio correspondente à autorizada “palavra de ordem”, ontem claramente expressa pelo Senhor Presidente do Conselho, quanto ao problema da Guiné. Palavra de ordem já concretizada, através dos respectivos Ministérios, em oportunas e adequadas decisões que nos permitem reforçar o dispositivo de defesa da Província e acelerar o ritmo da sua promoção económico-social. (SPÍNOLA, 1970, p. 38).

Não tarda até que o Presidente do Conselho visite pessoalmente a Guiné. Em 14 de abril de 1969, dá-se a chegada de Caetano a Bissau, com o intuito de dissipar qualquer dúvida em relação às políticas postas em prática no Ultramar. Conforme salienta Rezola, aquela era uma viagem histórica “[...] porque era a primeira vez, em cinco séculos, que um chefe do Governo pisava aquele solo [...]” (REZOLA, 2005, p. 43).

Figura 1: Marcelo Caetano na Guiné Bissau em 1969.



Fonte: Arquivo RTP. s.d.

<sup>28</sup> O seu desempenho leva o então Brigadeiro Spínola a ser promovido ao posto de General por escolha, em 4 de julho de 1969, em pleno desenvolvimento das suas atividades na Guiné.

<sup>29</sup> Marcello José das Neves Alves Caetano (1906-1980) foi um jurista, professor de direito e político português. Em 1968, substituiu António de Oliveira Salazar no cargo de Presidente do Conselho de Ministros, onde se manteve até o 25 de Abril de 1974.

Apesar dos bons auspícios, e embora o General defendia ter inúmeras vezes esclarecido ao Presidente do Conselho o seu pensamento sobre a solução do problema ultramarino, chegando a afirmar em uma das entrevistas com Caetano que o “[...] presidente do Conselho, era o Português que melhor conhecia o meu pensamento sobre o Ultramar [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 1978), à medida que Spínola coloca em prática as suas políticas na Guiné, as diferenças entre este e Caetano tornam-se cada vez mais evidentes.

Essas diferenças deviam-se ao fato de Spínola ter afirmado que na Guiné se viu totalmente convencido de que, militarmente, o caminho para um futuro próspero de sobrevivência da Nação passaria obrigatoriamente pelo imediato restabelecimento da paz, afinal, Portugal lidava com uma “guerra subversiva”, que o próprio Spínola resume como uma “guerra total”. Conforme Spínola esclarece, por mais que a população quisesse ser indiferente, não poderia ser e não poderia ser tratada como tal, pois diferente dos conflitos clássicos, nesse tipo de guerra as populações seriam fator poderoso. Ainda que não fosse um fator decisivo, só triunfaria o lado que tivesse a população ao seu favor, dado que o povo se reuniria com o lado que lhe oferecesse maiores benefícios.

Com isso em mente, António de Spínola deu início na Guiné a um intenso programa de promoção social e melhoramento de estruturas a fim de conquistar as populações locais, que acaba por ficar conhecido pelo lema “Por uma Guiné Melhor”, e se tornaria o ponto essencial da sua atuação na Guiné. À luz desse lema, Spínola investe em educação, saúde, ampliação de redes sanitárias, melhorias das condições de trabalho e de salários. Além disso, o General fazia questão de se fazer presente nas cerimônias e inaugurações desses projetos e obras públicas por toda a província.

Neste contexto de ação na Guiné, em um trabalho solicitado por Caetano sobre a estruturação política do país com vistas a revisão da Lei Constitucional, Spínola teria novamente trazido ao conhecimento do Presidente do Conselho a sua opinião sobre a questão ultramarina. Segundo relato do General, o documento intitulava-se “[...] ‘Algumas ideias sobre a estruturação política da Nação’, que aliás viria a constituir a base do livro *Portugal e o Futuro*. [...]” (SPÍNOLA, 1978, p. 65), onde Spínola defendia como solução uma transição para um sistema federativo que denominava de Comunidade Luso-Afro-Brasileira.

O Governador-Geral da Guiné tinha a convicção de que “[...] realizar a unidade no esquema então vigente era um mito e que, portanto, o problema do Ultramar teria de

solucionar-se à luz de um novo conceito de unidade [...]” (SPÍNOLA, 1978, p. 248-249).

O trabalho referido terminaria da seguinte forma:

[...] terá de se atingir esse estágio (**Comunidade Luso-Afro-Brasileira**) por etapas, sem paragens na vida do País e sem soluções de continuidade. Mas julgo ser este o caminho que permitirá preservar a Unidade Nacional perante as perspectivas da evolução política do Mundo.

De outra forma, se não formos capazes de assegurar a coesão nacional através da solidariedade entre as várias parcelas do Espaço Português pelas vantagens que cada uma delas sentirá em se manter integrada no conjunto, então todo o sistema carece de fundamento e continuaremos a caminhar para a autodeterminação por via revolucionária. (SPÍNOLA, 1978, p. 249, grifo nosso).

Como podemos observar a partir dos relatos do General, muito antes da publicação de 1974 a ideia de que a Guerra não poderia ser ganha militarmente já perpassava o pensamento do autor. Isso levou Spínola a passar a defender a possibilidade de uma descentralização administrativa naquela província, além do intenso programa de conquista das populações locais. Foi esse pensamento que originou os Congressos das Etnias da Província, que ficariam conhecidos apenas como Congressos do Povo, em cumprimento com o prometido por ele em seu improviso de chegada na Guiné.

Os congressos ocorreram anualmente<sup>30</sup>, eram institucionalizados pelo Estatuto Político-Administrativo da província e teriam como objetivo inserir gradualmente os naturais da Guiné na Administração dos seus interesses. Segundo Carlos Alexandre de Moraes, tiveram ampla receptividade por parte das populações locais, pois se constituíam no meio mais ajustado de trazer os guinéus a participarem das ações que marcariam seus próprios destinos, funcionando normalmente a partir de “[...] assembleias representativas de todas as etnias da Guiné, destinadas a promover o diálogo entre o Governo e o Povo e a participação deste na acção governativa, num clima de livre expressão [...]” (MORAIS, 2007, p. 47). Isso acabaria por habilitar o governo a solucionar de forma rápida e adequada os conflitos suscitados. Segundo Mária Inácia Rezola:

Em termos práticos, os congressos processavam-se em duas fases. Numa primeira, e tendo em conta a multiplicidade de etnias existentes (Manjaca, Mancanha, Papel, Balanta, Fula...), decorrem reuniões parcelares entre grupos étnicos e Governo Central em que os representantes de todas as etnias debatem entre si e com o Governo os problemas de interesse provincial. Assim procurava concretizar-se a

---

<sup>30</sup> O primeiro desses congressos ocorreu no verão de 1970, onde são definidos os princípios básicos da promoção social. Posteriormente, em maio de 1971 tratou-se do desenvolvimento econômico, em julho de 1972 se debateu uma possível regionalização das estruturas e, no último congresso, em maio de 1973, diante do agravamento da situação política e militar, Spínola acaba focando na reconversão e unificação das forças disponíveis.

máxima de Spínola segundo a qual só da perfeita comunhão entre governantes e governados resulta uma política governativa verdadeiramente válida e coerente. (REZOLA, 2005, p. 53).

Como Governador-Geral da Guiné, Spínola tentou colocar em prática uma solução política que pudesse de alguma forma equilibrar a grave crise militar daquela província. O plano de promoção social de Spínola era tido por ele como algo fundamental pois, em sua opinião, os problemas que atingiam todos os aspectos da Nação eram resultado direto do comprometimento do equilíbrio entre o bem-estar do povo português e o arranque da industrialização, o que causava um crescente desnível entre a promoção social e o desenvolvimento econômico. Em conformidade com seu improvisado, em sua chegada na Guiné Spínola afirma que a fim de “[...] atingir mais rapidamente o objetivo comum – o progresso econômico-social da nossa terra [...]” (SPÍNOLA, 1970, p. 24) seria necessário trazer primeiramente a paz a Bissau. Conforme Carlos Alexandre Morais relata:

[...] a governação de Spínola estava a ter o maior impacto na Metrópole, com repercussões em toda a Província – pesavam sobretudo os “Congressos do Povo”, o “Reordenamento das Campanhas de Comandos Africanos”, a criação das Milícias, para não falar da enorme importância que tinha a abertura de estradas, a melhoria dos pavimentos e de tantas outras coisas. Era toda uma atividade dirigida no sentido de encaminhar a Guiné para uma situação em que fossem os guinéus a conduzir os seus próprios destinos. (MORAIS, 2007, p. 60).

Neste sentido, paralelamente com a intensa atividade que o CAOP<sup>31</sup> passou a desenvolver, realizaram-se secretamente operações de aliciamento de comandantes de grupos de guerrilha do PAIGC<sup>32</sup>, a fim de pacificar uma das regiões onde o PAIGC possuía maior influência, o Chão Manjaco<sup>33</sup>.

A Operação Chão Manjaco inicialmente dá bons resultados. Através de prisioneiros consegue-se estabelecer contato com a guerrilha. As reuniões com os homens

<sup>31</sup> CAOP – Comando de Agrupamento Operacional, responsável pela organização das ações militares.

<sup>32</sup> O PAIGC (Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde) foi o principal partido envolvido na organização da luta pela independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. Foi fundado em Bissau, em 1956, por Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, Júlio de Almeida, Fernando Fortes, Elisée Turpin (inicialmente como PAI, Partido Africano da Independência). Em 3 de agosto de 1959, ocorre o Massacre de Pidjiguiti, que acaba por dar forte impulso ao PAIGC e à causa independentista. A partir disso, passa a incluir Cabo Verde em sua luta, assumindo a forma como é usualmente conhecido (PAIGC). Em setembro deste mesmo ano, o partido monta uma base militar em Conacry, território vizinho comandado pelo Presidente Sekou Touré. O conflito armado na Guiné tem início em janeiro 1963 com o ataque ao aquartelamento de Tite. (REZOLA, 2005).

<sup>33</sup> A má organização das tropas portuguesas diante de um PAIGC que revelava uma crescente superioridade militar, inclusive possuindo armamentos superiores aos portugueses, leva a que as forças portuguesas progressivamente perdessem o controle de várias partes da Guiné, entre elas a região conhecida como Chão Manjaco. (REZOLA, 2005).

do PAIGC ocorrem em pleno mato, em sigilo. Segundo Rezola, “[...] refira-se que um dos objetivos da missão chão manjaco era a integração da guerrilha nas Forças Armadas portuguesas.” (REZOLA, 2005, p. 48). Conforme o General Spínola:

[...] desde o princípio de 1970 e com conhecimento do Governo de Lisboa, estabeleceu os primeiros contactos com os chefes da guerrilha do PAIGC. Nesses contactos gizara-se, desde logo, um plano que previa a transformação das forças de guerrilha do PAIGC em Unidades Africanas das Forças Armadas Portuguesas e a nomeação de Amílcar Cabral para o cargo de Secretário-Geral da Província, que exerceria paralelamente com o Secretário-Geral em exercício, conforme orgânica sugerida e a promulgar para o efeito. (SPÍNOLA, 1978, p. 26).

As negociações progridem e passam a ocorrer com certa regularidade, a ver-se que “[...] um primeiro sinal do êxito destas iniciativas está patente na entrevista que Amílcar Cabral concede à BBC, onde refere abertamente o seu desejo de encontrar uma saída negociada para a guerra.” (REZOLA, 2005, p. 48). Estima-se que tenham ocorrido cerca de vinte encontros, todos com o aval de Caetano, estando presente em um deles o próprio General. Morais afirma que o fatídico encontro seria o décimo, e embora tudo parecesse encaminhar-se no melhor sentido (Morais, 2007), em resposta à pressão estabelecida a guerrilha responde com uma ação brutal, assassinando em abril de 1970, os 3 majores responsáveis pelas negociações<sup>34</sup>, juntamente com os seus guias africanos. Ao receber a notícia, Spínola desloca-se pessoalmente ao local para verificar a situação, sendo a operação totalmente suspensa.

O desfecho da operação obriga o Governador-Geral a pôr em prática um reajustamento radical da política que vinha sendo desenvolvida. Segundo Carlos Alexandre de Morais, em 1971 Spínola ainda defendia uma vitória política: “Em Setembro de 1971, Spínola afirmou – Esta guerra é um conflito político e ideológico e não uma confrontação armada... O Governo estabelecido não ganhará uma guerra subversiva no campo das armas; mas é nesse campo que a poderá perder.” (MORAIS, 2007, p. 42). Entretanto, e em oposição ao que vinha defendendo, em novembro de 1970 Spínola autoriza um ataque a Conakry. A operação Mar Verde tinha como objetivos: primeiramente realizar um Golpe de Estado na República da Guiné, com intuito de derrubar o regime de Sekou Touré<sup>35</sup>, estabelecendo condições para que um regime

<sup>34</sup>Os três majores assassinados foram: Passos Ramos, Magalhaes Osório e Pereira da Silva, não encontramos informações quanto aos guias africanos que os acompanhavam.

<sup>35</sup>Ahmed Sékou Touré (1922-1984) foi um político africano, presidente da República da Guiné de 1958 até a sua morte em 1984.

favorável a Portugal subisse ao poder; e dismantelar as instalações do PAIGC em Conakry e libertar os prisioneiros portugueses.

Apesar da falta de informações ter dificultado a missão, Spínola a considerou um sucesso pois, embora o golpe não tenha se efetivado, as instalações do PAIGC foram destruídas e os 26 militares portugueses libertos. Porém, internacionalmente a missão foi severamente criticada, fortalecendo ainda mais o pensamento de Spínola de que era urgente encontrar uma solução político-diplomática para o problema da Guiné (REZOLA, 2005). Diante do fracasso da tentativa de negociar com a guerrilha, o General se vê obrigado a buscar outros meios de pôr em prática a sua tão almejada solução política para a Guiné.

Conforme relato de Spínola logo após renovar o seu mandato na Guiné, no final de abril de 1972 realizaram-se as primeiras conversações com um Ministro do Governo Senegalês com vista a um encontro secreto com o Presidente Leopold Sédar Senghor<sup>36</sup> (SPÍNOLA, 1978). A ideia de Spínola era que Senghor atuasse como um mediador a fim de estabelecer o cessar-fogo e negociar a paz. Segundo António Costa Pinto:

A estratégia spinolista passou também por negociações indirectas com Amílcar Cabral. Iniciadas em 1972, por intermediação de Senghor [...]. Na mesma altura, este movimento preparava uma operação diplomática que se mostraria de maior sucesso do que a mais modesta tentativa de Holden, 10 anos antes: a declaração unilateral de independência. (PINTO, 2001, p. 63).

Em menos de um mês os contatos dão frutos e em 18 de maio realizou-se em território Senegalês (Cap Skirring) o encontro com o Presidente Senghor. Conforme Spínola relata, o político Senegalês teria expressado a sua simpatia por Portugal, afirmando estar ligado ao país por ascendência familiar. Além de ter louvado a política posta em prática por Spínola na Guiné, Senghor teria manifestado veementemente o desejo de ajudar o Governo Português a resolver o problema da Guerra, oferecendo-se para atuar como um intermediário nas negociações.

---

<sup>36</sup> Leopold Sedar Senghor nasceu em 9 de outubro de 1906, na cidade costeira de Joal, no Senegal. Filho de comerciantes, foi em 1928 estudar em Paris, ingressando na Sorbonne, onde permaneceu de 1935 a 1939. Senghor foi o primeiro africano a concluir uma licenciatura nessa universidade, escritor e pai da Negritude, um movimento literário que exaltava a identidade Negra, valorizando a cultura africana em detrimento da europeia. Tendo isso em vista, consideramos ser a vida política de Senghor, sem dúvidas, inseparável da sua vida literária. Foi presidente do Senegal de 1960 a 1980. Segundo Camille Scholl, Léopold Sédar Senghor era “[...] um conciliador entre os interesses de uma África Ocidental francófona e de França, pensa a nação e o nacionalismo como uma conciliação – simbiose – e defende uma independência política sem descolonização no âmbito cultural. Ele pensa o colonialismo como uma etapa necessária para o desenvolvimento da África Ocidental – sobretudo a partir da ótica da colonização francesa – e protege em seu discurso a “sociedade colonial” e seus valores, ou seja, pretende conservar a maneira com que os colonizadores deram forma ao território (a AOF) e à sociedade. (SCHOLL, 2018, p.138)



Além disso, o Presidente Senegalês<sup>37</sup> teria expressado a opinião de que a Guiné não se encontrava ainda completamente amadurecida para a independência, e teria afirmado: “[...] em conversa com Amílcar Cabral e com outros chefes de movimentos emancipacionistas lhes havia feito sentir a indispensabilidade daquele período de autonomia, ideia a que Amílcar Cabral fora fortemente receptivo.” (SPÍNOLA, 1978, p. 27), tendo em mente que o plano objetivava “[...] negociar uma autonomia da Guiné no quadro de uma solução federativa.” (REZOLA, 2005, p. 57).

Em 26 de maio de 1972, o General se dirige a Lisboa a fim de dar a ler os seus relatórios das atividades desenvolvidas na Guiné ao Ministro do Ultramar e ao Presidente do Conselho. Esse último teria se mostrado contrário ao prosseguimento de negociações que conduzissem a um cessar-fogo.

Em sua obra *Depoimento*, Marcello Caetano recorda sempre ter tido ótimas relações com o General por este se dizer abertamente “Marcellista”. Teria sido nesse contexto que se deu a famosa conversa entre António de Spínola e o Presidente do Conselho, relatada por Caetano na referida obra<sup>38</sup>. A conversa teria girado em torno do papel que Leopoldo Senghor, nas palavras de Caetano, “sonhava em desempenhar” na resolução do problema ultramarino português, e obviamente do papel que Spínola desempenharia nesse processo e num possível encontro com Amílcar Cabral.

A posição de Caetano teria sido de negativa, mantendo-se firme em sua postura ao explicar que “Para a defesa global do Ultramar é preferível sair da Guiné por uma derrota militar com honra do que por um acordo negociado com os terroristas, abrindo o caminho a outras negociações.” (CAETANO, 1975, p. 191). Em seu relato, Caetano admite ter sido a sua afirmação chocante para a sensibilidade de Spínola, deixando-o escandalizado, levando o General a exclamar: “*Pois V. Ex.<sup>a</sup>. Preferia uma derrota militar na Guiné?*”<sup>39</sup>. A resposta de Caetano teria sido a seguinte:

Os exércitos fizeram-se para lutar e devem lutar para vencer, mas não é forçoso que vençam. Se o exército português for derrotado na Guiné depois de ter combatido dentro das suas possibilidades, essa derrota deixar-nos-ia intactas as possibilidades jurídico-políticas de continuar a defender o resto do Ultramar. É isto que eu quero dizer. (CAETANO, 1974, p. 192).

<sup>37</sup> Spínola reconhece que a ação de Senghor seria movida pelos interesses que este teria em estabilizar a situação na Guiné, tendo em vista os benefícios para o seu próprio país.

<sup>38</sup> Para um melhor entendimento desse diálogo entre Spínola e Caetano, ver a página 191 da obra publicada por Caetano em 1974, *Depoimento*.

<sup>39</sup> Ao questionar se Caetano preferia uma derrota militar na Guiné ao invés de uma saída negociada, António de Spínola tem em mente os acontecimentos na Índia portuguesa em 1961 (em 18 de dezembro de 1961, as forças armadas indianas invadem os territórios portugueses na Índia), sobretudo a forma como a perda de Goa repercutiu sobre os militares portugueses. Ver Capítulo II: 2.2.1.

Tendo isso em vista, no dia 28 de maio Spínola entrega a Caetano um parecer sobre o qual pedia que ele refletisse. No documento, Spínola afirma ter sido o Presidente Senegalês quem teria apontado como solução equilibrada para o drama da Guiné a “[...] entrada imediata numa fase de “autonomia interna” de duração não inferior a dez anos, seguida de uma consulta popular, que possivelmente conduziria à independência no quadro de uma comunidade luso-africana ou luso-afro-brasileira [...].” (SPÍNOLA, 1978, p. 27).

Diante da grave situação na Guiné e da ineficiente resposta que vinha sendo dada à guerra, Spínola considerava vãos os esforços e inútil todo o sangue derramado. Tendo em vista a inviabilidade de uma vitória militar, restando apenas duas possibilidades, uma resolução política ou uma longa e inútil agonia, seria nas palavras do General “[...] essencial analisar as propostas do Presidente Senghor à luz dos factores que as condicionam e que nos impõem, com premência crescente, opções bem definidas e decisões adequadas.”(SPÍNOLA, 1978, p. 28) e reitera ser “[...] à luz deste contexto que passo a analisar a proposta do Presidente Senghor.”(SPÍNOLA, 1978, p. 32).

Para o General não restavam dúvidas de que a guerra não poderia ser ganha militarmente, algo que vinha sendo suficientemente demonstrado e unanimemente aceite, não podendo prever-se em que situação Portugal sairia da mesma se o curso dos fatos não fossem alterados, Em suas palavras: “E assim, com o correr do tempo, nos afastamos cada vez mais de uma solução eminentemente portuguesa para esta guerra de desfecho tão incerto [...]” (SPÍNOLA, 1978, p. 29). Segundo o General,

Em síntese, a proposta do Presidente Senghor resume-se à sugestão de novos encontros a outro nível com vista à análise das possibilidades de mediação entre as autoridades nacionais e o PAIGC, apresentando como ponto de partida um cessar-fogo e a concessão de, pelo menos, 10 anos de autonomia progressiva com vista a uma ulterior independência no quadro de uma **comunidade luso-afro-brasileira** ou, apenas, **luso-africana**. (SPÍNOLA, 1978, p. 33, grifo nosso).

Spínola acreditava que a proposta era clara o suficiente para não suscitar diversidade de interpretações ou especulações e considerava o prazo de 10 anos, em princípio, como razoável, tendo em vista que o cessar-fogo diminuiria as despesas com a defesa militar e a pressão internacional, dando tempo suficiente para que Portugal pudesse alterar o curso dos fatos e conduzi-los a uma evolução mais favorável, preparando as opiniões e salvaguardando o prestígio nacional. Ainda assim, naquele momento o mais importante na visão do General não seria a forma como isso se daria, mas se a proposta de Senghor seria ou não aceita nos seus aspectos essenciais, a fim de optar ou não por

novos encontros, tanto quanto a que nível se dariam esses contatos, com intuito de se encontrar uma solução que ambos os lados aceitassem.

E mesmo que muitos pudessem vir a considerar determinativos certos argumentos contra a proposta do Presidente Senghor, e embora fosse complexo, dificilmente Portugal teria outra oportunidade de poder aceitar conversações “[...] ainda em posição de superioridade. E, assim, não poderemos deixar de ser conduzidos a optar pela aceitação da proposta do Presidente Senghor, que, todavia, oferece ainda outros ângulos de análise sobre os quais nos deteremos.” (SPÍNOLA, 1978, p. 34). Caso Portugal optasse por prosseguir com as negociações, tornava-se absolutamente necessário, segundo o General, “[...] definir claramente as bases gerais desse eventual entendimento, que julgo possível nas seguintes condições de certo modo sugeridas pelo Presidente Senghor.” (SPÍNOLA, 1978, p. 38).

A proposta de Senghor se assentava em três princípios básicos: (1) a garantia de uma progressiva autonomia administrativa e da preparação de quadros africanos a todos os níveis, (2) progressiva participação dos guinéus na administração dos seus interesses e, finalmente, (3) a aceitação do princípio da livre opção do povo da Guiné quanto ao seu estatuto político, através da forma usual de consulta pública a realizar em um prazo mínimo de 10 anos (SPÍNOLA, 1978, p. 38)<sup>40</sup>. Na visão do Governador-Geral da Guiné, tal proposta consistiria em um programa coerente com base no princípio universalmente aceito da autodeterminação dos povos, o que divergia frontalmente da postura defendida pelo Governo Português. Entretanto, como pudemos observar ao longo desse trabalho, a postura de Spínola em relação ao Ultramar divergia frontalmente do discurso oficial do Governo, ao menos desde 1961.

A resposta ao parecer veio em 30 de maio, em um documento intitulado Observações ao Parecer. O documento dividia-se em cinco partes: A primeira era relativa

---

<sup>40</sup> A proposta apresentada por Senghor, e que Spínola passará a defender abertamente, pautava-se na experiência e no papel que Senghor teve na independência do Senegal, ao mesclar o proposto por De Gaulle para as colônias francesas com a perspectiva de Senghor. No caso Francês, o General Charles de Gaulle, na Conferência de Brazzaville em 1944, admite a possibilidade de evolução das colônias francesas no continente africano, desde que dentro da esfera de influência da comunidade francesa. Esse status se alteraria apenas no final da década de 50. Quando, em 1958, autônias foram concedidas, o governo de De Gaulle dá a liberdade às colônias francesas, deixando em aberto para as lideranças coloniais optarem por uma autonomia dentro da comunidade francesa ou uma independência total. A constituição “[...] previa que, as antigas colônias podiam guardar o seu estatuto dentro da República francesa ou então em um prazo de quatro meses, se tornarem departamentos da França, seja em grupos ou individualmente [...]” (DIALLO, 2011, p.43), o que acaba por dar origem à Federação do Mali. Em três meses a federação tem oficialmente um fim. Indo contra aos planos de De Gaulle, em 20 de junho de 1960 os líderes Léopold Senghor e Modibo Keita proclamam a independência da “Federação do Mali”, dando origem a dois estados independentes o Mali e o Senegal. (SCHOLL, 2020).

ao que Caetano denominou de “Oportunidade das Convenções”, onde questiona se Portugal se encontraria de fato em condições de manter contato com o PAIGC. A segunda parte versava sobre a “Idoneidade do Medianeiro”, na qual, embora Caetano reconheça em Senghor um intelectual de boa-fé, ainda assim as experiências anteriores (Chão Manjaco) traziam dúvidas sobre a idoneidade dos encontros. Nesse mesmo sentido encontravam-se as partes três e quadro. Na terceira parte, “Garantias da Convenção”, Caetano expõe a necessidade de garantias para que se estabelecesse qualquer acordo. Na quarta parte, “Idoneidade do segundo interlocutor”, o Presidente do Conselho debate a idoneidade do próprio Amílcar Cabral, pois, muito embora considerasse-o um elemento moderado e amigo de Portugal, Cabral ainda receberia ajuda soviética e cubana, ou seja, seria verdadeiramente livre? Por último, na quinta parte, “Consequências do Acordo Proposto”, Caetano considera as possíveis repercussões nos demais territórios portugueses no continente africano.

Com base nesses cinco pontos, Caetano emitiu uma proibição a Spínola ordenando o fim das conversações, bem como o fim do cessar fogo. Embora inicialmente Caetano tivesse autorizado Spínola a encontrar-se com o Presidente Senegalês e esses tenham discutido um plano de resolução para o problema da Guiné, segundo António Costa Pinto “[...] Caetano recusou qualquer ideia de negociação com base no exemplo negativo que o abandono da Guiné seria para Angola e Moçambique.” (PINTO, 2001, p. 32). O General ainda teria tentado “[...] contrabater a argumentação aduzida mas Marcelo Caetano manteve-se irredutível acabando por rejeitar liminarmente o prosseguimento das conversações.” (SPÍNOLA, 1978, p. 40). Para Caetano, Spínola não teria se conformado com a decisão do governo, retornando a Bissau profundamente chocado e sem esconder a sua magoa. Afinal, a sua moral na Guiné ficaria fragilizada após o acontecimento. Nas palavras de Caetano, “Foi neste estado de espírito que o General Spínola começou a escrever o seu livro” (CAETANO, 1974, p. 193). Ou seja, no momento em que Caetano teve as primeiras notícias de que Spínola escrevia um livro, o General ainda atuava como governador na Guiné.

Spínola certamente retornou a Guiné frustrado, e não apenas pelo fato de ter trazido ao conhecimento do Presidente do Conselho suas teses e ter sido sumariamente ignorado (novamente). O General também teria sentido que, por ter exposto sua opinião a Caetano, não apenas poderia acabar por perder o seu cargo e status político, como também acabaria por abalar a moral e a imagem que havia construído na Guiné, em função da posição adotada por Caetano.

A partir do parecer de 28 de maio de 1972, podemos observar que obviamente Spínola buscou delegar a Senghor a responsabilidade pela proposta, o que pode ter ocorrido devido ao fato do General buscar um reforço moral para as ideias, que também vinha apresentando ao regime há mais de uma década e sendo sumariamente ignorado. O fato de que Senghor tenha ouvido Spínola e, a partir dele, proposto negociar uma solução para a Guiné, certamente forneceu o reforço moral que o General precisava para crer ainda mais na viabilidade das suas teses, como também foi um marco simbólico a corroborar o caminho que ele desejava seguir. Além disso, se Spínola não havia sido ouvido pelo regime, talvez Senghor o fosse.

Temos de reconhecer que essa insistência de Spínola em uma solução política para a Guerra acabou por deixá-lo em uma situação delicada com Caetano. Isso se evidencia no seguinte relato do General:

[...] após a promulgação da Revisão Constitucional que, embora sem o alcance previsto na sua fase inicial, permitiu algumas aberturas, promovi, em Outubro de 1972, a elaboração do “Estatuto da Província da Guiné”. Esse Estatuto e bem assim o discurso por mim proferido na reunião conjunta dos Conselhos Legislativos e do Governo da Guiné, quando do início da sua elaboração, foram severamente criticadas pelo Presidente do Conselho e pelo Ministro do Ultramar, os quais não aceitaram a larga descentralização prevista e a garantia de uma representatividade adequada dos cidadãos em geral, das autarquias e dos grupos sociais nas suas modalidades fundamentais. Em face desta controvérsia, a minha demissão estivera eminente. (SPÍNOLA, 1978, p. 65-66).

Entretanto, Marcello Caetano não demitiu Spínola. Além disso, a última oportunidade para uma saída negociada para a Guiné aconteceria em outubro de 1972, quando Amílcar Cabral teria proposto encontrar-se com o Governador-Geral em território português, eventualmente em Bissau. Porém, apesar dos apelos do General, Caetano manteve a posição tomada em maio, “[...] opondo-se à realização do encontro que, em seu critério, se traduziria num reforço do prestígio político do líder do PAIGC. [...]” (SPÍNOLA, 1978, p. 41). Esvaía-se a última esperança do General. Para ele, a guerra tinha acabado. Afinal, em suas palavras, “A realidade, porém, é que estava perdida a última oportunidade de se resolver com honra e dignidade o problema da Guiné.” (SPÍNOLA, 1978, p. 42).

Como é evidente, António de Spínola busca esclarecer ter inúmeras vezes tentado “*consciencializar*” o Presidente do Conselho (primeiramente Salazar e posteriormente Caetano) sobre a sua opinião quanto ao problema ultramarino, trazendo ao conhecimento de ambos as teses que estariam na base de *Portugal e o Futuro*. Antes mesmo da proibição

de Caetano, Spínola já havia visto seus anseios para a “África portuguesa” frustrados, inúmeras vezes, o que de certa forma justifica as inúmeras críticas que o mesmo teceria à postura adotada por Caetano e pelo regime português ao longo de todo *Portugal e o Futuro*. Diante desse quadro, António de Spínola sentia-se na obrigação de trazer a público as suas teses sobre o Ultramar português, ainda que para isso tivesse que escrever um livro. Portanto, o General responde com um livro porque, segundo ele, os seus apelos anteriores foram totalmente ignorados.

### 2.2.2 As justificativas para a escrita de *Portugal e o Futuro*.

O livro é muitas vezes uma resposta e, como tal, o seu aparecimento é determinado por uma razão nem sempre transparente por quanto os estímulos que lhes estão na origem podem escapar à percepção do leitor, mesmo do mais receptivo à mensagem contida nas suas páginas. (SPÍNOLA, 1974, p. 13).

São com essas palavras que António de Spínola inicia *Portugal e o Futuro*, com a finalidade de deixar claro que a sua escrita partiu de uma “razão”, uma “resposta” a imperativos extremos: “Com efeito, responde-se com um livro a uma solicitação estética que o seu autor deseja ver corporizada [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 13). Deste modo, como podemos observar, o próprio autor reivindica que a sua obra seja interpretada a partir das razões que a determinaram: a resposta que o General tencionava dar ao que considerava como obsessões políticas, inadmissíveis sobretudo na situação crítica que Portugal enfrentava. Nas palavras do autor, “[...] ponderámos maduramente as questões suscitadas pelos problemas que tivemos de enfrentar ao longo de um mandato de governação de uma província ultramarina. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 20).

Para Spínola, *Portugal e o Futuro* era uma resposta que vinha sendo construída desde 1961, quando o contato com a guerrilha o fez começar a duvidar que a guerra pudesse ser ganha militarmente, dúvida que a sua experiência como Governador-Geral da Guiné transformou em certeza. Ou seja, a obra de Spínola deve ser lida tendo em vista o contexto em que foi escrita, o qual se inicia em 1961 e se estende até 1973, quando o livro em sua versão final foi entregue a editora. O período antecede a publicação, em 22 de fevereiro de 1974, e por consequência é anterior ao 25 de Abril.

Para Quentin Skinner, quanto interpretamos textos “[a] fim de percebê-los como respostas a questões específicas, precisamos saber algo da sociedade na qual foram

escritos.” (SKINNER, 1996, p. 13). Diante disso, a fim de alcançar uma maior compreensão sobre os significados da obra, torna-se primordial ter em vista em que contexto o autor estava inserido, assim como quais atividades o mesmo desenvolvia enquanto a obra era escrita. No caso de Spínola, importa-nos a forma como ele se relacionava com a retórica colonial defendida pelo Estado Novo, a qual o autor contesta ao longo de sua obra. Além disso, ao analisar a obra tendo em vista o pós-Revolução do Cravos, precisamos considerar que o contexto já era outro, portanto seria outra a forma como os indivíduos e o próprio autor (que de imediato torna-se Presidente mas depois vira exilado político) se relacionava com estes conceitos.<sup>41</sup>

Além disso, se o livro se constitui em uma resposta, podemos considerá-lo em oposição ao que o próprio Spínola afirmaria posteriormente, que *Portugal e o Futuro* não foi fruto de uma escrita despreziosa e seu conteúdo vai além da mera opinião de um General condecorado. Qualquer que fosse a intenção de Spínola ao publicar a obra, o autor de fato possuía uma intenção ao fazê-lo. Diferentemente da forma como ela é comumente aceita, não foi resultado único e exclusivo do fato de Spínola ter percebido não haver lugar para ele no Governo de Caetano. Embora essas circunstâncias influenciassem o tom da escrita do General, a obra em si resulta da certeza que ele tinha de que suas teses representariam uma terceira via que poderia salvaguardar a unidade portuguesa como ele a entendia e defendia<sup>42</sup>.

Embora a obra possua um nítido sentido, interesse e objetivo político, ao buscar trazer a público as suas teses, conforme verificamos no segundo parágrafo da obra, “[...] responde-se também com um livro aos imperativos do direito à informação, que a crescente complexidade do mundo contemporâneo situou na primeira linha dos direitos humanos.” (SPÍNOLA, 1974, p. 14). Portanto, não cremos que Spínola desejasse derrubar por completo as estruturas do regime, a ver-se que, segundo Barbosa, Spínola se opunha ao ideário e aos métodos do regime e não ao regime (BARBOSA, 2008). Todavia,

---

<sup>41</sup> Para Quentin Skinner esse era um exercício importante a fim de compreender e interpretar os textos. A partir desse exercício “[...] Podemos começar assim a ver não apenas que argumentos eles apresentavam, mas também as questões que formulavam e tentavam responder, e em que medida aceitavam e endossavam, ou contestavam e repeliam, ou às vezes até ignoravam (de forma polêmica), as ideias e convenções então predominantes no debate político. [...]” (SKINNER, 1996, p.13). Para Skinner, os textos por si só não são capazes de nos dar esse nível de compreensão, sendo necessário ter conhecimento dos conceitos e do vocabulário político que está para além do texto. No caso de *Portugal e o Futuro*, isso significa compreender a forma como o autor se insere no contexto e se utilizada dele, seja Português ou Africano, Político, Militar e, por que não?, intelectual.

<sup>42</sup>Desde já deixaremos claro que sempre que for feita referência ao “todo português” ou à “unidade portuguesa”, refere-se ao Portugal pluricontinental, ou seja, estarão inclusos os territórios ultramarinos. Essa é a unidade portuguesa entendida por António de Spínola.

consideramos que a experiência no Ultramar tornou o General muito mais fiel ao “Portugal pluricontinental” do que ao próprio regime no qual ele estava politicamente inserido. Deste modo, mesmo que obra pudesse trazer consequências gravosas ao regime, sua publicação ainda é vista pelo seu autor como um ato patriótico, por trazer a público a defesa de algo muito maior, como podemos ver em suas palavras:

[...] responde-se ainda com um livro a concepções de vida social e política que surjam como um desafio aos factos e aos homens; e tal resposta é tanto mais imperiosa quanto mais aquele desafio criar o risco de perturbar o equilíbrio da opinião pública ou de a orientar em sentido contrário ao interesse geral. Neste último caso o livro surge como instrumento de um debate que não deve evitar-se perante aqueles que honestamente anseiam ser esclarecidos sobre a verdade dos conceitos em confronto. Aparece assim como resposta à voz da consciência de quem o escreve, e por essa via cumpre um dever cívico e uma obrigação moral para com o seu país e os seus concidadãos. (SPÍNOLA, 1974, p. 14).

Como podemos perceber, Spínola reconhecia os efeitos que sua obra poderia ter na opinião pública, assumindo desta forma o risco de perturbar o equilíbrio que diz reinar em torno da mesma e inclusive contando com isso como forma de alterar o *status quo* vigente. O autor assume que sua resposta era grave porque a situação era grave. Assim, inúmeras vezes ao longo de *Portugal e o Futuro*, Spínola visa deixar clara a incapacidade que o regime vinha demonstrando em encarar com realismo e audácia a crise com a qual Portugal se debatia. Há décadas já não existia uma visão equilibrada sobre os fins que vinham tomando o Ultramar Português, sendo exatamente essa a questão que o autor buscava resolver.

Na verdade, essa é a grande polêmica de *Portugal e o Futuro*. Spínola via em suas teses a opinião equilibrada que faltava ao regime e, ainda assim, a posteriori afirmaria que embora defendesse uma necessária reestruturação política de Portugal, ele nunca teria pretendido derrubar o regime ou sequer desencadear uma revolução armada. E, suas palavras, seus objetivos se resumiriam a:

[...] apenas consciencializar o Povo Português e os seus governantes para a necessidade de se reformular a política nacional à luz de um conceito evoluído de Estado democrático de Direito que se harmonizasse com as exigências sociais do mundo moderno e, em especial, de se adoptarem novas soluções para o problema ultramarino a tempo de se evitar o desfecho trágico que cada vez mais se aproximava. [...] (SPÍNOLA, 1976, p. 10).

Ou seja, embora a obra não trouxesse nada de novo, o General “[...] considerava sua ação um ato patriótico[...].” (MAXWELL, 2006, p. 56), ao visar “consciencializar” o



Povo Português de que, diferente do que se imaginava, talvez o governo já não fosse capaz de resolver tudo por eles, conclusão a que Spínola chegara ao longo de sua experiência política e militar no Ultramar. Essa experiência e a insistência do Estado Novo Português em recalcar os próprios dramas teriam impulsionado o General a dar início à escrita de um livro, por crer ser necessário dar um passo à frente, um passo progressivo que gerasse possíveis novas iniciativas. Posteriormente, embora soubesse ser tarde para a estruturação da sua proposta, Spínola reconhece que "[...] o grito de alerta era exigido pela minha consciência, pois, apesar de tudo, sonhava ainda na edificação de um Mundo de raízes portuguesas [...]" (SPÍNOLA, 1978, p. 250). Ou seja, conforme suas próprias palavras, foi com um livro que Spínola pretendeu dar "[...] um início de resposta a um desafio que se mantinha desde 1961." (SPÍNOLA, 1978, p. 250).

António de Spínola defendia ser a sua obra uma ferramenta esclarecedora por visar esclarecer o “todo português” sobre a real situação portuguesa, a fim de findar a crise que se enfrentava. Afinal, mesmo que internamente reinasse em Portugal o imobilismo social, externamente o mundo evoluía. Portugal não acompanhava essa evolução ao adotar medidas que esse “mundo” já não era capaz de aceitar, o que acabava não apenas conduzindo a um isolamento e a um descrédito crescente entre os vizinhos europeus, como também conduzia a Nação ao distanciamento da unidade que tanto se dizia defender.

Apesar disso, Spínola pouco ou nada esclarece sobre quais seriam essas medidas ou de onde retira os poucos dados que apresenta, não deixando claro o que fundamenta a sua opinião, para além de sua experiência pessoal política e militar. Neste sentido, o General apresenta as suas teses de maneira vaga, apesar do tom grave que aparenta pretender imprimir nas mesmas por considerar primordial a sua publicidade. Segundo Spínola, a publicação de sua obra resultava também de uma exigência social, referindo-se “[...] à exigência social de difundir ideias, obedecendo então ao impulso generoso de não deixar morrer com o autor o que pode aproveitar à Humanidade.” (SPÍNOLA, 1974, p.13).

Com o livro, Spínola afirmou buscar repensar e reformular estratégias, trazendo o tema para um debate construtivo. Em suas palavras, “[...] afigura-se-nos de elementar lógica o recurso ao debate construtivo, ao diálogo aberto à participação nacional e até – por que não? – à consulta final à Nação. [...]" (SPÍNOLA, 1974, p. 16). Mas para isso impunha-se que os portugueses tomassem consciência da situação portuguesa no mundo

e de que lugar Portugal ocupava neste mundo. Apenas assim se poderia avaliar os caminhos possíveis sem se deixar intimidar por posições de irredutibilidade.

Este é o primeiro momento em que Spínola fala em consulta final à Nação, algo que não poderia ocorrer sem um amplo esclarecimento de ideias para que os portugueses pudessem escolher livremente e de forma adequada (conforme veremos à frente, isso era primordial para a proposta de Spínola). Assim, esse teria sido o motivo para o nascimento de *Portugal e o Futuro* e seu autor encontrava-se convencido de que as teses expostas em sua obra seriam a única solução viável naquele contexto para se salvaguardar a unidade portuguesa.

A escrita e publicação de sua obra representava para Spínola uma ação vital, um dever cívico, um dever moral: o de trazer esse debate à vida de todos os portugueses. Em suas palavras: “Neste último caso o livro surge como instrumento de um debate que não deve ser evitado [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 14). O General afirma buscar dar uma resposta aos que, “[...] agitando a bandeira de princípios que fizeram história, mas que o tempo arquivou e o mundo de hoje não aceita [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 19), acabariam por conduzir o “País à desintegração pela via revolucionária” Deste modo, com a obra *Portugal e o Futuro* pretendia-se dar uma resposta aos intolerantes que, segundo Spínola, destruíam a unidade nacional que pretendiam defender: “[...] resposta enfim aos que cegos à potencialidade do espírito lusíada, desprezam quanto podem construir-se sobre as bases do nosso secular esforço, e que, em nome de utopias, pretendem reduzir o País a um conto sem expressão no contexto das nações.” (SPÍNOLA, 1974, p. 19).

### 2.3 “A CRISE QUE ENFRENTAMOS”: DOS ALICERCES HERDADOS DA HISTÓRIA A UM PORTUGAL DO FUTURO.

Em *Portugal e o Futuro*, António de Spínola debruçou-se sobre as contradições que em sua visão a Nação portuguesa enfrentava. Afinal, em suas palavras: “Não podemos almejar a grandeza espiritual na alienação das largas potencialidades que o futuro nos abre. Temos, pois, de ser positivos e realistas sem nos demitirmos, como temos de ser pragmáticos sem deixarmos de ser portugueses. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 18). Assim, era chegada a hora de conciliar-se os “*alicerces herdados da história*” com o

futuro próspero que Portugal ansiava por construir, sem que com isso se tornassem menos portugueses. Pelo contrário, se deveria atingir a verdadeira síntese nacional.

### 2.3.1 A essência da nação: realidades permanentes, valores essenciais.

Em *Portugal e o Futuro*, António de Spínola alega crer não ser necessário uma análise histórica detalhada para sustentar a afirmação de que Portugal vivia, sem dúvidas, “[...] uma das horas mais graves, senão a mais grave, da sua História, pois, nunca as perspectivas se apresentaram tão nebulosas como as que se deparam à geração actual. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 21). O General tencionava esclarecer que a crise que Portugal enfrentava era totalmente diferente das crises enfrentadas anteriormente, pois as crises anteriores teriam sido essencialmente crises de independência política, enquanto aquela seria muito mais profunda, já que a arquitetura portuguesa estava em causa.

Ao assegurar que as crises anteriores eram eminentemente crises de independência, o General afirma não estar retirando-lhes a devida importância, mas sim buscando evidenciar que aquela crise ameaçava o que ele chama de “*essência da Nação*”. Tal essência, assim como a segurança física e o bem-estar social e material, nunca antes estiveram em tão grande risco. Nas palavras do General, a “*essência da Nação*” era:

[...] o conjunto de vivências e tradições culturais correspondentes a uma forma de agir e de reagir num quadro ético-social tacitamente conformado, a segurança colectiva proporcionada pela solidariedade nacional e os traços subconscientes de ligação humana entre nacionais – esta jamais esteve em causa [...] (SPÍNOLA, 1974, p. 22).

Deste modo, o que Spínola considera como “*essência da Nação*” se assemelha muito com o próprio conceito de Nação. Segundo Anne-Marie Thiesse, a Nação deveria possuir uma série de elementos que estabeleçam sua continuidade através das vicissitudes da história. Essa partilha de elementos é o que constitui a base para a construção da solidariedade entre nacionais à qual Spínola se refere, e que os faz pertencentes à mesma Nação. Conforme Thiesse, “[...] o advento dos Estados Nações foi promovido por meio da elaboração de um sistema de identidades coletivas inteiramente novo [...]” (THIESSE, 1974, p. 7).

Essas identidades nacionais fortes, tidas praticamente como intocadas, assim o seriam por serem ancoradas no que Thiesse denomina de “profundezas da história”. Entretanto, precisamos levar em consideração, que o autor de *Portugal e o Futuro* estava inserido dentro do contexto do Salazarismo. Portanto, ter em mente o conceito de Nação

adotado pelo regime talvez nos ajude a compreender melhor a forma como Spínola conduz as suas críticas ao regime por este se afastar da suposta “*essência da Nação*”. De modo geral, segundo Torgal, a Nação dentro do Estado Novo era entendida como um conceito resultante da junção de corpos, um coletivo que formava um todo unitário. Portugal se tratava de uma Nação “[...] com um carácter histórico e tradicional que se afirmava num território inalienável. [...]” (TORGAL, 2009, p. 469).

Segundo Spínola, em todas as épocas o Povo Português lutou por independência política para que a Nação fosse um Estado e para que as suas leis fossem nacionais. Porém, a luta naquele momento era outra, além de ser muito mais grave. Afinal, segundo Spínola, “[...] o fenómeno migratório é bem o reflexo da crise actual, pois prova à evidência que a independência política deixou de ser a meta do cidadão comum. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 23). Isso tornava o quadro muito elucidativo, pois diante da crise os portugueses preferiam deixar a Nação do que lutar pela independência da mesma. Nas palavras do General “[...]este quadro revela bem a crise de sobrevivência social que atravessamos, crise que se projecta nos traços da essencialidade da Nação.” (SPÍNOLA, 1974, p. 24).

A solução para a crise que afligia a Nação apenas surgiria após os portugueses conseguirem se desvencilhar das dúvidas “entre o que seremos e o que deveríamos ser” (SPÍNOLA, 1974), algo que, segundo o General, só seria possível se os indivíduos participassem com pleno direito das decisões da nação. Afinal, apenas assim estabeleceriam laços e reforçariam outros e, caso contrário, acabariam por procurar no exterior o que não encontravam em Portugal, resultando em uma alarmante “*deserção psicológica*”. Entre as conclusões que deveriam surgir desta plena participação dos indivíduos nas decisões da nação, a questão primária consistia em “[...] saber quais devem ser os objetivos do Estado – por tal se entendendo a Nação politicamente organizada – não tanto em termos éticos como em termos pragmáticos.” (SPÍNOLA, 1974, p. 29).

Spínola dedica uma parte da escrita de sua obra a uma tentativa de esclarecer quais seriam os objetivos do Estado como sociedade política, partindo da noção de que seria obrigação inalienável do Estado conduzir em coletivo os fins dos seus membros, sem que estes precisassem buscar estas realizações em outras sociedades. Nas palavras do General:

[...] nesta conformidade, os objetivos do Estado só podem ser o de subsistir e o de prosperar, sendo ao mesmo tempo a sua prosperidade – consubstanciada na prosperidade dos seus membros – uma das condições básicas da própria subsistência; [...] (SPÍNOLA, 1974, p. 29).

Além de rasas, as explicações que o General elabora sobre quais seriam os objetivos do Estado, ou mesmo sobre o que ele compreende pelo conceito de Estado, são única e exclusivamente voltadas para a sua preocupação em combater a “*deserção psicológica*” que enfraquecia o elo unificador da portugalidade, e que colocaria em causa a “*essência da Nação*” portuguesa como Spínola a compreendia. Segundo ele, um Estado que não promovesse efetivamente a prosperidade dos indivíduos que o compunham acabava por perder o substrato agregador da massa que lhe conferiria existência. Deste modo, Spínola associa a sobrevivência de um Estado à independência do mesmo, defendendo, no entanto, que essa independência não era no sentido tradicional, que consistiria em um Estado exercer o poder internamente sem limitações ou interferências externas, o que já não era mais a realidade. Conforme o General expõe em *Portugal e o Futuro*:

[...] na época em que vivemos, sobreviver, para um Estado, é conservar, na interdependência, uma personalidade própria e uma capacidade mínima para agir e reagir, em ordem a manter a liberdade de acção que lhe permita continuar a ser pela possibilidade da sua intervenção nas correntes da comunicação entre Estados. A sobrevivência implica então a disponibilidade de potencialidades [...] e na aptidão para os desenvolver ao ritmo exigido pela evolução dos outros Estados; e, claro, um mínimo de força moral, em suporte do desenvolvimento dos recursos próprios. (SPÍNOLA, 1974, p. 30).

Ou seja, Spínola acreditava que a sobrevivência girava em torno da capacidade de um Estado em valorizar e aproveitar todos os recursos disponíveis, algo fundamental por Portugal encontrar-se em um Mundo constituído pelo o que o General denomina de “sociedade de Estados”, onde o equilíbrio seria essencial para a sobrevivência dos Estados mais débeis. No caso português, Spínola reitera que “[...]o estabelecimento de fluxos num só sentido e a sub-utilização da nossa capacidade criadora pode conduzir-nos pela via da dependência ao desaparecimento, sem embargo de podermos manter uma aparente individualidade política.” (SPÍNOLA, 1974, p. 31).

Porém, além de subsistir, o objetivo do Estado também seria o de prosperar, de modo a satisfazer as crescentes necessidades dos seus membros. Um Estado que privilegiasse apenas algumas minorias acabaria consequentemente por semear as erupções que o afligiria. Tendo isso em vista, deveria existir um equilíbrio entre o que o Estado dá à coletividade e o retorno que esta dá ao Estado. Como Spínola salienta, “[...] é particularmente importante a aceitação desse ponto, pois situa-se no núcleo da temática em causa. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 31), caso contrário a elasticidade social atingiria o seu limite levando à pressão revolucionária e à desagregação.

O que Spínola visava esclarecer era o fato do estrangulamento democrático que Portugal vivia gerar uma insatisfação que ultrapassava as questões econômicas. Essas insatisfações atingiam setores efetivamente importantes para o conceito de Nação que se desenvolveu ao longo do Estado Novo e para a forma como o próprio Spínola entendia a Nação portuguesa, pois, segundo ele, tais insatisfações estendiam-se à família, à escola, à empresa, à rua e até mesmo à igreja e à instituição militar, as quais passavam a contestar os objetivos do Estado. Entretanto, não se contestava os valores. O que se assistia era uma resposta a uma nova ordem de solicitações que só iria atenuar-se conforme a Humanidade fosse se ajustando.

Essas perdas seriam, para o General, uma consequência natural da inserção Portuguesa em um Mundo regido por princípios diferentes daqueles que a Nação portuguesa vinha proclamando até então. Spínola buscou corroborar essa posição com a defesa de que as ideias que conferiam conteúdo às teorizações políticas centravam-se no culto de valores arvorados em “*realidades permanentes*”. No entanto, essas “*realidades permanentes*” em que se pretendia alicerçar o edifício nacional nem sempre eram estruturadas em termos incontrovertidamente coerentes. Ainda assim, nas palavras do General:

[...] Em nome delas se pretende que a Nação caia de pé, mantendo-se, entretanto, num imobilismo ideológico, político e econômico, como em seu nome se advoga, por outro lado, a desagregação de um patrimônio que existe de facto e cuja alienação seria prenhe de consequências catastróficas, mas, em ambos os casos, caminhar-se-ia assim para o colapso [...] (SPÍNOLA, 1974, p. 110).

Spínola ainda reitera ser totalmente legítimo questionar se havia “*realidades permanentes*” no sentido em que estavam sendo consideradas e, caso houvesse, quais seriam de fato, sem equívocos ou ambiguidades retóricas. Entretanto, a única forma de se determinar quais seriam as *realidades permanentes* que deveriam servir de suporte a estruturas nacionais adequadas à vida política portuguesa seria a partir da “legítima participação da população nas tomadas de decisão da Nação”. Afinal, a Nação se encontraria em tal situação de completo imobilismo devido à intenção de alguns em submeter a estabilidade e os caminhos da Nação em prol dessas ditas *realidades permanentes*, sem levar em conta a situação das partes que a compunham. Segundo o General, a realidade jamais é permanente, ou seja:

[...] A realidade é a vida, e sendo esta uma constante sucessão de convicções, temos de aceitar a inevitabilidade da evolução. A realidade não é objectiva, é sensorial, e como tal cada um vive a sua própria realidade, em constante mutação, influenciada pela vivência interna,

pelo meio exterior e até por condicionalismos de ordem somática[...]" (SPÍNOLA, 1974, p. 111).

António de Spínola afirma ser extremamente ousado falar em realidades absolutas, visto que para tal pressupunha-se que estas possuísem um substrato conceitual de verdade. Segundo o General, nada seria mais subjetivo do que a verdade e, por mais que os homens a buscassem, jamais a alcançariam, fato que “[...] legítima a dúvida sobre a aceitação universal de ‘realidades permanentes’ [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 111), baseadas em um conceito utópico de uma verdade total.

Tendo isso em mente, o General sustenta não ser compreensível que qualquer grupo pretendesse se apoiar em uma realidade mais autêntica do que a de outro, sendo isso o mesmo que reivindicar ser detentor da realidade absoluta, o que leva-o a concluir que era totalmente legítimo contestar a autenticidade de teses com base nas ditas realidades absolutas. Além disso, sendo a História ordenada por respostas, e sendo estas respostas carregadas de subjetivismos provenientes de uma mentalidade da época, seria ainda mais legítimo “[...] duvidar que aquilo que hoje seja considerado real o continue a ser amanhã.” (SPÍNOLA, 1974, p. 111). Afinal, “se a vida é de facto uma sucessão de convicções, a História não o é menos; e, como tal, o que ontem foi para um povo o seu ideal colectivo, hoje pode não o ser.[...]" (SPÍNOLA, 1974, p. 111).

Portanto, haveria uma tendência a interpretar a expressão “*realidades permanentes*” como “*valores imutáveis*”, mas neste caso mantinham-se as mesmas interrogações. Deste modo, o General ressalta pensar que “[...] se deva tomar como valor tudo o que, de ordem conceitual ou material, é susceptível de avaliação e gradação entre o bem e o mal, o útil e o inútil, o raro e o vulgar [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 112). Mantinha-se, nesse conceito de “*valores imutáveis*”, o mesmo carácter subjetivo dos juízos de valor, “o que é bom para uns pode ser mal para outros”, sendo impossível admitir a existência de uma imutabilidade desses juízos de valor, quer sejam individuais ou de grupo.

Apesar do acima exposto, o General assume não negar a existência de um conceito de permanência no qual se fundamentariam os princípios básicos de qualquer organização política. O primordial consistiria em distinguir não apenas as diferenças entre “*realidades permanentes*”<sup>43</sup> e “*valores essenciais*”, como também deveriam ser analisadas as características de permanência e de imutabilidade daqueles valores. Em sua obra, Spínola sustenta a necessidade de um total esclarecimento de conceitos para que não houvesse

---

<sup>43</sup> As aspas em *realidades permanentes* são adotadas pelo autor, que não as adota ao se referir a *valores essenciais*.

uma confusão entre o que se foi e o que se desejava ser, confusão que afastava a Nação dos objetivos de coexistência e sobrevivência. Em suas palavras:

Entendemos, com efeito, que há valores essenciais a preservar como suporte das modernas sociedades individualizadas; valores que decorrem do desejo de os povos transformarem em realidade comunitária permanente os seus padrões culturais, necessidades e aspirações. Deste modo, a “realidade permanente” será a própria existência dos povos, deixando de ser um dogma casuístico do presente e do passado para se transformar em realidade a preservar à custa da vivência de valores essenciais – esses sim, permanentes, embora não imutáveis, pois o seu conteúdo encontra-se em constante evolução. [...] (SPÍNOLA, 1974, p. 112-113).

Deste modo, para o autor de *Portugal e o Futuro*, “realidades permanentes” eram “a própria existência dos povos”, mas sem permanecer preso a um passado. Segundo o General, os “valores essenciais”, porém de conteúdo mutável, que constituiriam o suporte moral das necessidades e aspirações dos grupos humanos seriam:

[...] o respeito dos direitos humanos que não podem ser feridos pela integração dos indivíduos na vida social; a harmonização do interesse geral entendido como somatório e resultante dos interesses particulares que o conformam; a construção de um Estado em que o poder se subordine aos fins assim definidos e se revista da autoridade legítima que lhe advém dessa subordinação; e a participação dos cidadãos na gestão dos seus destinos, tornada cada vez mais imperativa pela permanente elevação do seu nível cultural e do seu grau de consciencialização.” (SPÍNOLA, 1974, p. 113).

Estes “valores essenciais” constituiriam um suporte cuja preservação não caberia apenas a uns poucos eleitos pertencentes à elite, devendo residir “no sagrado psíquico dos povos”, dado que as sociedades ocidentais já não aceitavam chefes carismáticos a convertê-los. Nas palavras de Spínola:

[...] daí que, ou se assentam de facto os sistemas político-sociais em necessidades e aspirações comuns e nos autênticos valores a preservar pela participação indiscriminada dos cidadãos na sua formulação, ou a existência dos povos como povos deixará de ser permanente. É nisso que reside a diferença entre “realidades permanentes” e valores essenciais[...] (SPÍNOLA, 1974, p. 114).

Spínola assenta na participação indiscriminada dos cidadãos não apenas a durabilidade dos sistemas político-sociais, como também a existências dos povos. A partir disso, as Nações deveriam empenhar-se no que seria essencial e útil num futuro previsível. Seguindo em consenso com os seus verdadeiros interesses, o General asseverou ser um “[...] grave e perigoso erro pretender justificar a permanência de instituições ultrapassadas com menosprezo desses interesses.” (SPÍNOLA, 1974, p. 114). Em seu entender, “nenhum sistema político-social poderá jamais ser considerado uma



realidade permanente. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 114). Como exemplos disso, Spínola enumera o feudalismo, as monarquias absolutas, a Inquisição e inclusive os impérios, os quais teriam feito o seu tempo. Porém, se tivessem sido tomados como *realidades permanentes*, as sociedades não teriam chegado à era da dignidade humana por estarem presas em um imobilismo estrutural<sup>44</sup>. Segundo Spínola:

E, sendo assim, os perigosos campos a que a sua aceitação nos pode conduzir, e o imobilismo estrutural que a definição sugere, parecem aconselhar, de facto, a que não se baseie um sistema de vida na preocupação de coerência com pretensas “realidades permanentes”, mas antes com valores actuais e de aceitação geral. (SPÍNOLA, 1974, p. 115).

Conforme mencionamos anteriormente, algumas falas do autor atingem nível filosófico, realmente quase esotérico. Além disso, embora defenda uma clara definição dos conceitos, Spínola não os define claramente, o que apenas nos possibilita alguns vislumbres do que o autor pretendia com suas falas. De maneira geral, arriscamo-nos a interpretar as palavras do General da seguinte forma: se antes Portugal e o Mundo achavam ser totalmente legítimo possuir colônias, naquele contexto isso já não correspondia à realidade e as minorias no poder não poderiam mais pretender impor esse fato, como se o regime fosse detentor de toda a verdade, pois, desta forma, a contestação direcionada à Portugal seria totalmente legítima.

Além da crítica à falta de participação das populações nas decisões que afetariam o futuro da Nação, as críticas que Spínola faz ao imobilismo nacional tornam-se ainda mais evidentes quando este afirma que, “[...] exemplo flagrante de flutuação histórica, a desmentir que tenha havido constantes em que possam fundamentar-se hipotéticas realidades nacionais permanentes. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 115). Ao olhar para o exemplo português, Spínola volta-se para os descobrimentos e afirma que, embora muito se escrevesse sobre este período, devia-se reconhecer que nem sempre os portugueses eram realistas no juízo que faziam a respeito das motivações que fizeram Portugal lançar-se nessas descobertas. Embora certamente muito tivesse de cavalheiresco naquele impulso, Spínola afirma que se vivia num contexto de expansão da fé cristã, alimentada por um proselitismo característico da época. Além disso, vivia-se também no período da

---

<sup>44</sup> Como vimos António de Spínola tinha a consciência da censura que poderia recair sobre a sua obra, como de fato ocorreu pouco tempo após a publicação. Diante disso, ao afirmar que nenhum sistema político poderia ser considerado como uma realidade permanente, Spínola estaria afirmando que, a exemplo do feudalismo, o salazarismo já havia “feito o seu tempo”. Fato é que o autor faz uso de vários artifícios retóricos ao referir-se aos setores existentes em Portugal, possivelmente fosse esse mais um deles. Além disso, crendo ou não que o Salazarismo já tivesse “feito o seu tempo”, Spínola criticava veementemente o que denominava de “imobilismo estrutural”.

glória dos feitos de armas e da epopeia pela epopeia, tendo sido sem dúvida, nas palavras do General:

[...] uma gesta gloriosa que Camões immortalizou e que transformou o Índico e o Atlântico num vasto mar português. Orgulhamo-nos, muito legitimamente, desses feitos épicos. Dilatámos a Fé e o Império; e século e meio depois sacudimos o jugo de Castela que, com a derrota do Prior de Crato em Alcântara, dilatara até Lisboa as fronteiras do velho império de Carlos V. Outros dois séculos volvidos, voltámos a cobrir-nos de glória impedindo que Napoleão Bonaparte estendesse até nós o seu império. Celebrámos, recentemente, a libertação da Europa da dilatação de outra fé e de outro império; e empenhamo-nos hoje na defesa da nossa forma de viver contra a expansão da fé e do imperialismo que sopram do Oriente<sup>45</sup>. Proclamamo-nos actualmente um povo pacífico, nada mais desejando do que viver em boa harmonia e em paz com os vizinhos; mas se o tivéssemos sido há cinco séculos não estaríamos no mundo como estamos. Quais são, pois, as nossas “realidades permanentes?” (SPÍNOLA, 1974, p. 115-116).

Esse apanhado histórico que Spínola faz<sup>46</sup> tinha como intuito demonstrar o quão glorioso foram os feitos portugueses no Ultramar, contrapondo com a visão de Portugal como uma Nação constituída por um Povo pacífico, visão muito comum naquele contexto. O General ainda faz uma crítica a essa suposta postura pacífica portuguesa, ao afirmar que “[...] se o tivéssemos sido há cinco séculos não estaríamos no mundo como estamos [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 116) e prossegue:

Dirigiu-se para o Oriente o nosso esforço de conquista e dali vieram as riquezas e os feitos que nos tornaram grandes entre os grandes. A África foi para nós um mercado e um apoio para as esquadras que sulcavam os mares; ali deixávamos os nossos missionários e implantávamos feitorias, respeitando os naturais com os quais celebrávamos acordos e mantínhamos relações de que é expressivo exemplo o reino do Congo. Dois tipos de penetração caracterizaram, pois, essa época de expansão: no Oriente e no Norte de África, a conquista; e hoje já não estamos no Norte de África e quase não estamos no Oriente, que conquistámos pelas armas; mas estamos na África Central e Meridional, que conquistámos pelo coração. Qual destas são as nossas “realidades permanentes?” (SPÍNOLA, 1974, p. 116).

<sup>45</sup> António de Spínola era profundamente anticomunista. Para ele, o comunismo era mais um totalitarismo que deveria ser rejeitado. O General via a necessidade de barrar o avanço comunista que ameaçava a cultura e a fé ocidental e que acabaria por conduzir o mundo ao colapso. Em 27 de agosto de 1975, em entrevista concedida a Stan Lehman, da United Press Internacional, no Rio de Janeiro, o General afirma que “[...] se Portugal se transformar num país comunista, estará dado o primeiro passo não só para a comunização da Europa, como para a do Mundo Ocidental. [...]” (SPÍNOLA, 1976, p.283).

<sup>46</sup> Esse recuo no passado, segundo Fernando Catroga, foi estratégia amplamente explorada pelo Estado Novo, tanto nos discursos, como na mídia em geral. Tudo confluía “[...] para se exaltar, de uma maneira mais subliminar ou mais explícita, a gesta dos Descobrimentos, exploração historicista que visava desencadear efeitos de autoestima e de revivescência nacional, de modo a caldear-se, como nas comemorações anteriores, o fomento do patriotismo com o sonho imperial [...]” (CATROGA, 2005, p.136).

É inegável que a conceitualização que Spínola faz de “*realidades permanentes*” é algo não apenas necessário para que este organize os seus pensamentos, como também é algo muito útil e confortável, já que, seguindo esta linha de raciocínio, se os portugueses tivessem se mantido fiéis às suas “*realidades permanentes*”, sem passar da permanência pacífica à ocupação pelas armas, certamente ainda estariam presentes nos demais territórios africanos que outrora Portugal havia ocupado<sup>47</sup>.

Portugal enfrentava o cenário que enfrentava no continente africano por ter agido em oposição às suas “*realidades permanentes*”. Segundo o General, isso não teria ocorrido por vocação, mas em resposta à pressão exercida indiretamente por terceiros, isto é, pelos que forneciam armas aos africanos, de modo que se os portugueses não tivessem assim feito, certamente outros o teriam. Os conflitos que vinham ocorrendo em África eram resultado direto disso e a única alternativa que teria sido deixada pela Conferência de Berlim. Diante deste quadro o General torna a questionar:

[...] E ainda aqui se nos põe a questão: quais são então as nossas “*realidades permanentes*”? As que estiveram no espírito dos reformadores de 1822 ou as que, iniciadas com a ocupação militar que nos foi imposta e na esteira de figurinos estrangeiros, terminaram no Acto Colonial e no Estatuto do Indigenato? (SPÍNOLA, 1974, p. 117).

Ao longo da obra, Spínola demonstra mais de uma vez sua contrariedade não apenas ao conteúdo do Estatuto do Indigenato, mas sobretudo em relação ao Acto Colonial, ficando clara a sua identificação com o espírito dos reformadores de 1822. Um dos artigos mais importantes do Acto Colonial era o artigo 2º do Título I, que defendia ser da “*essência orgânica da Nação Portuguesa*” desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos<sup>48</sup>. Já a “*reforma*” ocorrida em 1822 tinha como uma das principais características a suposta defesa dos direitos e deveres individuais de todos os cidadãos portugueses. De modo que o General deixa a entender ter sido o Acto Colonial resultado da pressão externa exercida sobre Portugal. Diante desta pressão a

---

<sup>47</sup> Todos esses questionamentos em relação a quais seriam as “*realidades permanentes*”, os “*valores essenciais*” ou a “*verdadeira essência da Nação*” consistiam na verdade em questionamentos que Spínola fazia ao conceito de Nação imposto pelo Salazarismo, inclusive mostrando-se fortemente contrário ao Acto colonial e ao Estatuto do Indigenato. Apesar disso, Spínola não rompe com o regime. Conforme veremos no capítulo III, ao propor uma federação de Estados, uma Comunidade dos países de fala portuguesa, a exemplo da Commonwealth Britânica ou da Comunidade Francesa proposta por Charles de Gaulle, e principalmente que essa fosse uma questão amplamente debatida e votada, Spínola se afasta da própria constituição corporativa do Estado Novo Português, bem como da constituição ultramarina e da interpretação feita pelo regime das teorias que circulavam naquele contexto.

<sup>48</sup> Decreto Lei nº 22:465, de 11 de abril de 1933.

Nação teria se distanciado dos “*valores essenciais*” que deveriam ser defendidos e que constituiriam a sua base. Segundo Spínola:

Pois é este tão controverso conceito de fidelidade a “realidades permanentes” que vem perturbando a vida nacional; e se a sua análise tivesse sido oportunamente feita, mais amplamente rasgados se encontrariam agora os nossos horizontes. São os próprios factos a demonstrar-nos essa viciosa confusão estabelecida em torno de quimeras do passado. (SPÍNOLA, 1974, p. 118).

Deste modo, uma das explicações para esta suposta fidelidade tocava no cerne da própria consciência portuguesa, a qual, na visão do General, seria “[...] sem dúvida alguma conservadora e, portanto, fortemente fechada a uma tal ordem de soluções.” (SPÍNOLA, 1974, p. 118). Isso acabava por se debater também com posições irredutíveis do lado oposto do conflito, movido pelo que o General denominou de “nacionalismo desfocado”, defendendo um monolitismo político que era perigosamente utópico.

Na visão do nosso autor, esse seria o quadro com que a Nação se deparava. Diante desse quadro o regime pretendia agir com base em um ideário que estaria gravemente sobrepujado por um conceito de “[...] uma vocação ultramarina geradora de um todo monolítico como ‘realidade permanente’ a defender a todo transe [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 119), sem atentar-se que nesta defesa acabava-se por comprometer a própria sobrevivência da Nação. Ou seja, Spínola está questionando nada mais nada menos do que um dos principais pilares do nacionalismo português de até então: a vocação portuguesa para estar no ultramar. Conforme veremos, em muitos momentos o General acaba por cair nas armadilhas que ele próprio acusa a Nação de ser vítima.

### 2.3.2 Entre mitos e dogmas, “as nossas contradições”.

Ao longo de *Portugal e o Futuro*, António de Spínola esclarece inúmeras vezes ter escrito o livro com o intuito de demonstrar que as duas impossibilidades que se apresentavam à Nação portuguesa constituíam um verdadeiro desafio ao fato histórico português e à permanência da realidade portuguesa no mundo, e não conduziram os portugueses ao futuro de unidade e grandeza que legitimamente aspiravam. Ou, fazendo uso das palavras do autor, a escrita de *Portugal e o Futuro* teria sido impulsionada pela necessidade de demonstrar o quanto de inconveniente havia nos dogmas que os desuniam.

António de Spínola buscou esclarecer que era de suma importância que os governos naquele contexto se recordassem de pautar a sua conduta política no respeito à noção de que “[...] as sociedades preferem sobreviver prosaicamente a desaparecer gloriosamente na defesa de soluções ligadas ao passado, em prejuízo da sua sobrevivência numa perspectiva do futuro [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 64). Segundo Spínola:

Na verdade, olhando quer para o passado quer para o futuro, não podemos advogar o dogma do imobilismo nacional, pois a defesa intransigente de uma concepção uniforme e absoluta para o Todo Nacional tomada como “realidade permanente” levanta sérias interrogações quanto ao desfecho a que pode conduzir. Aparentemente aliciante, tal concepção não só não é, de forma alguma, uma constante histórica, como carece de actualidade e sentido prático. [...] (SPÍNOLA, 1974, p. 120).

Deste modo, a realidade viva já não comportaria o sistema inoperante que resultaria de tal imobilismo pela tentativa falha, por um lado, de tentar-se evitar contradições com as concepções que lhe presidiriam e, por outro, da necessidade de satisfazer em sua administração um conjunto heterogêneo que se encontrava em conflito com os pressupostos da tese em análise. Ou seja, nas palavras do General, “[...] pretender que a unidade se cimete sobre a hegemonia de uma das parcelas do todo, não pode ser, de forma alguma, valor essencial a preservar. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 120). Assim sendo, para o General não seria nas “*realidades permanentes*”, nem sequer no que o mesmo denomina de “*realidade histórica do materialismo revolucionário*” que a Nação encontraria a solução que buscava. Seria, sim, na manutenção,

não de realidades permanentes, mas de valores essenciais entre sociedades que evoluem segundo as leis naturais, conduz à necessidade de uma regulamentação descentralizada, flexível e ajustada às exigências sociais dos diversos compartimentos; e é da filosofia antiga que a rigidez das leis é indicio do declínio das repúblicas. As normas rígidas são características de senilidade e, deste modo, o rumo ditado pelas pretensas “realidades permanentes” confere-nos o estatuto de nação velha de oito séculos; mas os portugueses, não tenhamos dúvidas, querem ser antes uma nação jovem de oito séculos. (SPÍNOLA, 1974, p. 121).

Esse status de Nação jovem só seria alcançado, segundo o General, a partir do momento que se compreendesse a contradição perigosa que consistia na crença de que o Ultramar já era parte integrante da Nação porque assim determinava uma lei. Para se alcançar esse status, seria necessário que a solução buscada evoluísse no sentido de alcançar a tolerância e o respeito de todos por todos a partir da livre expressão das diversas

formas de viver, construindo-se assim uma unidade sobre a autodeterminação das parcelas a unir.

Mas que Nação é essa a qual se refere Spínola? É evidente que o General contesta o direito inalienável português de estar no Ultramar. Porém, a imagem que ele construiu sobre a Nação portuguesa constitui-se de uma simbiose profunda entre as teses do Estado Novo e a sua própria vivência no continente africano.

Benedict Anderson define Nação como, uma “comunidade política imaginada” (ANDERSON, 2008) que, por ser imaginada, é ilimitada e soberana. Afinal, “[...] até os membros da mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão. [...]” (ANDERSON, 2008, p. 25). Entretanto, exatamente por ser imaginada, essa Nação é capaz de forjar profundos laços de fraternidade que permitem aos seus membros matar ou morrer sem a real consciência das próprias limitações dessa ideia de Nação.

António de Spínola parece reconhecer as limitações da ideia de Nação portuguesa imposta pelo Estado Novo e reitera ser imprescindível uma profunda análise das questões e dos problemas que assombravam a Nação como de fato os seus membros a sentiam. Desse modo, impunha-se aos portugueses a necessidade de que se empenhassem na desconstrução dos mitos que embaraçavam os raciocínios. Na visão do General, essa seria a única forma de verdadeiramente se defender a Pátria que os portugueses desejavam, sem se deixar vencer pelo “*temor reverencial dos velhos tabus*”.

Entre os mitos que enredavam a Nação, destacava-se a necessidade de se desmontar a ideia “[...] de que defendemos o Ocidente e a civilização Ocidental; [...] e a verdade é que os interesses do Ocidente, que nos arrogamos defender, não têm sido, nestes últimos tempos, coincidentes com os nossos.” (SPÍNOLA, 1974, p. 124). Ou seja, além de ser um mito, essa suposta defesa sequer seria de interesse nacional por não serem convergentes os interesses desse Ocidente com os interesses portugueses. Além disso, o General afirma que os grandes interesses se defendiam muito bem por si mesmos, de modo que estava na hora de a Nação parar de seguir caminhos que não seriam portugueses, caminhos que lhes teriam sido impostos:

Terá de desmontar-se o mito de que havemos de continuar a aceitar soluções que nos são impostas por razões históricas e por vocação. Não há, nem houve, razões históricas para o Acto Colonial, origem de toda uma corrente de pensamento desviada do rumo a tomar; nem tão-pouco é nossa vocação estarmos em África do modo como alguns pretendem.

E voltamos a recordar a lúcida oração política atrás referida, em que as alegadas razões históricas foram denunciadas com notável objectividade. A História faz-se e escreve-se dia a dia; e não pode nem deve manter-se a coerência histórica quando esta é contrária à projecção das Pátrias no futuro; a política das Nações deve ser conduzida em ordem a garantir e valorizar o património a legar aos vindouros, ainda que para tanto se tenha de ser pragmático e de aceitar que o que ontem foi bom hoje pode já não o ser. (SPÍNOLA, 1974, p. 124).

Spínola prossegue no sentido de esclarecer a necessidade de desmontar-se o mito de que a missão de civilizar era da “*essência da Nação portuguesa*”, como se com base nesta afirmação alguém pudesse simplesmente aceitar que Portugal deixaria de existir como Nação assim que terminasse a sua missão ou se fosse impedido de concretizá-la. Entretanto, o pensamento de Spínola é o nítido exemplo de que apesar de terem sido construídos, os mitos possuem vida própria, segundo Fernando Catroga, “[...] pelo menos no sentido em que não estão estritamente dependentes das condições históricas que lhes deram origem. Ao contrário, eles denotam alguma capacidade de sobrevivência [...]” (CATROGA, 2005, 179). Deste modo, por mais que fale em desmontar o mito da missão portuguesa de civilizar, Spínola não apenas o preserva, como também se apoia em uma parte importante da mitologia imperial portuguesa: a capacidade de Portugal dar ao Mundo novas Nações, a exemplo do Brasil<sup>49</sup>, como podemos ver no seguinte trecho de *Portugal e o Futuro*:

[...] civilizar impõe a aceitação do primado de uma cultura, o que colide com o conceito de pluriculturalidade. Não podemos de facto proclamar a pluriculturalidade e, ao mesmo tempo, atribuir aos portugueses de origem europeia o primado da aptidão para o exercício do poder. Não faz sentido que se exhiba o Brasil como expoente da nossa pluriculturalidade quando na prática se tem pretendido eliminar a hipótese de futuros “Brasis”. Não que o Brasil deva ser tomado como modelo da finalidade a atingir, pois somos de opinião que é possível ainda realizar uma individualização política na ordem externa como país pluricontinental e pluricultural, ajustando para tanto a nossa estrutura interna a um renovado conceito de unidade. [...] (SPÍNOLA, 1974, p. 124-125).

Como podemos perceber, Spínola não desmonta ou se desvencilha do mito, apenas adapta o mesmo e explora uma faceta deste que se encaixe com o conceito de pluriculturalidade que tanto defende. O mito da missão e do direito inalienável português para estar e civilizar no Ultramar seria, segundo o General, cercado de profundas contradições exatamente por colidir com o conceito de pluriculturalidade que defendia,

---

<sup>49</sup> A maneira como António de Spínola correlaciona a crise ultramarina portuguesa no século XX com a independência do Brasil será devidamente abordada no capítulo II.

de modo que se as ditas contradições não fossem reconhecidas, a Nação cairia em “soluções” que não respeitariam a sua pluralidade, o que acabaria por condená-la.

Tendo isso em vista, a análise da situação portuguesa deveria partir da noção de que o Mundo em que Portugal se encontrava estava em processo de mudança constante, excluindo-se “[...] decididamente o imobilismo em torno de concepções irreversivelmente ultrapassadas.” (SPÍNOLA, 1974, p. 70). Para tal, já não era mais suficiente uma análise que se resumisse às questões externas à Nação, a fim de buscar compreender qual o lugar que Portugal, de fato, ocupava no mundo. Essa compreensão só seria atingida quando as questões nacionais e sua pluralidade fossem verdadeiramente analisadas. Assim, certamente não restariam dúvidas sobre quais valores deveriam de fato ser salvaguardados.

Visto que para ele era imprescindível a revisão da filosofia que se encontrava na base da análise da posição portuguesa no mundo, Spínola tinha a convicção de que, por não levar em consideração as crescentes contradições em que estava mergulhada, exatamente essa filosofia acabava por condenar Portugal ao isolamento que lhe afligia. O fato obrigava a Nação a uma imediata adoção de uma filosofia que fosse capaz de a projetar verdadeiramente no Mundo, tornando-a capaz de alicerçar uma estratégia nacional adequada<sup>50</sup>.

Para Spínola, a grande questão residiria em reconhecer que embora Portugal não fosse aquilo que diziam que era, muitas vezes parecia ser e agir como se fosse, o que acabava por deixar margem para que distorcessem a realidade da Nação Portuguesa, visto que, nas palavras do General, “[...] e, afinal, pode de facto ser-se e parecer-se democrático, na pura acepção do termo, sem deixar cair o poder na rua [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 97). As asserções portuguesas, segundo Spínola, possuíam demasiados pontos controversos e a situação seria tão grave a ponto de o General sustentar que os portugueses estariam vivendo de contradições. Contradições que além de serem reconhecidas, deveriam ser denunciadas, para desta forma enfraquecer as correntes desagregadoras que lhes afligia. Deste modo, a busca de uma saída viável para a Nação passaria

---

<sup>50</sup> Apesar de António de Spínola reconhecer encontrar-se Portugal em um isolamento crescente em função da “filosofia” que guiava a permanência portuguesa no continente africano, como veremos no capítulo II: 2.1.2, o crescente reconhecimento por parte da Organização das Nações Unidas (ONU) da legitimidade dos movimentos anticoloniais e a pressão crescente que esta instituição exercia sobre Portugal geravam um nítido ressentimento no General, por este entender as ações da ONU como uma perseguição a um Portugal enfraquecido, fazendo-o a afirmar terem os ideais dessa instituição se transformado num amontoado de mitos. (SPÍNOLA, 1974, p.74).



obrigatoriamente pela autocrítica aberta e sincera que possibilitaria a aceitação honesta dos erros cometidos e a definição de programas que encontrassem aceitação no mundo.

O General reitera ter chegado a hora de analisar as determinantes nacionais presentes, de modo a “[...] concluir sobre as contradições que encerra, para que dessa evidência ressalte a quanto podem conduzir visões desfocadas pela distorcida interpretação do passado e, sobretudo, pela cortina que em nome desse passado nos pode ocultar o futuro.” (SPÍNOLA, 1974, p. 104). Spínola reconhece ser sob esta cortina que se vinha analisando os problemas portugueses, levando a uma análise superficial dos mesmos, sem verdadeiramente atentar-se às origens do problema, concentrando-se apenas em combater as suas consequências.

A busca por uma solução deveria começar por um ponto primordial. Nas palavras do General, “[...] se afigura de abordar respeita à essência das contradições que desvirtuam os problemas que hão-de encarar-se frontalmente, com vista a eliminar o risco de, por uma análise superficial, se continuar tomando por nuclear o que apenas é acessório [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 104), sem nunca chegar a soluções profundas conforme exigia o momento crítico em que o País se encontrava. Ou seja, o primeiro passo consistiria em vencer as barreiras que impediam um debate verdadeiramente franco e aberto sobre o problema, barreiras que teriam sido erigidas com base na crença de que o “*facto nacional*” não se discutia, sendo este um

[...] argumento aliás redundante, na medida em que sendo o “*facto nacional*” a essência da própria Nação, é a esta que compete defini-lo em consenso dos seus cidadãos; e, nestas condições, a afirmação do *facto* não ser passível de discussão é axioma evidente, mas que se nos não estaria ainda definido e, como tal, violentar-se-ia a opinião nacional ao pretender impô-lo por outro processo. Temos, porém, atrás de nós nove séculos de história, e num país de tão longa vida o “*facto nacional*” está bem presente e afirmado no espírito de todo o português; [...] (SPÍNOLA, 1974, p. 105).

Spínola concluí não ser o “*facto nacional*” que estava em discussão, mas sim o que uma determinada corrente de um pensamento historicamente recente pretendia que o “*facto nacional*” fosse. Mas o que seria esse “*fato nacional*” ao qual o General tanto se referia e ao qual atribuía tanta importância? “*Fato nacional*” para o General seria “[...] a inequívoca resultante de uma vontade colectiva que se afirmasse superior à de quantos se nos opõem; [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 105).

Ao longo da leitura de *Portugal e o Futuro*, como podemos perceber, no que tange à participação portuguesa nos rumos da Nação, Spínola vai sendo cada vez mais explícito em suas críticas e seus posicionamentos, chegando a afirmar que devia “[...] tomar-se

como a nossa vontade colectiva, só como tal reconhecida quando o povo a exprimir civicamente pela via legal [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 105). Apenas a via legal seria segura, de modo que o General afirma reconhecer haver uma grande diferença entre o que as massas aplaudem e o que cada cidadão sente na sua secreta intimidade. Spínola avança e defende que “[...] quando, na era actual os governos quiseram auscultar sinceramente a opinião dos seus povos, recorreram ao referendo de voto secreto e individual.” (SPÍNOLA, 1974, p. 106).

Sendo assim, após Spínola avançar em relação ao que seria esse fato coletivo e sobre qual a melhor forma de defini-lo, o mesmo avança ao questionar quem deve defini-lo, de modo que, para falar em vontade coletiva seria necessário definir primeiramente se essa coletividade é a coletividade de nove milhões de portugueses ou a de vinte e cinco milhões de portugueses<sup>51</sup>. Considerar os nove milhões consistiria em uma grande contradição, culminando na negação da verdadeira fisionomia do País que se pretendia impor à opinião mundial, resultando em “[...] revelar-se uma face imperialista que não desejamos seja a nossa [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 106).

A grande contradição para o General consistiria na impossibilidade de exigir que o mundo aceitasse e respeitasse o “todo” nacional, quando nem mesmo os próprios portugueses efetivamente tinham a oportunidade de fazê-lo. Além de contraditório este fato iria contra a própria constituição. Spínola nos recorda que se a constituição fosse levada em consideração, a grande maioria dos cidadãos portugueses residiriam em África, de modo que não levar isso consideração ao buscar definir um fato nacional acabaria por fundar, como vinha se pretendendo, um artificioso conceito de “*fato nacional*”, prejudicando a análise do problema, sendo impossível esperar que externamente essa atitude fosse pacificamente aceite. Segundo o General, deveria pois “[...] que unir em torno do que é efetivamente colectivo, com exclusão de apelos à unidade em torno do que, afinal, é meramente dogmático. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 107).

Posta a questão nestes termos, se chegaria a uma concepção renovada de patriotismo, um patriotismo baseado na determinação dos membros de uma sociedade

---

<sup>51</sup> Quando Spínola fala em vontade coletiva, inclui as populações que viviam no continente africano. Além disso, assim como veremos no capítulo III: 3.1.2, essa vontade coletiva seria definida a partir do sufrágio direto e universal. Ou seja, para António de Spínola a única forma de construir uma Nação politicamente sólida e que fosse internacionalmente aceite era a partir da ampla adesão de “todos os portugueses”. É nesse sentido que o General afirma ser necessário desmontar o mito de haver razões históricas que mantinham o “todo nacional” unido, visão até então defendida pelo Estado Novo Português. Novamente, assim como salientado anteriormente, Spínola se afastava da via defendida em Portugal e se aproximava da via francófona, sobretudo aquela defendida por De Gaulle na conferência de Brazzaville, onde o General tencionava acima de tudo estabilizar o sistema e preservá-lo das influências externas.

política em preservar a sua existência, voltando-se para o futuro. Sendo deste modo necessário compreender a ligação “[...] ‘indivíduo-sociedade-política’ já não em termos de um patriotismo chauvinista, mas antes de uma crescente participação efectiva na vida social, participação dirigida à solidariedade dos cidadãos [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 109). Para Spínola, essa participação seria a base do patriotismo e suporte da sua existência no mundo, a única forma de acabar com as contradições que condenavam a Nação.

Além disso ao analisar a posição portuguesa no mundo, o General concluí que os portugueses atravessavam “[...] um período de tremenda confusão entre ‘ser’ e ‘dever’, fruto de uma utopia cultivada por uma minoria a quem tanto aproveitou, e servida por idealistas honestos mas cegos, porque os há sempre ao serviço de uma causa, qualquer que ela seja. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 133). Essas “*minorias*”, ao ignorar que os tempos já eram outros e guiar a Nação com base em quimeras e sonhos de grandeza, além de mascararem os verdadeiros interesses, acabavam comprometendo gravemente o futuro nacional.

Para o General, era o urgente a necessidade de se reformular o ideário nacional, convertendo-o em fórmulas suscetíveis de transformarem-se em uma ideologia forte, transparente e unificadora, definindo uma estrutura nacional que atendesse às necessidades da Nação e permitindo assim a sua inequívoca aplicação. Caso contrário, se não se eliminasse as incertezas e as dúvidas, não se rompesse com os mitos e não se enfrentasse as realidades, não se alcançaria os princípios que verdadeiramente uniriam os portugueses. Nas palavras do General, “[...] não se unirão os portugueses em torno de princípios cuja contradição é evidente, nem tão-pouco em torno de relíquias do passado [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 133). Aquele era um momento de abdicação, uma abdicação necessária em favor da autêntica unidade da Nação:

[...] jamais pode consentir-se que seja momento de consagração de mitos, pois só sobre a realidade viva do que efetivamente somos poderemos encontrar os fundamentos de uma política nacional que conduza a soluções iniludivelmente portuguesas para a situação crítica que vivemos. [...] (SPÍNOLA, 1974, p. 133).

Diante da exposição das suas ideias, António de Spínola afirmou não estar entre os que pensavam que o conflito que afligia Portugal fosse apenas resultado da intervenção de interesses ocultos. Pelo contrário, visava esclarecer que a posição portuguesa no mundo e as pressões exercidas sobre a Nação eram resultado direto das inúmeras contradições que a cercavam. No entanto, essas contradições eram habilmente exploradas por estes “*interesses ocultos*”, tornando essencial não apenas a eliminação das mesmas,

mas sobretudo a compreensão de que o problema que afligia a Nação era um fenômeno novo que nunca seria superado se a Nação permanecesse ligada aos mitos e dogmas do passado. Segundo o General, Portugal seria totalmente capaz de adotar fórmulas evoluídas, sendo universalista sem preterir necessidades vitais do povo português, permanecendo no mundo sem trair responsabilidades históricas,

Haveremos de continuar em África. Sim! Mas não pela força das armas, nem pela sujeição dos africanos, nem pela sustentação de mitos contra os quais o mundo se encarna. Haveremos de continuar em África. Sim! Mas pela clara visão dos problemas no quadro de uma solução portuguesa. (SPÍNOLA, 1974, p. 228).

### **3 UM MANIFESTO: “PORTUGAL E O FUTURO” E A BUSCA POR UMA TERCEIRA VIA PARA A NAÇÃO.**

Em *Portugal e o Futuro: Análise da Conjuntura Nacional*, António de Spínola adverte que Portugal encontrava-se em um Mundo que estava se fechando, embora defenda não ser tarde para que a Nação reassumisse o seu papel naquele Mundo. Para isso, a estratégia nacional deveria partir da aceitação da impossibilidade de se pretender continuar a impor os interesses nacionais sem levar em conta a moral internacional dominante. Afinal, segundo Spínola: “[...] E, no nosso caso, ignorar o presente não é apenas dar razão a quem nos ataca – mais do que dar razão, é dar força” (SPÍNOLA, 1974, p. 98). Sendo assim, *Portugal e o Futuro* teria sido escrito e publicado com o intuito de “consciencializar” os portugueses sobre a “real” situação portuguesa diante do mundo e de como a gravidade do problema ultramarino vinha minando as relações portuguesas tanto externamente quanto internamente.

#### **3.1 ANÁLISE DA CONJUNTURA NACIONAL.**

Conforme vimos no capítulo anterior, a escrita e publicação de *Portugal e o Futuro* teria sido motivada pelo ímpeto moral do autor de consciencializar os portugueses sobre as contradições que os afastavam da tão defendida unidade portuguesa. Com a

publicação, o General tencionava trazer a público uma terceira via capaz de conduzir a Nação a um futuro próspero. Entretanto, antes de abordar a fundo a proposta, era primordial para Spínola que os portugueses tomassem consciência da situação portuguesa no mundo. Afinal, apenas assim as suas teses fariam algum sentido e os portugueses seriam capazes de avaliar os caminhos possíveis sem se deixarem intimidar pelas “*posições de irredutibilidade*” que teriam relegado a Nação à posição desprivilegiada em que se encontrava.

### 3.1.1 Uma crise de sobrevivência social!

Diante da necessidade sentida pelo autor de consciencializar a Nação, a primeira parte de *Portugal e o Futuro* é dedicada à análise da situação portuguesa no Mundo. Exatamente essa primeira parte da obra teria levado Marcello Caetano a afirmar que, após terminar a leitura de *Portugal e o Futuro*: “[...] ao fechar o livro tinha compreendido que o golpe de Estado militar, cuja marcha eu pressentia há meses; era agora inevitável.” (CAETANO, 1974, p. 192).

Em seus “depoimentos” Marcello Caetano afirmou que, até a o momento de sua publicação, acreditava que a obra de Spínola fosse “[...] apenas a exposição e defesa da tese federalista e das vias para a tornar praticável [...]” (CAETANO, 1974, p. 190), e que não lhe repugnava a ideia. Pelo contrário, 10 anos antes da publicação do livro Caetano já havia defendido tal tese. Caetano ainda recorda que dias antes da publicação de *Portugal e o Futuro* teria se referido ao federalismo em um discurso, porém não acreditava que essa tese fosse suficiente para amenizar os movimentos rebeldes e as organizações internacionais que os apoiavam. Entretanto, segundo Caetano, diferente do que ele acreditava “[...] o livro do General Spínola tinha uma primeira parte crítica [...] Não era uma tese e sim um manifesto. [...]” (CAETANO, 1974, p. 193).

Desde as primeiras páginas de *Portugal e o Futuro*, o tom crítico adotado pelo autor é evidente. António de Spínola inicia a sua análise afirmando existir em Portugal uma “*inflação editorial*” que culminava na publicação excessiva de obras as quais, ao imporem ao público um único tipo de conteúdo, e em um número tão grande que superava a capacidade de leitura, criavam uma grande cortina de fumaça sobre os problemas portugueses. Além disso, essa “*inflação editorial*” tornava as reflexões frágeis, retirando do livro “[...] o seu carácter de instrumento por excelência de consciencialização humana,

[...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 15)<sup>52</sup>, culminando em um processo de “*massificação das sociedades*”. Segundo o autor assistia-se

[...] no mundo inteiro à violação das consciências reduzidas à fixação de slogans, se observa a crescente alienação dos seres humanos perante os manipuladores de massas e se verifica a flagrante dualidade de verdades equívocas servindo causas opostas, então é lícito duvidar-se do interesse no debate de ideias, tornado inconsequente pela falta de eco em sociedades cada vez mais vazias e menos capazes de fruir os direitos em nome dos quais se deixaram mobilizar por interesses de minorias que lhe condicionam os padrões de atitude. (SPÍNOLA, 1974, p. 15).

O autor critica a fixação de slogans como uma forma de suprimir o debate em dualidades, como se a resolução da questão ultramarina tivesse dois únicos caminhos: a descolonização ou o colonialismo. Além disso reconhece que, diante da limitação de sentido crítico “[...] extremamente facilitada pelo controlo da informação<sup>53</sup>, as razões para que se publique um livro terão de ser suficientemente ponderosas em ordem a vencer a natural relutância decorrente de tantas interrogações. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 15)”. A partir disso, o General empenha-se em responder a um possível questionamento: “*Por que surgiu este livro?*”<sup>54</sup>”.

António de Spínola justifica a publicação de *Portugal e o Futuro* como uma tentativa de trazer uma posição equilibrada, devidamente e harmoniosamente definida para o principal problema nacional: a questão ultramarina. Diante disso defende que analisar a questão a partir das duas únicas visões que vinham sendo oferecidas, além de não refletir a vontade da maioria dos portugueses, conduzia Portugal a um isolamento crescente que culminava em graves prejuízos ao desenvolvimento econômico e social do país. Estes prejuízos acabavam tendo reflexos internos diretos, resultando em um clima de apreensão e intranquilidade que acabava tornando a opinião pública altamente receptiva ao que ele chama de “*ideologias negativistas*”. Essa situação se estenderia às

---

<sup>52</sup> O conceito de Consciencialização amplamente utilizado por António de Spínola era corrente entre os intelectuais africanos no contexto da escrita de *Portugal e o Futuro*. A exemplo da obra *Consciencialização na Literatura Caboverdiana*, publicada em 1963 pelo político caboverdiano Onésimo Silveira, e da obra *Consciencism*, publicada por Kwame Nkrumah em 1964. Esse conceito é relevante e complexo e a ele caberiam novas pesquisas.

<sup>53</sup> Quando Spínola escreve e publica *Portugal e o Futuro*, as obras ainda passavam pela censura, o chamado “exame prévio”.

<sup>54</sup> Na obra de 1976, *Ao Serviço de Portugal*, António de Spínola discorre sobre as questões que teriam influenciado no estilo de escrita adotado em *Portugal e o Futuro* e alega ter sido a sua escrita condicionada pela posição política que ocupava no governo e pela natureza da própria ditadura. Isso evidencia-se na seguinte fala: “Quem leu com atenção os quatro volumes que publiquei sobre o meu governo na Guiné e o meu último livro, Portugal e o Futuro, tendo em mente as limitações a que tive de submeter-me para escrever algo com um mínimo de probabilidade de ser publicado, certamente terá deduzido, em toda a sua extensão, até onde teria chegado se outros fossem os condicionalismos.” (SPÍNOLA, 1976, p.221).

populações ultramarinas, levando-as a crer que a única forma de garantir um futuro melhor seria afastando-se da Comunidade Lusíada.

O General defende a necessidade de libertar Portugal de conceitos inibitivos e propor soluções, visto que o País se encontrava em atraso em relação a “[...] uma Europa em clima de progressiva integração econômica [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 26)<sup>55</sup>. Em suas palavras:

[...] Elegeu-se a questão ultramarina em primeiro problema nacional do presente pois, com efeito, o futuro de Portugal depende de uma adequada resolução das situações decorrentes da guerra que enfrentamos, consumindo vidas, recursos e capacidades, e retirando cada vez maior potencialidade ao ritmo a que teremos de processar o nosso desenvolvimento para cobrir a distância que nos separa dos países a cujo lado deveríamos estar. [...] (SPÍNOLA, 1974, p. 16).

Para Spínola, era impossível sobreviver à margem da Europa<sup>56</sup>. Portanto, a solução seria combater as questões políticas e econômicas que causavam esse isolamento, o que exigiria investimentos em diversas áreas, através de uma industrialização crescente que colocasse novamente o país em condições de competir dentro do mercado europeu. Entretanto, o autor reconhece que Portugal não possuía recursos suficientes para esse investimento, quadro diante do qual Spínola afirma que Portugal precisaria de trinta anos para recuperar o seu atraso em relação aos países menos desenvolvidos do Mercado Comum (SPÍNOLA, 1974). Em sua obra *Portugal e o Fim do Ultracolonialismo* (1966) Perry Anderson resume a situação portuguesa da seguinte forma:

[...] Em resumo: Portugal, que foi a terceira grande potência imperial do mundo, é hoje um país subdesenvolvido. Uma infra-estrutura

---

<sup>55</sup> O período pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado por um forte impulso à integração econômica devido aos danos deixados pelo conflito. Em 1950, por meio do documento que ficaria conhecido como Declaração Schuman, o político francês Robert Schuman propõe colocar a produção franco-alemã de aço e carvão sob uma autoridade comum. A proposta foi acolhida e, na primavera de 1951, foi firmado em Paris o tratado que criava a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), o que favoreceu o intercâmbio de matérias-primas e resultou em um maior dinamismo da economia europeia. Em 1957, com a assinatura do Tratado de Roma, cria-se a Comunidade Econômica Europeia (CEE), dando forte impulso para uma cooperação mais ampla que incluísse questões econômicas, sociais e políticas, assim como para a formação de um Mercado Comum Europeu que permitisse a livre circulação de bens, serviços, pessoas e capital. Inicialmente, a Comunidade Econômica Europeia era formada por 6 Estados: Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos. Apenas em 1986, após 8 anos de negociações, Portugal se tornaria formalmente membro da CEE.

<sup>56</sup> Spínola menciona a EFTA European Free Trade Association e a acusação feita aos empresários portugueses de não terem sabido tirar vantagem dos anos que se encontravam inserido na associação, o que, para o General, seria uma acusação injusta. Na verdade, para que as oportunidades fossem devidamente aproveitadas, primeiramente Portugal precisaria superar as suas próprias limitações econômicas e administrativas, assim como de mercado e concorrência. A EFTA foi um bloco econômico Europeu, fundado por Suécia, Reino Unido, Portugal, Dinamarca, Noruega, Suíça e Áustria, que tinha como objetivo defender os interesses econômicos comuns através da criação de uma área de comércio livre de impostos o que serviria para fomentar as trocas internacionais entre os países membros. Portugal manteve-se na EFTA até a sua adesão à CEE em 1986.

largamente pré-industrial, padrões de propriedade feudal, hegemonia militar, um fascismo apático e morno. Este é o complexo metropolitano que determina o sistema específico do domínio ultramarino português: ultracolonialismo, isto é, simultaneamente a mais *primitiva* e a mais *extremista* modalidade de colonialismo. [...] (ANDERSON, 1966, p. 14).

Spínola visava alertar que o problema naquele contexto era muito diferente e consideravelmente mais grave pois, conforme mencionamos anteriormente<sup>57</sup>, diante da crise os portugueses acabavam optando por deixar a Nação. Nas palavras do autor:

[...] O português, quando movido pelo agulhão da sobrevivência, já não hesita em trocar as leis do seu país pela sujeição à lei estrangeira, prescindindo portanto dos seus direitos de cidadania em favor do seu bem-estar, pois temos de reconhecer que a atitude anímica mais generalizada é a tendência para procurar fora o que dentro se não acha, desde que para tanto concorram oportunidades e possibilidades. [...] (SPÍNOLA, 1974, p. 23).

Essas “fugas” aconteciam em grande parte com o intuito de escapar do serviço militar obrigatório. Embora inicialmente tal serviço consistisse em quatro anos (metade cumpridos na metrópole e metade no Ultramar), na década de 70 muitos jovens já estavam envolvidos com a guerra colonial há mais tempo do que isso, situação diante da qual aqueles que possuíam condições acabavam deixando o país. Ainda assim, devido às remessas enviadas por eles do exterior, a emigração até então não havia gerado um problema econômico para Portugal. Spínola alerta para uma mudança que vinha ocorrendo nesse sistema: mesmo os portugueses que poderiam investir em Portugal acabavam preferindo retirar suas famílias do país e aplicar suas remessas no exterior, devido à insegurança trazida pelo modelo econômico adotado e pelas despesas com a guerra.

O historiador Manuel Loff afirma que a guerra colonial foi a experiência histórica mais massivamente “[...] mobilizadora e transformadora da história contemporânea portuguesa, ao ocorrer num processo em curso de industrialização, urbanização e êxodo rural, veio a acelerar e dramatizar várias das mudanças que estavam já a alterar a sociedade portuguesa. [...]” (LOFF, 2007, p. 147). Essa “nova” fase do desenvolvimento português, assim como salienta Loff, acabou agravando questões que até então não preocupavam a Nação, como a crescente imigração masculina, o que num país, com o mais elevado nível de natalidade da Europa Ocidental e Central (LOFF, 2007), até então, não era um problema. No entanto, com a emergência das “guerras coloniais” no

---

<sup>57</sup> Ver capítulo I, página 56.



continente africano, Portugal passou a possuir um dos maiores exércitos ativos da Europa, agravando cada vez mais a situação, sobretudo do ponto de vista econômico.

Nos primeiros anos da guerra a população masculina diminuiu em 3,1 %, afetando principalmente a população ativa entre 15 e 64 anos. Antes de 1960, a imigração girava em torno de 33 mil pessoas. Em 1965, esse número já tinha subido para 117 mil e, em 1970, para 173 mil. Ao todo, mais de 40% acabavam saindo do país de maneira ilegal, sendo que, entre 1960 e 1974, 1,43 milhões de pessoas deixaram Portugal (LOFF, 2007). Para Spínola, além da questão puramente econômica, a emigração tinha um custo ainda mais alto para a Nação: o fenômeno da “*deserção psicológica*”. Segundo o autor:

[...] A deserção psicológica da nova geração é alarmante, pois ainda que se conserve agrupada em torno de uma organização política, não é essa a sua opção mental. E, sendo assim, está-se perante o primeiro sintoma do risco em que é posta a essência da Nação tal como a definimos. Mas não é só isso. As centenas de milhar de emigrados criam seus laços nas novas comunidades, integram-se nelas, adoptam-nas, e acabam assimilados. Os esforços para conservar o traço de união à Pátria-Mãe resultam duvidosos; e muitos voltam ao fim de largos anos, mais turistas em férias do que filhos pródigos regressados, revelando nos hábitos e na forma de viver que, no fundo e de facto, já não são Portugueses, pois neles se perderam os traços da sua Nação. Este quadro revela bem a crise de sobrevivência social que atravessamos, crise que se projecta nos traços da essencialidade da Nação. (SPÍNOLA, 1974, p. 23-24).

Spínola esclarece ter sido essa crise de sobrevivência social um dos principais motivos que o levaram a escrever *Portugal e o Futuro*. Para ele, a Nação portuguesa estava pagando um alto custo pela irredutibilidade do regime. Portugal de fato teve ao longo da guerra duas gerações de jovens arrastados pelo regime para o continente africano a ver-se que cerca de 920 mil homens são mobilizados nos treze anos de conflito (LOFF, 2007). Ou seja, quando Spínola critica os custos que a guerra no Ultramar estava trazendo para os portugueses, não se refere exclusivamente aos custos econômicos<sup>58</sup>, mas sobretudo aos custos humanos e psicossociais com os quais Portugal vinha arcando.

Diante desse quadro Spínola projeta que, em uma perspectiva otimista, caso fosse triplicado o esforço de crescimento e duplicada a taxa de desenvolvimento anual, em dez anos Portugal atingiria nível econômico e social em relação idêntico aos seus vizinhos europeus. Além disso impunha-se que o investimento global crescesse “[...] à taxa de 50% ao ano, o que corresponde, grosso modo, a uma elevação das despesas de investimento para ordem dos 40% da despesa nacional. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 35). António de

---

<sup>58</sup> Em 1970, os gastos com a guerra, já consumiam 45% do orçamento do país.

Spínola admite que os dados processados por ele não possuíam exatidão, embora servissem para traçar um panorama sobre uma possível evolução econômica dentro do que seria humanamente possível. Para isso, todos os recursos seriam necessários e pelos quais teriam de “[...] adoptar-se critérios de optimização fundados em imperativos que hoje são, para o País, verdadeiras razões de Estado.” (SPÍNOLA, 1974, p. 35).

A estratégia adotada deveria ter como objetivo ultrapassar o estado em que Portugal se encontrava. O General de fato se referia a uma estratégia que compreendesse todas as parcelas da Nação, a fim evitar a “*deserção psicológica*” na metrópole e possibilitar que cada cidadão português no ultramar escolhesse livremente se desejava ou não permanecer junto a Portugal. Além disso, ao longo de toda a análise feita por António de Spínola sobre a situação interna portuguesa, a crítica ao imobilismo do regime torna-se flagrante. Deste modo por mais “atrasada” que fosse a sua proposta no sentido de salvaguardar a unidade portuguesa, o General – diferente da postura adotada pelo regime – mostrava-se plenamente consciente de que Portugal deveria acompanhar as mudanças do mundo se quisesse continuar politicamente forte. Neste sentido, consideramos ímpar uma frase utilizada pelo historiador Fernando Rosas<sup>59</sup>, e que resume o que teria levado à ruína do que denomina de “Caetanismo” e que vai ao encontro da postura adotada por Spínola. Segundo Rosas, com a repressão é possível “[...] conter um movimento, uma insatisfação, pode-se conter uma greve, pode-se responder política ou policialmente a isto ou aquele fenómeno, mas não se pode vencer o espírito de uma época [...]” (ROSAS, 1998).

### 3.1.2 A crise portuguesa e a “internacionalização dos problemas nacionais”.

Em *Portugal e o Futuro*, António de Spínola salienta inúmeras vezes que a crise que Portugal enfrentava ultrapassava o campo econômico, estendendo-se ao social e sobretudo ao político atingindo os valores até então defendidos pelo regime. O General considerava fundamental que todos os portugueses conhecessem com crueza a situação portuguesa, além disso não deveria encobrir-se os sintomas da crise com a qual o País se debatia (SPÍNOLA, 1974). Apenas assim os portugueses compreenderiam seu verdadeiro lugar no mundo e, do contrário jamais se alcançaria um futuro verdadeiramente próspero.

---

<sup>59</sup> Em entrevista para a rádio antena 2, no dia 20 de fevereiro de 1998.

Para Spínola, a Nação se encontraria naquela situação em consequência de um desvio ocorrido na década de 30<sup>60</sup>, afastando-a da linha política que tradicionalmente teria marcado a sua vocação histórica. Na visão do General, se esse desvio não tivesse ocorrido e se Portugal tivesse mantido a orientação das suas teses ultramarinas fiel às teses que haviam sido desenhadas no final do século XIX e no início do século XX, a posição portuguesa perante o mundo com certeza seria outra. Deste modo, cabia à Nação portuguesa reconhecer encontrar-se em um mundo diferente:

Neste mundo, não diremos novo, mas diferente, que renasceu do último conflito sob os auspícios da Carta das Nações Unidas, atribui-se-nos uma menos justa apreciação de um sistema de vida em face da qual nos foi aposto um rótulo tido como lábeu por qualquer das ideologias prevalentes. Não se torna necessário discorrer sobre a justeza de tal apreciação, o que aliás estaria sempre fora de causa, na medida em que, em política, o que parece é; e mesmo que nos assista a mais inatacável razão na defesa do que somos, a mais eficaz das defesas será não parecermos o que se diz sermos. (SPÍNOLA, 1974, p. 97).

António de Spínola mostrava-se atento às mudanças advindas da II Guerra Mundial e ao fato de que o final da Guerra e a vitória das democracias ocidentais fortaleceram as oposições que se erguiam contra o colonialismo, acabando por alterar a forma como este era encarado até o momento. Segundo Cláudia Castelo:

A II Guerra Mundial é encarada pela opinião pública internacional como uma guerra pela libertação dos países sob o domínio da Alemanha nazi. O fim do conflito corresponde simultaneamente à condenação do projecto de pureza racial, que determinou o holocausto nazi, e à consciencialização de que a liberdade e a independência não são apanágio dos países europeus, mas têm igualmente um alcance universal. Passa-se, portanto, a considerar que o princípio da autodeterminação deve ser extensível a todos os povos colonizados. (CASTELO, 1998, p. 48).

Uma vez terminada a guerra, assiste-se a uma crescente mobilização de instituições sensíveis à prática do colonialismo. Dentre elas, as Nações Unidas passaram a dirigir especial atenção para a questão fundamental do colonialismo. Conforme recorda Castelo: “[...] Mais tarde, a ONU passa a considerar o princípio da autodeterminação

---

<sup>60</sup> Importante recordarmos que em 1933 é aprovada a Constituição que assinala a entrada em um novo período e marca formalmente o início do Estado Novo Português. Além disso, o Acto Colonial ao qual o autor mostra-se contrário foi aprovado em 1930, ano em que, na visão do autor, teria ocorrido o erro que condenava a Nação. Como veremos à frente, Spínola se identificava e se aproximava das teses defendidas por políticos e intelectuais que, apesar de serem colonialistas, não eram necessariamente salazaristas. Por exemplo, o General Norton de Matos (1867-1955) embora tenha sido secretário da Missão Diplomática para Delimitação do Território de Macau em 1909, governador-geral de Angola entre 1912 e 1915, alto-comissário de Angola entre 1921 e 1924 e Ministério das Colónias em 1915, foi também candidato à Presidência da República em 1949. Ou seja, Norton de Matos era um opositor ao Estado Novo Português e rejeitava o Ato Colonial de 1930. Em vista disso, muitos dos seus textos foram censurados e o General adquiriu inúmeros inimigos declarados. (NETO, 2016).

como um direito humano fundamental, e atribui às potências coloniais a obrigação de prepararem os territórios sob sua administração para a independência.” (CASTELO, 1998, p. 49)<sup>61</sup>. Ou seja, até a década de 1950 havia um certo consenso na Europa em torno da defesa do colonialismo – Portugal não era exceção. A partir desse momento, a política colonial passou a ser fortemente criticada pela comunidade internacional, de modo que ao longo dos anos 1950 assiste-se não apenas ao início, mas ao auge das lutas pela descolonização afro-asiática<sup>62</sup>.

Nesse contexto, diante das pressões exercidas sobre Portugal, o regime Salazarista se viu obrigado a uma nova definição estatutária para a caracterização das suas colônias. O regime sabia que se não tomasse providências frente às novas características internacionais, frente àquele momento de redefinição internacional, o império português poderia ruir. Dentro desse contexto, para justificar “o mundo que o português criou”, o Estado Novo contou com inúmeros parceiros intelectuais. Segundo João Alberto da Costa Pinto, o regime contou com os seus “cães de guarda do império” (PINTO, 2009, p. 451).

A partir de 1951, o regime português adotou uma “maquiagem” sobre o seu regime colonialista, e sobretudo sobre a imagem que Portugal exportava do mesmo. O Acto Colonial foi abolido e as colônias passam a chamar-se “Províncias Ultramarinas” ou “Territórios Ultramarinos”, medidas que na prática não mudaram em nada as bases da dominação colonial portuguesa. Segundo Adriano Freixo, “[...] tais medidas cosméticas só consolidaram ainda mais a integração da África Portuguesa com a metrópole.” (FREIXO, 2018, p. 131). Entretanto, não possuindo “territórios não autônomos”, Portugal não precisava prestar contas à comunidade internacional. É neste momento que entra em cena uma teoria que bateria de frente com o discurso defendido até então, a qual

---

<sup>61</sup> Segundo Aurora Almada, apesar de o conceito de autodeterminação ter sido incluído na Carta das Nações Unidas como “uma ideia genérica e indeterminada”, acabou se tornando um dos pilares daquela instituição, que diante das crescentes manifestações anticoloniais foi progressivamente transformando a ideia em um direito. A partir da década de 1960, com o início da guerra colonial e diante da inconformidade portuguesa em relação à autodeterminação das suas colônias – ou províncias ultramarinas – a questão colonial portuguesa passou a ser uma questão prioritária para a ONU. (ALMADA, 2017). Sobre o papel que a ONU desempenhou no processo de deslegitimação da dominação colonial assim como a forma como esta instituição vai aos poucos acolhendo os movimentos de libertação, recomenda-se a obra ALMADA, Aurora. A Organização das Nações Unidas e a Questão Portuguesa: 1960 – 1974. Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, 2017.

<sup>62</sup> Essa luta crescente possuía o apoio (em diferentes medidas) dos dois polos de poder: EUA e URSS. Isso possibilitou que ocorresse a Conferência de Bandung, em 1955, e a de Belgrado, em 1961, eventos fundamentais para a estruturação do chamado Bloco do Terceiro Mundo, uma articulação estabelecida entre as antigas colônias africanas. Esse bloco começa a crescer e passa a ter participação ativa na Assembleia Geral da ONU, o que acaba por fortalecer a oposição que condenava o colonialismo Português e leva a comunidade internacional a intensificar a ofensiva contra o País, deixando-o em uma posição defensiva.

preconizava uma unidade de sentimentos e cultura entre os territórios portugueses, assim como a benevolência do colonialismo português: o Lusotropicalismo

O Lusotropicalismo, teoria até então ignorada pelo Estado Novo (ou até mesmo repudiada)<sup>63</sup>, cai como uma luva no contexto de maquiagem que o salazarismo se viu obrigado a pôr em prática devido ao crescente isolamento do pós-guerra. Diante disso, o Lusotropicalismo e o seu teórico Gilberto Freyre<sup>64</sup> tornam-se referência para os ideólogos do regime português, sobretudo devido ao seu caráter teórico, pela defesa que este fazia das especificidades do colonialismo Luso e sobretudo pela respeitabilidade atribuída ao próprio Freyre. Conforme recorda Alberto Luiz Schneider, “A respeitabilidade internacional das teses de Gilberto Freyre era ainda considerável nos anos 50, ao ponto de a Assembleia Geral da ONU, em 1954, convocá-lo para que redigisse um relatório sobre o apartheid na África do Sul.” (SCHNEIDER, 2019, p. 268).

Em 1951 ocorre a viagem histórica de Gilberto Freyre às colônias portuguesas<sup>65</sup>. O objetivo era que o sociólogo brasileiro observasse as dinâmicas sociais dos domínios portugueses e, a partir das suas considerações, escrevesse ensaios sobre a obra colonial portuguesa. Ao longo desta viagem Freyre formula pela primeira vez o conceito de Lusotropologia<sup>66</sup>. Aos poucos esse complexo teórico formulado por Freyre foi maturando e assumindo um caráter mais totalizante e genérico, passando a designar uma

---

<sup>63</sup> Na década de 30, após a publicação de *Casa Grande e Senzala*, Gilberto Freyre foi tido como comunista e subversivo, chegando a ser considerado como um inimigo em Portugal. A obra não foi bem recebida pela elite política do regime devido ao conflito entre a exaltação da miscigenação apresentada na obra e a estrutura colonial portuguesa, *Vero Ato Colonial de 1930*. Sobre a recepção de Freyre na década de 30, ver SKOLAUDE, Mateus. *Raça e Nação em Disputa: Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, 1ª Exposição Colonial Portuguesa e o 1º Congresso Afro-Brasileiro (1934-1937)*. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, (Tese de Doutorado em História), 2016.

<sup>64</sup> Segundo Cláudia Castelo, em *Casa Grande e Senzala*, sua obra inaugural, Gilberto Freyre teve como objetivo de estudo “[...] a ‘condição colonial’ no Brasil dos séculos XVI e XVII, mais especificamente no nordeste açucareiro, sob o regime de economia de plantação de base escravagista, estruturada em torno da casa-grande e da família patriarcal dirigida pelo senhor de engenho” (CASTELO, 2011, p.261). Porém, Freyre já elencava as capacidades de miscibilidade, mobilidade e a aclimatibilidade como características que tornavam os portugueses um povo singular para a prática da colonização: “[...] o ‘ajustamento hábil’ do português ao mundo tropical é explicado através de uma interpretação causalista da mentalidade e da cultura portuguesas.” (CASTELO, 2011, p.262), Eram atribuídas ao colonizador português uma série de características, tais como a plasticidade social, versatilidades, apetência pela miscigenação, ausência de orgulho racial. Na obra *O Mundo que o Português Criou*, de 1940, Freyre alarga o seu campo de pesquisa do Brasil para todas as regiões colonizadas pelos portugueses e justifica este alargamento afirmando que as regiões colonizadas por eles constituíam uma unidade de sentimento e de cultura. Entretanto, o termo Lusotropicalismo viria ser cunhado apenas na década de 1950.

<sup>65</sup> Essa viagem foi feita a convite do ministro do Estado Novo, Sarmiento Rodrigues, sendo totalmente financiada e monitorada pelo regime Salazarista, (Freyre só viu o que lhe foi permitido). Iniciavam-se aí as relações entre Gilberto Freyre e o Estado Novo português.

<sup>66</sup> Nas conferências lidas em Goa “*Uma Cultura Moderna: A Lusotropical*” (Instituto Vasco da Gama, novembro de 1951), e em Coimbra, “*Em Torno de um Novo Conceito de Tropicalismo*” (Universidade de Coimbra, janeiro de 1952), essas conferências posteriormente foram reunidas e dariam origem ao livro *Um Brasileiro em Terras Portuguesas* (1953).

certa homogeneidade, uma “unidade de sentimentos e de cultura” pelos lugares onde o português passou. Ao término de sua viagem, o brasileiro se viu convencido de ter constatado a comprovação da existência de uma unidade de sociabilidade e sentimentos nos espaços de presença portuguesa<sup>67</sup>. As experiências de Freyre no Ultramar português fizeram-no crer que a colonização portuguesa continuava viva e fecunda, com a mesma “notável clarividência e honradez” dos tempos remotos.

A viagem de Freyre ocorreu dentro do “período de apropriação”<sup>68</sup> e a forma como a mesma se deu justificou o modo específico como o Lusotropicalismo foi apropriado, incorporado e sobretudo adaptado pelo discurso oficial do Estado Novo. Embora o conceito de Lusotropicalismo, da maneira como foi teorizado por Freyre, nunca tenha feito parte do discurso oficial do Salazarismo, mas sim a sua versão adaptada para a conjuntura em que o Estado Novo se encontrava no pós-guerra, apagando a sua relação com o federalismo e conferindo-lhe um caráter nacionalista e até mesmo messiânico, associando o Lusotropicalismo ao mito da herança sagrada. Ou seja, as conclusões “cientificamente irrefutáveis” a que Gilberto Freyre chegou ao longo da viagem serviram tanto de “reforço moral”, como também de um grande estímulo para que os portugueses permanecessem no Ultramar. O conceito de Lusotropicalismo foi adaptado pelo Estado Novo à realidade portuguesa. Seus elementos constituintes, assim como o seu autor, tornaram-se aos poucos slogans do colonialismo português<sup>69</sup>.

---

<sup>67</sup> A partir das anotações feitas ao longo dessa viagem nascem as obras *Aventura e Rotina* (1953), a já mencionada *Um Brasileiro em Terras Portuguesas* (1953) e posteriormente *Integração Portuguesa nos Trópicos* (1953) e *O Luso e o Trópico* (1961), onde Freyre sistematiza e amadurece suas ideias em torno do legado da ação colonial portuguesa.

<sup>68</sup> Interessante mencionarmos que essa “apropriação” não se dava exclusivamente por parte do regime. Podemos observar a influência de Freyre nos Claridosos Caboverdianos, a exemplo de Baltasar Lopes, um dos criadores da revista *Claridade*, que encontra em Freyre o subsídio teórico necessário para a sua interpretação sobre a identidade caboverdiana. Entretanto, a viagem de Freyre em 1951 acaba abalando essa relação devido às afirmações que Freyre fez após a sua passagem pelo arquipélago jogarem por terra muitos dos argumentos que fundamentavam o modo de pensar daqueles intelectuais. Freyre critica o exotismo caboverdiano e a utilização do crioulo, como podemos ver no seguinte trecho: “[...] Do mesmo modo que me repugna o dialecto cabo-verdiano, agrada-me ouvir a gente de Cabo Verde falar o português, à sua maneira, que é a maneira tropical, brasileira” (FREYRE, 1953, p.248). Ou seja, Freyre critica o resultado demasiado africano da colonização em Cabo Verde, o que rendeu uma resposta de Baltasar Lopes, a criticar as opiniões de Freyre e dizer não compreender como o sociólogo dizia admirar tanto “O mundo que o português criou” se repugnava a língua falada em Cabo Verde, o Crioulo, que seria segundo Baltasar Lopes a maior criação daquela ilha. Sobre este assunto recomendamos a leitura um capítulo de João Alberto Costa Pinto, intitulado “Gilberto Freyre e a cultura nacionalista em Cabo Verde (1936-1956)”, onde o autor analisa a decepção dos Claridosos com Gilberto Freyre. Ver PINTO, João Alberto Costa. *Gilberto Freyre e a cultura nacionalista em Cabo Verde (1936-1956)*. In: PAREDES, Marçal (Org.). **Portugal, Brasil, África: História, identidades e fronteiras**. 2012, p. 111-119.

<sup>69</sup> O conceito de Lusotropicalismo passou a ser conhecido e utilizado em Portugal, pelos autores e políticos que enalteciam Gilberto Freyre por este ter percebido a benignidade que Portugal fazia a esses povos ao colonizá-los. Ou seja, o Estado Novo passa a se aproveitar das teses e do prestígio de Freyre para reelaboração e promoção da sua política colonial, as obras de Freyre chegaram a ser distribuídas pelas

Diante desse quadro, apesar das medidas cosméticas adotadas pelo regime, as pressões sobre o colonialismo português aumentavam gradativamente. Para António de Spínola, o cerne de toda a questão sobre a inserção de Portugal no Mundo devia levar em consideração o espírito que havia presidido a Conferencia de São Francisco<sup>70</sup> e que teria dado à luz o documento que ficaria conhecido como Carta das Nações Unidas. Tal documento, nas palavras de Spínola, teria tido como motivador “[...] o desejo sincero de uma nova era para a Humanidade, que por essa via se pretendia preservar do flagelo da guerra. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 78), marcando o início de uma nova era. As palavras de Spínola reproduzem as sentenças que encontramos no próprio preâmbulo da Carta das Nações Unidas, instituição criada com intuito de se atingir em coletivo o objetivo de

[...] preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla. (ONU, 1945, p. 4).

António de Spínola reitera que se Portugal não se orientasse a partir dos rumos definidos pela ONU, as hostilidades contra o país seriam totalmente coerentes, sobretudo tendo em vista os objetivos que constavam na própria Carta das Nações Unidas e que colidiam com a política colonial posta em prática por Portugal. Conforme vemos no segundo parágrafo do Artigo 1º, que declara ser o objetivo das Nações Unidas “Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal;” (ONU, 1945, p. 8) e no terceiro parágrafo, que aponta para o objetivo de “[...] promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião” (ONU, 1945, p. 8)<sup>71</sup>. Deste modo, embora não tenha influenciado tanto no

---

missões diplomáticas, a fim de promover a ideia de que o colonialismo português era pautado pela afetividade e trocas entre colono e colonizado.

<sup>70</sup> Conferencia ocorrida em 26 de junho de 1945, em São Francisco (EUA), e marca a criação das Nações Unidas, com a elaboração e assinatura do documento que ficaria conhecido como Carta das Nações Unidas. A Carta foi assinada por representantes de 50 países, tornando-se com a sua ratificação em 24 de outubro de 1945, o documento fundador e mais importante da Organização. Devido ao isolamento internacional, Portugal não foi convidado para a conferencia de São Francisco.

<sup>71</sup> Os artigos 55, 56 e o Capítulo XI da Carta das Nações Unidas tornam a abordar essas questões.

tocante à guerra, a ONU “[...] tornou-se, a partir de 1960, o principal campo de batalha diplomática contra o colonialismo português. [...]” (PINTO, 2001, p. 20).

Diante disso, António de Spínola conclui que o grande desafio português em relação a este novo mundo residiria em ser atual no século XX, em parecer o que de fato Portugal era, caso contrário sempre enfrentaria hostilidades. Entretanto, o autor alerta que embora tenha existido na origem da ONU e em seus princípios uma inegável benevolência, naquela altura a organização gozaria de um crescente descrédito em função de nada fazer para impedir as ações dos nacionalismos que acabavam por conduzir à desagregação em função da perigosa tese de que “[...] cada povo tem o direito de defender os seus interesses pela melhor forma [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 80).

Apesar disso, Spínola reconhecia não ser mais possível negar aos outros o que se reivindicava para si, ou seja, que devia-se, por coerência, reconhecer o direito dos demais de defenderem os seus interesses, por mais que esses interesses colidissem com os interesses portugueses. Ainda assim, o General denuncia que na ONU prevalecia a vontade dos mais fortes em detrimento dos mais fracos, devendo-se assumir que os ideais dessa instituição se transformaram num amontoado de mitos (SPÍNOLA, 1974). Nas palavras do General:

[...] A razão fundamental desse descrédito é que a Organização é uma criação dos homens e como tal eivada de todas as suas virtudes e vícios, a cavar um fosso entre a nobreza dos princípios proclamados sob cortinas de idealismo. Das micro-sociedades às sociedades de nações, o mundo está cheio de indivíduos que escondem sob belos mantos as suas torpezas, reveladas sempre que a cobiça alheia colide com a sua própria. O mundo pode assim comparar-se a um vasto oceano e, tal como ali, os peixes grandes continuarão a comer os pequenos apenas pela simples razão de que os pequenos não podem comer os grandes. (SPÍNOLA, 1974, p. 80).

Ou seja, para Spínola os objetivos que estiveram na origem da ONU só se concretizariam se aquela organização tivesse força suficiente para se impor. Entretanto, continuava-se a impor como justo o que beneficiava os interesses individuais. Tendo isso em vista, Spínola alerta que embora fossem inúmeras as razões que levavam Portugal a crer não dever importar-se com o ataque que esta organização lhe impunha, o General também reconhece, nas palavras do mesmo que Portugal não detinha “[...] o monopólio da clarividência, da razão, da justiça e da visão histórica; [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 82). Esta seria uma verdade que não poderiam esquecer-se aqueles que acreditavam nos ideais que presidiram a Carta das Nações Unidas. Deste modo, era totalmente imprudente o país continuar a beneficiar-se do descrédito desta instituição.



Apesar do descrédito e de todas as contradições que Spínola atribuía à ONU, ainda assim o General considerava ser mais profundo o que unia e aproximava as nações europeias do que o que as separava. Portanto, era inegável a importância desta instituição, principalmente no contexto do pós-guerra de onde saíram triunfantes superpotências não europeias. Isso bastava para que “[...] políticos de larga visão pressentissem que se estaria no limiar de uma nova era – a da civilização pós-europeia [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 83), tornando cada vez mais necessária a união dos povos europeus, para que esta forma de viver garantisse a sua sobrevivência.

Segundo Spínola, o crescente avanço das potências não europeias representava um grande perigo, tanto ideológico quanto econômico. A partir disso, o General aponta que a única forma de os países europeus manterem a sua prevalência, sobretudo os países pequenos, seria a adoção de medidas que caminhariam progressivamente para uma integração em todos os domínios, e reitera acreditar que “[...] Preconizava-se, assim, o caminho progressivo e seguro no sentido de uma confederação; e apesar das várias vicissitudes e do empenhamento dos não europeus, bem parece que esse caminho se encontra em processo de consolidação.” (SPÍNOLA, 1974, p. 84). Afinal, apesar de todas as desconfianças, distanciamentos e ceticismos resultantes de duas gerações profundamente marcadas por guerras de europeu contra europeu, a união europeia seria o único caminho viável.

Esse “fenômeno” de distanciamento entre nações era tido por Spínola como algo “natural”, tendo em vista que a construção dessa comunidade europeia teria ocorrido “[...] durante quase um quarto de século, um ‘fervoroso debate de mitos e uma construção de abstrações’ [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 85). Na visão do General, esse quadro apenas viria a ser alterado a partir da década de 1970, com a ascensão de uma geração menos sensível aos ódios partilhados pelas gerações anteriores. A partir disso, voltou a ter ressonância o pensamento de Jean Monnet<sup>72</sup> e, “[...] ainda que os ‘Estados Unidos da Europa’ não tenham efetivamente começado, tudo leva a crer encontrar-se a Europa, de facto, no arranque da ‘Confederação Europeia’ [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 85).

Diante do exposto, Spínola sustenta que a saída para o caso português era uma análise apurada que levasse em conta os objetivos definidos no IV Plano de Fomento<sup>73</sup>,

---

<sup>72</sup> Jean Omer Marie Gabriel Monnet (1888-1979), foi um político francês que, embora nunca tenha sido eleito para cargos públicos, foi considerado por muitos como o arquiteto da unidade europeia (CEE).

<sup>73</sup> O IV Plano de fomento, que deveria ser de 1974 a 1979 mas não teve prosseguimento após o fim da ditadura, tinha como objetivos “[...] A ‘progressiva elevação e dignificação da pessoa humana dentro da

por este ter tomado como base o prazo limite da vigência do Tratado de Bruxelas<sup>74</sup>. O General afirma que isso só seria possível se a OTAN<sup>75</sup> de fato tivesse se constituído como uma alternativa econômica para Portugal, sendo para isso necessário o reconhecimento das posições estratégicas<sup>76</sup> que Portugal possuía no Atlântico. Entretanto, Spínola recorda que a defesa dessas posições divergia fatalmente da opinião dos parceiros portugueses na OTAN<sup>77</sup>. Ou seja, nas palavras do General, “Os interesses que ditaram a OTAN parecem assim sentir-se mais comprometidos do que defendidos com a nossa presença em África; e nada mais inglório do que defender quem não quer ser defendido. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 94).

António de Spínola reitera que essa situação toda teria levado algumas “vozes” a sugerirem a exclusão de Portugal da OTAN<sup>78</sup> e reconhece que, pela Aliança Atlântica, também se encontrariam fechadas as portas de saída para o isolamento português, afirmando ainda que “[...] será de recear que a importância da Aliança vá diminuindo face aos rumos e perspectivas da política dos grandes blocos mundiais.” (SPÍNOLA, 1974, p. 94). Isso porque o General julgava insuficiente o apoio vindo dos membros da OTAN, tornando-se evidente para ele que não se deveria esperar apoio dos seus “aliados atlânticos”. Afinal, embora as posições geográficas e econômicas de Portugal bastassem

---

comunidade portuguesa’, a ‘repartição mais equilibrada do rendimento’ e a ‘correção progressiva dos desequilíbrios regionais do desenvolvimento.” (CASTELO, 2014, p. 520).

<sup>74</sup> O Tratado de Bruxelas foi assinado entre países europeus, no dia 17 de março de 1948, com intuito de estabelecer uma colaboração econômica, social e cultural entre os signatários, bem como concentrar forças em um objetivo comum: a defesa do ocidente. O Tratado deveria ter uma duração de 50 anos. Entretanto, se mostrou incapaz de assegurar por si só a defesa do Ocidente, levando os seus membros a concordarem, em dezembro de 1950, em concentrar todos os seus esforços e recursos em torno de uma outra instituição, a OTAN.

<sup>75</sup> A OTAN, (Organização do Tratado do Atlântico Norte) teve sua origem em Washington em 4 de abril de 1949, devido à necessidade de criação de uma instituição com uma maior abrangência geoestratégica e que também envolvesse os EUA na defesa dos interesses em comum.

<sup>76</sup> Portugal possuía zonas estratégicas privilegiadas geograficamente, como os Açores ou a própria Angola. No início dos anos 60, 75% de todo o tráfego aéreo militar entre os EUA, a Europa e o Oriente Médio passavam pelos Açores, o que apesar da pressão exercida devido às inúmeras denúncias feitas pelos integrantes do Bloco do Terceiro Mundo, na Assembleia Geral da ONU, garantia a Portugal um certo apoio por parte dos “aliados”.

<sup>77</sup> Mesmo tendo sido negada a candidatura de Portugal a ONU em 1946, (vetada pela URSS), é sem maiores problemas que Portugal adere a OTAN, (A Organização do Tratado do Atlântico Norte), em 1949, como membro fundador, o que garante uma a Portugal uma maior integração na comunidade internacional, e a sua aceitação na ONU em 1955. Diferente do que ocorria nas assembleias das Nações Unidas, na OTAN, a política colonial portuguesa nunca chegou a ser verdadeiramente, alvo de ataques, embora a OTAN defendesse a descolonização, apenas com a ameaça representada pelo prolongamento da guerra, aos interesses estratégicos no continente africano, é que os aliados da OTAN, passam a ver com maus olhos a política colonial portuguesa.

<sup>78</sup> A repercussão do episódio da invasão da Guiné Conacri, ocorrido em dezembro de 1970, levou os países africanos a exigirem a expulsão de Portugal da organização, além disso, as críticas que surgiam de dentro da ONU, fizeram com que vários países da OTAN deixassem de vender armamentos a Portugal. Certamente este foi um dos momentos mais embaraçosos para as relações entre Portugal e os Aliados da OTAN.

para que os países ocidentais se convencessem da capacidade portuguesa de manter-se no continente africano sem o seu empenhamento direto, apenas podia se esperar que tais, independente de qual fosse a corrente política dominante nas democracias ocidentais, mantivessem uma atitude que

[...] apenas oscile entre o apoio declarado aos movimentos subversivos anti-portugueses e a prudente reserva oficial cobrindo um apoio indirecto que garanta posições. [...] Parece, pois, não haver qualquer dúvida de que o máximo que poderemos esperar dos nossos aliados atlânticos é que não alarguem o seu apoio aos movimentos subversivos para além dos campos humanitário, moral e político. Esperar mais do que isso é não ter a noção das realidades ou ser perigosamente optimista na apreciação da conjuntura. (SPÍNOLA, 1974, p. 94).

A conjuntura era de fato grave para Portugal. Em 1960, o continente africano ganha cerca de 30 novos países independentes no que ficaria conhecido como o “Ano da África” (CASTELO, 1998, p. 61). Apesar disso, a situação portuguesa mantinha-se razoavelmente estável até 1961, quando Portugal é arrebatado por uma série de acontecimentos que marcariam em definitivo a trajetória imperial portuguesa. Segundo António Costa Pinto, “1961 foi o ano de todos os ataques e ressentimentos de Salazar: início da guerra em Angola, caso Santa Maria, golpe de Botelho Moniz<sup>79</sup>, e a ocupação de Goa pela União Indiana. [...]” (PINTO, 2001, p. 17).

O primeiro dos acontecimentos que viria a arrebatá-lo Portugal, em 1961, sucedeu em 3 de fevereiro e se constituiria em um dos mais expressivos ataques políticos ao regime de Salazar: o assalto ao paquete Santa Maria<sup>80</sup>. Ainda que o plano não tenha atingido plenamente os seus objetivos, o simbolismo do ato foi muito mais profundo, tendo em vista que “[...] uma vez em águas internacionais, toda a embarcação é aceite juridicamente como “parcela territorial” do seu país de origem. Assim sendo, o seu aprisionamento pode ser considerado como um verdadeiro “assalto” ao Estado do qual é representante. [...]” (PAULO, 2011, p. 57). Ou seja, o que poderia parecer uma ação

<sup>79</sup> Golpe militar liderado pelo general Botelho Moniz, a fim de afastar Salazar do poder.

<sup>80</sup> O Santa Maria era uma embarcação de luxo que fazia viagens regulares à América Central. A embarcação saiu de Lisboa no dia 9 de janeiro de 1961, fazendo uma escala no porto venezuelano de La Guaira no dia 20, onde vinte membros da DRIL (Direcção Revolucionária Ibérica de Libertação) conseguem colocar em prática um plano do assalto que denominaram de Operação Dulcinea. O grupo estaria completo no dia seguinte com o embarque de mais três membros da DRIL acompanhados por seu comandante, o Capitão Henrique Galvão (quem de fato teria orquestrado o sequestro), que embarcara clandestinamente em Curaçau. O grupo tinha como objetivo conduzir o navio até a ilha de Fernando Pó, no Golfo da Guiné, onde seria organizado um ataque a Luanda com intuito de constituir um governo revolucionário que contaria com o apoio de um levantamento branco popular. Esse levantamento acabaria por contagiar, além das demais colônias, a própria metrópole. O plano fracassa, deixando um morto, dois feridos e uma grande repercussão internacional.

fracassada acaba por constituir-se em um dos maiores ataques contra a ditadura Salazarista, agudizando ainda mais a crise que Portugal enfrentava.

Quando Portugal ainda tentava se recuperar do ocorrido com o Santa Maria, “[...] inicia-se a guerra em Angola e a União Indiana ocupa Goa, Damão e Diu. No plano internacional, a situação de Portugal é de um isolamento crescente, multiplicando-se, na ONU, as moções em que o colonialismo é liminarmente condenado. [...]” (CASTELO, 1998, p. 61)<sup>81</sup>. Em 18 de dezembro de 1961, as forças armadas da união indiana invadiram os territórios coloniais portugueses de Goa, Damão e Diu<sup>82</sup>, dando início ao desmonte do império ultramarino português e colocando fim a um período de 451 anos de colonização portuguesa na Índia.

Em 1963, a situação em Angola encontrava-se razoavelmente controlada. Assim, quando tem início a revolta em Moçambique, em 25 de setembro de 1964, os “[...] portugueses encontravam-se preparados e um verdadeiro conflito demora pra começar<sup>83</sup>.” (PINTO, 2001, p. 25). Por sua vez, na Guiné, o PAIGC provava-se de difícil combate, embora a situação estivesse estabilizada. Portugal precisava conter uma guerra em três frentes, o que dispndia grandes sacrifícios econômicos e humanos. Diante desse quadro, Spínola afirma ser óbvio que militarmente os “comunistas” que apoiavam os “terroristas” contra Portugal não tinham o interesse de findar com o conflito no continente africano. Afinal, diante do eminente enfraquecimento português e de toda a força da qual gozava a União Soviética, se desejassem já teriam posto fim ao conflito, considerando que teriam condições de fornecer aos movimentos um apoio que Portugal não possuiria forças para combater.

Dentro dessa lógica, a União Soviética não se empenharia em encerrar o conflito por não desejar, na visão de Spínola, correr o risco de uma confrontação com o Ocidente. Além disso, Spínola recorda que se os territórios apoiados por eles vencessem de imediato, isso imporria aos soviéticos o compromisso de fornecer um apoio de volume incalculável. Para Spínola, tal apoio seria movido exatamente por interesses financeiros,

---

<sup>81</sup> A partir de 1961, a fim de amenizar a pressão internacional e de apaziguar os ânimos coloniais, o regime adota medidas em relação às “províncias”, levando, em 6 de setembro de 1961, à revogação do ESTATUTO DOS INDÍGENAS PORTUGUESES DAS PROVÍNCIAS DA GUINÉ, ANGOLA E MOÇAMBIQUE. Entretanto, apesar das reformas, diplomaticamente a situação continuou a se agravar, pois com a repercussão da revolta angolana no plano internacional, os EUA passam a criticar mais abertamente as políticas coloniais portuguesas. Além disso, em 1962 muito estados africanos já haviam aplicado sanções econômicas a Portugal (PINTO, 2001).

<sup>82</sup> Em Damão e Diu as tropas resistiram. A resistência em Damão chegou a durar 36 horas, um período considerável em relação a Goa, onde a resistência foi quase nula.

<sup>83</sup> Segundo Michel Cahen, em Moçambique, ao contrário de Angola, não houve revolta em massa, mas um paciente trabalho político-militar da FRELIMO. (CAHEN, 1994).

e despende de tanto gasto não interessaria por simplesmente não fazer parte da filosofia Soviética alterar aquele status em África. Ademais, a existência dessas tensões favoreceria os interesses soviéticos.

Spínola sustenta ainda que os comunistas estavam sempre por detrás de todas as oposições, com intuito de levar ao colapso os poderes estabelecidos, criando condições para que a longo prazo se tornasse possível a implantação de regimes comunistas. O fato de que o lado ocidental também apoiava os movimentos subversivos acabava por agravar a situação portuguesa na África, já que aqueles viam a emancipação africana como algo irreversível e buscavam atraí-los à sua órbita, com intuito de evitar que os países africanos acabassem por cair nas órbitas soviética ou chinesa.

O General recorda que em 1961 Adlai Stevenson<sup>84</sup> já havia definido qual seria a diretriz política que os EUA adotariam para a África. Segundo ele, não se deveria esperar a diminuição da ofensiva comunista enquanto ainda existisse a eminente polarização entre brancos e negros, devendo-se desse modo oferecer auxílio para que se estabelecesse um equilíbrio. Esse equilíbrio seria fundamental, pois, conforme Spínola assegura, “[...] toda sociedade política contém em si mesma, o fim último que lhe permite existir [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 76), desde que respeitada a conformação das sociedades, de modo a integrar-se na comunidade universal. Nesse sentido, o autor reitera inúmeras vezes não ser mais possível que as sociedades políticas sobrevivam de maneira hermética, por serem os debates cada vez mais abertos e generalizados.

Com sua obra, Spínola defende buscar esclarecer o fato de não ser mais o suficiente para uma Nação apenas existir, mas sim coexistir. Todavia, para que isso fosse possível seria necessário se alinhar a esse contexto, o que implicaria em uma constante revisão da sua estrutura interna e da sua dinâmica de continuidade histórica, sobretudo para que as Nações Unidas aceitassem o país sem reticências. Deste modo, já não adiantaria, na visão do General, apenas pretender impor ao mundo as razões que assistiam Portugal, sendo que o caminho para a aceitação destas teses passaria pelo seu devido ajustamento e pela síntese necessária que o contexto impunha. Uma síntese entre o interesse nacional e a moral internacional dominante, o que, embora Spínola reconheça ser um grande desafio, desafio maior seria para ele o de pretender não acompanhar a renovação que embalava o mundo, o que seria o mesmo que minar a solidariedade humana (SPÍNOLA, 1974).

---

<sup>84</sup> Adlai Stevenson foi um político estadunidense filiado no Partido Democrata e candidato duas vezes à presidência dos EUA.

Além disso o autor defende que a crise que Portugal enfrentava não era única e exclusivamente resultado da repetição de um fenômeno, “a procura do equilíbrio mundial de forças à custa dos territórios ultramarinos portugueses” (SPÍNOLA, 1974, p. 100). Aceitar tal tese obviamente tornaria tudo muito mais simples. Entretanto, não seria este o caso português, pois:

[...] há doze anos que se vem agravando o clima em que nos inserimos, sem embargo do gigantesco esforço que vimos dispendendo. E também nada parece existir que justifique a esperança de diferente ajuste entre as grandes potências, conducente a um equilíbrio à margem das nossas províncias ultramarinas; antes tudo indica que tal ajuste começa a vislumbrar-se com menosprezo dos interesses nacionais. (SPÍNOLA, 1974, p. 100).

Ou seja, para o General, esperar apenas que as flutuações na conjuntura mundial alterassem os quadros de força a favor de Portugal não era o suficiente, já que ele não acreditava que internacionalmente se desenharia uma feição favorável sem que Portugal alterasse o seu estatuto jurídico das posições ultramarinas na África. A agravante dessa situação derivava da crescente impugnação da compatibilidade entre as teses portuguesas e os fundamentos daquela sociedade. Além disso, Spínola afirmava objetivar alertar que enquanto Portugal lidava com a questão a partir das suas limitações econômicas, a “subversão” contava com a “sutil” intervenção externa em função do que o autor denomina de uma “[...] complexa teia da repartição mundial de recursos e mercados.” (SPÍNOLA, 1974, p. 65).

Postas essas questões, além de Portugal dar conta de problemas internos, precisava lidar com o que o General denomina de “lei da internacionalização dos problemas nacionais”, o que impossibilitava contraria as correntes mundiais (SPÍNOLA, 1974). Para Spínola, já havia passado da hora de a Nação compreender as origens de tais influências, o seu substrato ideológico e a sua determinante econômica. Em suas palavras:

[...] sobrepondo-se às românticas ingenuidades de sonhadores idealistas, a base econômica situa-se no cerne de toda a atividade humana como motor e condicionante de expressões, atitudes e transformações; e, então, ressaltam dúvidas sobre se será realmente de loucura o vento que varre o mundo. (SPÍNOLA, 1974, p. 66).

Sendo assim, a crise que assolava o mundo teria motivações econômicas que levavam a condicionamentos ideológicos. Conforme Spínola, aquilo que era visto por uns como uma crise poderia ser, na verdade, um sinal de mudança histórica:

Vivemos de facto num mundo em crise; crise que se manifesta em todos os setores onde são postos em causa valores consagrados, estruturas e instituições solidamente enraizadas, que num passado próximo

constituíam o esteio de uma relativa estabilidade, agora afectada por violentas convulsões nos campos social, moral, político e económico. Mas não será essa crise a natural conjugação de todos os factores que marcam o fim da Idade até aqui contemporânea e que, dentro de um século, os historiadores rebaptizarão? Na verdade, as crises são sempre uma característica das mudanças de Idade histórica [...] (SPÍNOLA, 1974, p. 66).

Para Spínola, essa mudança teria tido o seu início com a exploração do “*espaço interplanetário*” que tornava modelos obsoletos. Isso incluía o modelo de colonialismo adotado por Portugal, por ser algo completamente ultrapassado em um contexto onde os interesses humanos já eram outros, um momento em que cada vez mais se reconheciam os homens e cada vez menos as Nações. Nas palavras do General:

[...] Na verdade, ao dar-se o primeiro passo na conquista do espaço, a dimensão universal reduz-se; e face a esse constante encurtar de distâncias e rasgar de horizontes, não deverá surpreender-nos que comece a ser posta em causa a balcanização do mundo herdada da Idade histórica de que estamos a emergir – balcanização que os homens reconhecem, tendendo a pôr-lhe termo, reagrupando-se em novos espaços geo-morais, é certo, mas segundo uma ordem nova, irreversível até à próxima viragem histórica e, por isso mesmo, incomportável pelos modelos que vão caindo em obsolência. (SPÍNOLA, 1974, p. 67).

Entre os modelos que estavam caindo em “*obsolência*” estava o modelo económico adotado, o que explicaria o crescente reconhecimento de que, apesar do modelo económico, a desorientação não era um sintoma do desregramento à escala mundial, mas sim o preço que se pagaria “[...] pelos nacionalismos mais ou menos exacerbados” (SPÍNOLA, 1974, p. 68). Isso ocorreria porque cada Nação buscava elaborar modelos económicos sem levar em consideração as tendências evolutivas do mundo. Para o General, era uma utopia acreditar na possibilidade de criar um modelo económico estável levando em consideração políticas particulares divergentes da estrutura geral em que estão se desenvolvendo.

Diante desse quadro, para o autor era vital a necessidade de integração entre os mercados com o intuito de findar o imobilismo em torno do que Spínola chama de “concepções irreversivelmente ultrapassadas”. Nesse processo, naturalmente valores seriam substituídos por outros e tais substituições, tal “*Mudança de Idade histórica*”, sempre ocorreria com violências, desorientações e caos. Além disso, nesses processos os reacionários sempre acusaram os inovadores de “*perigosos subversivos dos valores humanos*”.

Como podemos perceber, para António de Spínola a crise que Portugal enfrentava era o resultado natural da relutância do regime hermético português em se abrir e

acompanhar o mundo no processo que ele denomina de “*Mudança de Idade Histórica*”. Diante de tudo o que expõe em *Portugal e o Futuro*, António de Spínola afirma estar entre os que acreditavam que Portugal de fato já havia sido uma Nação forte, mas que naquele contexto estava sucessivamente tornando-se mais fraca, enfrentando uma crescente hostilidade e, em função da fragilidade, não era mais capaz de mobilizar as “forças” a seu favor, o que acabava agravando a situação portuguesa.

De fato, o salazarismo se colocou em posição de resistir à pressão colonial em uma tentativa de congelar os processos. Conforme António Costa Pinto: “[...] O futuro do regime transformou-se assim no futuro da guerra.” (PINTO, 2001, p. 45). O regime fez da manutenção da guerra seu verdadeiro projeto, o que para Spínola era totalmente ultrapassado, pois o processo de mudança “[...] Sempre assim aconteceu até que uma nova ordem começasse a erguer-se e a Humanidade a retomar um equilíbrio novo, onde os valores de sempre voltaram ao seu lugar, apenas havendo sido eliminado o que se considerou ultrapassado e desajustado. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 66-67). Este processo não se limitava ao continente europeu, fazendo-se presente sobretudo no Ultramar onde, segundo o General, os africanos teriam acordado após séculos de letargia.

### 3.1.3 Portugal e o despertar africano: “fronteiras morais e ideológicas”

Conforme vimos, ao se propor a analisar a situação portuguesa, António de Spínola considera impossível uma análise válida não levar em consideração a conjuntura internacional, por defender que apenas uma Nação forte conseguiria se furtar das influências, pressões ou tensões vindas do exterior. Nesse sentido, a fim de uma maior compreensão da questão portuguesa, o General constrói sua abordagem a partir de duas óticas, uma ideológica e outra econômica<sup>85</sup>, por considerar encontrar-se o mundo dividido em fronteiras morais e ideológicas.

Considerando essa suposta divisão, o autor de *Portugal e o Futuro* afirma reconhecer surgirem desse esquema forças agregadoras e movimentos de solidariedade que interligavam as sociedades. Deste modo, qualquer decisão tomada pelos poderes estabelecidos em determinado território geopolítico acabava por ter reflexos em outros territórios em função dessas “solidariedades” político-ideológicas, o que poderia culminar

---

<sup>85</sup> Em sua análise econômica, o autor privilegia a crise econômica metropolitana, conforme vimos anteriormente.



na intervenção de uns sobre outros. Spínola alerta para o fato de que Portugal não se encontrava sozinho no mundo, e principalmente que esse mundo não se resumiria ao contexto europeu, tendo em consideração que para ele a Nação sequer era eminentemente europeia. Partindo desse ponto, para o General a questão básica para a precária posição portuguesa no mundo tinha raízes africanas e estaria diretamente relacionada à divergência de interpretação sobre a “nova” posição dos povos africanos no mundo.

Em *Portugal e o Futuro*, António de Spínola considera ser essa tomada de consciência, esse “despertar africano”, algo natural que há muito o Ocidente já tinha consciência de que viria a ocorrer em algum momento. No entanto, essa realidade teria sido totalmente ignorada, embora fosse

[...] perfeitamente previsível esta tomada de consciência africana e, para ela, foi até veladamente chamada desde logo a atenção das potências participantes na Conferência de Berlim pelo delegado americano, que no seu comentário final salientava ser necessário o acordo das populações aborígenes para que a teoria da ocupação efetiva pudesse ser concretizada com garantia de permanência no tempo. [...] (SPÍNOLA, 1974, p. 70-71).

Teria iniciado ali, na Conferência de Berlim, o problema relativo à autodeterminação dos povos e a internacionalização dos problemas africanos. Para o General, o que agravava essa situação era a existência de “forças externas” que se aproveitavam e exploravam habilmente o “despertar africano”. Spínola faz referência à Conferência de Yalta<sup>86</sup> e a uma conversa que teria ocorrido entre Churchill, então Primeiro Ministro do Reino Unido, e Roosevelt, Presidente dos Estados Unidos. Spínola recorda que Roosevelt

[...] advertia Churchill quanto à necessidade de se rever o problema colonial e colocava sob essa reserva a concepção de uma futura comunidade de nações, já então lhe presidia o espírito de que os Estados Unidos não pretendiam de forma alguma fazer despertar o fenómeno mas somente adiantar-se-lhe a fim de tentar controlá-lo. Ao despertar africano juntou-se, assim, a disputa de áreas de influência, caindo sobre nós a resultante desse sistema de duas forças, em que a primeira é, todavia, suporte e causa da segunda. (SPÍNOLA, 1974, p. 71).

Diante disso, António de Spínola defende que aquilo que os europeus chamavam de caos africano era apenas uma crise natural decorrente do amadurecimento africano, assim como durante séculos foi o caos europeu. Portanto o mapa da África, segundo o

---

<sup>86</sup> A conferência de Yalta foi um conjunto de reuniões ocorridas, em 1945, entre os líderes das principais potências das nações aliadas, com intuito de se discutir o fim da Segunda Guerra Mundial e a repartição das zonas de influência entre o Oeste e o Leste.

mesmo, estaria longe de estar feito, assim como o da própria Europa não esteve ou, como Hans Kohn e Wallace Sokolsky descrevem, na obra *El Nacionalismo Africano*:

Esta busca por um novo status requer um ajuste das atitudes sociais e psicológicas existentes. Tal ajuste leva tempo e produz tensões críticas. Os povos da Europa, Ásia e Américas passaram muitas vezes por longos cataclismos, controvérsias amargas e lutas antes de se tornarem nações integradas. (KOHN; SOKOLSKY, 1968, p. 18, tradução nossa).<sup>87</sup>

Esse amadurecimento africano culminava em um processo de nacionalismos nascentes, fenômeno que ocorria, segundo o general, com séculos de atraso em relação à Europa. Tendo isso em vista, não era lógico e nem realista que se continuasse interpretando a África dentro do espírito da Conferência de Berlim, um grave erro que Spínola diz tentar denunciar ao longo da obra (SPÍNOLA, 1974). Segundo Hans Kohn e Wallace Sokolsky, o nacionalismo europeu é um fenômeno moderno e que há pouco tempo teria chegado ao continente africano. Portanto, “[...] as manifestações de nacionalismo diferem de forma apreciável de acordo com as circunstâncias históricas de seu surgimento, as tradições culturais e a estrutura social dos povos envolvidos. [...]” (KOHN; SOKOLSKY, 1968, p. 17, tradução nossa).<sup>88</sup>

Apesar dessas diferenças, tais manifestações teriam surgido como uma resposta dos povos que decidem ser agentes ativos de sua própria história e não mais “peças” da história de outros, não aceitando que essa situação seja permanente, desejando melhorá-la (KOHN; SOKOLSKY, 1968). Nesse sentido, em *Portugal e o Futuro* Spínola afirma que havia um fato novo na cúpula da crise que Portugal enfrentava, um nacionalismo africano de estilo próprio, perfeitamente faseado e estratificado que tinha como objetivo: “[...] no imediato, os africanos desejam sacudir a tutela do homem branco que consideram ofensiva, mas cujo auxílio, quando solicitado, é reconhecido como inestimável; [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 228). Além disso, após desvencilhar-se da tutela do homem branco, “[...] haveriam os africanos de envolver-se em lutas sangrentas no quadro de um tribalismo cuja síntese está ainda por operar-se [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 228).

---

<sup>87</sup> No original: “Esta busqueda de nuevo status requiere um ajuste de las actitudes sociales y psicológicas existentes. Tal ajuste toma tempo y produce tensiones críticas. Los pueblos de Europa, Asia y las Américas han pasado a menudo por prolongados cataclismos, amargas controversias y luchas antes de llegar a convertirse en naciones integradas.” (KOHN; SOKOLSKY, 1968, p. 18).

<sup>88</sup> No original: “[...] las manifestaciones del nacionalismo diferem en forma preciable de acuerdo con las circunstancias históricas de su surgimento, las tradiciones culturales y la estructura social de los pueblos implicados. [...]” (KOHN; SOKOLSKY, 1968, p.17).

Dentro destes nacionalismos nascentes existiriam, segundo o General, “forças” que incidiam sobre a Nação. Entre essas forças destacava-se o Pan-africanismo que teria em sua essência nascido

[...] com Garvey, muito antes do fim da última guerra, como uma espécie de “sionismo” voltado para a África como pátria das pátrias de todos os homens negros, considerados objecto de discriminações contra as quais legitimamente reagiam. Era, pois, um movimento de regresso às origens, e apenas racial por efeito das condições em que despontou, isto é, mais como reacção do que como acção; e esse aspecto, que ainda hoje prevalece, constitui o verdadeiro substrato do fenómeno de erupção africana [...] (SPÍNOLA, 1974, p. 71-72).

O discurso de Marcus Garvey<sup>89</sup> frisava a necessidade de os negros recuperarem o seu senso de dignidade e orgulho racial, isso tudo em um contexto onde sofriam com a segregação racial. Apesar disso, Garvey teria liderado um dos maiores movimentos de massa dos Estados Unidos. Decraene denomina o pan-africanismo de Garvey<sup>90</sup> de “Pan-africanismo messiânico” (DECRAENE, 1962), devido ao que este chama de “busca pela terra prometida” que, segundo Garvey, seria sustentada pela noção de que o continente africano tinha sido o berço de civilizações grandiosas e poderia sê-lo novamente. Nas palavras de Philippe Decraene:

Imbuída de protestantismo místico, a doutrina de Garvey por vêzes denominada de um “sionismo negro” haveria de conduzir, pela idéia de completa igualdade entre negros e brancos, à da emancipação total dos povos africanos de jugo colonial. E, apesar do seu malogro, teve Garvey, o grande mérito de obrigar os negros a tomarem consciência da própria origem, criando neles, pela primeira vez, um sentimento de solidariedade. (DECRAENE, 1962, p. 19-20).

Em *Portugal e o Futuro*, Spínola também compara a doutrina de Garvey com uma espécie de “sionismo negro” e esclarece ter esse movimento de emancipação africana recebido forte impulso, em agosto de 1922, no III Congresso Internacional dos Povos Negros do Mundo, “[...] cujas decisões finais se revestiram de particular projecção, vindo

---

<sup>89</sup> Marcus Mosiah Garvey nasceu na Jamaica, em 1887. Cedo tomou consciência do racismo que afligia os negros, iniciando a sua militância política aos 17 anos. Em 1914, funda a Universal Negro Improvement and Conservation Association and African Communities League (Unia), que visava unir os negros em um só povo com intuito de lutar em prol de seus direitos civis. Alguns dos seus principais Slogans eram “*One God, one aim, one destiny*” e “*Africa for Africans at home or abroad*”. Garvey muda-se para os Estados Unidos em 1916, angaria apoio dos negros do Harlem, em Nova York e, em 1921, forma a African Orthodox Church.

<sup>90</sup> Garvey representou, de fato, um importante divisor de águas para o pensamento pan-africanista, devido a concentrar sua ideia em um projeto universal que unia política, educação, economia, cultura, militarismo e até mesmo religião. Deste modo, edificada e conhecida a teoria, era chegada a hora de executar esse projeto, que consistiria na construção dos “Estados Unidos da África”. Esse pragmatismo foi um fator importante que levou o pensamento garveísta a se destacar como ponto fulcral de maturidade do pan-africanismo no século XX.

a constituir uma chamada de atenção às potências coloniais que então continuavam a ajustar entre si a partilha da África como se os africanos não existissem. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 72). Diante dessa ameaça, as potências teriam adotado medidas drásticas de repressão a fim de eliminar o “*garveismo*”. (SPÍNOLA, 1974).

António de Spínola afirma que, com base nesse pan-africanismo formulado por Marcus Garvey, ou, como o mesmo denomina, com base nesse “pan-africanismo racial” oriundo de um passado de humilhações, teria nascido o pan-africanismo político de Du Bois. Tal visava:

[...] a “União dos Estados de África”, lançando a esperança de unificação que mais tarde haveria de presidir à actual “Organização de Unidade Africana”, em espontâneo movimento de solidarização inspirado pelo sentimento generalizado de resistência à dominação colonial; sentimento que recrudescer após o termo da II Guerra Mundial, ganhou nova força com o insucesso francês na Indochina e atingiu o climax no final da década de 50. (SPÍNOLA, 1974, p. 72-73).

William Du Bois foi um norte-americano<sup>91</sup> que advogava a igualdade entre negros e brancos na sociedade americana. Segundo Torgal, Du Bois foi um verdadeiro adepto do pan-africanismo (TORGAL, 2008) ou, como Decraene denomina, “o pai do pan-africanismo” (DECRAENE, 1962). Decraene esclarece que Du Bois entendeu, desde o princípio do século, “[...] que o problema essencial era o da “linha de cor [...]” (DECRAENE, 1962, p. 16).

Em *Portugal e o Futuro*, António de Spínola busca traçar uma linha entre o pensamento desses intelectuais e o problema que Portugal enfrentava no continente. Segundo Torgal:

No contexto das teses de Du Bois gravitaram líderes africanos como o [...] ganês Kwame Nkrumah (1909-1972). [...] o senegalês Léopold Senghor (1906-2001), ou, se quisermos referir-nos ao espaço lusófono, Amílcar Cabral (1924-1973) ou Agostinho Neto (1922-1979), fazem enveredar as teses africanistas pela via intelectual, como conceito de “negritude”. Portanto, por uma via ou por outra, o pan-africanismo foi-se desenvolvendo e, de algum modo, afirmou e reforçou a ideia de “África negra” que foi responsável também pelo anti-europeísmo que tem caracterizado a vida política no “continente negro” ou mesmo a lógica da organização de partidos que não eram favoráveis à presença branca [...] (TORGAL, 2008, p. 233).

---

<sup>91</sup> William Du Bois (1868-1963) foi um norte-americano nascido em 1868, em uma aldeia em Massachusetts. Du Bois formou-se na universidade alemã de Heidelberg e foi professor de sociologia da Universidade de Atlanta. Sociólogo, historiador e literato, fundou em 1908 a National Association for The Advancement of Coloured People (N.A.A.C.P.).

Torna-se importante salientar que obviamente os intelectuais pan-africanos possuíam diferentes formas de agir e pensar politicamente, fato que levava Spínola a associar “pesos” diferentes para cada um desses intelectuais. No contexto da escrita de *Portugal e o Futuro*, o General afirma serem os seus mais “recentes” paladinos africanos: N’Krumah<sup>92</sup>, que segundo ele era um “[...] extremista e defensor dos utópicos ‘Estados Unidos da África’ [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 72) e, no extremo oposto, Senghor, um “[...] político e humanista moderado e clarividente, desenvolvendo a unidade moral e a cultura africana na sua sensata e positiva concepção de “negritude”. (SPÍNOLA, 1974, p. 72)<sup>93</sup>.

A posição que António de Spínola adota em relação a N’Krumah, em *Portugal e o Futuro*, possivelmente se relacione com outro elemento que o General também salienta inúmeras vezes ao longo da obra, a sua postura profundamente anticomunista. Para o General, o Pan-africanismo era um movimento espontâneo e não provocado por terceiros, muito pelo contrário, caracterizado por uma nítida neutralidade:

Com vista a conseguir aquela emancipação, o pan-africanismo preconiza a unidade do continente africano como única forma de assegurar aos seus povos um papel no mundo para que despertaram, garantindo a sua sobrevivência contra a balcanização imposta pelos imperialismos que disputam a África[...] (SPÍNOLA, 1974, p. 75).

Para Spínola, era obvio que a evolução do contexto mundial fez resvalar esse movimento de uma neutralidade para o que chama de “cooperação preferencial”, algo preponderantemente orientada para o lado soviético. Segundo ele buscava explicar: “[...]”

---

<sup>92</sup> Kwame N’Krumah, nasceu no dia 21 de setembro de 1909, em Nkroful, uma vila no distrito de Ellebelle, na região oeste do sul de Gana. Ocupou o cargo de primeiro ministro da Costa do Ouro independente (atual Gana).

<sup>93</sup> Senghor era um intelectual, católico, socialista, poeta e Presidente do Senegal cuja constituição inspirava-se no modelo francês de 1946, no qual Presidente da República era o chefe de Estado mas o governo era exercido pelo Presidente do Conselho de Ministros, ou seja, um modelo que em partes se assemelhava ao português. (SCHOLL, 2018). Senghor pensava em uma solução federalista para o continente africano. Segundo Camille Scholl, na obra “Um caminho do socialismo”, escrita por Senghor em 1960, portanto durante a experiência da Federação do Mali: “[...]As partes que têm como títulos “Nacionalidade”, “A vontade de ser nação” e a “Realizar-se como Nação” são capítulos que o autor desenvolve entrelaçando uma discussão teórica com o processo de construção de uma federação de estados africanos de antiga colonização francesa.” (SCHOLL, 2018, p.128). Para Senghor, a unidade africana não poderia ser pensada sem levar em conta a profunda simbiose entre o negro-africano, o berbere e o europeu, assim como a contribuição de cada uma dessas “matrizes culturais” para a constituição da África Negra. Senghor era um conciliador que defendia a tese do colonialismo como um “mal necessário” assim como a existência de uma “simbiose dinâmica”, uma espécie de “mestiçagem cultural” que produziria um “fruto novo e mais suculento” (SCHOLL, 2018). Isso se aproximava do lusotropicalismo defendido pelos portugueses e inspirava Spínola. Ademais o General, como vimos, atribuiu a Senghor a proposta apresentada a Caetano de constituição de uma federação entre Portugal e suas colônias, a qual Spínola traz a público com a publicação de *Portugal e o Futuro*. Sobre o pensamento de Senghor, recomendamos a leitura apurada de SCHOLL, C. J., Entre Senghor e Cheikh Anta, Entre a História e a Nação: Uma Reflexão Sobre a Ideia de um Estado Federal para a África Negra (1960). **Revista Ars Histórica**, v. 16, p. 123, 2018.

Lê-se em George Padmore<sup>94</sup> uma análise válida mas parcial deste facto; e se podemos estar de acordo com aquele autor na verificação do efeito, já o mesmo não sucede quanto à causa insinuada; [...]”. (SPÍNOLA, 1974, p. 75) e complementa afirmando que:

[...] foram de facto os soviéticos quem melhor compreendeu o fenómeno e mais decisivamente tentou colocá-lo ao seu serviço; mas embora não deixe de haver traços de influência socialista em alguns dos mais combativos prosélitos actuais da unidade africana, jamais será lícito confundir pan-africanismo e comunismo. (SPÍNOLA, 1974, p. 75).

Deste modo, o General considerava natural o surgimento de acusações violentas ou deduções menos ponderadas entre os pan-africanistas, sugerindo uma maior rigidez de posições direcionadas para a destruição da ordem ocidental, como por exemplo: “[...] as acusações violentas de Ezekiel Maphalele contra a Igreja Romana que considera símbolo da hipocrisia do Ocidente [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 76). Segundo Spínola, Ezekiel Maphalele<sup>95</sup> orientava-se pelo matizado dialético da “negritude”, associando o homem branco ao capital e o homem negro ao trabalho explorado. Todavia, para Spínola as questões que orientavam pensamentos como os de Maphalele eram conclusões retiradas de coincidências e casos isolados, constatações de certos autores pan-africanos mas que, segundo ele, não corresponderiam aos pontos essenciais da doutrina.

Essas conclusões seriam, para António de Spínola, o resultado natural da ação dos maus colonizadores que acabaram por induzir os africanos a erros de julgamento. Entretanto, não deveria se tomar esses exemplos como o todo, assim como não se deveria tomar o pensamento de uma doutrina tendo em vista apenas o “[...] pensamento vicioso dos seus prosélitos mais ressentidos. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 76). O General ressalta que: “[...] Aliás Senghor, o paladino da “negritude” é profundamente anti-comunista.

---

<sup>94</sup> George Padmore (pseudônimo de Malcolm Ivan Meredith Nurse) nasceu em 1902, em Tacariga, Trinidad e Tobago. Estudou História e Ciências Sociais nos EUA, na universidade de Fisk e, posteriormente, Direito em Howard. Dedicou-se à política e ao jornalismo e identificava-se com a ideologia comunista, acabando por administrar o Departamento Comunista de Propaganda e Organização do Povo Negro em Moscou, cargo onde ganha destaque como um dos maiores defensores dos movimentos de libertação da África. Influenciou os nacionalistas africanos, gozando de considerável prestígio entre os intelectuais do continente, tornando-se homem de confiança do primeiro ministro de Gana. Suas principais obras foram *The Gold Coast Revolution* e *Panafricanism or Communism?* Sobre esta obra, Decraene detalha: “No prefácio do livro, descreve-se o movimento pan-africano como movimento que aspira ‘a realizar o governo dos africanos pelos africanos para os africanos, respeitando as minorias raciais ou religiosas que desejam viver na África com a maioria negra’” (DECRAENE, 1962, p.28).

<sup>95</sup> Ezekiel Maphalele (1919-2008) nasceu em Pretória, na África do Sul. Formou-se na UNISA, Universidade da África do Sul e tornou-se um escritor, educador, artista e ativista, considerado o pai do humanismo africano e um dos fundadores da literatura africana moderna. Em 1977, mudaria o seu nome para Es'kia.

[...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 76)<sup>96</sup>. Deste modo, para Spínola, o pan-africanismo deveria ser analisado rejeitando-se qualquer “*véu preconceitual*”. Caso contrário, se desvirtuaria do “pensamento original”.

Além disso, para o General, a complexificação do fenômeno africano em sua evolução teria sido evidentemente facilitada devido às esferas de influência terem levado à “*planetarização*” dos problemas decorrentes da emergência africana e devido ao fato de o “fardo do homem branco” ter adotado como prioridade questões econômicas ao invés da promoção social. Todavia, esse processo acabou por ter de concorrer com a tomada de consciência dos africanos e o desejo de assumirem o comando dos seus próprios destinos.

Ou seja, na visão de Spínola, as grandes potências teriam acelerado o fenômeno africano ao tentarem tirar proveito dos movimentos de emancipação, envolvendo, desse modo, a emancipação africana “[...] numa complexa teia de conspirações e conflitos, desvirtuando-a em muitos aspectos e conferindo-lhe um caráter artificial aos olhos dos menos avisados ou mais superficiais. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p74) e levando ao surto das colonizações. Deste modo, em um contexto de uma África sacudida pela emergência dos novos nacionalismos, para Spínola, o pan-africanismo teria ressurgido como forma de denunciar violentamente o neocolonialismo.

Esses intelectuais pan-africanistas que Spínola menciona se reuniam em torno da OUA (Organização da Unidade Africana)<sup>97</sup>. Segundo Torgal, a sua criação “[...] marca afinal o princípio fundamental da lógica pan-africanista. [...]” (TORRAL, 2008, p. 232-233). Spínola diz que o espírito e esperança de uma unificação e o sentimento generalizado de resistência ao domínio colonial presidiam os rumos dessa organização (SPÍNOLA, 1974). Segundo o autor, seria um grave erro pensar que com o caso português seria diferente e que estes não estariam na mira de tal instituição. Todavia afirma ser

[...] interessante recordar, a esse respeito, que já nas suas acusações às potências coloniais, Garvey vituperara violentamente a França, a Grã-Bretanha, a Itália e a Bélgica, sem se referir ao nosso País. É que estávamos, de facto, em posição ímpar para implantar Portugal no fenómeno africano. Já não nos poupam hoje o pan-africanistas; e, todavia, Portugal cabe ainda na corrente prevalecente do pan-africanismo actual: a “negritude” cultural, política e social de Léopold Senghor. (SPÍNOLA, 1974, p. 99-100).

<sup>96</sup> Sobre a posição política adotada pelo Presidente Senegalês Léopold Sédar Senghor e a sua relação com o Socialismo ver SCHOLL, Camille. A via do socialismo africano proposta por Léopold Senghor: considerações pelas lentes da história intelectual. In: PAREDES, M; SOARES, F. (org.), **A historicidade e suas múltiplas escalas**: Europa, América e África. Passo Fundo: Editora Acervus, 2020.

<sup>97</sup> A OUA (Organização da Unidade Africana) foi criada em 25 de maio de 1962, em Addis-Abeba, Etiópia, através da assinatura da sua Constituição por representantes de 32 governos de países africanos independentes.

Além do mais, o General defende terem sido os antecedentes do problema português suficientes para que os portugueses pudessem ter perspectivado a sua evolução. Tal coisa não foi feita pelo governo por este insistir em acreditar que os problemas africanos que a Nação enfrentava fossem resultado apenas da luta pelo equilíbrio mundial de forças pela via da partilha da África, deixando de lado as forças caracterizadamente africanas e limitando-se a uma política de combate, sem reconhecer o Pan-Africanismo, por exemplo, como “[...] fenómeno iniludível e também latente no seio das nossas populações africanas, embora com feição positiva e inequivocamente lusófila.” (SPÍNOLA, 1974, p. 78).

Essas questões levam o General a concluir que o cerne do problema não seria o quadro evolutivo das Nações Unidas, nem a ação da OUA ou a evocação do direito dos povos a autodeterminação (SPÍNOLA, 1974, p. 73), por esses não serem fenômenos novos ou uma simples estratégia subversiva revolucionária. O verdadeiro problema consistiria na tentativa dos interesses mundiais de controlar esse processo. Embora reconheça que o continente africano era, de fato, um teatro de lutas de interesses movido por esferas de influências, este fenômeno não comportaria as alegadas constantes históricas, e apesar da autenticidade do passado, consistia em um erro esta imperfeita avaliação do que Spínola chama de “fenômeno africano”. O General ainda afirma ser impossível persistir na concepção de que a opinião pública estava errada e que todos os problemas portugueses resultavam única e exclusivamente da cobiça e da falta de visão de terceiros, sem levar em conta o fenômeno africano em si, o que acabava por gerar uma grande ignorância sobre o que estava no cerne do problema.

A consciência dos riscos dessa abordagem o teria impelido a trazer a público outros rumos que pudessem garantir a sobrevivência da Nação, ao abrir novos horizontes, o que passava pelo reconhecimento de que a corrente anti-portuguesa surgida em Conakry, Accra e Dar-es-Salaam poderia ter sido estancada em Paris, Londres ou Nova Iorque. Apesar disso, essa crise deveria ter sido estancada em Lisboa (SPÍNOLA, 1974), não sendo tarde demais para fazê-lo.

### 3.2 “A GUINÉ NÃO PODE SER A NOVA GOA”.



Para Spínola, a escrita de *Portugal e o Futuro* constituiu-se em um ato patriótico, por sem impossível a ele calar a voz da consciência e manter para si todas as lições que teria aprendido na Guiné. Tais lições seriam capazes de auxiliar na edificação de uma estrutura capaz de salvaguardar a unidade nacional, a fim de evitar que os portugueses tivessem que rememorar o ocorrido em Goa em 1961. Além disso, ao invés de sofrer novas espoliações, novas amputações de membros, possibilitariam o fortalecimento de laços que, assim como uniam até então Portugal ao Brasil, seriam capazes de manter unida a Nação no seu todo pluricontinental.

### 3.2.1 Brasil e Índia, polos opostos de uma experiência.

Em *Portugal e o Futuro*, António de Spínola deixa clara a sua visão das colônias como prolongamentos territoriais e humanos da metrópole. Ainda assim, o General critica a crença na irrealidade política de que a permanência em África se eternizaria, sem que para isso os portugueses precisassem se adaptar ao mundo. Para Spínola, uma possível separação de Portugal das suas colônias era algo totalmente inconcebível, tendo em vista que se essa “separação” ocorresse, se Portugal tivesse os seus membros amputados, acabaria por se tornar mais fraco como Nação por sofrer consecutivamente a amputação de membros. Nas palavras do autor:

[...] O Brasil representou, portanto, o nascimento de um filho; mas ao lembrá-lo ocorre-nos Goa, a amputação de um membro; e entre estes dois pólos opostos – iniludíveis realidades – cremos que tudo deve fazer-se para que os valores essenciais preservados com o nascimento do Brasil prevaleçam contra as “realidades permanentes” que geraram a amputação de membros. (SPÍNOLA, 1974, p. 117-118).

Ao se referir à metáfora da amputação, António de Spínola conclui que se continuasse a insistir em uma solução militar para a África, em especial para a Guiné, ao invés de uma solução política, Portugal sofreria novamente a amputação de um membro, a exemplo do que ocorreu na Índia, ao invés de poder contemplar a evolução e o crescimento de um filho, a exemplo do Brasil. Segundo o General, era necessário raciocinar

[...] em termos de uma verdadeira e autêntica vocação sincretista, na qual sejamos capazes de construir sociedades harmónicas e miscigenadas, sem ódios nem reivindicações, vivendo na obediência a princípios de inequívoca justiça social e de dignificação humana; é essa, quanto a nós, a solução que teremos de encontrar por uma via de

progressiva autonomia que poderá conduzir ou não ao nascimento de novos filhos, mas que não levará à amputação de membros. Só nessas bases, despidas de contradições, será possível construir uma sólida Comunidade Lusíada. (SPÍNOLA, 1974. p. 123).

Como podemos ver, ao longo da escrita de *Portugal e o Futuro*, o medo de que Portugal sofresse novamente a “amputação de um membro” fazia-se presente em Spínola. Sua conversa com Caetano (que se recusa a buscar uma solução negociada para a Guiné, preferindo uma perda militar com honra do que negociar com “terroristas”)<sup>98</sup> teve o potencial de reviver em Spínola o trauma dos acontecimentos que culminaram na perda de Goa e os efeitos que estes acontecimentos tiveram sobre as forças armadas portuguesas. Segundo Kenneth Maxwell:

Para um militar, as palavras “honra” e “derrota” não podiam ser associadas com tamanha displicência, e para Spínola aquela ideia era abominável. Ele retornou ao seu posto na África muito abalado, decidido a levar sua opinião ao próprio povo. Os comentários de Caetano também tiveram o efeito de reviver um pesadelo dos oficiais portugueses. Em 1961 Salazar ordenara a uma guarnição portuguesa em Goa, em grande inferioridade numérica, que morresse heroicamente combatendo a conquista militar pela Índia daquele minúsculo posto avançado colonial no subcontinente. A guarnição portuguesa sensatamente se rendeu depois de um simulacro de resistência, mas Salazar submeteu os sobreviventes à corte marcial e fez com que a imprensa, controlada pelo governo, os estigmatizasse como covardes. [...]. (MAXWELL, 2006. p. 55).

António de Spínola era, acima de tudo, um militar. Ou seja, para o General, as consequências que a perda de Goa tiveram sob as forças armadas representavam um episódio profundamente traumático, em suas palavras, “[...] o precedente aberto na Índia está ainda bem vivo na memória de todos. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 56). Conforme apresenta Kenneth Maxwell, o ocorrido se tornaria um verdadeiro trauma para os portugueses:

[...] Em 1961 a Índia tomou Goa de uma guarnição de 3500 portugueses que haviam recebido ordens de “vencer ou morrer”. Na véspera da invasão indiana, Salazar enviara um telegrama para o general Vassalo e Silva, governador da Goa portuguesa: “...É horrível pensar que isso pode significar o sacrifício como a única forma de nos mantermos à altura das nossas tradições e prestarmos o maior serviço ao futuro da Nação. Não prevejo possibilidade de tréguas nem de prisioneiros portugueses, como não haverá navios rendidos, pois sinto que apenas pode haver soldados e marinheiros vitoriosos ou mortos. [...] (MAXWELL, 2006, p. 38).

---

<sup>98</sup> Ver capítulo I, página 41.

Salazar ordenara à guarnição que se fazia presente em Goa, apesar da grande inferioridade numérica, que resistissem e morressem heroicamente combatendo e defendendo a Índia portuguesa, a partir daquele minúsculo posto avançado. Após simularem uma resistência, os militares portugueses se rendem. O ato não passou despercebido pelo Presidente do Conselho, que garantiu que os sobreviventes que retornaram a Portugal fossem submetidos à Corte Marcial e, principalmente, que fossem estigmatizados pela imprensa portuguesa como covardes, representando, para o General,

[...] um precedente bem vivo do porvir que receamos. Nunca se acreditou que sucedesse o que, afinal, era inevitável; no entanto, a tragédia deu-se; e logo foi desviada a atenção da Nação para o campo circunstancial da conduta militar, acusando-se as Forças Armadas de não se terem batido heroicamente; quando, na realidade, qualquer que fosse a eficácia da defesa, o colapso seria sempre questão de dias. [...] (SPÍNOLA, 1974, p. 227).

Apesar do desfecho, a crise portuguesa na Índia não era nenhuma novidade. Muito pelo contrário, era uma crescente preocupação do regime desde 1947, quando a Índia britânica se tornou independente, criando para Portugal o “problema de Goa”. Os territórios portugueses na Índia eram defendidos por Portugal como a “expressão portuguesa na Índia”, tendo supostamente uma identidade própria e agindo de “modo europeu”, constituindo uma amostra do Ocidente em terras do Oriente (NAVARRO, 2011). Mas a oposição reunida em torno do movimento “Combatentes da Liberdade” defendia que aqueles eram territórios indianos indevidamente ocupados e explorados pelos portugueses.

Além disso, os protestos de Nehru<sup>99</sup>, estadista e primeiro-ministro da Índia, subiam de tom, por considerar inaceitável que mesmo após a saída dos britânicos da Índia, os portugueses ainda permanecessem lá. Nehru tentou negociar pacificamente a passagem de Goa, Damão e Diu para a Índia, entre 1947 a 1961. Porém, apesar da saída dos britânicos e dos embargos econômicos que a Índia impôs aos territórios portugueses na Índia, Portugal se mantinha firme a partir do suporte econômico dado pela sua “preciosa joia de família”, Goa (LOPES, 2017). Em 1950, a União Indiana apresentou formalmente a reclamação pela soberania de Goa, Damão e Diu, mas Portugal mostrou-se inflexível. Nas palavras do General, teria sido um grande erro de apreciação

[...] pretender que, há doze anos, um doutrinador pacifista desistisse de uma agressão em nome dos seus princípios; agravou-se esse erro de

---

<sup>99</sup> Jawaharlal Nehru (1889-1964) foi um estadista indiano, líder da ala socialista no congresso nacional indiano e primeiro ministro da Índia independente. Defendia a independência completa da Índia e foi considerado herdeiro político de Gandhi.

apreciação ao esperar que certos acordos funcionassem a nosso favor; a agressão que se julgava impossível operou-se; e, apesar dos acordos, fomos deixados sós. É doloroso ser mais explícito quanto ao caso em apreço. Mas é certo que tínhamos do nosso lado a razão reconhecida pela mais alta instância do direito internacional e, no entanto, essa razão de nada nos serviu; e a tragédia deu-se. O próprio responsável directo pela agressão de que fomos vítimas reconheceu nos derradeiros instantes da sua vida que cometera um erro; mas, por mais consolador que seja esse reconhecimento, o erro não foi reparado, sendo fácil prever que jamais será. [...] (SPÍNOLA, 1974, p. 131-132).

Spínola menciona um “doutrinador pacifista” nas negociações na Índia. Embora não possamos afirmar, podemos supor tratar-se de Nehru, e o erro consistiria exatamente na ocupação, pela União Indiana, dos territórios portugueses na Índia, desfecho para o qual caminhariam as colônias no continente africano, caso Portugal não alterasse a estratégia adotada:

[...] Não se ignora que é fácil falar “a posteriori”; todavia, pensamos que, se outra houvesse sido a visão dos factos, a Índia Portuguesa seria hoje, é certo, um Estado Confederado da Comunidade Lusíada; mas no coração e na mente de todos ali continuaria a ser Portugal, ali continuaria a falar-se o português e a viver-se à portuguesa. Porque Nação e Pátria, muito mais do que criação de um estatuto legal, são sentimento e vivência no subconsciente de cada homem. (SPÍNOLA, 1974, p. 227).

Apesar de Portugal já ter perdido o Brasil e outros territórios anteriormente, as colônias na Índia seriam as primeiras a saírem do domínio português no século XX. Esse fato, somado ao ocorrido com os militares retornados de Goa, passou a representar um importante marco simbólico da derrocada do império português, ao dar início ao processo de descolonização das colônias portuguesas. Além disso, a insistência em uma pretensa vitória militar trazia constantemente à tona o fantasma de Goa para os militares portugueses, um fim que, para o General, nenhum português poderia aceitar novamente, pois tal desfecho “[...] tornaria vão o sacrifício dos que morreram pela perenidade da Nação [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 56).

Para o General, a solução não seria encontrada pela força das armas. A chave do problema se encontraria em elaborar e prosseguir os rumos da Nação em torno de uma política interna fundada na razão inequívoca, uma razão que fosse reflexo das novas perspectivas, ao invés de se insistir em estratégias que já haviam anteriormente se mostrado insuficientes. Assim, Portugal estaria cometendo novamente os mesmos erros. Para Spínola, não se poderia aceitar que ao fim de tantos anos de sacrifícios e de sangue derramado o “[...] drama da Índia se repita em qualquer outra parcela do mundo

português. Nem tão-pouco pode aceitar-se que se encaminhe a solução do problema ultramarino para um desfecho no campo militar, por maior que seja o heroísmo das Forças Armadas.” (SPÍNOLA, 1974, p. 228).

Faltaria para Portugal sobretudo realismo no trato dos seus interesses ultramarinos. Realismo em aceitar ser necessário conduzir a situação a partir das resultantes de fatos inadiáveis e inelutáveis, caso contrário o precedente aberto na Índia apenas se alastraria cada vez mais, afastando os portugueses de quem de fato eram:

[...] Não fomos positivos nem realistas; se o tivéssemos sido, ter-se-ia equacionado o problema noutros termos; e talvez aqueles pedaços arrancados à Pátria fossem hoje parte integrante de uma comunidade portuguesa em processo de completa integração, em vez de constituírem precedente que a todo o tempo pode repetir-se. (SPÍNOLA, 1974, p. 132).

Tais erros de apreciação acabavam por conduzir a Nação a constantes contradições, tendo em vista que alguns pretendiam que Portugal fosse o passado, enquanto outros esperavam que Portugal olhasse para os exemplos alheios quando tinham em si mesmos o verdadeiro exemplo a ser seguido: a experiência portuguesa com o seu filho próspero, o Brasil.

Diante dessa perspectiva, António de Spínola irá contrapor o trauma da perda de Goa com a experiência portuguesa na independência do Brasil. O Brasil se torna mais do que um filho próspero, um alicerce importante para se crer na possibilidade de uma outra solução para a África. Ou seja, a dependência simbólica que Portugal possuía com as colônias refletiu diretamente no tipo de memória que foi construída em relação à independência do Brasil. Nesse sentido, Portugal não teria perdido o Brasil, mas, como a benigna mãe pátria que era, permitido que o seu filho próspero saísse de casa, o que tornava a independência do Brasil um motivo de comemoração e orgulho português.

A mítica do filho próspero e os supostos laços de fraternidade que uniriam Portugal ao Brasil, além de serem motivo de orgulho, acabavam por trazer esperança e legitimar a ação colonial portuguesa no continente africano. Sendo assim, o Brasil e a Índia constituíam polos diametralmente opostos da experiência colonial portuguesa<sup>100</sup>.

---

<sup>100</sup> Essa metáfora do Brasil como o filho próspero em relação com a amputação de um membro ocorrida em Goa, contrapõe os diferentes tipos de independência com os quais os portugueses tiveram que lidar ao longo da sua história colonial. O Brasil primeira colônia portuguesa a se tornar independente, “faz” uma independência sem descolonização, o oposto do que ocorreria na década de 70 na África lusófona onde a independência se deu com descolonização e uma descolonização violenta. Ou seja o desejo português de construir fosse na Índia (de onde as tropas portuguesas foram expulsas), mas sobretudo no continente africano “novos Brasis” não se concretizou, muito pelo contrário, assim como Michel Cahen salienta em uma reflexão sobre a sociedade Moçambicana a teimosia obsoleta do regime e as guerras que se seguiram

Diante disso e da experiência de Spínola na Guiné, nas palavras do mesmo: “[...] Nem faz sentido que se exhiba o Brasil como expoente da nossa pluriculturalidade quando na prática se tem pretendido eliminar a hipótese de futuros ‘Brasis’.” (SPÍNOLA, 1974, p. 125).

Apesar da independência conquistada, Spínola afirma que Portugal podia contemplar no Brasil a evolução e o crescimento de um filho, visto que os laços de portugalidade se fariam presentes ali, sendo perpetuados e inclusive comemorados:

[...] Celebrámos a independência do Brasil como o nascimento de um filho, sem nos perturbar demasiado que esse filho tivesse nascido soltando o grito do Ipiranga. E também aqui, passando sobre alguns artifícios de interpretação histórica, podemos tirar conclusões semelhantes. Na verdade, ignorando o incómodo grito soltado à nascença, temos hoje no Brasil um prolongamento cultural sobre o qual se podem vir a fundar as mais justificadas esperanças. Ali se fala o português e se cultivam, em certos meios, com apreço e até orgulho, os traços da cultura lusíada [...] (SPÍNOLA, 1974, p. 117).

Conforme evidencia-se a partir de *Portugal e o Futuro*, o Brasil representava para Spínola um importante elemento simbólico para a afirmação positiva da obra portuguesa, sendo que os próprios brasileiros reconheceriam tal feito. Para o General, esse era um fator importante diante da conjuntura em que Portugal se encontrava, onde as críticas ao colonialismo e a perda de colônias traziam aos portugueses um crescente sentimento de decadência nacional. Para Catroga, “[...] o enaltecimento do Brasil (incluindo o do Brasil independente) servia para provar a capacidade portuguesa para dar novos mundos ao mundo.” (CATROGA, 2005, p. 130).

Diante desse crescente sentimento de decadência nacional, o regime português empenhou-se em preencher os discursos e meios jornalísticos com expressões simbólicas que remetesse ao Brasil, a fim de desencadear um efeito de autoestima e revivescência nacional diante do tão criticado sonho imperial (CATROGA, 2005). Dessa forma, na década de 60 ensaiou-se uma aproximação com o Brasil a fim de demonstrar que “[...] o ‘filho’, apesar de emancipado, apoiava o ‘pai’, como se estivesse a negar às outras Colônias aquilo que ele mesmo havia conquistado.” (CATROGA, 2005, p. 140). Deste modo, reconhecia-se na independência brasileira um importante resultado da obra lusitana ao dar ao mundo uma nação grande, próspera e independente. O Brasil

---

acabaram impedindo tal feito “[...] não é um "novo Brasil" que apareceu, mas uma nova república negra com elementos crioulos (preto, mestiço ou branco) que escolheram a nacionalidade moçambicana em 1975 [...]” (CAHEN, 1994, p.221), e que em tese buscou distanciar-se do passado colonial.

representava o filho próspero que saiu de casa e deu certo, mas sem abandonar as suas raízes.

O Brasil independente simbolizava a grandeza do passado epopeico português, o velho Portugal heroico, capaz de reproduzir novamente semelhante ação no continente africano. Essa memória em relação ao Brasil foi utilizada pelo Estado Novo como forma de legitimar a permanência dos portugueses no Ultramar. Ou seja, como uma Nação grande e próspera, o Brasil acabava por atestar a capacidade portuguesa em promover o bem-estar das populações além-mar. Contrariar tal pensamento seria o mesmo que contrariar a possibilidade do nascimento de novos Brasis.

É exatamente nesse pensamento que António de Spínola se apoia. Existe em suas falas uma grande dependência simbólica em relação à imagem construída sobre o Brasil, mas principalmente sobre a participação de Portugal na história brasileira. Uma dependência que não afetava apenas a forma como o autor de *Portugal e o Futuro* via o mundo, mas sobretudo como via a posição portuguesa nesse mundo. Esse reflexo da mítica imperial no pensamento de Spínola o fazia crer que Portugal ficaria ameaçado se perdesse o Ultramar:

Contamo-nos entre o número daqueles que propugnam a essência do Ultramar como requisito da nossa sobrevivência como Nação livre e independente. Sem os territórios africanos, o País ficará reduzido a um canto sem expressão numa Europa que se agiganta, e sem trunfos potenciais para jogar em favor do seu valimento no concerto das Nações, acabando por ter uma existência meramente formal num quadro político em que a sua real independência ficará de todo comprometida. (SPÍNOLA, 1974, p. 226).

Spínola reconhece que poderia se argumentar utilizando exemplos como os da Bélgica e da Holanda, as quais, embora tenham perdido os seus territórios, encontravam-se em um processo crescente de prosperidade. Poderia-se até mesmo utilizar exemplos como os da Dinamarca e Luxemburgo, “[...] que jamais tiveram projecção extracontinental e que, a despeito da sua escassa dimensão, continuam a afirmar a sua personalidade no contexto europeu. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 226). Porém, Portugal não possuiria os mesmos recursos e nem a mesma tradição comercial que os exemplos mencionados possuiriam, o que levou o General a concluir que no

[...] quadro geral de uma crescente necessidade de espaço, de mercados e de complementos, o prolongamento africano resulta essencial, não só ao futuro progressivo do País, como até à sua própria projecção no tablado mundial. Sem o Ultramar, estaríamos perante um quadro de opção entre a pobreza dos subjacentes ou a absorção; e o velho sonho ibérico, ou a suserania dos grandes potentados não europeus, ou um

espinho soviético cravado nas costas do Ocidente, seriam a longo prazo as alternativas do nosso destino. (SPÍNOLA, 1974, p. 226-227).

Para o autor, esse seria um desfecho que nenhum português poderia aceitar, era o mal contra o qual se deveria lutar. Entretanto, segundo o General, não seria “[...] pela força, nem pela proclamação unilateral de uma verdade [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 227) que Portugal conseguiria conservar como portugueses os seus territórios ultramarinos. Pelo contrário, por essa via se caminharia “[...] para a desintegração do todo nacional pela amputação violenta e sucessiva das suas parcelas, sem que dessas ruínas algo resulte sobre que construir o futuro.” (SPÍNOLA, 1974, p. 227).

Portanto, em *Portugal e o Futuro*, António de Spínola se apoie na mítica do filho próspero, o Brasil. Anda assim, é importante salientarmos que não era o exemplo “ideal” do porvir que Spínola visava, tendo em vista que o pensamento do General objetivava uma possível federação e não a independência total das colônias portuguesas:

[...] Não que o Brasil deva ser tomado como modelo da finalidade a atingir, pois somos de opinião que é possível ainda realizar uma individualização política na ordem externa como país pluricontinental e pluricultural, ajustando para tanto a nossa estrutura interna a um renovado conceito de unidade. [...] (SPÍNOLA, 1974, p.125).

De qualquer forma, diante daquele contexto era preferível que Portugal desse novas Nações ao mundo, dando à luz novos filhos prósperos, a exemplo do Brasil, ao invés de, a despeito de sua vontade, sofrer novamente a amputação de um membro, a exemplo de Goa. Aquele território, na visão do General, possuía todas as condições para permanecer ligado à metrópole pelos laços de solidariedade lá estabelecidos. O exemplo que António de Spínola mirava era o posto em prática por ele mesmo na Guiné com os Congressos do Povo, onde buscou formas de aproximar as populações locais da administração dos seus interesses. Para o General, essa seria a única forma de se construir uma verdadeira unidade nacional, tornando-se Portugal uma autêntica comunidade com condições de encontrar a expressão que garantiria a salvaguarda da portugalidade, assim como a permanência portuguesa no Mundo.

### 3.2.2 A experiência na Guiné e a missão portuguesa na África.

*Portugal e o Futuro: Análise da Conjuntura Nacional* constitui-se em um manifesto político no qual Spínola propõe, a partir de uma análise da conjuntura nacional, o que denomina de “*uma terceira via*” para o problema em que se afundava a Nação



Portuguesa: a guerra ultramarina. Desde as primeiras páginas da obra, o autor deixa clara a sua opinião sobre o ultramar português, assim como a sua defesa da autodeterminação e a certeza de que, se um referendo fosse feito nos territórios portugueses no Ultramar, as populações optariam por permanecerem portuguesas.

Conforme vimos anteriormente, António de Spínola relata já possuir ideias semelhantes às expostas em *Portugal e o Futuro* desde 1961<sup>101</sup>. Todavia, foi a partir da sua experiência como Governador-Geral na Guiné-Bissau que se o General se viu em condições de afirmar que:

[...] A experiência colhida ao longo de cinco anos de vivência no fulcro desta problemática permite-nos afirmar que, realizada a autonomia no grau necessário à expressão política e ao rápido progresso econômico, nos encontraríamos de tal modo próximos do objetivo final que os demais objetivos intermédios perderiam importância. [...] (SPÍNOLA, 1974, p. 166).

A partir da experiência obtida na Guiné, Spínola sente-se seguro de que a tese que defendia era totalmente viável, pois “[...] se defendeu com sucesso essa mesma tese na Província da Guiné [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 18). Essa “certeza” teria sido uma das motivações para a publicação de *Portugal e o Futuro*. Para o General, era impossível calar a voz da consciência e não abrir para o todo nacional as lições aprendidas na Guiné (SPÍNOLA, 1974). Em suas palavras:

[...] na província da Guiné haviam sido criadas e inexplicavelmente rejeitadas as condições psicossociais ótimas para uma justa solução política; e não aceitavam que, ao fim de tantos anos de sacrifício e de sangue vertido, se encaminhasse a solução do problema ultramarino para um desfecho votado ao insucesso. Este irrealismo lançara sobre os militares o fantasma de Goa, ao mesmo tempo que neles germinava a convicção da total incapacidade política do Governo. (SPÍNOLA, 1978, p. 251).

Desde a sua chegada em Bissau, Spínola deixava claro em seus discursos que almejava buscar uma solução política para o problema da Guiné. Em seu improvisado de boas-vindas em Bissau, apela que todas as forças vivas da colônia estejam com ele, afinal de contas tinha consciência da situação particularmente difícil em que se encontrava Bissau: as forças portuguesas tinham perdido a iniciativa enquanto o PAIGC mostrava-se cada vez mais forte. Segundo Carlos Alexandre Morais, que esteve sob comando de Spínola na Guiné: “Quando chegou à Guiné, a situação militar revelava-se muito preocupante, pois as tropas haviam-se remetido a uma atitude defensiva e, em resultado,

---

<sup>101</sup> Ver capítulo I, página 29.

a liberdade de movimentos era quase nula, exceção feita às tropas especiais. [...]” (MORAIS, 2007, p. 40).

Para avaliar a situação e estabelecer uma estratégia, António de Spínola percorre pessoalmente o território guineense e logo compreende que para recuperar a iniciativa e inverter a correlação de forças, seria necessário um verdadeiro saneamento das forças militares portuguesas. Além disso, Spínola estabelece um comando unificado. Ou seja, tudo passava por ele e ao invés de três guerras (exército, marinha e força aérea) como se observava nas demais colônias, na Guiné se estabeleceu uma frente única atuando sob o mesmo comando, de forma unificada e concentrada (REZOLA, 2005).

Figura 2: Spínola percorrendo o território da Guiné Bissau.



Fonte: RFI s.d.

A reestruturação que Spínola faz dos quadros militares rapidamente aumenta a eficácia das forças portuguesas. Além disso, o próprio governador se fazia presente inclusive em operações arriscadas e, como recorda Carlos Alexandre de Moraes, Spínola “[...] Adoptou também uma política de contacto pessoal, constante e directo com as unidades de combate e assim alterou, em curto prazo, a fisionomia da guerra na Guiné.” (MORAIS, 2007, p. 42).

Figura 3: Spínola apertando a mão de um soldado/miliciano na Guiné-Bissau.



Fonte: Casa Comum s.d.

Figura 4: António de Spínola inspecionando a milícia negra na Guiné Bissau.



Fonte: Casa Comum s.d.

Na Guiné, Spínola dá início à africanização da guerra e à africanização das tropas portuguesas. Recrutando guineenses, o General cria e faz amplo uso de uma milícia negra, um projeto verdadeiramente revolucionário, nas palavras de Mária Inácia Rezola, tendo em vista estar na base que assentava esta iniciativa o princípio “[...] de que a responsabilidade primeira da defesa do território cabia às populações autóctones, isto é, aos portugueses da Guiné. Este Comando Geral das Milícias chega a ter 9000 homens

organizados em pelotões e campanhas.” (REZOLA, 2005, p. 46).<sup>102</sup> Segundo António Costa Pinto:

Spínola tinha negociado antecipadamente poderes alargados e a sua estratégia político-militar afrontou seriamente o PAIGC, sobretudo pela hábil manipulação de ingredientes políticos e étnicos. A partir de 1969, Spínola começou a criar uma infra-estrutura de representação política, com poderes consultivos, atraindo para ela um sector importante das elites tribais, ao mesmo tempo que desenvolvia infra-estruturas sociais e de saúde. Por outro lado, não descurou a frente étnica no interior do PAIGC e na sociedade guineense, criando e apoiando organizações nacionalistas anti-cabo verdianas, e utilizando algumas figuras históricas da fundação deste movimento, como Rafael Barbosa. Na frente étnica interna, Spínola e a sua elite jogaram com algum sucesso na promoção dos fulas e de outras etnias menos receptivas à guerrilha. (PINTO, 2001, p. 63).

Como podemos observar, até mesmo a ação militar de António de Spínola passava por ações políticas ao manipular as populações locais política e militarmente ao seu favor. Além disso, como em um improviso na sessão de Conselho do Governo ocorrida em 7 de novembro de 1969, Spínola já defendia abertamente uma solução política para o conflito na Guiné:

Pode parecer estranho ao público menos avisado que, na presente conjuntura de guerra, não me refira à situação militar. A explicação é simples. A batalha da Guiné, em última análise, não se decidirá no campo das armas, mas sim no campo da manobra político-social; plano onde se vislumbra um movimento de contra-reação das populações, que já se aperceberam que nada lucram com a guerra e, antes pelo contrário, verificam que esta as conduz a uma precária situação de insegurança e de retrocesso. (SPÍNOLA, 1970, p. 129).

Ou seja, o desfecho desastroso das Operações Chão Manjaco e Mar Verde<sup>103</sup> apenas reforçaria a descrença do General em uma possível vitória militar para a Guerra no Ultramar<sup>104</sup> e a urgência em partir-se em busca de uma saída política para o conflito colonial, a fim de se evitar um desfecho semelhante ao ocorrido na Índia. Para Spínola,

---

<sup>102</sup> Recordemos que um dos objetivos da Operação Chão Manjaco era converter a guerrilha ao exército português, além disso em seus discursos na Guiné Spínola ressaltava a importância dos Guinéus participarem da defesa dos seus interesses, discurso que foi transportado para Portugal e o Futuro.

<sup>103</sup> Capítulo I, página 18-19.

<sup>104</sup> Importante recordarmos que a Operação Chão Manjaco é encerrada após o massacre dos três majores, ocorrido em Abril de 1970, e que em resposta a este evento António de Spínola autoriza o ataque à Conacri em novembro deste ano. A operação ficaria conhecida como Operação Mar Verde e, por representar um ataque não provocado a um Estado soberano, seria denunciada internacionalmente por vários países, tanto africanos quanto do bloco soviético (REZOLA, 2005). Nesse mesmo contexto, ocorria em Moçambique a Operação Nó Górdio (julho de 1970) comandada pelo General Kaúlza de Arriaga, que embora tenha envolvido milhares de soldados em um confronto direto e violento, acabou tendo as suas expectativas frustradas pois, além de aumentar o “desconforto” internacional em relação ao colonialismo português, não conseguiu conter o avanço da FRELIMO.

após encarada a essência do problema, nada era mais inconveniente do que manter a sustentação da tese de que o conflito que Portugal enfrentava era preponderantemente militar, na defesa de fronteiras “[...] contra bandos mercenários infiltrados do exterior em exclusivo quadro de agressão externa. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 129). Nas palavras do General:

[...] A situação que se vive tem muito disso, mas não o é só. E se foi possível mobilizar as populações africanas da Guiné para a sua defesa e desequilibrar a nosso favor a massa combatente, tal se deveu ao facto de as perspectivas traçadas terem aberto aos africanos a esperança de poderem realizar-se no contexto lusíada; é vital para a sobrevivência de Portugal em África que se não desvirtue este facto atribuindo-lhe outras especiosas interpretações. [...] (SPÍNOLA, 1974, p. 129).

Diante desse quadro, uma possibilidade destacada por Spínola era a busca de uma vitória a partir da conquista das populações. Entretanto, mesmo que as populações ultramarinas passassem a colaborar ativamente no combate ao inimigo, essa ação traria à Nação gastos inoportunos considerando que a violência se voltaria contra as populações, tornando necessário lhes assegurar proteção eficaz. Além disso as populações acabariam cedendo e se identificando com o mais forte. Outra possibilidade consistiria na conquista das forças combatentes. Neste caso, como afirma o General, se trataria de uma vitória política e não militar. Ou seja:

Podemos assim chegar à evolução que, em qualquer guerra deste tipo, a vitória exclusivamente militar é inviável. Às Forças Armadas apenas compete, pois, criar e conservar pelo período necessário – naturalmente não muito longo – as condições de segurança que permitirão soluções político-sociais, únicos susceptíveis de pôr termo ao conflito. [...] (SPÍNOLA, 1974, p. 47).

O General ainda alerta que no quadro que se desenhava Portugal, além da adesão das populações, visava também à adesão e conversão dos combatentes inimigos, o que se alcançaria apenas mediante uma solução política. Do contrário, “[...] Pretender ganhar uma guerra subversiva através de uma solução militar é aceitar, de antemão, a derrota, a menos que se possuam ilimitadas capacidades para prolongar indefinidamente a guerra, fazendo dela uma instituição. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 47). Entretanto, para Spínola, esse não seria o caso Português, ou seja, manter a guerra seria o mesmo que conduzir o país cada vez mais ao estrangulamento econômico, ultrapassando inclusive os limites humanos a que os portugueses teriam acesso.

Além de defender uma solução eminentemente política, António de Spínola alertava para o fato de que as soluções políticas adotadas deveriam respeitar a

individualidade e a pluralidade institucional. Caso contrário, careceriam de fundamento e atrofiariam “[...] sociedades diferenciadas, impondo-lhes objetivos e padrões que elas não desejam e não aceitam, por não os compreenderem nem os comportarem as suas tradições sociais.” (SPÍNOLA, 1974, p. 125). Nessa perspectiva, Spínola afirmava buscar esclarecer que o que Portugal queria integrar deveria desejar ser integrado, assim como desejava a população na Guiné. Em suas palavras:

[...] E cremos poder afirmar, com a autoridade de causa vivida, que grande parte das populações africanas está connosco, como sucede com a maioria da população da Guiné. Mas o certo é que não o esteve sempre, e que a todo tempo poderá deixar de o estar, mas então irreversivelmente. Seria mais próprio afirmar, por isso, que as populações ainda estão connosco; mas que deixarão de o estar quando se sentirem afastadas da realização das suas legítimas aspirações a uma vida melhor e à participação plena, a todos os níveis e em perfeita equidade, na vida política e administrativa da Nação a que pertencem.[...] (SPÍNOLA, 1974, p. 44).

António de Spínola alerta que o continente africano possuía problemas político-sociais muito próprios que só poderiam ser entendidos por quem os vivia ou os analisava e salienta que os africanos, antes de serem portugueses, eram sobretudo africanos. Deste modo, para o autor, embora fosse uma realidade chocante era um fato incontroverso que limites geográficos não eram mais o suficiente para que um indivíduo se anulasse em prol do que ele denomina de “um querer coletivo”. Para Spínola, essa era a constatação que deveria guiar Portugal na busca de uma solução para a crise, ou seja, era uma questão que além de não ser ignorada, deveria estar na base dos parâmetros através dos quais a Nação deveria viver.

Para o General, as populações africanas desejavam mais do que apenas progresso econômico e bem-estar social: “[...] Não tenhamos ilusões: é um facto que os africanos querem ser portugueses – mas querem-no ser à maneira africana, não à maneira como pretende certo sector metropolitano.” (SPÍNOLA, 1974, p. 126). Isto é, as populações ultramarinas desejariam também encontrar expressão no respeito pela sua cultura e tradições, desempenhando um papel ativo dentro do todo. Deste modo, para o General seriam “[...] os espíritos o verdadeiro campo em que se desenvolvem as grandes batalhas desta guerra. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 129-130). Tendo isso em vista, Spínola defende que:

[...] A concretização de qualquer política válida de valorização integral das populações africanas e de elevação dos seus padrões de vida carece assim de ser alimentada por um substrato de base ideológica, susceptível de conquistar a adesão total dos espíritos, dentro e fora das fronteiras do país, bem como de ser conduzida em ordem a responder

às necessidades definidas no seio daquelas mesmas populações. [...] (SPÍNOLA, 1974, p. 130).

Desde 1968, esse foi o pensamento que norteou a ação de António de Spínola na Guiné. Mária Inácia Rezola reconhece que apesar das críticas suscitadas pelas ações de Spínola na Guiné, “[...] considerando esta actuação como demagógica, vários testemunhos dão conta do seu enorme impacto e popularidade. Num curto espaço de tempo, Spínola torna-se conhecido em toda a província e muitos nutrem por ele enorme respeito e admiração. [...]” (REZOLA, 2005, p. 55).

Imagem 5: Spínola sendo carregado pelas populações da Guiné-Bissau.



Fonte: MORAIS, Carlos Alexandre de. **António de Spínola o Homem**. Histórias de Portugal, Editorial Estampa, Lisboa, 2007.p.49.

Sob o lema *Por Uma Guiné Melhor*, o Governador-Geral tinha como objetivo a conquista da população daquela província, com quem o mesmo fazia questão de manter contato direto, além de dirigir insuflados discursos. Conforme Rezola: “[...] dando o exemplo para os que pensavam que a guerra podia ser dirigida a partir dos gabinetes de Bissau. Faz discursos em plena frente, para animar e incentivar os soldados.” (REZOLA, 2005, p. 46). Isso fez com que o General conquistasse grande influência na Guiné,

influência que levou a crer que se um plebiscito fosse feito naquela província, este certamente o ganharia.

Além da reestruturação dos quadros militares e da conquista das populações, a partir do lema *Por Uma Guiné Melhor* e dos Congressos do Povo, Spínola também dá início a uma intensa campanha de propaganda das suas ações, o que culmina em uma série de entrevistas que o General dá enquanto governador na Guiné. Nas palavras de Rezola: “[...] O governador-geral da colônia estava consciente de que em guerra subversiva, a propaganda era uma peça fundamental.” (REZOLA, 2005, p. 50). Essas questões elucidam a defesa que António de Spínola faz, em *Portugal e o Futuro*, da necessidade de se pôr fim ao abismo que se criava entre governantes europeus e governados africanos, ao se pôr em prática uma política que pretendia administrar os territórios ultramarinos à margem do diálogo ou da sua efetiva participação a todos os níveis:

Nunca a política de um governo pode ser autêntica se não se orientar pelos anseios dos governados, auscultados através do diálogo permanente e com os seus elementos representativos, livremente designados; e jamais um governo pode eximir-se à responsabilidade de apresentar programas que os governados sancionem e aos quais prestará contas. (SPÍNOLA, 1974, p. 129-130).

Em *Portugal e o Futuro*, António de Spínola defende ter conhecimento de causa suficiente para afirmar que a integração pela via da participação total dos africanos na vida nacional, com legítima autonomia regional, não era um fim que exigisse grandes preparações. O que seria necessário era atentar-se para as especificidades do Ultramar, para pôr fim a casos com os quais este teve que lidar na Guiné, e recorda:

[...] Lembramo-nos da amargura irónica com que um certo chefe mandinga, referindo-se a si mesmo, falava dos seus dez anos de estudos corânicos, do seu perfeito conhecimento da escrita árabe, da sua formação teológica islâmica e do facto de, apesar de tudo isso, ser oficialmente considerado analfabeto<sup>105</sup>. É para isto que tem de olhar-se, pois são estes os homens que querem ser africanos e desejam sê-lo, orgulhosamente, mas integrados numa vasta Comunidade Lusíada, cujos benefícios reconhecem. (SPÍNOLA, 1974, p. 158).

Como vimos anteriormente, António de Spínola pôs em prática os Congressos do Povo<sup>106</sup>, na Guiné, onde o mesmo mantinha contato direto com os líderes e populares

<sup>105</sup> Eram considerados alfabetizados os indígenas que falassem “corretamente” o português, requisito essencial para que um indígena adquirisse a cidadania, conforme definido pelo Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique de 1954, Capítulo III, Artigo 56°.

<sup>106</sup> Ao mencionar esse evento com o líder Mandinga durante um dos Congressos do Povo, Spínola demonstra tentar afastar-se da orientação defendida pelo Salazarismo, a construção de uma grande Portugal e de um único povo português a partir de um processo de assimilação que visava suprimindo as



daquela província. A partir destes contatos, Spínola recorda que muitos chefes de guerrilha, embora tenham mantido as suas posições, o teriam feito em função dos riscos pessoais que uma eventual ruptura representava. Entretanto, tais chefes teriam aderido à ideologia do General e estariam convictamente ao seu lado, tendo ele afirmado que: “[...] A experiência dos Congressos do Povo na Guiné provou, à evidência, que, por mais impreparadas que estejam as massas e mais divorciadas que delas se encontrem as suas elites, a participação efectiva do povo é possível” (SPÍNOLA, 1974, p. 207), por assim o desejarem. Spínola prossegue:

A nossa experiência de cinco anos de governo na Guiné demonstra à evidência que não é rejeitando a participação de homens válidos sob a alegação de que são analfabetos à face das leis – e, como tal, privando-os de uma participação de que afinal são perfeitamente capazes – que construiremos a solidariedade que suportará a nossa estrutura. E sempre sustentámos que nada será preciso inventar, nem descobrir: bastará voltar sobre o passado, até ao ponto em que nos desviámos da senda de uma portugalidade que prosseguíamos e, a partir daí, retornar o caminho. (SPÍNOLA, 1974, p. 158).

Desenvolver para o Ultramar regimes adaptados às suas realidades próprias já teria sido, segundo o General, uma preocupação tradicional ao longo da história colonial portuguesa. A crise que Portugal enfrentava seria exatamente o resultado do abandono dessa linha política. Para Spínola:

[...] Bom teria sido que nos tivéssemos deixado guiar pelo pensamento dos grandes capitães de África, que ali caldearam e amadureceram as

---

características locais. A perspectiva de Spínola orientava-se no sentido do reconhecimento das lideranças locais, assim como da diversidade cultural e ética do “todo nacional”, para o autor quanto mais paternalista fossem os poderes envolvidos, mais coagidas se sentiriam essas populações sendo exatamente esse sentimento de excesso de dependência que gerava o desejo revolucionário. A solução para Spínola seria ir incorporando todos (exemplo do líder Mandinga) que desejavam ser integrados na comunidade lusa, porém sem abdicar de ser africano, sem abdicar de suas especificidades, esse processo progressivamente deveria evoluir para uma federação de estados capaz de unir todas as parcelas da Nação, assim como o slogan de Caetano “Unidade na Diversidade” pregava. É importante salientarmos que essa perspectiva de Spínola se aproximava da perspectiva do colonialismo britânico. Segundo Peter Fry, o colonialismo português e britânico consistiam num contraste de identidades coloniais (FRY, 2003), pois se por um lado Portugal buscava assimilar as populações colonizadas processo que muitas vezes se dava a partir da extrema exploração da mão-de-obra africana, por outro o colonialismo britânico embora considerasse a segregação institucional e por consequência a segregação territorial como necessárias, não pretendia empreender um processo de miscigenação ou coabitação que levasse a uma transformação cultural africana, ou a uma fusão entre a cultura britânica e a africana. Ainda segundo Peter Fry existia “[...] uma tensão presente durante todo o empreendimento colonial entre os ideais de “assimilação” e “segregação”. Classicamente, o dogma colonial português favorecia o primeiro e o dogma inglês, o segundo. [...]” (FRY, 2003, p. 273).

suas ideias – como Mouzinho<sup>107</sup>, Couceiro<sup>108</sup>, Ayres de Ornellas<sup>109</sup> ou Eduardo Costa<sup>110</sup> – e, evoluindo na sua linha de pensamento, houvésemos permitido que as Províncias fossem governadas por sistemas adaptados ao circunstancialismo que as caracterizava individualmente, com a adequada liberdade de acção dos órgãos locais, então reclamada por quem aprendera no seio das populações africanas a pensar nos problemas de África. (SPÍNOLA, 1974, 127).

O autor de *Portugal e o Futuro* reconhece ao longo da obra que a base das teses defendidas por ele não era nenhuma novidade, inclusive afirmando que sequer o pensamento dos políticos acima citados era original. Segundo o General, essas ideias já se faziam presentes em Sá de Bandeira<sup>111</sup> e na Reforma Ultramarina de 1836 e teriam retornado com Almeida Garret<sup>112</sup>, na sua proposta legislativa de 1853, sendo seguida, em parte, por Rebelo da Silva<sup>113</sup> na reforma de 1869, e por Júlio de Villena<sup>114</sup> no Código Administrativo Ultramarino em 1881<sup>115</sup>. Para António de Spínola, o erro da política

---

<sup>107</sup> Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque (1855-1902) foi um Oficial de Cavalaria português que ganhou grande fama em Portugal por ter protagonizado a captura do Imperador nguni Gungunhana, em Chaimite (1895), e pela condução da subsequente campanha de pacificação, conquista e subjugação das populações locais à administração colonial portuguesa, no território que viria a constituir o atual Moçambique. A memória de Mouzinho foi revisitada durante o Estado Novo, sobretudo durante a guerra colonial, devido aos seus “valerosos feitos em África”, sendo apontado como um herói da expansão colonial portuguesa.

<sup>108</sup> Henrique Mitchell de Paiva Cabral Couceiro (1861-1944) foi um militar, administrador colonial e político português que se notabilizou nas campanhas de ocupação colonial em Angola e Moçambique. Sua dedicação à causa monárquica e sua proximidade aos princípios do Integralismo Lusitano conduziram-no por diversas vezes ao exílio, antes e depois da instituição do regime do Estado Novo em Portugal.

<sup>109</sup> Aires de Ornelas e Vasconcelos (1866-1930) foi um militar, escritor e político português. Ocupou o cargo de governador-geral de Moçambique (1896-1898) e Ministro da Marinha e Ultramar (1906-1907), tendo publicado diversos trabalhos sobre as campanhas de África e a experiência de administração colonial portuguesa.

<sup>110</sup> Eduardo Augusto Ferreira da Costa (1865-1907) foi um Major do Exército Português que, entre outras funções, exerceu o cargo de governador-geral de Angola.

<sup>111</sup> Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo (1795-1876) foi um político português da Monarquia Constitucional. Assumiu diversas pastas ministeriais e foi por cinco vezes presidente do Conselho de Ministros.

<sup>112</sup> João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett (1799-1854) foi um escritor e dramaturgo romântico, orador, ministro e secretário de estado honorário português.

<sup>113</sup> Luís Augusto Rebelo da Silva (1822-1871) foi um jornalista, historiador, romancista e político português, tendo exercido, entre outros, os cargos de deputado, par do Reino e ministro.

<sup>114</sup> Júlio Marques de Villena (1845-1928) foi um jurista, intelectual, magistrado e político português.

<sup>115</sup> Ao mencionar o Código Administrativo de 1881, novamente António de Spínola se afasta, se destaca do colonialismo salazarista, um modelo rígido, controlador e assimilacionista. O General remonta aos princípios coloniais de 1850-1890, o ideário da época baseava-se em um assimilacionismo natural e que dispensava um controle rígido dessas populações. Essa “crença” foi mantida sobretudo após a primeira república. O que Spínola faz é defender a retomada das teorias de um período em que o mesmo acreditava encontrar-se o ideário colonial no caminho certo, e que seria interrompido e finalizado na década de 30 com o início do salazarismo e da promulgação do Acto Colonial em 1930, o qual como vimos Spínola condena. Ou seja, ao empreender salvaguardar a “unidade nacional” o General se afasta do ideário colonial do regime salazarista e advoga a retomada das teorias e políticas coloniais dos liberais da república de 1910. A grande questão para o General residia na fraqueza do argumento de que Portugal era uma sociedade multirracial única e exclusivamente pelo convívio platônico das raças. Spínola argumenta que assim como o convívio entre pobres e ricos não resolvia as questões sociais o mesmo se aplicava ao caso português. Seria ingenuidade “[...] pretender solucionar o problema apenas consentindo que pretos e brancos viagem no

ultramarina portuguesa teria sido o salto dado da essência do pensamento de Sá da Bandeira, Almeida Garret e Rebello da Silva, para um quadro de perigosas generalizações, sem qualquer justificativa aparente (SPÍNOLA, 1974). Essas generalizações teriam conduzido Portugal a uma grande confusão entre o que seriam instituições portuguesas e as instituições metropolitanas, dando assim razão a quem acusava Portugal. Spínola afirma que:

[...] De facto, dentro de uma linha de coerência com o nosso conceito de pluriculturalidade, tão portuguesas são as instituições metropolitanas como, por exemplo, as seculares instituições mandingas da Guiné. Mas se unificar significa proclamar a universalidade e o primado das instituições metropolitanas, não se vê como conciliar tal conceito de unificação com a afirmação de pluralidade social – e portanto política – senão pela via da coerciva, o que se nos afigura contrário ao que defendemos nas tribunas internacionais. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 128).

Ao longo da obra percebemos que perder o Ultramar, sobretudo a Guiné, não era uma opção para Spínola, muito menos uma saída com honra<sup>116</sup>. Além disso, o pensamento do General não era assombrado apenas pelo trauma de Goa, mas também pelas “perdas” anteriores que Portugal já tinha sofrido. O autor esclarece em *Portugal e o Futuro* que em todos os tempos teriam se polarizado as opiniões e os interesses sobre os territórios ultramarinos no continente africano, por estes exercerem influência direta em questões político-econômicas que afetavam diretamente o equilíbrio geoestratégico e econômico a nível mundial (SPÍNOLA, 1974). Essa “polarização” teria conduzido à Nação a constantes conflitos, fosse com Espanhóis, Britânicos, Franceses ou Holandeses, os quais, diante do declínio moral de Portugal, acabaram por espoliar as posições portuguesas no Ultramar, algumas das quais jamais foram recuperadas.

Os responsáveis por esse processo seriam os mesmos que naquele contexto se opunham a Portugal, acabando por evidenciar que a Nação portuguesa não era mais uma grande potência. Spínola recorda ter Portugal se mostrado totalmente incapaz de impedir o “[...] sonho de Cecil Rhodes e impor o mapa cor de rosa [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 90)<sup>117</sup>, obedecendo aos desígnios imperialistas britânicos, acontecimento que teria

---

mesmo autocarro é tentativa que a nada conduz por insuficiente sequer para iludir o problema.”(SPÍNOLA, 1974, p.57), o convívio de raças apenas conduziria a resultados objetivos se fosse acompanhada por uma equitativa repartição das oportunidades de acesso aos lugares de mando político-administrativo.

<sup>116</sup> Capítulo I, página 21.

<sup>117</sup> Cecil Rhodes (1853-1902) foi um colonizador e homem de negócios britânico que teve importante papel na exploração mineira no continente africano e na construção do caminho de ferro. Mapa cor-de-rosa foi o nome dado ao mapa que obedecia à pretensão portuguesa de manter a soberania dos territórios situados entre Angola e Moçambique. Entretanto, em 11 de janeiro de 1890 Portugal recebe o Ultimato Britânico

evidenciado a fragilidade portuguesa. Desde então, Portugal vinha demonstrando não ser capaz de ir contra a vontade dos mais fortes, não tendo conseguido “[...] levantar os povos por um processo semelhante ao que mais tarde os mesmos ingleses vieram a utilizar na Jordânia pela mão de T.E. Lawrence.” (SPÍNOLA, 1974, p. 90). Ainda assim, essas espoliações teriam gerado em Portugal, grande fervor: “[...] Vibrou-se em Portugal de indesmentível patriotismo; da alma do povo indignado saíram os acordes e as estrofes da Portuguesa<sup>118</sup>. Todavia, o facto é que, apesar disso, passou a falar-se inglês do Cabo ao Cairo.” (SPÍNOLA, 1974, p. 90). Este era o porvir que António de Spínola receava.

Apesar de reconhecer encontrar-se Portugal em um mundo que se fechava, Spínola ainda defendia que Portugal conseguiria manter a sua posição no continente africano<sup>119</sup> por meio de soluções políticas. Esse pensamento recebia o reforço necessário a partir da sua experiencia na Guiné, de maneira que o General defendia serem as suas teses uma opção válida por se encontrarem à margem de “ideários extremos”, constituindo-se em uma via possível de salvaguardar verdadeiramente a lusitanidade. Diante disso, a edificação de uma verdadeira comunidade seria totalmente possível, desde que:

[...] Respeitando os valores em que se alicerça a Nação Portuguesa, plasmada nos mais puros princípios de solidariedade, fraternidade e igualdade humanas, procurámos acompanhar a evolução do mundo, ajustando às exigências sociais dos nossos dias, conceitos, métodos e

---

que exigia a retirada das forças portuguesas do caminho de ferro, sob pena de ruptura nas relações diplomáticas entre os dois países.

<sup>118</sup> A portuguesa, música de Alfredo Keil e letra de Henrique Lopes de Mendonça, data de 11 de janeiro de 1890 e viria a tornar-se hino nacional português em 1911. Segundo Catroga, “[...] o seu conteúdo não exalta a liberdade e o advento de um mundo novo. Revela, antes, os feitos dos “heróis do mar” e da “Nação valente”, num contexto condicionado pela questão colonial e pela consciência decadentista. [...]” (CATROGA, 2005, p.156). Tratava-se de uma tentativa de se levantar novamente o “nome de Portugal” com um fundo patriótico e imperial.

<sup>119</sup> Em sua obra de 1978, António de Spínola afirma ter aceitado prolongar o seu mandato na Guiné exclusivamente com o intuito de prosseguir com as suas conversações com Senghor, sentindo-se ludibriado quando Caetano o proibiu de assim fazê-lo e perdendo as esperanças de que Portugal conseguiria manter a sua posição no continente africano. Isso justificava-se primeiro pela postura adotada por Caetano e segundo porque, em 20 de janeiro de 1973, Amílcar Cabral foi assassinado, inclusive o General atribuiu o assassinato de Cabral à não realização do encontro entre este e o próprio Spínola. Ao retornar à Bissau, Spínola teria encoberto a posição tomada pelo Governo Central de proibir o encontro, o que teria gerado um clima de indefinição no PAIGC sobre os motivos dessa proibição. Em suas palavras: “Esclarece-se que a facção guineense do PAIGC atribuiu a Amílcar Cabral a responsabilidade da não realização do encontro. Esta suposição agudizou as dissidências internas do Partido, que, habilmente exploradas por Sekou Touré, conduziram à morte de Amílcar Cabral.” (SPÍNOLA, 1978, p.43). Além disso, ocorreria em 24 de setembro de 1973, em Medina Boé no sudeste da Guiné-Bissau, a proclamação pelo PAIGC da independência unilateral da Guiné Bissau, sendo Luis Cabral eleito Presidente do Conselho de Estado. O evento, além de contar com ampla cobertura, obteve também o apoio irrestrito da ONU. Este evento evidencia a crença de Spínola de que guerra estava perdida. As perdas começavam exatamente pela Guiné que Spínola tanto se empenhou em “salvar”. O evento ocorreu poucos dias após a posse do sucessor de Spínola no cargo de Governador Geral.

processos, em ordem a assegurar a continuidade da missão que nos compete desempenhar em África. [...] (SPÍNOLA, 1970, p. 7).

Para o General, Portugal ainda possuiria condições de reassumir o seu papel de Nação próspera e privilegiada. Neste sentido, Spínola recorda uma frase em que Toynbee teria afirmado que “[...] Portugal foi o primeiro Império colonial, hoje é o último, e talvez seja o primeiro de uma nova era. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 96), e prossegue:

[...] Talvez o possa, de facto, vir a ser, embora não na acepção de Império ao velho estilo dos que sonham com o passado e para quem não existe presente nem interessa o futuro; mas antes na acepção de uma nova era em que, de propósitos honestos e na pureza dos ideais com que combatemos os imperialismos que nos tentam submergir, saibamos adoptar soluções coerentes e não nos limitemos a defender conceitos que já ninguém aceita e em que os próprios portugueses começam também a não acreditar. [...] (SPÍNOLA, 1974, p. 96).

Como podemos perceber, o discurso de António de Spínola em *Portugal e o Futuro* não se apoiava apenas no mito da capacidade portuguesa de dar novos mundos ao mundo, mas sobretudo no mito do inalienável direito e de uma suposta aptidão/vocação portuguesa para o trato com o outro. Com base nessa “crença”, Spínola defendeu deverem os portugueses confiar na sua capacidade para edificar comunidades humanas alicerçadas no que ele denomina de uma “portugalidade autêntica”, aproveitando-se dessa posição de vantagem a fim de construir no Ultramar novos Brasis. Além disso, para o General, se dentro de um quadro comparativo entre as vias com as quais Portugal se deparava, a sua tese pareceria ambiciosa, mais ambicioso seria confiar cegamente na ilimitada capacidade portuguesa de resistência.

Ao longo da sua obra, António de Spínola defende que a evolução para o estatuto de uma grande comunidade lusíada, a Comunidade Luso-Afro-Brasileira, era a saída para um futuro próspero. Entretanto, reitera que essa união só seria possível em um contexto dilatado de “[...] pluralidade sobre uma comunidade que mantenha coesas as parcelas do todo português, à margem de estatutos políticos. Este o nosso credo, com base no qual definimos, como objetivo, integrar de facto o País e construir uma unidade portuguesa. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 138).

#### **4 A COMUNIDADE LUSO-AFRO-BRASILEIRA.**

Em *Portugal e o Futuro*, António de Spínola defende a construção de uma Grande Comunidade Luso-Afro-Brasileira, alicerçada em uma suposta unidade de sentimento e

cultura que ultrapassava as fronteiras lusas e que seria capaz de retirar Portugal da crise em que se encontrava, preservando-o em seu todo plurirracial, pluricultural e pluricontinental. Neste capítulo, abordaremos a proposta trazida a público em *Portugal e o Futuro*, o contexto intelectual no qual a obra estava inserida, assim como a recepção da mesma. Conforme veremos, o livro acaba tendo importante papel em um processo que ultrapassava as intenções do autor.

#### 4.1 “UM CONCEITO NOVO DE UNIDADE DA NAÇÃO”

Neste subcapítulo abordaremos a proposta apresentada em *Portugal e o Futuro*, a construção de uma federação de estados, assim como as estruturas que ele delineia e os pressupostos que estavam na base de sua proposta, em especial o reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e a consulta à Nação

##### 4.1.1 A via apresentada em *Portugal e o Futuro*.

Conforme analisamos, a primeira parte de *Portugal e o Futuro*, em resumo, constitui-se em uma análise crítica feita por António de Spínola da conjuntura nacional portuguesa. A partir dessa análise o autor propõe-se a formular uma “*terceira via*”, uma terceira corrente de pensamento que tornasse o diálogo possível de encorajar a unidade de todos, abrindo para Portugal as “*portas do Mundo*” (SPÍNOLA, 1974). Embora o General considere difícil naquela conjuntura emitir opiniões políticas construtivas, segundo o mesmo “[...] Não haveria, portanto fidelidade ao espírito que presidiu a feitura deste livro se não [...] delineasse um ideário.” (SPÍNOLA, 1974, p. 176).

O autor afirmou pretender com a publicação dar uma resposta a todos que buscavam qualquer fórmula de evolução a fim de, com base em conceitos positivos, construir o futuro da Nação. Todavia, Spínola alega que a publicação de sua obra não se tratava de nenhuma polêmica, por não pretender atacar teses formuladas ou sequer justificar posições tomadas (SPÍNOLA, 1974) e recorda que quem escrevia aquelas linhas havia exposto “[...] já suficientemente a sua vida em defesa da Pátria para que se lhe possam assacar tais desígnios, e que foi perante o risco da vida e na presença do sangue do Povo Português que estas concepções se caldearam e consolidaram.” (SPÍNOLA, 1974, p. 147).

O autor ainda reconhece que a solução almejada por ele estaria sujeita a fortes condicionalismos de ordem interna e que certos setores da opinião não estariam preparados para tal evolução. Porém, a pressão militar interna se atenuaria e, externamente, se Portugal possuísse teses sustentáveis certamente teria amigos dispostos a apoiá-lo.

Além de todas as críticas que a sua proposta receberia o autor admitiu estar ciente da interrogação presente no espírito de alguns portugueses: “Para quê definir uma estratégia nacional?” (SPÍNOLA, 1974, p. 135). Spínola acreditava ser primordial esclarecer qual atitude melhor defenderia o espírito português e defendia que, sendo o problema fundamentalmente interno, a solução também deveria ser<sup>120</sup>. Deste modo, o primeiro passo para a resolução de um problema seria “[...] reconhecer a sua existência e dimensão, para em sequente análise o definir claramente[...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 138), a fim de se estabelecer uma estratégia. Do contrário, sem uma orientação definida e baseada em objetivos nacionais e com projeção no tempo, Portugal seria conduzido “[...] a um quadro de alternativa entre uma solução inviável e o abandono às forças da desagregação. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 138).

Para o autor, o abandono das populações ultramarinas era inaceitável. Por outro lado, dentro de um horizonte de tempo definido, era inviável aniquilar as forças de guerrilha devido à sua constante possibilidade de renovação. Tendo isso em vista, o General questiona: “Como poderia então terminar uma guerra deste tipo?” (SPÍNOLA, 1974, p. 41). Para Spínola, havia apenas três vias: I) concessões crescentes até que o limite de ruptura fosse atingido, II) repressão totalitária ou III) o caminho da liberalização que, segundo o autor, também possuiria riscos “[...] mas que apesar de tudo cremos ser a solução, desde que se desenvolva progressivamente, na disciplina e sob o signo de uma firme autoridade então fortalecida pela via da legitimidade. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 41).

---

<sup>120</sup> Para tal, se apoiava em quatro argumentos:

- I) A partir de um ponto de vista lógico deveria se estabelecer uma correspondência entre os fatos passados e futuros, o que poderia dar-se de duas formas: a) deixar que se resolvesse conforme as leis naturais ou b) controlar os fatos mediante o estabelecimento de uma estratégia. (SPÍNOLA, 1974, p.136).
- II) Uma atitude voltada para o futuro que deveria guiar-se pela vontade de se atingir um bem e não apenas evitar-se um mal, definindo uma estratégia comportável. (SPÍNOLA, 1974, p.136).
- III) A busca de máximo benefício com o mínimo de esforço, o que também corresponderia à formulação de uma estratégia. (SPÍNOLA, 1974, p.137).
- IV) Definição clara de objetivos, traçando o caminho para os atingir, num quadro devidamente coordenado. (SPÍNOLA, 1974, p.137).

Para António de Spínola, esse era o quadro realista com o qual Portugal teria que lidar se pretendesse solucionar a crise social que enfrentava, quadro que exigia uma urgente reformulação do ideário nacional a fim de convertê-lo “[...] em fórmulas susceptíveis de o tornarem numa ideologia unificadora, pela transferência da força lógica dos princípios proclamados e da sua real aplicabilidade prática. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 179), o que também exigiria uma estrutura nacional capaz de comportá-lo.

Partindo desse quadro, Spínola se propôs a tentar edificar uma possível arquitetura nacional válida, o que só seria possível partindo-se da aceitação de três princípios: I) O reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação; II) a aceitação da participação popular em um referendo; e III) tornar públicas as decisões a fim de inserir Portugal no contexto internacional<sup>121</sup>. Estas seriam, “[...] nas linhas gerais, as coordenadas do equacionamento do presente, com vista à sua projeção no futuro que visualizamos.” (SPÍNOLA, 1974, p. 61).

São esses os três pontos que constituem a base da tese apresentada e defendida por António de Spínola, contra a qual este reconhece que se levantariam críticas tanto daqueles que veriam os seus interesses ameaçados, quanto daqueles que pensariam que Portugal não seria capaz de concretizá-la. Além disso, haveria parcelas que veriam no proposto por ele uma nova versão da ideologia que estavam dispostos a combater, “minorias” que pretendiam “[...] a todo transe, conservar os seus privilégios. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 165) e que não representariam a maioria da Nação.

Para o General, as críticas que a sua proposta receberia ocorreriam porque a Nação encontrava-se em um quadro de posições extremas em confronto, uma visando objetivos nacionais superiores, mas por um caminho impossível, e outra visando a anulação da portugalidade. Deste modo, haveria aqueles que, por preferirem o abandono ou a cedência, denunciariam a tese como contraditória e baseada em uma “[...] visão unilateral dos problemas a equacionar, vendo-a demasiado influenciada pela experiencia da Guiné [...]”<sup>122</sup> (SPÍNOLA, 1974, p178). Spínola prossegue:

<sup>121</sup> Esse plano deveria ser imediatamente anunciado, assim como a nova constituição, os passos e os prazos. Segundo o autor, a anunciação traria grande alcance e reflexão nacional e internacional, acabando por operar uma viragem na imagem portuguesa.

<sup>122</sup> Caetano relata na sua obra *Depoimento* que, em uma conversa com Spínola, este teria lhe informado que pretendia publicar um livro e teria lhe exposto a sua tese federalista, ao declarar que: “[...] Amistosamente lhe observei, ao cabo de longa troca de impressões, que a sua visão do problema ultramarino português continuava demasiado influenciada pelos anos que passara na Guiné. [...]” (CAETANO, 1974, p189). Caetano teria sugerido que antes de publicar o livro, Spínola viajasse pelo Ultramar a fim de constatar a realidade das demais colônias. O General teria tentado ir ao Ultramar em viagem oficial mas, diante da falta de oportunidade, a publicação acabou acontecendo independente de a viagem ocorrer.



[...] A esses respondemos que, ao dar expressão local a uma política, não pode um governador deixar de se colocar na posição de crítico face a soluções que estão na origem da situação criada e no centro da problemática que se impõe reequacionar. E, assim, por força da função governativa se chegou à essência dessas soluções. O que irá expor-se é, portanto, fruto de longo estudo e de aturada meditação, suscitados na análise exaustiva dos problemas locais de uma Província Ultramarina. (SPÍNOLA, 1974, p. 178).

Spínola reconhece que obviamente existiriam riscos, mas só se Portugal se mostrasse incapaz de realizar o programa anunciado por ele. Afinal, embora seus aspectos e detalhes fossem complexos, em linhas gerais o processo era bem claro e simples, e Portugal teria experiência suficiente para tal. Além disso, o General afirma que naquele contexto seria fácil evoluir para uma estrutura federal, desde que a mudança se desse de forma firme e sem parar o País, a fim de evitar que “oportunistas” se aproveitassem da situação. Diante desse quadro, as Forças Armadas apenas garantiriam as condições para que essa transição acontecesse tranquilamente.

O autor ainda levanta o seguinte questionamento: “Poderia a autonomia político-administrativa abrir brechas à penetração de outros interesses que a transformassem num processo rapidamente desagregador?” (SPÍNOLA, 1974, p. 170). Segundo ele, talvez, mas apenas se Portugal se precipitasse e não definisse um programa que levasse em consideração:

[...] as incidências de tal via de soluções nos vários sectores da vida nacional, desde alterações à lei fundamental e a regimes jurídicos dela decorrentes, até à própria aceitação da consulta à opinião nacional sobre os novos conceitos, que por alguns serão tidos como abdicação de princípios até aqui enunciados como intocáveis. Mas haverá que ter a coragem de equacionar o problema em termos de questão nacional, para que o País possa de facto, tomar a plena consciência da sua dimensão total nos domínios político, económico e social, internos e externos, tomando interesse positivo pela via política nacional e blindando-se por essa via, contra o anarquismo subversivo revolucionário. (SPÍNOLA, 1974, p. 171).

Embora todos os riscos fossem muito graves, para Spínola não haveria outra alternativa<sup>123</sup>. Diante de tudo o que foi apresentado na primeira parte da obra, o General resume os pontos do seu ideário nacional da seguinte forma:

[...] autonomia progressiva até ao nível de perfeita autonomia interna; regionalização das estruturas, a todos os níveis; adequada

<sup>123</sup> Diante dos riscos, a situação deveria ser vista a partir das seguintes opções: I) Defesa de posições rígidas para as quais seria impossível obter apoio, o que as tornava inconsequentes, devendo-se rejeitá-las, II) Aceitar a inelutabilidade dos fatos e ceder às pressões externas, o que levaria à perda de um futuro promissor e corresponderia a uma renúncia covarde e inepta ou III) Adotar uma linha política transparente a fim de conseguir o apoio de qualquer dos blocos de poder (SPÍNOLA, 1974).

representatividade e participação qualitativa e quantitativa das populações africanas na vida política do todo português; integração económica pela via do desenvolvimento; promoção socio-cultural; rendibilidade dos recursos militares por assimilação da mobilização civil; segurança das populações e reconhecimento franco do direito dos povos à autodeterminação, fazendo referendar a sua autodeterminação por um Portugal de clima aberto e feição renovada. É esta, em nosso parecer, a essência estrutural de uma tese válida do ponto de vista da nossa continuidade como País pluricontinental e multirracial. (SPÍNOLA, 1974, p. 174).

Essa foi a proposta apresentada e defendida pelo autor como exequível no contexto em que Portugal se encontrava, a qual levaria em conta os dois traços fundamentais do território português: heterogeneidade geral e descontinuidade geográfica. Para Spínola, qualquer proposta que não tivesse essas especificidades em vista não passaria de perigosa utopia por serem múltiplos, segundo ele, os “[...] aspectos e as incidências da heterogeneidade e descontinuidade do espaço português que importa analisar, não só dos pontos de vista posicional e dinâmico, como ainda nos planos externo e interno, em ordem a aduzir os seus reflexos na política nacional.” (SPÍNOLA, 1974, p. 150).

Além disso, a descontinuidade geográfica das fronteiras também levava ao estabelecimento de diferentes relações com os vizinhos de quem muitas vezes se importavam “tendências”<sup>124</sup>. Nas palavras do General, “[...] as nossas populações ultramarinas estão incomparavelmente mais próximas dos seus vizinhos africanos do que de uma Metrópole distante” (SPÍNOLA, 1974, p. 185-186), afinidades que o autor alerta serem muito mais capazes de unificar os grupos do que qualquer viagem a jato. Diante disso, o esquema “um só país, uma só lei”<sup>125</sup> seria inviável, pois a tradição cultural tinha forte peso na elaboração das leis e o equilíbrio social residiria na harmonia entre o espírito das leis e a consciência dos povos (SPÍNOLA, 1974).

<sup>124</sup> Recordemos que o general dedica uma parte da obra à análise das teorias e intelectuais que circulavam pelo continente africano, tais como Du Bois (pai do pan-africanismo), Marcus Garvey, Kwameh Nkrumah (que para o general era um extremista) e o Presidente senegalês Léopold Sédar Senghor, a quem Spínola atribuiria posteriormente a proposta apresentada em *Portugal e o Futuro*. Ver Capítulo II. 2.1.3.

<sup>125</sup> Para Spínola, a insistência na uniformidade das leis acabava por impedir que o Ultramar se desenvolvesse. Privilegiando-se apenas a metrópole e sem se atingir o desenvolvimento integral de cada parcela, o nivelamento do todo nacional tornava-se impossível, etapa essencial para a unificação, pois o atraso na evolução do Ultramar acabava resultando em contestação violenta. A grande questão, para o autor, consistiria em não se confundir “unidade” com “uniformidade”. A unidade deveria ser garantida dentro da uniformidade orgânica, ou seja, a conclusão de Spínola era a de que por mais flexível que se pretendesse, uma concepção uniforme conduziria à desagregação, diferente de uma concepção pluralista de tipo federativo que conduziria “[...] à unidade pelo caminho da solidarização.” (SPÍNOLA, 1974, p.181).

Esses dois “traços fundamentais” levaram Spínola a concluir que apenas em restrita medida Portugal poderia ser uma república unitária, devido à existência de problemas específicos “[...] para cada Província e para a Metrópole, e a existência em cada Província de grupos detentores de culturas ancestralmente diferentes e insusceptíveis de gradação [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 151) o que impossibilitava soluções unitárias. Ou seja, naquele contexto e tendo em vista a descontinuidade e heterogeneidade que caracterizavam o que António de Spínola considerava como espaço português, o ideal era a construção de um

[...] esquema do tipo ‘Estado plurinacional’, sem esquecer que, para tornar incontestável a soberania se torna necessária a adesão inequívoca das ‘Nações-membros’. Essa adesão implica uma política global que as torne verdadeiramente solidárias, através da criação de benefícios indiscutíveis, decorrentes da integração, o que só se consegue desconcentrando e descentralizando os poderes do Estado. [...] (SPÍNOLA, 1974, p. 154).

Para António de Spínola, esse seria um conceito renovado de unidade nacional, construído a partir de um processo de autonomia progressiva<sup>126</sup> que deveria ser presidido pelo princípio básico do direito dos povos à autodeterminação e pelo recurso à consulta pública, levando à mobilização de todos os recursos sem orgulhos nem preconceitos (SPÍNOLA, 1974, p. 164). Desta forma, se nivelaria as partes do todo garantindo o adequado grau de complementaridade política, econômica e social necessário para que o conjunto se tornasse estruturalmente sólido e coeso, assegurando interdependência a cada uma das parcelas (SPÍNOLA, 1974). Além disso, nas palavras do autor:

[...] Pouco importa que esta análise crítica possa levantar objeções fundadas na perfeição técnico-jurídica do esquema actual, tal como se encontra teorizado nos diplomas; pouco importa a pureza da constituição formal contida na Constituição Política da Nação; o que interessa, acima de tudo, é analisar as realidades objectivas; e essas, todos sabemos, não se harmonizam com a pureza formal dos textos legais. As soluções que realmente interessam ao País ultrapassam o quadro das figuras jurídicas perfeitas, para se projectarem no plano dos raciocínios lógicos e da análise fria das realidades; únicas soluções que se apresentam com possibilidade de ser aceites pela grande massa da Nação – metrópole e ultramar. (SPÍNOLA, 1974, p. 183).

António de Spínola advogava como primordial que não se confundissem os conceitos, por isso seria inevitável certas repetições de conceitos para que a análise de sua proposta não ocorresse de maneira incompleta. Ainda assim, o autor pouco esclarece

---

<sup>126</sup> A defesa de uma autonomia progressiva e irreversível para as colónias portuguesas no continente africano já havia sido apresentada ao regime português por Adriano Moreira (um fervoroso lusotropicalista), em 1962, enquanto este ocupava o cargo de Ministro do Exterior.

a forma como entende os conceitos que utiliza, o que de fato dificulta a compreensão sobre a forma como ele via as questões políticas que o rodeavam ou como se via em meio a este processo. Além disso, o General nunca nomeia os “setores” a que se refere, utilizando-se de artifícios como “um certo grupo”, “um certo setor”, “uma certa facção” sem nunca especificar. Isso talvez acontecesse, assim como mencionamos anteriormente<sup>127</sup>, em função da consciência que Spínola tinha de uma possível censura.

Além disso, embora defenda uma clara definição dos conceitos, etapas e prazos, o General não traça um programa detalhado que pudesse guiar as questões econômicas dentro dessa constituição federal. Para Spínola, economicamente não haveria conflito entre a adoção de medidas econômicas comuns e a livre circulação entre a metrópole e os territórios ultramarinos. O General apenas enfatiza a necessidade da promoção social de cada parcela a fim de se atingir o nivelamento do todo, o que exigiria estudo da situação local e aplicação de medidas flexíveis, sob controle do Governo Central e mantendo a separação entre as funções econômicas e financeiras. Nesse processo seria necessário descentralizar os poderes do Estado, ao mesmo tempo em que se buscasse uma integração política e econômica de todo o espaço português, a fim de se atingir a síntese entre as “independências políticas” e as “integrações econômicas”. Para o General, o espaço português oferecia condições excelentes para se atingir tais objetivos, desde que se partisse da plena igualdade dos seus vários elementos constituintes (SPÍNOLA, 1974). Em suas palavras:

Defendemos deste modo o conceito de que as características do espaço português abrem largas perspectivas à sua continuidade histórica, mas apenas desde que se evolua para soluções políticas amplamente descentralizadoras, que respeitem o princípio da autonomia de todos os seus territórios, sem quebra da solidariedade nacional nos termos em que, aliás, a própria constituição a define. [...] Não será, assim, necessário – neste ponto como em alguns outros – forjar doutrinas novas ou ir buscar argumentos a outras fontes; bastará, muito simplesmente, atermo-nos ao espírito da lei fundamental, procurando nele o germe das soluções nacionais. (SPÍNOLA, 1974, p. 155-156).

Entretanto, uma formação desse tipo exigiria um legislativo federal com suficiente representatividade do conjunto, um executivo altamente coordenador e um poder judicial funcionalmente estruturado. Esse legislativo seria constituído em um Congresso

---

<sup>127</sup> Conforme abordamos no Capítulo II, página 2, Spínola tinha consciência das possibilidades de sua obra ser censurada. Além disso, era vetado a um General a publicação de obras de cunho político, o que explica esses subterfúgios adotados pelo autor. Assim como qualquer sistema político, o Estado Novo possuía as suas “fissuras” e vários setores políticos, a exemplo dos socialistas, comunistas, conservadores e ultraconservadores. Desse modo, a postura adotada pelo autor dificulta o entendimento da obra.

bicameral: uma de igual representação de todos os Estados e a outra específica. Ou seja, era impossível sustentar uma estrutura onde a máquina do Estado se mantivesse voltada para uma parcela do todo “[...] deixando a um só ministério, a todos os títulos excêntricos em relação ao fulcro dos problemas ultramarinos, a tarefa de governar três quartos da população e seis sétimos do território (SPÍNOLA, 1974, p. 182). Por sua vez, o Chefe do Governo deveria voltar-se para funções executivas, assistido por um vice-presidente (seu substituto natural)<sup>128</sup>. Porém, para o General, tal esquema apenas funcionaria em um Estado verdadeiramente plurinacional, sustentado pela plena adesão das suas nações – membros de uma constituição política federativa, a única forma viável para o pleno desenvolvimento dos territórios do além-mar, por ser a única que se ajustava à heterogeneidade do todo português (SPÍNOLA, 1974, p. 188).

A proposta de António de Spínola consistia em um início imediato da transição para uma estrutura federativa<sup>129</sup>. Assim, logo deveria optar-se por que estatuto seria escolhido para cada território, escolhendo entre dois tipos de constituição federal: “[...] a do tipo americano (igualdade de direitos) ou do tipo soviético (diferenciação de direitos) [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 202). Para o General, obviamente se optaria pela igualdade de direitos, por ser a única forma de manter uma igualdade diante da heterogeneidade. Logo, todos os territórios deveriam receber o mesmo grau de descentralização e autonomia administrativa e financeira.

Nessa fórmula, por governo próprio deveria entender-se “[...] uma mais perfeita regionalização das estruturas locais, conferindo às Assembleias Legislativas indiscutível representatividade. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 204), descentralizando os poderes e aos poucos transferindo a designação dos Governos, que antes se dava pelo Governo Central, para o sistema de nomeação sob a proposta das assembleias legislativas provinciais. Em

---

<sup>128</sup> Spínola afirma não se empenhar em falar sobre duração de mandatos, partidos, etcetera, para não se desviar do que realmente pretendia abordar na obra. Sendo puramente pragmáticas, estas questões não seriam de fato importantes. Quanto à denominação dos territórios do País, poderia adotar-se “Províncias autónomas” ou “Estados Federados” e o Governo poderia ser “Central” ou “Federal”. Spínola apenas sinaliza que o Governo Central deveria controlar o processo até que esse esquema se encontrasse totalmente estável.

<sup>129</sup> Com base em três pontos, seriam:

I – Aceitação clara da renovação e utilização de conceitos mais abertos, consubstanciados no reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e dos direitos dela decorrentes, deixando claras as intenções ao mundo, a fim de ser Portugal novamente aceito e apoiado.

II- Desenvolvimento acelerado da descentralização administrativa e da progressiva autonomia dos Estados e Províncias Ultramarinas, em clima de perfeita regionalização das estruturas, resultando em uma autêntica autonomia.

III- Realização de uma consulta, no final do prazo estipulado, a fim de provar a real opção dos africanos, que diante da promoção social e liberdade de expressão cívica, desejariam a integração. (SPÍNOLA, 1974, p.202).

seguida, deveriam ocorrer eleições a partir das assembleias, sob o sancionamento do Governo Central, até finalmente se atingir o sufrágio direto no quadro provincial.<sup>130</sup>

O General vê o sufrágio como uma forma eficaz de combater o que ele afirmava ter vivenciado na Guiné: o conflito de representatividade entre as massas e as elites. Nesse sentido, não deveria admitir-se “[...] restrições injustificadas na representação da massa populacional no legislativo, massa ainda sujeita à poderosa influência das estruturas tribais no complexo das relações entre sociedades africanas. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 205)<sup>131</sup>. Ou seja, estruturar o legislativo ignorando as massas e privilegiando os considerados mais aptos seria fazer o mesmo que o neocolonialismo que prevalecia no continente africano (SPÍNOLA, 1974). Deste modo, segundo Spínola:

Tomando a definição de cultura no seu sentido antropológico, isto é, considerando-a como o conjunto das tradições sociais de cada povo, temos de concluir, portanto, que a culturas diferentes deverão forçosamente corresponder normas sociais diferenciadas e, conseqüentemente, regimes jurídicos distintos. A imposição a um dado grupo social de um estatuto que se não harmonize com a sua cultura conduz necessariamente à destruição potencial das sociedades nativas, tendo de aceitar-se como legítimo que esses grupos procurem, pela via revolucionária, desligar-se do contexto em que se sentem asfíxiados. (SPÍNOLA, 1974, p. 152).

Tendo isso em vista, na articulação administrativa deveriam ser levadas em consideração as organizações étnicas locais, a fim de atenuar progressivamente as diferenças culturais, sendo que a síntese dessa forma seria algo natural, cabendo ao Estatuto Constitucional apenas reger o conjunto. Todo esse processo que o autor descreve deveria acontecer sem imediatismo, de forma faseada, com prazos aceitáveis<sup>132</sup> e uma

---

<sup>130</sup> O esquema deveria partir do poder exercido pelas Assembleias Legislativas provinciais, seguido de Parlamentos Estaduais até chegar no sufrágio dos cidadãos de cada Estado, conforme Estatuto elaborado por cada Estado. As leis deveriam ser votadas localmente e, no que fosse relativo às leis gerais do País, os tribunais centrais ou federais supervisionariam constituindo-se assim Estados Federados. Dentro dessa estrutura a metrópole se constituiria como uma província autônoma, como todas as demais parcelas do País, cada Estado com seu Governador eleito por sufrágio direto.

<sup>131</sup> Esse esquema, além de afastar Portugal da construção de uma verdadeira unidade, evitava a evolução e conduzia a Nação à desagregação, já que tanto os cidadãos portugueses quanto os africanos desejavam ser cidadãos de fato. Porém, aqueles que permaneciam no poder os afastavam da participação essencial na vivência nacional, partindo do pretexto da impreparação das massas, caso contrário seria impossível exigir que as mesmas cumprissem com os seus deveres como cidadãos (SPÍNOLA, 1974). Vale recordar o relato de Spínola relacionado ao episódio do líder mandinga na Guiné e a amargura do mesmo por ser excluído das tomadas de decisões locais, além de ser considerado analfabeto. Ver capítulo II, pág. 112.

<sup>132</sup> O que poderia dar-se em três fases:

I) Realização imediata das transformações necessárias ao estabelecimento de uma base da partida para uma estrutura federativa, estabelecimento de bases e estatutos e início na descentralização dos poderes, governos, etcetera. Essa fase seria preparatória.

II) Etapa de transformação, a fim de estabelecer a ligação indispensável ao encadeamento do processo, individualização, estruturação, composição dos órgãos que deveriam entrar em pleno funcionamento na próxima fase. Eleições, elaboração de estatutos.

clara definição de princípios<sup>133</sup>, passando por um período intermediário para que se atingisse a igualdade das parcelas a integrar. Para o autor: “[...] Seria trágico esperar a sua concretização de um dia para o outro; nem a própria opinião mundial isenta o reconhece possível. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 198).<sup>134</sup>

António de Spínola assume que a tese federalista possuía pontos negativos que deveriam ser considerados e que a própria consistência de uma estrutura federativa poderia implicar em limitações dos poderes do Estado. Entretanto, o autor rejeita totalmente a ideia de que uma constituição federativa pudesse possuir um caráter antinacional. Para ele, não haveria conflito entre a constituição federativa e o “patriotismo das gentes” (SPÍNOLA, 1974, p. 191). Segundo o General, a própria unidade política em uma federação seria mantida e não se poderia aceitar que os portugueses fossem “[...] mais patriotas do que os alemães e o Brasil por serem repúblicas federativas e a nossa ser unitária [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 192). Spínola propõe que se analisasse a questão de um outro ângulo: “Se uma federação não era Lesa-Pátria, então porque receá-la? [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 192). Spínola declara que muitos diriam que uma federação conduziria à desagregação e questiona o porquê disso. Seria porque o portuguesismo dos africanos desapareceria diante de uma mudança na Constituição? Ou seria porque os portugueses receavam que as “*suas verdades*” fossem postas à prova. O General prossegue: “[...] E por que receamos se acreditamos nelas? Ou será que não acreditamos? Mas, então, tudo se desmorona”. (SPÍNOLA, 1974, p. 192).

Como vemos, o autor acreditava nesse suposto portuguesismo como um elemento capaz de salvaguardar a unidade portuguesa e, assim como ele, todos os que acreditavam nisso não teriam o que temer. Para Spínola, aqueles que temiam a mudança temeriam por compreenderem não ser a unidade nacional que estava em causa, mas sim a unidade imperial. Spínola afirma que “[...] a consciência de hoje já não aceita impérios[...]”

---

III) Entrada em funcionamento do novo esquema e dos órgãos correspondentes. No final desta fase, ficaria completamente implantada a estrutura da nova República Federal Portuguesa. [...] (SPÍNOLA, 1974, p. 220-223).

<sup>133</sup> O primeiro princípio seria parar de exigir do País sacrifícios tão pesados sem uma finalidade palpável, sem objetivos ou programas realistas com o qual a Nação se identificasse. O segundo princípio residiria no quadro de segurança e de planificação socioeconômica conduzindo a uma complementaridade que a todos beneficiaria, com a justa participação de todos. O terceiro princípio consistiria na mobilização de todos os recursos, voltando-se principalmente para a substituição da mobilização militar pela civil no continente africano, para a “[...] construção acelerada, com os africanos, de comunidades multirraciais florescentes”. (SPÍNOLA, 1974, p.169).

<sup>134</sup> Recordar o relato de Spínola onde o mesmo afirma que tanto Senghor quanto Amílcar Cabral teriam reconhecido o despreparo das populações da Guiné para regerem a si mesmas, assim como a necessidade de um período de 10 anos pra prepará-las para uma solução federativa. Ver capítulo I, pág. 40.

(SPÍNOLA, 1974, p. 192) e reitera defender a tese federativa por ser “[...] dos que creem firmemente no portuguesismo da nossa gente africana [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 198) e por ser esta a única que daria real expressão ao País plural que os portugueses idealizavam. Além disso, em sua obra *País sem Rumo*, Spínola recorda que

Sobre este tema, julga-se de interesse – embora meramente histórico – recordar que a solução federalista fora defendida, entre outros, por Amílcar Cabral em 1960, como sendo a que melhor se ajustava ao caso da Guiné. Quer isto dizer que, se o Governo português tivesse sabido evoluir a tempo para um esquema desse tipo, poderia ter evitado não só a guerra na Guiné como, talvez, em Angola e Moçambique. (SPÍNOLA, 1978, p. 11).

Deste modo, ao propor a tese federalista Spínola afirma buscar um ideário equilibrado e defende que mesmo que a tese federalista proposta por ele implicasse em possíveis riscos de desagregação, ou até mesmo pudesse conduzir ao separatismo, não se deveria olhar para a questão desta forma, e sim buscar ver a capacidade desta tese de promover a unidade. Deveria optar-se por uma análise racional ao invés de mirar nos exemplos alheios (SPÍNOLA, 1974). Ou seja, o General tinha consciência dos resultados das teses federalistas que já haviam circulado pelo Ultramar, entre estas a Commonwealth Britânica. Segundo o historiador David Birmingham, teria sido a Grã-Bretanha<sup>135</sup> “[...] a primeira potência imperial a reconhecer que poderia se beneficiar em conceder governo autônomo a suas colônias. [...]” (BIRMINGHAM, 1995, p. 4, tradução nossa).<sup>136</sup> Ainda segundo Birmingham, a Grã-Bretanha

[...] também calculou que uma transferência negociada de poder evitaria a necessidade de defender as colônias pela força das armas, quando reivindicações nacionalistas frustradas pela independência levaram ao protesto violento. Os benefícios econômicos e estratégicos de manter as colônias, pensava-se, poderiam ser mantidos sem o custo político e financeiro do controle direto. [...] (BIRMINGHAM, 1995, p. 4, tradução nossa).<sup>137</sup>

Diante do dilema das descolonizações, os britânicos viram-se convencidos de que a descolonização política acompanhada de parceria econômica era a única forma viável

<sup>135</sup>A solução política apresentada por Spínola em sua proposta, aproxima-se como vimo da Commonwealth britânica, de uma federação que apostava numa autonomia progressiva e gradual assim como o colonialismo britânico pôs em prática no continente africano e asiático. Sobre isso ver a obra BIRMINGHAM, David. *The decolonization of Africa. Introduction of History*. UCL Press, 1995.

<sup>136</sup>No original: “Britain was the first imperial power to acknowledge that it could benefit by granting self-government to its colonies. [...]” (BIRMINGHAM, 1995, p.4).

<sup>137</sup>No original: “[...]Britain was the first imperial power to acknowledge that it could benefit by granting self-government to its colonies. It also calculated that a negotiated transfer of power would avoid the need to defend the colonies by force of arms when frustrated nationalist claims for independence led to violent protest. The economic and strategic benefits of holding the colonies, it was thought, could be maintained without the political and financial cost of direct control. [...]” (BIRMINGHAM, 1995, p.4).



de manter a influência europeia no continente africano. Os territórios de língua inglesa, com algumas exceções, acabaram se “unindo” em uma espécie de “comunidade de nações” presididas pela rainha da Inglaterra. Dessa forma, a rainha conseguiu estender a sua influência política e diplomática para uma extensão maior do que os franceses conseguiram alcançar com a federação do Mali<sup>138</sup><sup>139</sup>. Além disso, em mais de uma oportunidade apresentou-se a defesa de teses federalistas como forma de descomprimir a pressão sobre o império colonial português sem interromper a continuidade portuguesa no continente africano.<sup>140</sup> Diante disso, *Portugal e o Futuro* não trazia nenhuma tese nova, muito pelo contrário, trazia a público teses não só amplamente conhecidas e já propostas ao regime anteriormente, como postas em prática por países aliados. Segundo Márcio Barbosa:

Porém a solução federalista proposta no Portugal e o Futuro por Spínola não traz nada de essencialmente novo. Aliás, nem tão pouco é o mais importante, transparecendo a ideia de que apresentou uma solução apenas porque tinha necessariamente de o fazer. Poderiam ter surgido n soluções diferentes. O livro que aguardou hesitantemente dois anos pela publicação, em Fevereiro de 1974, globalmente, também não traz nada de novo. E antes a síntese do pensamento do “Grande General Branco” da Guiné desenvolvido durante o exercício dos seus mandatos como Governador-Geral e Comandante-Chefe da província. (BARBOSA, 2007, p. 407).

O próprio Spínola reconhece que talvez as suas teses haviam chegado demasiadamente tarde ou que teria sido exequível em outro momento histórico, a exemplo

---

<sup>138</sup> Inicialmente, com a exceção da Guiné Conakri de Sekou Touré, todos os demais países se interessaram pela opção federalista. A constituição da Federação do Mali deveria ser composta por Alto Volta, Daomé, Senegal e o Sudão Francês (Federação dos Quatro). O Sudão e o Senegal aprovaram sem dificuldades a nova constituição federal. Entretanto, em Alto Volta e Daomé o desfecho é diferente. Devido às pressões sofridas, essas nações acabam por não dar continuidade à adesão, pondo fim à Federação dos Quatro. Ainda assim, o Sudão e o Senegal optam por seguir em frente com a federação e, unidos pela mesma, proclamam a independência em 20 de junho de 1960. Porém, em consequência de divergências políticas, administrativas e religiosas, dois meses depois a Federação teve oficialmente um fim. (DIALLO, 2011).

<sup>139</sup> Em entrevista ao historiador Fernando Rosas na Rádio Antena 2, o General Costa Gomes menciona a obsessão de Spínola em fazer uma federação de expressão lusa, Em suas palavras, Spínola tinha a pretensão de transformar Portugal “[...]Numa comunidade de estados federados, mas claro que isso talvez tivéssemos podido fazer em 195..., depois da guerra, 45, entre 45 e 50, talvez pudéssemos.[...]Na altura em que a França pretendeu fazer[...]” (GOMES, 1998).

<sup>140</sup> De dentro do regime houve as iniciativas de José Silvestre Ferreira Bossa, na Índia, onde exercia o cargo de governador. Em busca de consolidar a posição portuguesa, dá início a uma reorganização administrativa, entra em contato com Gandhi e defende a possibilidade de um plebiscito para a população da Índia decidir o seu futuro. Porém, sua demissão em 1947 interrompe as negociações. Em 1962, Adriano Moreira sugere uma reforma federalista, enquanto ministro do Ultramar. Homem de Mello, em 1962 publica uma obra denominada *Portugal, o Ultramar e o Futuro*, onde apontava uma solução federalista de inspiração americana. De fora do Regime, em 1963 os norte-americanos trariam aos portugueses o Plano Ball (RODRIGUES, 2004, p.101), e em 1965 o Plano Anderson. Ambos foram sumariamente rejeitados por Salazar – ver PINTO, António Costa. **O Fim do Império Português: A Cena Internacional, a Guerra Colonial, e a descolonização, 1961-1975.** Lisboa: Livros Horizonte Lda, 2001, p.26.

do ocorrido nas demais Nações. Segundo Luís Nuno Rodrigues, Spínola mostrava-se “[...] coerente com a solução federativa que preconizara em *Portugal e o Futuro* e que também já tinha sido defendida, muitos anos antes, por Venâncio Deslandes [governador-geral e comandante-chefe de Angola] e pelo próprio Marcello Caetano, em 1962<sup>141</sup>. [...]” (RODRIGUES, 2010, p. 2). Além disso, António de Spínola não via outra forma de salvaguardar a unidade do País. Segundo ele, seria

[...] nos seus traços muito gerais, uma hipótese de estruturação política do País. Acreditamos firmemente na sua viabilidade, que apenas depende da nossa capacidade e da nossa coragem para enfrentar o desafio do futuro e de firmeza para resistir às pressões que, das extremas direita e esquerda, haveriam de procurar opor-se à realização do mais formal desmentido das suas asserções. (SPÍNOLA, 1974, p. 224).

Em linhas gerais, essa era a terceira via defendida por António de Spínola, tese que o mesmo diz defender por portuguesismo e sobretudo por respeito aos que morreram em terras de África (SPÍNOLA, 1974), por ser a única capaz de salvaguardar a lusitanidade integrando o todo nacional. Afinal, segundo o General: “[...] O que no fundo prevalece, a maior ou menor prazo, é a vontade do povo; e, por isso, nada conseguiremos se a grande massa dos africanos não for parte actuante no processo [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 165). Esse foi, no fundo, o mesmo pensamento que guiou a aproximação do General às elites da Guiné e, embora ele acreditasse que os africanos não se encontravam preparados para assumir a administração dos seus destinos, reitera que caberia a Portugal criar as condições necessárias para tal. Pois seria na maioria africana que residiria de fato a expressão do povo português nos territórios ultramarinos, e não nas populações brancas normalmente privilegiadas nos cargos públicos, realidade que o mesmo buscou alterar na Guiné. Além disso, Spínola recorda que

A “belle amitié” experimentada no Katanga seria, a tal respeito, um precedente aliciante, em que os europeus da África portuguesa poderiam depositar esperanças; mas nada garante que num quadro de intransigência essa possível realidade se torne efectiva. A saída desenha-se então bem nítida, podendo, na linha de defesa desses europeus, ocorrer futuras Rodésias. Também, portanto, do ponto de vista do sector europeu ultramarino, se vê um perigoso resvalar para a

---

<sup>141</sup> Enquanto Ministro das colónias (1944-1947), Marcello Caetano defendia que a independência poderia mostrar-se catastrófica para as populações do Ultramar, em função de seu atraso civilizacional. Recomendava uma adequação da situação colonial, devendo abolir-se a hierarquia entre metrópole e Ultramar e buscar-se uma equiparação dos interesses de ambos, o que poderia dar-se através da concessão de autonomia administrativa, permitindo a participação das populações nas decisões locais (LOPES, 2017). Em 1962, quando consultado a respeito de uma proposta apresentada por Sarmento Rodrigues, então Governador-Geral de Moçambique, sobre a revisão do sistema governativo das províncias ultramarinas, Caetano teria sugerido uma eventual solução federalista para o Ultramar.

desagregação pela via revolucionária branca, à maneira rodesiana, que haveria de evitar-se e pode ser evitado. (SPÍNOLA, 1974, p. 51).<sup>142</sup>

Deste modo, para que esse processo se consolidasse de forma tranquila seria necessário “[...] fomentar e dar expressão às verdadeiras elites africanas dentro de um contexto assente nas estruturas tradicionais [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 165). Tais estruturas tradicionais deveriam evoluir por síntese natural<sup>143</sup>, assim se evitaria a “*anarquia tribal*” que dominava o continente. Diante disso, as elites africanas deveriam ser progressivamente inseridas no governo em diversos níveis e setores da administração pública e privada, dispondo cada governo regional de autonomia suficiente para resolver as suas necessidades específicas sem gerar condicionalismos atrofiantes.

Para o General, o nivelamento econômico só seria possível a partir da livre expressão individual, o que não acarretaria em prejuízos a um poder coordenador ou moderador que definisse em linhas gerais o caminho a seguir. Contudo, “[...] Chegar-se-ia a tanto pela ampliação da autonomia até os limites comportáveis pela estrutura política prevalecente, o que se atingiria plenamente numa constituição do tipo federativo.” (SPÍNOLA, 1974, p. 166). Apenas ao final deste esquema:

Finalmente, a maioria africana. As nossas populações africanas, com prolongamentos étnicos de um e outro lado das fronteiras das províncias ultramarinas, estabelecem confrontos que, embora nos sejam francamente favoráveis em muitos aspectos, não o são num, que apesar de tudo, supera todos os outros: não serem administradas por irmãos de raça. Por enquanto, mantêm-se do nosso lado e ao nosso se batem, e isso por três razões: o primeiro, porque localmente ainda somos os mais fortes, o que em ambiente africano é de importância primordial; segundo, porque lhes proporcionamos benefícios de ordem econômica e social superiores aos que auferem os seus irmãos de cor além-fronteiras; e, terceiro, porque ainda acreditam numa possível evolução para um estatuto autónomo no contexto de uma comunidade portuguesa em que continuam interessados. Quando estas três razões

<sup>142</sup> A federação Central Africana teve início em 1953, quando a Grã-Bretanha pensou que a descolonização controlada a partir de uma estrutura federal seria a melhor forma de evitar maiores desgastes na região da bacia do Zambeze. Segundo David Birmingham, os três territórios envolvidos (Malawi [Niassalândia], Zâmbia [Rodésia do Norte] e o Zimbabwe [Rodésia do Sul, depois Rodésia]) eram muito diferentes entre si, mesmo que fossem economicamente complementares. Conforme o autor, após a Primeira Guerra Mundial havia sido dado aos colonos um estatuto semiautônomo de auto-governo. (BIRMINGHAM, 1995). Segundo o pesquisador nigeriano Kalu Ezera, a Federação Central Africana teria também como objetivo promover uma “[...] associação racial entre os colonizadores minoritários mas dominantes europeus e a maioria omissa dos indígenas africanos. [...] Essa experiência foi fruto do cérebro do governo inglês, mas recebeu o apoio liberal dos colonizadores europeus.” (EZERA, 1964, p. 125). Tais colonizadores desejavam construir um domínio britânico legal, estável e seguro para a sua permanência na região. Entretanto, a Federação Central Africana representou uma parceria tão desigual que logo entrou em colapso (BIRMINGHAM, 1995).

<sup>143</sup> Novamente Spínola faz menção ao ideário colonial do séc. XIX, o qual preconizava o primado da cultura europeia e um assimilacionismo ao natural. O simples contato entre culturas seria o suficiente para que os colonizados evoluíssem.

desaparecerem, a rebelião terá triunfado e a separação pela via revolucionária será inevitável. (SPÍNOLA, 1974, p. 51-52).

Esse processo naturalmente afastaria a questão da esfera puramente militar, imprimindo-lhe um caráter político-social, pois, segundo Spínola, não se teria memória de uma vitória exclusivamente militar em uma guerra subversiva. Para o General, a revolução social subversiva só poderia ser combatida com uma contrarrevolução, uma revolução social progressiva (BARBOSA, 2007). Além disso, Spínola declara que se deveria rever o conceito de missão civilizadora<sup>144</sup> e considera a europeização das estruturas administrativas ultramarinas como um grave erro.

Deste modo, as relações entre o Ultramar e a Metrópole deveriam dar-se a partir de um conceito de unidade em que todas as partes a serem integradas veriam as vantagens de uma integração. Isso era algo totalmente impensável naquele contexto, onde a assimetria era de fato a realidade, o que acabava conduzindo a Nação a um quadro de vulnerabilidade, além de reforçar os ataques que a mesma recebia. Diante disso, “[...] A característica teórica da lei única do Minho a Timor conduz de facto, a perigosos desvios entre o conceitual e o real” (SPÍNOLA, 1974, p. 180), além de constituir-se um sistema inoperante, burocrático, excessivamente rígido e impossível de ser eficiente. Como vimos, Spínola abraça o slogan ‘Renovação na Continuidade’ e continua a lutar por ele mesmo quando o regime não se empenhava mais em fazê-lo.

#### 4.1.2 A consulta geral à Nação e o direito dos povos a autodeterminação.

A tese apresentada por António de Spínola em *Portugal e o Futuro* parte da premissa de que se todos os portugueses optassem livremente por permanecerem portugueses, não restariam dúvidas de que a política de unidade da Nação portuguesa não era apenas “[...] uma “teimosia” de Salazar e Marcello Caetano [...]”, mas corresponderia “à vontade de um povo, firmada em oito séculos de história. [...]” (SPÍNOLA, 1970, p. 217)<sup>145</sup>. Deste modo, o objetivo final da proposta do General era a realização de um

---

<sup>144</sup> António de Spínola defende que qualquer atitude paternalista deveria ser combatida, por ser atitude intolerável e com consequências eram evidentes. Todavia, afirma que não deveria confundir-se paternalismo com promoção social. Para o autor, era necessário pôr-se em uma intensa promoção social e valorização da pessoa humana, a fim de tornar todos os portugueses capazes de exercerem a sua cidadania, o que não se configuraria em paternalismo.

<sup>145</sup> Além disso, António de Spínola visava a opinião internacional e um referendo (quando com resultado positivo) mostraria ao mundo que a Comunidade era a representação do autêntico sentimento nacional e

plebiscito onde os portugueses poderiam expressar civicamente a sua vontade e, assim, essa vontade não poderia ser contestada, interna ou externamente.

Para o autor, não restavam dúvidas de que os portugueses desejavam a unidade federativa. O que vinha atrasando o alcance dessa unidade era o prolongamento de um diálogo estéril que conduzia a ideários extremos, sem recordar que a verdadeira unidade estava contida no Povo. O referendo, para o General, era a única forma viável de reequilibrar a balança dos fluxos entre cada português e a Nação. O autor reitera que as teses radicais não defenderiam o verdadeiro interesse do País tal como o Povo o sentia, levando-os a deixar à Nação uma prova evidente de que algo deveria ser urgentemente revisto à luz de um “*espírito novo*”, procurando no “[...] Povo a definição da Nação em vez de, em nome dele e a sua custa, se digladiarem as elites que a história revela nem sempre terem defendido os verdadeiros interesses da grei.” (SPÍNOLA, 1974, p. 27). Spínola prossegue:

É no Povo que reside, de facto, a reserva moral da Nação. É pois no sentido da unificação desse Povo em torno dos seus interesses, que tem de encontrar-se a solução dos problemas do presente. Para tanto, impõe-se equacionar o problema nacional na base de um renovado espírito de unidade. De uma unidade edificada na prosperidade, na vivência e na participação, e jamais dogmaticamente postulada por determinação da lei. (SPÍNOLA, 1974, p. 27-28).

Para o autor, o Povo desejava expressão em uma independência individualizada que os desligasse de um contexto onde se sentiam coagidos, sobretudo as populações ultramarinas. Além disso, quanto mais forte fosse a intervenção dos poderes paternalistas na vida social, e por mais claras que fossem as explicações dadas, ainda assim se tenderia a culpar esse poder pelas insatisfações sentidas pelas gentes. Deste modo, a contestação acabava por se generalizar e fomentar o desejo revolucionário (SPÍNOLA, 1974). A solução consistiria em eliminar as tensões existentes na dicotomia entre quem mandava e quem obedecia, porque a obediência e o respeito pela autoridade que até então se aplaudia, assim como a identificação incondicional com o chefe, teriam cedido lugar à noção de que mandar era na verdade servir à comunidade e as comunidades pretenderiam “[...] cada vez mais ser senhoras de julgar a forma como são servidas. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 40).

A única forma de interromper este ciclo causado pela incompreensão dos governantes das mudanças ocorridas nas relações entre governantes e governado, assim

---

não insistência de Salazar e Caetano. Deste modo, não restariam margens para contestações e, conseqüentemente, a pressão externa se atenuaria.

como anular o que o autor considerou como uma anomalia gerada por princípios uniformizantes, seria a construção de uma verdadeira solidariedade. Nesse sentido, haveria dois processos possíveis para se tentar atingir esse fim:

- I) Sob uma fórmula imperial decorre da aglomeração de Estados sob a hegemonia de um deles, o que sempre tenderia à desagregação violenta. Quanto mais hegemônico, mais rápida seria a desagregação.
- II) Pela via democrática, onde os Estados federados reconheceriam o imperativo da centralização e delegariam cada vez mais poderes em um governo central de cuja formação participariam e cuja atração conservariam o poder de julgar. Esta formação tenderia a uma integração pacífica a partir de uma solidarização consistente.

Para Spínola, a segunda opção era certamente a mais confiável, porque ele considerava que quanto antes o caminho do federalismo fosse adotado mais tranquila e pacífica seria a construção de uma comunidade. Entretanto, os portugueses permaneceriam afastados deste caminho caso se mantivesse a estrutura bipolarizada baseada no reconhecimento de dois blocos, Metrópole e Ultramar. Afinal, nem o Ultramar era um todo homogêneo, nem a Metrópole deveria ser considerada como um polo de igual peso, e por isso a Nação se encontrava longe “[...] de uma ponderabilidade equitativa das diversas parcelas da Nação, proclamada una e indivisível na igualdade de todas, mas na prática una e indivisível sob a hegemonia de uma. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 57). Nas palavras do autor, este seria

[...] o mal que está na origem da crise actual caracterizada pela deterioração das forças morais que unem os grupos humanos que compõem a Nação. E contra tal haverá que promover a unidade de todos os portugueses numa base de amplo debate e activa participação, em ordem a firmá-la em ideais com total e inequívoca expressão nacional. Por isso mesmo temos vindo apelando para a unidade dos portugueses, europeus ou africanos, na construção de um Portugal renovado de todos e para todos; mas raras vezes esses apelos têm encontrado eco nas facções que pretendem essa unidade pela abdicação total da parte contrária, a quem exigem a incondicional rendição a uma pretensa evidencia própria. [...] (SPÍNOLA, 1974, p. 52-53).

Essa situação manteria a Nação em um círculo vicioso, reforçando as opiniões contrárias a Portugal. Além disso, para o General, o debate franco e aberto ao diálogo seria a “[...] mais eficaz medida anti-revolucionária e um passo decisivo na unificação e na construção de uma ordem social. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 54). A partir disso, Portugal poderia ser intransigente na repressão de qualquer tentativa de subverter a

tranquilidade da ordem pública, por esta ser abertamente defendida e resultar do “pensar e do sentir” de todos os cidadãos. Spínola prossegue:

Pretendemos, assim, sustentar quanto pode de facto unir os Portugueses e demonstrar quanto de inconveniente há nos dogmas que nos desunem. Para tanto, argumentamos com o fruto da experiência vivida numa discutida parcela da Pátria por aqueles que melhor do que ninguém sentem toda a gama dos esforços ali realizados na construção de uma comunidade portuguesa, em clima de livre debate. (SPÍNOLA, 1974, p. 54).

Para Spínola, o debate não era um recurso “Lesá-Pátria” porque, segundo o mesmo, “a Pátria não se discute, defende-se”. Todavia, essa mesma Pátria seria um ideal nacional e os cidadãos teriam o direito inalienável de questionar como seria prosseguido esse ideal e se seriam de fato morais os interesses que o impulsionavam. Ou seja, era inaceitável a crença de que o privilégio de impor ideais nacionais ou definir os estatutos de moralidade que os conduziam era reservado apenas aos mais aptos:

[...] Se assim fosse, regressaríamos no tempo, voltando às eras do poder absoluto e dos exércitos profissionais. Para que efetivamente a Pátria não se discuta, importa que os cidadãos a possam sentir verdadeiramente; e, para tal, todos são igualmente aptos, e mais aptos ainda os que por ela arriscam a vida, ainda que iletrados. Não é valor que se defina em teorias de gabinete, em especulações filosóficas ou em rasgos de oratória; antes palpita no coração do Povo, o Povo que hoje, nos matos de África, labuta, combate e morre. (SPÍNOLA, 1974, p. 55).

Precisamos compreender que o debate que Spínola mencionava não era “Lesá-Pátria” por não discutir a constituição da Nação como ele entendia e defendia (ou seja, no seu todo pluricontinental), e sim versava sobre a busca de uma unidade e como essa se daria, dentro de fórmulas uniformizantes ou dentro de uma estrutura pluriestatal, constituindo-se assim em uma federação de Estados. Além disso, o autor guiava-se pela premissa de que a soberania residia na Nação, sendo que por Nação se entendia toda a população nacional. Portanto, não levar em conta a opinião popular seria totalmente inconstitucional, independente de qual fosse o pretexto, e por isso o referendo não poderia ser rejeitado. Assim sendo, na visão de Spínola a constituição federal não lesava a Nação, o Estado ou sequer a autoridade exercida por esse Estado, apenas alteraria a forma como esse Estado seria constituído e como seria executada essa autoridade (SPÍNOLA, 1974). Segundo o autor:

[...] o mundo de hoje caminha para uma nova definição do Estado, comportando cada vez menos a sua concepção extranacional, a impor uma ordem à margem da participação dos seus cidadãos. É que, por mais social que um Estado seja, já não pode ser considerado terreno reservado a privilegiados, havendo que abrir-se à participação de todo

cidadão, preparado ou não, pois que, por mais flagrante que seja a impreparação, esta jamais será reconhecida por aqueles que se virem afastados, e que por legítima reação vão engrossando, de forma crescente, a força ameaçadora da ordem política estabelecida. (SPÍNOLA, 1974, p. 69).

Deste modo, o referendo para o General funcionaria como um instrumento, uma forma de buscar uma resposta para quando “[...] ao ver impugnadas as suas intenções, deseja certificar-se sobre se está ou não identificado com a da Nação tomada como um todo. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 59). E se, face ao resultado favorável, os inimigos de Portugal não se desarmassem, certo seria que os amigos e neutros se armariam a favor deste por terem a partir disso base para uma atitude mais militante. Nas palavras do autor: “[...] E não temos dúvidas em afirmar que o Mundo Livre estaria militantemente ao nosso lado. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 59).

Não havia espaço no pensamento de Spínola para a possibilidade de as populações ultramarinas não optarem por permanecerem ligadas à comunidade portuguesa. Se isso porventura ocorresse, não seria por falha do sistema, e sim porque Portugal teria se mostrado incapaz de colocar em prática acertadamente as ações necessárias para a realização do referendo. Spínola é enfático ao afirmar que embora o problema que Portugal enfrentava estivesse dentro de um contexto, o problema em si era eminentemente interno por tratar da vontade das suas populações. Por isso, a solução deveria ser eminentemente interna e fundamentada “[...] na única pedra angular que a torna possível; a crescente e real autonomia em termos de progressiva africanização, uma e outra impostas pela própria estrutura do espaço português.” (SPÍNOLA, 1974, p. 149).

Além disso, para o General, o primeiro passo no sentido de uma tal solução já teria sido dado “[...] ao definir-se a via da autonomia progressiva; por ela haveria de chegar-se a um estatuto de perfeita autonomia [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 160). Spínola faz referência ao slogan “Autonomia progressiva”, adotado inicialmente por Marcello Caetano, ao tentar buscar uma solução para a questão colonial. Segundo o historiador Luís Reis Torgal:

[...] Marcelo Caetano afirmou explicitamente que a sua política de reforma do colonialismo português passava pela “autonomia progressiva do governo” das colónias, pela participação crescente das populações coloniais nas estruturas políticas e administrativas dos respectivos Estados coloniais e pela atribuição do “governo próprio” às colónias africanas. [...] (TORGAL, 2008 p. 65).

Entretanto, além de enfrentar a oposição externa, o slogan de Caetano teve que enfrentar também a oposição interna. Deste modo, a defesa de uma autonomia progressiva



que preservasse a matriz portuguesa no continente africano não pôde ser incluída no discurso oficial e o slogan “autonomia progressiva” rapidamente foi abandonado. É nesse sentido que Spínola afirma que o fulcro da questão não era se os africanos desejariam ou não serem integrados, mas sim se estariam “[...] os europeus, decididos a abdicar da dominação e da hegemonia para construir realmente um país plurinacional e fortemente unido [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 127). Spínola prossegue:

[...] E que, de duas, uma: ou realmente desejamos misturar-nos, nós metropolitanos, na nova Nação que queremos construir, em pleno pé de igualdade com africanos e asiáticos igualmente portugueses, aceitando por natural a preponderância da maioria territorial e étnica, e então seremos coerentes com a tese integracionista, ou não conseguiremos uma correspondência entre o que proclamamos e os nossos verdadeiros desígnios, e então jamais alcançaremos a desejada unidade, nem poderemos esperar qualquer evolução favorável da compreensão alheia. (SPÍNOLA, 1974, p. 127).

Diante desse quadro, o autor conclui que qualquer política ultramarina que não se norteasse pela franca aceitação do direito dos povos à autodeterminação estaria condenada cedo ou tarde ao fracasso por não ser mais compatível com o sentimento das populações ultramarinas. Spínola define autodeterminação como

[...] a liberdade de os povos, por intermédio de instituições próprias, democraticamente constituídas, afirmarem a sua expressão no contexto internacional, decidirem os fins comuns a alcançar e as acções a serem empreendidas para os atingir, e exercerem a soberania na ordem interna sem outras limitações nem delegações senão as que por eles próprios forem decididas. E nesta definição haverá de entender-se por povos os grupos demo-geográficos homogêneos, individualizados nos seus elementos população-território, dispondo de tradições, necessidades, e aspirações comuns, e portadores de características que perfeitamente os individualizem e permitam a sua conformação por comparação com outros adentro do contexto universal. [...] (SPÍNOLA, 1974, p. 143).

A partir dessa definição o autor reitera que “[...] nem nós próprios, no nosso foro íntimo, admitimos possa ser rejeitado quando é posta em causa a nossa autodeterminação. [...] Não será, pois, defensável que neguemos a outros aquilo de que não abdicamos.” (SPÍNOLA, 1974, p. 142). Além disso, defende ter a experiência demonstrado ser a maioria dos africanos “gratos que essa Pátria seja uma comunidade portuguesa”, ideal pelo qual lutavam e continuariam a lutar, desde que tivessem certeza de que se buscariam soluções que permitissem oferecer-lhes expressão em um contexto adequado e a preservação de sua verdadeira independência, diferentemente das “independência fictícias” que se viam pelo continente. Desejava-se uma independência que oferecesse às populações dos territórios portugueses no ultramar “[...] uma Pátria autêntica, que sintam

verdadeiramente sua e onde ao mesmo tempo possam continuar a orgulhar-se de serem africanos. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 158-159).

Para que a autodeterminação se desse de fato e não de maneira “fictícia”, o processo deveria ser pautado a partir da plena aceitação do conceito de Nação multirracial, ou seja, todos os que viviam no continente africano eram africanos. Deste modo, a autodeterminação africana não culminaria na exclusão dos “não-africanos” das estruturas administrativas portuguesas. Para Spínola, ao se falar em africanização de estruturas provinciais ou estaduais visando apenas a constituinte autóctone, se excluiria do processo “[...] quantos, não sendo negros, têm todo o direito de em África se sentir também em sua terra.” (SPÍNOLA, 1974, p. 161).

A mesma atitude também colocaria fim ao monopólio do governo e da administração dos territórios pelas mãos de alguns europeus que, por residirem no continente, acreditavam que a terra era apenas sua, negando a participação aos autóctones com o pretexto da incapacidade destes para executar tais funções. Deste modo, por regionalização Spínola entendia “[...] a representação proporcional de uns e outros nas estruturas governativas de cada um dos territórios [...] pois que a detenção pelos brancos do monopólio da capacidade é a negação absoluta dos princípios que defendemos. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 162). De modo algum isso significava para ele opor as estruturas europeias às africanas, como um “certo setor” pretendia. Pelo contrário, essas estruturas seriam complementares. Para o General, o problema residia em promover a autodeterminação das populações ultramarinas inserindo-as na República Portuguesa. Tal inserção seria muito mais fácil

[...] quando essas populações se sentirem em pleno pé de igualdade; quando puderem dar expressão às instituições tradicionais, fazendo-as evoluir dentro de um contexto português; quando puderem de facto, votar as leis aplicáveis às suas comunidades; quando puderem eleger sem restrições os seus representantes; quando constituírem livremente as suas próprias autarquias; quando os seus governantes puderem ser produto das instituições locais democraticamente constituídas; quando, enfim, sendo-se livres para optar, puderem igualmente compreender que é uma adesão a uma comunidade lusítada que está caminho do seu progresso, do seu bem-estar e da sua verdadeira independência, face ao neo-colonialismo que avassala os seus vizinhos africanos. (SPÍNOLA, 1974, p. 144-145).

Diante disso, de forma alguma deveria ser uma pretensão portuguesa relegar os cargos de administração aos ditos mais aptos. Tal ação seria o mesmo que colocar os territórios portugueses sob o regime neocolonial o que, segundo o autor, salvo raríssimas exceções “[...] não trouxe a verdadeira independência, mas apenas a substituição da

dependência do colono branco pela dependência do colono negro. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 206). Nesses esquemas, as massas acabavam permanecendo no seu estatuto de sujeição devido ao fato de suas estruturas governamentais serem compostas por “[...] elites totalmente divorciadas das realidades africanas. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 206). A título de resolver este impasse, o autor afirma conhecer “[...] suficientemente os africanos para saber no que acreditam e no que não acreditam; e podemos afirmar que o africano crê, com espantosa perspicácia, descortina no olhar e na expressão dos seus interlocutores [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 172) e recorda que na Guiné se optou por uma solução de compromisso e representatividade das massas a qual, “[...] tal como a sua participação directa no exercício do poder que lhes pertence, é assegurada pelo “Congresso do Povo” que, na sua reunião anual, aprecia, discute, julga e delibera, formulando conclusões com força executiva suficiente. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 206-207). O General alega não pretender afirmar que “[...] a experiencia seja generalizável, embora se creia que o é; mas é uma experiencia, citada, a título de clarificação de conceitos, perante quantos se empenharão em destruir o sistema aqui preconizado com base em objecções de ordem estrutural. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 207). De qualquer forma, afirma que todas as objecções representariam problemas solúveis desde que se desejasse honestamente debatelas e resolve-las, a fim de evitar que ocorresse no Ultramar português o que vinha se alastrando pelo continente africano: o avanço do domínio neocolonial.

Para o autor, o neocolonialismo seria resultado da interferência externa nas questões africanas. Estas questões teriam em sua origem conflitos diversos devido ao que o General denomina de “estádio pré-capitalista”. Ou seja: a tribo ainda seria “[...] a verdadeira nação africana, caracterizada por uma distribuição igualitária e muito colectivizada dos meios de produção. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 77). Segundo o autor, exatamente a influência ocidental, ao trazer novas concepções a esses esquemas, teria gerado nas sociedades tradicionais um sentimento de ameaça à sua soberania, sentimento do qual teriam resultado os movimentos rebeldes contra os poderes constituídos, atendendo aos interesses das potencias neocoloniais.

Diante desse quadro, a única forma de competir com as influências neocoloniais seria inserindo-se de fato na África e ocupando o lugar que competia aos portugueses. Entretanto, ao continuar se tratando a questão como um tabu, abria-se as portas aos “manipuladores do comunismo internacional” e vivia-se, segundo o autor, a “[...] preocupação, aliás fundada, da subversão comunista. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 230). Além disso, Spínola salienta que o abandono puro e simples do Ultramar não seria o

mesmo que resolver o problema. Tal atitude, além de ameaçar a sobrevivência nacional, seria o mesmo que abandonar e relegar todos os que lá construíram as suas vidas sob a Bandeira Nacional a soberanias duvidosas, aos interesses de outras potências ou a hordas intoxicadas psicologicamente ao serviço e a soldo de neocolonialismos (SPÍNOLA, 1974)<sup>146</sup>. Spínola prossegue:

[...] Não pode encarar-se, senão como criminosa demissão, toda a orientação que vise a substituição pura e simples das actuais estruturas institucionais pelas dos partidos revolucionários, que não representam as populações africanas nem os seus legítimos interesses. Seria criminoso e fundamentalmente anti-português abandonar à sua sorte esses milhares de europeus e milhões de africanos que em nós confiam. (SPÍNOLA, 1974, p. 146-147).

António de Spínola afirma que as populações africanas teriam plena consciência dos benefícios que lhes advinha da condição portuguesa em relação às correntes neocolonialistas, “[...] e a real sujeição das independências fictícias que pululam em África, em resultado do crônico subdesenvolvimento das jovens nações africanas, não é na passagem da soberania para mãos duvidosas que reside a independência a que aspiram [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 172). A Nação deveria ser solicitada a pronunciar-se em relação aos esquemas que conduziriam o seu futuro à luz de um espírito novo, o qual deveria resultar da

[...] franca aceitação de que os povos africanos anseiam progresso e bem estar, de facto, mas nunca segundo objetivos, princípios e métodos definidos tutelarmente, a que sempre reagem, por mais válidas que sejam, tomando-os como imposição, sujeição ou prepotência. Por mais honestas que se mostrem as intenções, cava-se profundo abismo ao pretender governar africanos à margem da sua efectiva participação. E, ainda que a realidade da sua impreparação possa contrariar quanto se defende, tal facto, longe de nos levar a paternalismo, deveria antes conduzir-nos à procura de soluções imediatas para os problemas fundamentais da representatividade e competência, introduzindo as reformas necessárias em inequívoca expressão de uma autodeterminação africana pela soberania nacional; soberania que, para ser autêntica, terá de ser exercida pelos africanos. (SPÍNOLA, 1974, p. 233).

Além disso, o General busca demonstrar ao longo da obra que o conflito que o País enfrentava não era um problema local. Ao invés disso, seria “[...]resultado de uma fenomenologia diversa, sobreposta e concorrente que se impõe analisar nos seu vários planos e separar nas suas várias componentes[...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 148), a fim de compreender quais seriam realmente as ambições africanas e o que havia de exploração

---

<sup>146</sup> Spínola se refere às populações brancas que residiam no Ultramar e que, a exemplo do massacre às aldeias brancas ocorrido em 15 de março de 1961, correriam um perigo real caso fossem abandonadas.

externa ou o que, no fenômeno africano, “[...]ainda existe de resíduos de velhas questões familiares e tribais a alimentar a agitação. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 148). Deste modo, Portugal não deveria permanecer surdo ao fenômeno africano e, embora não conseguisse desviar os seus rumos, deveria limitar-se a segui-lo, apenas buscando minimizar ou reconduzir as consequências<sup>147</sup>.

Em resumo, Spínola propunha que se traçasse um caminho a partir da valorização das instituições africanas chamando-as a desempenhar um papel ativo na gestão dos interesses nacionais, por serem plenamente capazes não apenas de definir as suas aspirações, como também de contribuir com a elaboração de soluções válidas para uma eficiente administração dos interesses em comum. Além disso, deveria abolir-se privilégios e conferir-se iguais oportunidades de expressão e acesso a todos, com a ativa participação dos africanos nas tarefas político-administrativas e econômicas, assim como uma verdadeira abertura ao diálogo e à livre expressão.

Para o autor, era plenamente possível estabelecer um sistema que assegurasse a autonomia dos Estados federados sob uma autoridade central, desde que a legislação de cada Estado se submetesse a câmaras parlamentares com uma justa representação e arbitragem de um poder judicial, sob uma constituição votada por todos os cidadãos de cada região, o que conseqüentemente reduziria a pressão externa. A tese defendida por António de Spínola em *Portugal e o Futuro* era a de qualquer saída que não visasse a construção de uma comunidade ou se constituiria em criminosa demissão ou seria totalmente utópica. Além disso, a autodeterminação não impedia que o todo nacional se mantivesse conectado a essa Comunidade Lusítada que o General tanto defendia. Ou seja, Portugal era o todo, era uma forma de viver, de sentir e de existir no mundo, e não apenas um pedaço de terra.

#### 4.2 PORTUGAL E O FUTURO E AS RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS.

*Portugal e o Futuro: Análise da Conjuntura Nacional* teria sido escrito a partir da necessidade sentida pelo autor de esclarecer a situação portuguesa no Mundo e, com isso,

---

<sup>147</sup> Nesse sentido, se Portugal permanecesse oferecendo às suas populações no Ultramar apenas opções teóricas inaceitáveis, os “movimentos subversivos” aparentariam ser a única solução viável aos autóctones, quando, na realidade, era totalmente possível oferecer-lhes sólidos valores de substituição perante os quais os partidos subversivos ficariam ultrapassados. Para o General, era primordial que se enfrentasse a situação e se dialogasse com os africanos. Assim, “[...] A paz, então, viria por acréscimo, e Portugal reencontraria o seu rumo e a sua posição na África e no Mundo.” (SPÍNOLA, 1974, p.232).

estabelecer uma estratégia para resolver o problema que condenava a Nação: a guerra colonial. Entretanto, conforme vimos, a estratégia apresentada por Spínola ultrapassa as fronteiras portuguesas ao propor uma unidade que envolvia três continentes: a Comunidade Luso-Afro-Brasileira. Nesse subcapítulo, abordaremos a forma como António de Spínola instrumentaliza e ressignifica as relações com o Brasil e teorias correntes como o Lusotropicalismo Freyreano. Além disso, faremos uma breve análise da recepção da obra do General e do seu exílio no Brasil, a fim de adicionar alguma luz a um período delicado e ainda pouco revisitado da história das relações luso-brasileiras.

#### 4.2.1 *Portugal e o Futuro* e o Lusotropicalismo Freyreano.

Como vimos, António de Spínola defende ter escrito *Portugal e o Futuro* a fim de denunciar o sonho “*chauvinista*” de se alcançar uma vitória militar no continente africano, sem que se soubesse como atingir tal fim (SPÍNOLA, 1974). Diante disso, o livro teria sido escrito com o intuito de trazer a público a informação de que, entre os caminhos possíveis, encontrava-se uma terceira via para a construção de uma verdadeira comunidade lusa. Na obra, o autor afirma que a solução eminentemente nacional que defendia visava resolver o problema ultramarino pela criação de um sentimento que unisse de fato os vários grupos humanos constitutivos da Nação e que os tornasse “[...] aptos a conscientemente permanecerem portugueses com a plena aceitação da opinião mundial. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 147).

Segundo Fernando Catroga, com o tempo “[...] o termo nação passou a aludir a uma população quando sintetizada como uma identidade colectiva, ou melhor, como um “nós” [...]” (CATROGA, 2008, p. 20). Ou seja, assim como o termo Pátria, o termo Nação carrega consigo uma forte carga afetiva, sendo este “nós” constituinte da Nação o que, na visão do General Spínola, se encontraria ameaçado. A crise que assolava Portugal e que Spínola se vê no ímpeto moral de denunciar, na verdade, ameaçava o que este considerava como a “unidade moral portuguesa”. Diante disso, a desagregação e a abdicação dos superiores interesses nacionais não seriam uma opção.

Embora António de Spínola reconhecesse que, assim como o imobilismo conduzia a Nação para o separatismo pela via revolucionária, uma tese autonomista também poderia conduzir a tal fim. Contudo para o autor na primeira opção seria possível preservar no mínimo “a unidade moral da cultura portuguesa” (SPÍNOLA, 1974, p. 148).

Além disso, o autor considera que a heterogeneidade e a descontinuidade poderiam transformar-se em fatores positivos no equacionamento do problema nacional por conferir aos portugueses um valor peculiar no contexto mundial, desde que estes se organizassem à luz de uma tese sustentável. Nesse caso, muitos dos países que hostilizavam Portugal passariam a apoiá-lo (SPÍNOLA 1974), sobretudo se essa tese fosse

[...] aceite que não imposta, e mantida pela firme vontade alicerçada numa autêntica comunhão de interesses e aspirações e na solidariedade decorrente de uma sólida e fraterna cooperação; vontade que é o único elo suficientemente forte para contrariar as forças desagregadoras, e a que não há poder político, externo ou interno, que possa opor-se com sucesso. (SPÍNOLA, 1974, p. 19-20).

Portanto, o apoio a essa grande comunidade lusa viria apenas se Portugal adotasse teses politicamente defensáveis. Afinal, contrariamente ao que vinha-se imaginando, o abandono não seria para o General a única solução defensável. Spínola afirma que:

[...] Os próprios Estados Unidos que, como nós, construíram sobre características semelhantes de heterogeneidade e descontinuidade o país que hoje são, não deixariam por certo de reconhecer os fundamentos de uma tese construída à semelhança da que esteve na origem da nação americana. Isto sem esquecer, por exemplo, a heterogeneidade que caracteriza a própria União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e o estatuto político dessa União. (SPÍNOLA, 1974, p. 154).

Diante disso, o autor conclui que a integração política de um país pluricontinental e pluricultural como Portugal só seria possível “[...] no quadro de uma solução federativa cimentada na solidariedade [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 156). Qualquer fórmula que se estruturasse sobre um atrofiante “*monolitismo orgânico*” seria inviável. Além disso, Spínola admite que à luz do rigorismo teórico da ciência política, Portugal não seria uma nação, “[...] mas um complexo de nações, a que a descontinuidade geográfica confere uma individualidade demasiado nítida para que possa ignorar-se, quando se pretenda uma via integradora desse complexo numa Comunidade Lusíada. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 153).

Para António de Spínola, os portugueses não poderiam ter outro objetivo que não fosse o de construir uma comunidade cultural, econômica e política cujas partes integrantes se solidarizassem a partir de um irreversível processo de dinâmica interna, capaz de cimentar uma unidade perdurável e de defender-se por si só. Uma unidade “[...] por tal forma aglutinada que a circulação ou fixação de pessoas, bens e capitais [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 163) fosse uma realidade, sem limitação de direitos cívicos ou de

cidadania a qualquer um que a integrasse, ou seja, em um contexto eminentemente português. Deste modo, não importaria considerar outras determinantes, pois o que acima de tudo se pretendia era “[...] preservar a portugalidade do todo nacional [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 163).

Para António de Spínola, esse seria um conceito novo de unidade nacional a partir do qual “Caminhar-se-ia então para o processo de fortalecimento de laços sociais, económicos e políticos, iniciando-se o rumo ascendente do ciclo de reconstrução nacional. E por essa via chegaríamos ao objetivo final. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 166). Em suas palavras:

[...] Finalmente, oferece-nos a opção de uma tese equilibrada de construção de uma vasta Comunidade Lusíada sobre a autonomia progressiva de todas as parcelas, cavando-se assim os alicerces de uma unidade de espírito novo, que na sua fase inicial não deixará de passar por vicissitudes, mas que acabará sólida, e na qual o Brasil poderá ter um lugar de destaque, que ocupará de facto e não apenas em ambiente de platonismo sem consequência. Comunidade em que os laços morais prevalecerão sobre os estatutos políticos, laços que existem e que carecem de ser reforçados à custa do esforço pacífico de todos os bons portugueses. (SPÍNOLA, 1974, p. 57).

Diante disso, o culto à Comunidade Luso-Brasileira seria, para o autor, a opção mais viável. Todavia, para que uma união fosse verdadeiramente frutífera, a Comunidade Luso-Brasileira deveria passar por uma adequação, a fim de que as economias (portuguesa e brasileira) deixassem de ser concorrentes e passassem a crescer juntas, pois naquele momento ambas já haviam atingido o seu limite de crescimento. O General ainda afirma reconhecer que, diante do agravamento da situação portuguesa, o Brasil acabaria ocupando o vazio deixado por Portugal, em função de encontrar-se o Brasil totalmente voltado para o futuro experimentando o que Spínola denomina de “admirável surto de progresso”, reclamando cada vez mais a abertura de mercados que se situariam na África.

Sendo assim, a constituição de uma comunidade Luso-brasileira seria a solução para tal impasse, tendo em vista que as economias deixariam de ser concorrentes para se tornarem complementares. Afinal de contas, “[...] Foi quase sempre em obediência a determinantes de ordem econômica que se desencadearam os grandes conflitos da História [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 65) e cedo ou tarde a diplomacia brasileira teria de escolher entre o conceito português de comunidade e os mercados que pretendia atrair (SPÍNOLA, 1974, p. 94).

Outro obstáculo que deveria ser superado era o fato de o passado colonial ainda estar muito vivo na tradição nacional brasileira, o que, segundo o General, acabaria



inevitavelmente impactando a opinião pública. Além disso, nem todos partilhariam dos mesmos conceitos expressos pelas suas elites a respeito da posição portuguesa no mundo. Entretanto, apesar das aparentes dificuldades, Spínola acreditava ser a Comunidade Luso-Brasileira a que oferecia maiores perspectivas para Portugal, não só pelo passado histórico das relações com o Brasil, como também pela defesa de interesses em comum, mas apenas se Portugal entrasse nessa comunidade prestigiado e engrandecido. Em suas palavras: “[...] Julgamos ser esse, de facto, o caminho, mas para tanto seria de aceitar desde já a sua ulterior evolução para mais amplas dimensões numa perspectiva “lusó-afro-brasileira”. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 96). Para tal

[...] conviria desfazer, desde já, o equívoco decorrente da visualização que nos revela como País eminentemente europeu, quando afinal, constitucionalmente, a maioria dos cidadãos é africana e é na África que se situa a quase totalidade do território nacional. Tudo então ficaria claro, coerente e aceitável, pois seríamos finalmente iguais a nós próprios: um País pluricontinental, com estados na Europa, em África e na Ásia, cujo desenvolvimento e autonomia aceleraríamos, para com esses estados formarmos uma comunidade em que todos beneficiaríamos das posições e potencialidades do todo português. (SPÍNOLA, 1974, p. 200-201).

O General reconhece que poderiam alegar ser essa uma via demasiado longa, todavia seria certamente a mais segura por garantir rapidamente o restabelecimento da paz. Reconhece também que poderia haver dúvidas sobre a estabilidade de um regime federativo, devido ao fato de Portugal carecer de um Estado dissuasor como a U.R.S.S., ou de um alicerce de tradição moral e alta noção de solidariedade como nos E.U.A., ou sequer de um elevado grau de formação cívica e consciência nacional como possuiriam os alemães. Entretanto, Portugal possuiria a força da razão (SPÍNOLA, 1974). Além disso, diante deste plano, Spínola afirma crer que nenhum português de boa-fé poderia afastar-se dos imperativos que em última instância se traduziriam “[...] na construção acelerada de um Portugal renovado, aberto a um espírito franco e decisivamente comunitário [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 167).

Contudo o General defendia desde 1970 o reconhecimento unânime de que para que essa estabilidade fosse alcançada fazia-se necessário uma renovação que deveria necessariamente “[...] realizar-se nos domínios do espírito e na esfera da orgânica, para que a retaguarda responda, efectiva e oportunamente, às solicitações das frentes africanas

de combate. Assim o exige o cumprimento da missão histórica portuguesa em África<sup>148</sup>.” (SPÍNOLA, 1970, p. 218). Para o autor, não acreditar nisso e ainda assim pretender continuar a impor a presença portuguesa no continente africano seria não apenas imoral como inviável dentro das possibilidades portuguesas. Assim como defender a inviabilidade da tese federativa com base em um suposto antagonismo euro-africano seria nada mais “[...] do que regressar a um mal disfarçado imperialismo.” (SPÍNOLA, 1974, p. 193). Spínola prossegue:

[...] Somos dos que creem firmemente no portuguesismo da nossa gente africana. E, por que assim é, defendemos a tese federativa como a única que permite real expressão ao País plural que idealizamos. Porque, se não acreditássemos nesse portuguesismo, não teria sentido o empenhamento pessoal na mais firme defesa do Ultramar. Defesa que está, aliás, na origem da publicação deste trabalho. (SPÍNOLA, 1974, p. 193).

Spínola apostava em uma suposta unidade cultural capaz de unir os portugueses e defendia que a descontinuidade territorial portuguesa reforçava a argumentação da inviabilidade de uma estrutura monolítica do todo nacional, porque este quadro resultaria em “[...] uma feição cultural dispersiva do todo português [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 152). Para o autor, essa descontinuidade marcaria compartimentos muito nítidos e perfeitamente caracterizados. Deste modo, a fim de consolidar essa unidade cultural deveria tirar-se partido “[...] da excepcional capacidade miscigenadora do Povo português.” (SPÍNOLA, 1974, p. 194), repondo ao País a sua verdadeira fisionomia em ordem a ser aceito sem reticências e a adquirir o apoio externo. A mesma miscigenação estaria na base da portugalidade e só seria possível de se preservar “[...] se por portugueses considerarmos de facto, que não apenas de direito, todos os africanos e europeus, e se concite a sua unidade não no prolongamento de um passado que não foi comum, mas na construção de um futuro que desejamos que o seja [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 107).

Para o General, o pilar mais importante para a consolidação dessa comunidade, e que de fato unia todos os portugueses era a língua. António de Spínola considerava a língua um elo primordial capaz de alargar a “inegável força de integração portuguesa”, por constituir-se em um importante elemento aglutinador. Segundo Vamireh Chacon,

---

<sup>148</sup> Ao longo da história imperial portuguesa, “Portugal” foi adotando inúmeras bandeiras com o intuito de defender a sua permanência no Ultramar. Com o início das guerras coloniais, em 1961, o lusotropicalismo viu seu papel fortalecido como uma das principais bases da ideologia colonial do Estado Novo português. Segundo Leonard Yves, o providencialismo que se apodera das autoridades as levou a ver a sua ação como uma suposta continuidade história de uma missão divina, como uma espécie de uma nova “cruzada”, um “empreendimento científico”, a “última cruzada” em defesa dos valores cristãos. Essa era a missão histórica de Portugal. (YVES, 1997, p.222).

para se compreender a unidade linguística afro-luso-brasileira é importante ter em vista uma importante teoria sobre a presença portuguesa nos trópicos, o já mencionado Lusotropicalismo do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (CHACON, 2000). Para Gilberto Freyre, a língua portuguesa era um importante valor cultural do mundo de formação lusitana (FREYRE, 1940), expressão de uma vasta cultura transnacional que, apesar de geograficamente descontínua, socialmente formava uma área.

Em sua obra de 1940, *O mundo que o Português Criou*, Freyre já defendia ser a partir do uso dessa língua comum como instrumento que se desenvolveria “[...] a cultura transnacional ou supranacional formada pelos diversos povos que a capacidade portuguesa de projectar-se em inesperadas combinações humanas espalhou sobre a terra, dando a todos os traços inconfundíveis da mesma origem. [...]” (FREYRE, 1940, p. 62). Deste modo, a língua portuguesa seria para Freyre o veículo de uma cultura diferente, a cultura luso-tropical. Afinal, “[...] Como expressão de cultura plástica, pelo que concilia de valores europeus com tropicais, é a língua portuguesa indispensável à consolidação dessa cultura dispersa. [...]” (FREYRE, 1953, p. 143).

Para António de Spínola, a lusofonia era um patrimônio cultural e humano criado pelos portugueses, constituindo-se reconhecidamente na herança mais importante deixada pelos portugueses nos territórios onde passaram. Segundo o General, o valor da língua portuguesa teria sido inclusive reconhecido por Amílcar Cabral, líder do PAIGC:

[...] Recordamos a propósito, por ser significativo, certo passo de uma das alocações deste último aos quadros do seu partido, na qual faz a apologia da língua portuguesa como sendo muito do que nos devem os africanos, e afirmou ao mesmo tempo serem superiores os técnicos formados nas escolas portuguesas aos que, ao abrigo dos programas de apoio ao seu partido, foram formados nas escolas soviéticas e chinesas. (SPÍNOLA, 1974, p. 145-146).

Segundo Perry Anderson, a língua possui um importante papel político na construção da nação, por sua capacidade unificadora (ANDERSON, 2008). No caso português a lusofonia era um denominador comum da pátria, assim como também definia os seus limites geográficos, constituindo-se em um essencial elo agregador entre as parcelas que a “Nação portuguesa” pretendia unir. Segundo Gilberto Freyre, o idioma português é “[...] uma língua que a todos nós, lusotropicals, pertence [...]” (FREYRE, 1953, p. 144). Para o sociólogo, a unidade transnacional da cultura lusotropical seria formada “[...] pela língua comum, pelas tradições comuns, pelas tendências igualmente comuns [...]” (FREYRE, 1953, p. 135).

O autor de *Portugal e o Futuro* defende a língua como um elemento importante dessa suposta identidade cultural comum, capaz de manter viva a ligação entre Portugal e o seus territórios ultramarinos. Em síntese: uma língua, um povo, uma nação. Além disso, Spínola afirmava crer que as populações ultramarinas desejavam ser portuguesas, mas à sua maneira. Afinal, em suas palavras:

[...] detemos invulgar posição de vantagem: sabemos fazer-nos aceitar pela ausência de preconceitos rácicos; sabemos conviver com povos de culturas diferentes e cativar sua simpatia. Ainda hoje o português é preferido pelos africanos, que nos não votam os sentimentos que lhes foram inspirados por belgas e ingleses e, até, embora em escala significativamente menor, por franceses [...] tudo indica que, pelo menos a maioria absoluta dos nossos africanos, escolheria a permanência num contexto português. Aliás, assim o reconheceram já e o afirmaram, repetidamente, de forma mais ou menos indirecta, o Presidente senegalês Léopold Senghor e o próprio Amílcar Cabral. [...] (SPÍNOLA, 1974, p. 145-146).

Esse não era um pensamento exclusivo de António de Spínola. Em sua obra *Aventura e Rotina* (1953), Gilberto Freyre afirma terem os portugueses triunfado onde os ingleses e franceses teriam falhado. Segundo Freyre, “[...] ainda hoje pode o estudioso surpreender na África toda uma série de efeitos que contrastam com os métodos ou sistemas das nações europeias. [...]” (FREYRE, 1953, p. 37.). Deste modo, fosse no continente africano (Angola) ou no Brasil, no final o resultado da ação portuguesa era no o mesmo: “[...] em essência somos todos luso-tropicais.” (FREYRE, 1953, p. 469). Assim, como Cláudia Castelo ressalta, na interpretação de Freyre “[...] A política colonial portuguesa, no seu conjunto, não lhe merece reparos. Afirma que em Angola e Moçambique encontrou “novos Brasis” em gestação. [...]” (CASTELO, 2010, p. 26).

Nessa interpretação, a formação social e psicológica do colonizador português era o que o diferenciava dos demais colonizadores, pois este teria conseguido que as características nacionais dos lugares por onde o Português passou se mantivessem conectadas a Portugal. Exemplo vivo disso seria o próprio Brasil e, na visão de Freyre, o mesmo estaria ocorrendo no continente africano, o africano se sentiria português “[...] E, sendo português, não se revolta tanto contra Portugal como o preto das colônias inglesas contra o inglês. O do Congo Belga contra os belgas, o da África do Sul contra os “boers”, até mesmo os indígenas de colônias francesas contra a França.” (FREYRE, 1953, p. 363).

Diante desse quadro, para o autor de *Portugal e o Futuro*, a construção de uma saída portuguesa para o problema ultramarino estaria nas mãos dos portugueses. Em suas palavras: “[...] A adoção de conceitos renovados de portugalidade impõe-se, assim, até

por lealdade para com essas fiéis populações. [...]”<sup>149</sup> (SPÍNOLA, 1974, p. 159). Deste modo, segundo António de Spínola, se a ação portuguesa fosse “[...] alicerçada na língua comum e na total tolerância e harmonia cultural e racial, poderíamos construir no mundo, como resultante da expressão inequívoca da vontade das populações, uma federação de estados portugueses. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 159). Spínola prossegue:

[...] É evidente que não desarmariam as cobiças e interesses que agravam os nossos problemas; mas a agressão seria fortemente minimizada, pois teria a enfrentá-la vinte e cinco milhões de portugueses de todas as raças, apoiados numa razão inatacável. Em torno de um tal ideário não temos dúvidas que se processaria, de facto, a unidade moral dos portugueses de todos os quadrantes. [...] (SPÍNOLA, 1974, p. 159).

Nessa linha de raciocínio, a permanência portuguesa no continente africano era não apenas legítima, mas benigna por corresponder à “verdadeira vontade” das populações, consistindo em uma “[...] secular linha de rumo que moldou, na sua feição civilizadora e multirracial, a nossa ditosa Pátria – a Grande Nação Portuguesa.” (SPÍNOLA, 1970, p. 12). É nesse sentido que Spínola recorda uma fala onde, segundo ele:

Alguém, numa apreciação comparativa das atitudes coloniais de ingleses e de portugueses perante o homem africano, sintetizou a primeira na seguinte frase “Eleva-te, mas não te aproximes”; e a segunda na expressão “Aproxima-te, mas não te eleves”. Pois chegou a altura de ser substância, projecção e pujança a uma nova atitude que conduza, pela via de uma portugalidade renovada, à verdadeira integração:” Eleva-te e aproxima-te.” (SPÍNOLA, 1974, p. 157).

Segundo Cláudia Castelo, essa retórica sobre um suposto “modo português de estar no mundo”<sup>150</sup> estaria presente no discurso oficial português para consumo externo desde 1950, no qual Portugal seria

[...] uma comunidade multirracial, composta por parcelas territoriais geograficamente distantes, habitadas por populações de origens étnicas diversas, unidas pelo mesmo sentimento e pela mesma cultura. Como se comprova pela leitura dos estudos (alegadamente) insuspeitos de Freyre, o poder exercido nas “províncias ultramarinas” portuguesas não é de natureza colonial, ao contrário do que sucede em territórios sob soberania de outros países. (CASTELO, 1998, p. 97).

<sup>149</sup> Nesse trecho, António de Spínola refere-se sobretudo às populações brancas portuguesas que residiam no Ultramar.

<sup>150</sup> Segundo Cláudia Castelo, o conceito de “modo português de estar no mundo” foi introduzido no discurso acadêmico nacional português nos anos 50, por Adriano Moreira, sendo rapidamente reproduzido pelo discurso do Estado Novo como uma forma particular portuguesa de se relacionar com o outro, o que os distinguia dos demais colonizadores. Esse “modo português” de se relacionar seria muito mais humano, tolerante, fraterno, plástico e cristão. (CASTELO, 2011, p.112).

O governo português defendia ser Portugal um todo uno e indivisível unido pelas características “tipicamente portuguesas” sintetizadas no conceito de Portugalidade. Tal conceito passou a ser teorizado após a apropriação feita pelo salazarismo da teoria de Freyre de que os territórios por onde o Português passou seriam unidos pela sua cultura, pelo sentimento e pelo sangue, constituindo um só povo (FREYRE, 1953). Isso deu-se sobretudo porque o Estado Novo Português precisou construir uma retórica em que a identidade cultural fosse além do sentimento de pertença a um território compartilhado por um grupo de pessoas (SOUSA, 2017), precisou criar uma ideia de continuidade que ultrapassasse as fronteiras nacionais. Em *Portugal e o Futuro*, António de Spínola defende a força aglutinadora da portugalidade:

Temos sempre defendido ser essa portugalidade uma franca, aberta, generosa e tolerante maneira de viver e conviver. Nela cabem a nossa franqueza rude, o nosso espírito de aventura, a nossa capacidade de adaptação, a nossa aptidão para fazer amizades e cultivar amizades, a simplicidade com que oferecemos auxílio, a total ausência de preconceito racial e essa espantosa capacidade de miscigenação cultural que nos confere uma extraordinária aptidão para sobreviver em qualquer ambiente. Foi essa portugalidade que nos abriu as portas de África e é nela que têm de mergulhar as raízes do nosso futuro. (SPÍNOLA, 1974, p. 157).

O conceito hiperidentitário<sup>151</sup> de Portugalidade foi contemporâneo de um importante slogan do Estado Novo, o “Portugal do Minho a Timor” (SOUSA, 2017). Esse slogan ganharia força sobretudo na década de 1960, após o início do conflito colonial, em uma tentativa de ressaltar a unidade territorial portuguesa. Em *Portugal e o Futuro*, como vimos, Spínola critica a existência de leis únicas que abrangessem os territórios que iam do Minho ao Timor, embora defenda uma unidade que abrangesse esses territórios. Em suas palavras: “[...] Queremos, sem dúvida, do Minho a Timor uma Pátria de Pátrias, e uma Pátria comum.” (SPÍNOLA, 1974, p. 167) e frente a esse desejo comum de unidade “[...] a grande massa dos portugueses unir-se-á de facto e a paz voltará. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 167).

A defesa dessa suposta unidade portuguesa também não era uma novidade trazida a público pela obra de Spínola. Segundo Armelle Enders: “[...] Já em 1944, Gilberto Freyre havia alertado seu público norte-americano de que os ‘países de língua portuguesa’ poderiam ‘se organizar em uma espécie de federação, com uma cidadania comum e

---

<sup>151</sup> Eduardo Lourenço define a hiperidentidade como resultado do déficit da identidade portuguesa, fenômeno que acabava por conduzir a uma compensação imaginária sobrecarregada de mitos e de fantasmas baseados em um passado idealizado. (LOURENÇO, 2016)

direitos e responsabilidades comuns”’. (ENDERS, 1997, p. 205-206, tradução nossa)<sup>152</sup>. Para Freyre, existiria uma unidade cultural luso-brasileira ou luso-afroasiático-brasileira (FREYRE, 1940). Em suas palavras: “Portugal, o Brasil, a África e a Índia Portuguesa, a Madeira, os Açores e Cabo Verde constituem hoje uma unidade de sentimento e de cultura. [...]” (FREYRE, 1940, p. 39).

Como podemos ver, desde a sua obra *O Mundo que o Português Criou*, Gilberto Freyre já falava sobre a necessidade de defender-se os valores essenciais<sup>153</sup>, “[...] Valores muitos deles comuns aos outros luso-descendentes e aos portugueses da Europa e característicos do mundo luso-afro-brasileiro que nos dá uma só cor no mapa das culturas modernas [...]” (FREYRE, 1940, p. 197). Além disso, Freyre defendia a existência dessa unidade de sentimento e cultura, bem como a capacidade da mesma de produzir o que considerava como um fenômeno sociológico novo de aspectos fascinantes para o “estudioso de modernos problemas sociais; na sua actualidade intensa para uma época como a nossa, favorável ao avigramento de sentimentos tão opostos: o sentimento de região e o sentimento de federação. Federação quando não política, cultural.” (FREYRE, 1940, p. 47). Essa unidade que Gilberto Freyre defende não seria apenas nacional, como também

[...] transnacional, baseada em afinidade de cultura e de comportamento que excedem as fronteiras simplesmente políticas para se firmarem em muralhas de cultura viva. Muralhas que, não nos isolando de outros povos, dão-nos personalidade moral entre eles. Definem-nos como uma das grandes federações modernas de cultura. (FREYRE, 1940, p. 47).

Como vimos ao longo deste trabalho, as ideias defendidas por Spínola resultavam da interpretação de ideias e teorias que já eram correntes, tanto dentro quanto fora de Portugal, ao longo dos doze anos em que o General maturou as ideias que dariam origem à sua obra. Inclusive, a própria defesa de uma suposta portugalidade que justificava a permanência portuguesa no continente africano não era um pensamento “original” do autor. Ou seja, como vemos, embora a proposta defendida por Spínola divergisse frontalmente da posição oficial adotada pelo governo nas práticas coloniais, os “elementos” que a embasavam, no fundo, não traziam a público nada de novo<sup>154</sup>.

---

<sup>152</sup> No original: “[...] Déjà, en 1944, Gilberto Freyre avait averti son public nord-américain que les ‘pays de langue Portugaise’ allaient peut-être ‘s’organiser en une espèce de fédération, avec une citoyenneté commune et des droits et des responsabilités communs’. [...]” (ENDERS, 1997, p.205-206).

<sup>153</sup> Recordemos o debate que António de Spínola faz em *Portugal e o Futuro* sobre a necessidade de identificar-se os verdadeiros “valores essenciais”, a fim de defendê-los. Ver capítulo I: 1.3.

<sup>154</sup>As teorias de Gilberto Freyre já haviam sido anteriormente reivindicadas pelos defensores da tese federalista, como evidenciado pelo trabalho publicado por Manuel José Homem de Mello, *Portugal, o*

Ao longo de *Portugal e o Futuro*, o General faz amplo uso de conceitos como portugalidade, multirraciedade, pluriculturalidade, pluricontinentalidade, sempre com base em uma suposta capacidade portuguesa de se relacionar com as gentes. Estes conceitos refletiam as mudanças que o regime vinha promovendo desde a década de 50, assim como uma adoção gradual de uma versão simplificada e adaptada do Lusotropicalismo, teoria formulada pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre e que, assim como mencionamos anteriormente, acabou sendo de grande valia para a manutenção do império português no Ultramar.<sup>155</sup>

A teoria e os escritos de Gilberto Freyre, assim como o próprio Freyre, acabaram sendo instrumentalizados em Portugal na sua forma mais estritamente nacionalista e simplificada, inclusive sofrendo algumas distorções a fim de melhor servir ao regime português. Ou seja, embora o Lusotropicalismo de Gilberto Freyre tenha sido bem apropriado pelo salazarismo, essa apropriação se deu de forma “[...] mas uma apropriação que é tão tardia quanto ambígua e que abraça fielmente as principais inflexões da política e ideologia colonial do regime.” (YVES, 1997, p. 211, tradução nossa).<sup>156</sup> Segundo Jochen Oppenheimer: “A situação nas colônias portuguesas dos anos cinquenta e, em particular, dos anos sessenta, ligada ao início das guerras coloniais, provocou um esforço ideológico particular, levando a uma reinterpretação da abordagem ‘sócio-histórica’ de Gilberto Freyre.” (OPPENHEIMER, 1997, p. 473, tradução nossa).<sup>157</sup>

Aos olhos do Salazarismo, o sociólogo brasileiro fornecia a justificativa cultural, histórica e científica conveniente ao empreendimento de salvaguardar os supostos valores

---

*ultramar e o futuro*, que é a favor da evolução para um sistema de autogoverno no âmbito de uma sociedade verdadeiramente multirracial. Uma solução federalista de inspiração norte-americana. Homem de Mello afirmou que a sua obra "não era uma tentativa de solução. Era uma tentativa de tocar o sinal de alarme no sentido de indicar que a solução oficial é que não era solução". Embora a obra tenha dado o que falar, não foi ouvida pelo regime. (BARBOSA, 2007). Além da obra de Homem de Mello, antes de *Portugal e o Futuro* outras obras com ideias semelhantes já haviam sido publicadas. Em 1962, Armando Cortesão publica a obra *Realidades e Desvãos Africanos* e António Maria Godinho publica uma obra descritiva de vários territórios ultramarinos, chamada *O Ultramar Português: Uma comunidade multirracial*. Antes disso, em 1953, António Alberto de Andrade publica a obra *O Tradicional anti-racismo da acção civilizadora dos portugueses*, que surgiria totalmente remodelada em 1968, com o nome *Muitas raças, uma nação: Esboço da teoria do Humanismo dos portugueses*. Por sua vez, em 1969, António Ferronha publica a obra *Ideário de Portugalidade. Consciência da Luso/Tropicalidade*, onde defende uma língua unificadora, uma cultura comum, uma só bandeira, uma só Pátria. (TORGAL, 2009).

<sup>155</sup> Ver capítulo II, pág. 76-78.

<sup>156</sup> No original: “[...] mais une appropriation aussi tardive qu’ambiguë qui épouse fidèlement les principales inflexions de la politique et de l’idéologie coloniales du régime. (YVES, 1997, p.211).

<sup>157</sup> No original: “La situation dans les colonies portugaises à partir des années cinquante et en particulier à partir des années soixante, liée à l’écllosion des guerres coloniales, a provoqué un effort idéologique particulier menant à une réinterprétation de l’abordage « socio-historique » de Gilberto Freyre. [...]” (OPPENHEIMER, 1997, p.473).



que os portugueses teriam sido os primeiros a propagar e seriam os últimos a defender (YVES, 1997). Segundo Leonard Yves:

[...] no plano ideológico, o regime salazarista aborda o lusotropicalismo e tenta promover a imagem de uma presença portuguesa no exterior diferente da de outros países europeus na África e na Ásia: ao contrário de seus vizinhos europeus que procurariam impor valores ultramarinos especificamente europeus, Portugal teria se esforçado para transmitir valores cristãos, de alcance universal e se misturar com as populações indígenas, criando assim uma verdadeira civilização “lusotropical”, uma espécie de paraíso terrestre protegido de horrores da modernidade. (YVES, 1997, p. 217, tradução nossa).<sup>158</sup>

Em resumo, Gilberto Freyre acabou de fato por tornar-se “o arauto do multirracialismo lusitano” (RÉMY, 1997, p. 245). Ou seja, embora hoje o pensamento de Spínola nos pareça anacrônico, temos que recordar que nas décadas de 1950 e 1960 ele era totalmente plausível e inspirado em teorias amplamente difundidas no meio acadêmico e intelectual. Inclusive, em 1953, a edição francesa da obra *Casa Grande e Senzala* foi prefaciada por Lucien Febvre, o qual afirmou, a partir da obra do sociólogo brasileiro, existir do outro lado do oceano uma esperança, um exemplo a ser seguido, o colonialismo português livre do ódio racial (SCHNEIDER, 2019).

O prefácio de Febvre agregou considerável prestígio a Freyre e sua obra. Conforme ressalta Alberto Luiz Schneider: “A recepção de Freyre na França guarda íntima relação com o próprio colonialismo francês, que se via cada vez mais ameaçado. [...]” (SCHNEIDER, 2019, p. 267). Deste modo, as posições de Freyre foram úteis não apenas ao colonialismo português, como também para o colonialismo francês, já que tanto os franceses quanto os portugueses buscavam, na década de 1950, meios de modernizar o seu modelo colonial<sup>159</sup>. Diante disso, precisamos considerar o contexto em que se inserem tais obras, pois:

Se ao leitor contemporâneo a tese soa absurda, na década de 1950 contava com considerável respeitabilidade intelectual. Quem produziu ainda ontem, o nazismo? Os alemães, uma cultura de maioria protestante do norte da Europa. Quem havia inventado o Apartheid? Os africanos, a minoria branca da África do Sul, gente de descendência holandesa e inglesa. Até os anos 60, o racismo nos Estados Unidos

<sup>158</sup> No original: “sur le plan idéologique, le régime salazariste se rapproche du lusotropicalisme et tente de promouvoir l’image d’une présence portugaise outre-mer différente de celle des autres pays d’Europe en Afrique et en Asie : contrairement à ses voisins européens qui chercheraient à imposer outre-mer des valeurs spécifiquement européennes, le Portugal se serait efforcé de transmettre des valeurs chrétiennes, de portée universelle et de se mélanger avec les populations indigènes, créant ainsi une véritable civilisation « lusotropicale », sorte de paradis terrestre protégé des affres de la modernité.” (YVES, 1997, p.217).

<sup>159</sup> A tentativa francesa de edificar uma federação era nitidamente uma inspiração para o General. A proposta trazida a público em *Portugal e o Futuro*, conforme mencionamos anteriormente (VerCapítulo I: 1.2.2) teria inclusive sido sugerida por Léopold Sédar Senghor.

estava impresso nos códigos da lei, além de ser uma prática social fortemente incrustada naquele país, particularmente no Sul. (SCHNEIDER, 2019, p. 219).

Disso resulta a importância de contextualizarmos Freyre, assim como o próprio Spínola. Afinal, se o Lusotropicalismo como teoria era algo datado, também era resultado de sérias problematizações e investigações empreendidas pelo seu autor (SOUZA, 2000). Além disso:

[...] Em primeiro lugar, deve sublinhar-se que autores e obras têm um valor intrínseco, independente dos seus diferentes consumos e apropriações sociais políticas e ideológicas. O mesmo acontece em relação à formulação de teorias que, em ciências sociais e humanas, interessam pela sua capacidade de conceptualização e não em rigor, pela sua projecção social imediata ou posterior, propositada ou apropriada. [...] (SOUZA, 2000, p. 69-70).

O Lusotropicalismo serviu ao Salazarismo em sua defesa do Ultramar e em sua imposição de um império que superava em muito o material: Portugal tentava impor um império cultural. Para Armelle Enders, os portugueses “[...] queriam reter do lusotropicalismo a ideia de uma identidade lusitana semeada em todo o mundo por toda a eternidade, resistente a todos os apetites e nacionalismos. [...]” (ENDERS, 1997, p. 206, tradução nossa).<sup>160</sup> Embora a viagem de Freyre às colônias e sua suposta colaboração com o Estado Novo Português tenham acontecido em 1951, a publicidade dessa vulgata do Lusotropicalismo Freyreano deu-se sobretudo após o início do conflito colonial, em 1961<sup>161</sup>, quando Lisboa se sentiu impelida a introduzir reformas a fim de minimizar sobretudo as críticas externas à política ultramarina portuguesa. (BARBEITOS, 1997). Segundo Cláudia Castelo:

Esse expediente discursivo serviu a política externa portuguesa e apelou à mobilização interna, em torno da defesa da ‘nação pluricontinental e multirracial do Minho a Timor’, face às crescentes pressões internacionais para a autodeterminação das colônias. Paradoxalmente, foi durante a guerra colonial (1961-74) que a ditadura portuguesa levou mais longe a instrumentalização do ideário luso-tropical. (CASTELO, 2015, p. 451).

<sup>160</sup> No original: ‘[...] voulu retenir du lusotropicalisme l’idée d’une identité lusitane semée à travers le monde pour l’éternité, résistante à tous les appétits et à tous les nationalismes. [...]’ (ENDERS, 1997, p.206).

<sup>161</sup> Embora não tenha sido incorporado oficialmente o Lusotropicalismo não tenha sido incorporado ao discurso oficial Salazarista, e sim a sua versão adaptada, segundo Leonard Yves até mesmo Salazar citou obras ou palavras de Gilberto Freyre, ou utilizado como uma essencial referência indireta, por louvar a excepcionalidade da política multirracial portuguesa. (YVES, 1997). Em um discurso de 1961, Salazar teria afirmado que a política multirracial era uma criação portuguesa que resultava das excepcionais características portuguesas, esta seria a base das sociedades luso-tropicais, que constituiriam uma forma de vida e um estado de espírito. Além de Salazar outros agentes do governo, como Franco Nogueira quando ocupava o cargo de Ministro das Relações Exteriores de 1961 a 1969, afirmava que os portugueses eram os únicos que praticavam o multirracismo. (YVES, 1997).

Em Portugal, a forma como o conceito de Freyre passou a ser interpretado na metrópole e exportado para as colônias não apenas mudou “a retórica colonial”, como também se utilizou dos antigos feitos portugueses como forma de justificar a ação colonial. Tal deixaria de ser o bem que a Nação portuguesa havia feito às colônias ao civilizá-las, passando a ser o discurso de que Portugal deveria, sim, permanecer em África, mas com intuito de preservar ali os traços da cultura lusíada, da língua portuguesa. Nas palavras do General, assim seria preservado o modo português de estar, “[...] de viver e de conviver em ambiente de autêntica miscigenação racial, que Gilberto Freyre enalteceu. E, neste campo, o presente pode abrir rasgados e límpidos horizontes que tanto contrastam com outros que ensombram o mundo.” (SPÍNOLA, 1974, p. 117).

Outra questão a ser levantada é que, embora tenham sido amplamente utilizadas pelo Salazarismo, em seu contexto total e original a teoria e as obras de Freyre nunca foram incorporadas ao discurso oficial do Regime. Os seus aspectos “desnacionalizadores” foram propositadamente esquecidos, sobretudo no que tange ao federalismo sugerido por Freyre. Em suas palavras: “[...] nós, os povos de língua portuguesa, caminhamos para uma das maiores federações que o Mundo já viu: a federação dos povos de língua portuguesa, de cultura lusíada, de tradições luso-cristãs.” (FREYRE, 1953, p. 242).

Deste modo, buscamos ressaltar que o Lusotropicalismo e o seu autor encontravam-se inseridos em um contexto. Embora sua viagem aos territórios portugueses no Ultramar tenha de fato ocorrido com o suporte e a convite do regime português, Freyre não se resumia a um intelectual propagandístico do governo português. Conforme ressalta Ivo Carneiro de Souza: “[...] nem sequer o luso-tropicalismo é passível de ser entendido apenas pela sua apropriação ideológica. [...]” (SOUZA, 2000, p. 69), tendo em mente que, como recorda Michel Cahen, Gilberto Freyre estava de fato tocando na diferença entre uma simples “organização” de estados e uma comunidade ou uma federação de estados, parte da teoria que foi propositadamente ignorada. Esse “esquecimento” não se deu porque a proposta Lusotropicalista da formação de uma federação dos países de língua portuguesa fosse por si só ilógica, mas sim porque não deixou de levantar desconfianças no regime português (CAHEN, 1997). Além disso, outros elementos do conjunto luso-tropical proposto por Freyre também foram suprimidos, tais como:

[...] a valorização da mestiçagem e dos diferentes contributos culturais (africanos, ameríndios, orientais, etc.) para a civilização comum, luso-tropical;  
– a noção de que a unidade de sentimento e de cultura entre Portugal, o Brasil,

a África e a Índia “portuguesas” se sobreponha às questões de soberania nacional; – e que a comunidade luso-tropical podia ser uma entidade transnacional, uma federação cultural com lugar para mais de dois Estados. Contra os interesses do Estado Novo e do colonialismo português, Freyre defende que, no mundo que o português criou, as afinidades afetivas e culturais ultrapassavam as fronteiras políticas. (CASTELO, 2011, p. 115).

Desta forma, a versão adaptada do Lusotropicalismo de Gilberto Freyre transformou-se em uma importante ferramenta de mistificação do império português<sup>162</sup>. Entretanto, segundo Cláudia Castelo, embora as teorias elaboradas por Freyre tenham progressivamente adentrado no imaginário nacional, contribuindo para a construção da hiperidentidade portuguesa, essa Comunidade Luso-tropical de que fala Gilberto Freyre nunca deixou de ser um mito e uma aspiração. (CASTELO, 1998). Além disso, para Luís Reis Torgal, “[...] o multirracismo foi, na verdade, o grande mito da política colonial ou ultramarina portuguesa. [...]” (TORRAL, 2009, p. 493).

Todas essas questões são primordiais para a análise de *Portugal e o Futuro* pois, conforme buscamos demonstrar anteriormente, os documentos que consistiram na base da obra já existiam desde 1961, contexto em que as teses luso-tropicais de Gilberto Freyre circulavam amplamente por Portugal. Além disso, inúmeros intelectuais e políticos também partilhavam de pensamentos semelhantes sobre o colonialismo português<sup>163</sup>. O que *Portugal e o Futuro* demonstra, sobretudo devido à forma como o autor expressa as suas ideias, é o fato incontroverso de que o Lusotropicalismo não se limitou à esfera de influência das questões políticas, passando gradativamente a influenciar também as mentalidades.

Segundo Leonard Yves, a polissemia e a indeterminação da própria teoria de Freyre teriam propiciado que a mesma passasse por apropriações, “[...] desvios, mudanças e deformações que nem o regime salazarista, nem, talvez, até mesmo Gilberto Freyre, tinham previsto. [...]” (YVES, 1997, p. 225, tradução nossa).<sup>164</sup> A título de exemplo dessa polissemia da teoria Luso-tropical, podemos mencionar o texto publicado em 1953 por

---

<sup>162</sup> Paralelamente à instrumentalização do Lusotropicalismo pela retórica colonial portuguesa, houve a penetração deste no meio acadêmico e científico português, em especial nos setores ligados à formação dos quadros da administração ultramarina, a fim de inculcar nos portugueses a ideia da benignidade da colonização, processo no qual a propaganda foi fundamental. A partir de 1961, com o início do conflito colonial e a chegada de Adriano Moreira ao Ministério do Ultramar, foi promulgado um pacote de medidas legislativas reformistas inspiradas no Lusotropicalismo e o processo de apropriação das teorias de Freyre foi “radicalizado”, a fim de moldar o comportamento dos agentes coloniais no ideário luso-tropical. (CASTELO, 2010).

<sup>163</sup> Embora tenha sido Gilberto Freyre quem de fato se debruçou sobre o ‘modo português de estar no mundo’ havia intelectuais como Roger Bastide, Toynbee e outros que, na década de 1960, possuíam pensamentos semelhantes ao Lusotropicalismo de Freyre.

<sup>164</sup> No original “des déformations que ni le régime salazariste, ni même, peut-être, Gilberto Freyre, n’avaient envisagés.” (YVES, 1997, p.225).

Freyre, *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*, que tinha como base a experiência do autor pelos territórios portugueses e que carrega consigo uma série de contradições e ambiguidades as quais, aos nossos olhos, tornam-se de difícil compreensão, em vista que

[...] O mesmo texto que exalta a benignidade da colonização portuguesa na África e parece legitimar o regime colonial português no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial coloca a comunidade lusotropical (comunidade de sentimento e de cultura) acima dos estreitos nacionalismos, encarando a soberania portuguesa sobre as colônias como dispensável e transitória. A comunidade lusotropical – transnacional ou supranacional – existia independentemente do império português. [...] (CASTELO, 2010, p. 29).

Nesse sentido, a interpretação de António de Spínola da teoria Freyreana aproximava-se dos escritos de Freyre, ao propor uma comunidade entre os países de língua portuguesa, e acabava por consequência afastando-se da interpretação elaborada pelo regime Salazarista/Marcelista, que propositadamente esqueceu a parte da obra de Freyre que remetia à construção de uma federação cultural. Assim como Carlos Lacerda pontuou no prefácio da edição brasileira de *Portugal e o Futuro*, a proposta apresentada pelo General constituía-se em “[...] Uma versão nova da Comunidade Britânica, à moda portuguesa, aprendida também a lição do general De Gaulle e do seu “referendo” na África.” (LACERDA, 1974, p. 7).

Como vimos, António de Spínola rejeita o ideário colonial salazarista, preconizado no Acto Colonial de 1930, e “abraça” o Lusotropicalismo Freyreano, como ideário capaz de salvaguardar a permanência portuguesa no continente africano, impedindo Portugal de

[...] suicidar-se diante do mundo, depois de abrir as veias para deixar correr o sangue de sua juventude, perder todas as oportunidades de se afirmar perante o mundo com o seu verdadeiro valor, que não é apenas a glória do passado, mas o potencial de futuro que carrega dentro de si, parte indispensável de uma comunidade de fala e de cultura portuguesa, de uma cultura caracterizada pela tolerância, pela convivência das raças, por certas qualidades que constituem a sua grande contribuição ao mundo – a contribuição que ele deu ao Brasil? (LACERDA, 1974, p. 8)

Diante disso, segundo Lacerda, a obra seria de grande interesse aos brasileiros por um motivo simples. Tal motivo, nas palavras do mesmo, seria a obra tratar de uma federação, que poderia ser, “[...] o começo de uma confederação dos povos de fala portuguesa, em cinco continentes plantados e caracterizados por certo tipo de cultura que tem na mestiçagem racial e cultural sua primeira e principal contribuição ao mundo. [...]” (LACERDA, 1974, p. 11). Lacerda prossegue: “[...] Ao Brasil cabe levar por diante esta

idéia, perante o mundo. Por quê? Exatamente porque ele, que é a maior prova dessa vocação, será também o maior beneficiário dela. (LACERDA, 1974, p. 11).

#### 4.2.2 A recepção de *Portugal e o Futuro* e o exílio no Brasil.

No dia em que embarquei, em Lisboa, recebi este livro. Exatamente uma semana antes o Primeiro Ministro Marcello Caetano rejeitara, em discurso, a idéia de transformar Portugal numa Federação intercontinental. Já pensara nisso, há muito tempo, mas hoje a conjuntura é outra, disse ele.

Voando sobre o estreito Atlântico Sul, que coloca tão perto do Brasil as lutas na África, li este livro. Desembarquei no Rio convencido de que, mais uma vez, uma idéia vai mudar o curso da História. (LACERDA, 1974, p. 5).

Estas são as palavras escolhidas por Carlos Lacerda<sup>165</sup> para iniciar o prefácio escrito por ele, em 31 de março de 1974, para a obra *Portugal e o Futuro: Análise da Conjuntura Nacional*. Nas palavras do jornalista: “Por tudo o que diz e pelo que sugere, este é um livro fácil de ler mas difícil de esquecer. Pois, além de mudar o rumo de um grande povo, numa hora decisiva, ele pode atualizar noções que andam um tanto confusas [...]” (LACERDA, 1974, p. 12). Carlos Lacerda estava em Lisboa quando a obra do General Spínola fora publicada e, segundo Manuel Carvalho, teria dado “[...] um máximo de quatro meses de sobrevivência ao Governo de Marcello Caetano. Errou por excesso” [...] (CARVALHO, 2014).

Desde o início de 1974 já circulavam em Portugal rumores sobre a intenção de Spínola de publicar um livro<sup>166</sup>. Entretanto, apenas dois dias antes da publicação Caetano teria finalmente começado a ler a obra do General, não restando dúvidas sobre as intenções da publicação: “[...] ao fechar o livro tinha compreendido que o golpe de Estado militar, cuja marcha eu pressentia há meses: era agora inevitável.” (CAETANO, 1974, p. 192). Caetano convoca para a manhã do dia 22 uma reunião com Spínola e seu superior

<sup>165</sup> Carlos Lacerda (1914-1977) foi um jornalista e político brasileiro membro da União Democrática Nacional (UDN). Foi vereador em 1947, deputado federal entre 1955 e 1960 e governador do estado da Guanabara entre 1960 e 1965. Fundou, em 1949, o jornal *Tribuna da Imprensa* e, em 1965, a editora Nova Fronteira. Em 1964, foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo de Portugal. Em 1968, teve os seus direitos políticos cassados pela ditadura militar.

<sup>166</sup> Em sua obra *Depoimento*, Caetano relatou só ter tido contato com *Portugal e o Futuro* no dia 18 de fevereiro: “[...] Não pude lê-lo nesse dia, nem no seguinte [...] E só no dia 20, consegui, passadas já as onze da noite, encetar a leitura [...]” (CAETANO, 1974, p. 192). Entretanto, segundo Zélia de Oliveira, esta teria sido a versão que Caetano quis deixar para a história, pois já teria conhecimento da obra, tendo acusado demitir-se caso Spínola a publicasse. (OLIVEIRA, 2012).

direto, Costa Gomes<sup>167</sup>. Nessa reunião, os generais teriam reafirmado a sua fidelidade ao governo e, assim, contando com uma ampla campanha publicitária<sup>168</sup> orquestrada dentro do maior sigilo, *Portugal e o Futuro* chega às bancas naquele mesmo dia.

A publicação de *Portugal e o Futuro* instaurou um verdadeiro caos no Marcellismo. Segundo Caetano, “[...] A publicação do livro, vinda de onde viera, era grave em si: mas ainda se tornava mais grave pela ocasião em que ocorria, a dar uma doutrina e a emprestar uma bandeira ao chamado movimento dos capitães [...]” (CAETANO, 1974, p. 194). A repercussão da publicação fez o Presidente do Conselho considerar impossível continuar a governar<sup>169</sup>. Em vista disso fez um “convite”, no dia 13 de março, aos generais Spínola e Costa Gomes, para que comparecessem a uma audiência que deveria ocorrer no dia 14, deixando claro as consequências do não comparecimento<sup>170</sup>. Porém, para a surpresa de Caetano, nenhum dos dois generais compareceu à audiência, fato que culminou na exoneração dos generais, no dia 15 de março.

Logo após a exoneração dos generais, nota-se nos quartéis uma considerável e anormal movimentação. Àquela altura Caetano ainda não sabia, mas havia dado o arranque para a consolidação das conspirações que vinham ocorrendo desde meados de 1973. Não tardou até Caetano receber um telefonema urgente: tinha início o Golpe das Caldas<sup>171</sup>. No dia 16 de março de 1974, um grupo de oficiais do Regimento de Infantaria 5 das Caldas da Rainha leva a cabo uma tentativa de golpe de Estado que, apesar de não

---

<sup>167</sup> Em suas memórias, Marcello Caetano detalha a conversa tida com os generais. \* Ver *Depoimento*, p. 193.

<sup>168</sup> Apesar das constantes visitas da PIDE às livrarias, a campanha foi um sucesso e a obra rapidamente esgotou a tiragem inicial (50 mil cópias), vendendo em um curto espaço de tempo 220 mil cópias, tornando-se um *best-seller* que ultrapassou as fronteiras lusas. Segundo Oliveira: “[...] Temendo que o governo não autorizasse a publicação, os 50 mil exemplares do livro começaram a ser compostos em várias tipografias, havendo ainda um exemplar datilografado em França e preparado para ser editado. [...]” (OLIVEIRA, 2012, p.6-7). Além disso, exemplares foram enviados através de uma pessoa de confiança para Moçambique e Angola. A obra chegou a ter edições publicadas em Alemão.

<sup>169</sup> Para Caetano, “[...] O manifesto lançado, sob o nome de Spínola, pelo estado Maior General, traduzia a intenção de um golpe de Estado [...]” (CAETANO, 1974, p.193). Diante disso, era necessário que cada um assumisse as suas responsabilidades na crise que se aproximava, não cabendo a ele renunciar. Na verdade, nem os generais reivindicam o poder e nem o Presidente da República aceitou a demissão de Caetano.

<sup>170</sup> O evento que ficaria conhecido como “cerimônia da brigada do reumático” tinha como objetivo que Spínola e Costa Gomes, na presença do Presidente do Conselho e de todos os oficiais generais em serviço na metrópole, afirmassem que as forças armadas não tinham política própria. (CAETANO, 1974).

<sup>171</sup> Segundo Francisco Ruivo, “O golpe falhado de 16 de Março é considerado por vários autores como uma tentativa dos spinolistas se apropriarem da liderança do Movimento. Para Sánchez Cervelló, tendo Spínola e os seus fiéis como preocupação fundamental o Ultramar, o golpe das Caldas justifica-se por o Movimento não ter ainda um Programa definitivo, o que permitiria a Spínola impor as suas soluções federalistas. Spínola sustenta o oposto, ou seja, que o 16 de Março não foi mais do que a tentativa de afastar os oficiais da sua confiança.” (RUIVO, 2013, p.89). Spínola expõe a sua visão sobre o Golpe das Caldas em sua obra de 1978, *País sem Rumo* nas páginas 100-102).

ter obtido sucesso, serviu para medir as forças do governo e o despreparo das mesmas para reagir diante de um golpe. Agora sim, Caetano sabia que os dias do regime estavam contados.

O fracasso da tentativa de golpe, ao invés de desestimular os membros do MFA, acabou ensinando-lhes importantes lições e fortalecendo ainda mais as suas forças. Um novo golpe foi planejado e posto em prática. Às 00h do dia 25 de Abril, tinha início o evento que mudaria os rumos da história portuguesa e faria o mundo assistir, em menos de vinte e quatro horas, ao derrube da mais antiga ditadura europeia contemporânea<sup>172</sup>.

Diante dos acontecimentos, Marcello Caetano dirige-se ao quartel do Carmo, onde é cercado e concorda em render-se, desde que a “transferência de poder” fosse para uma figura de conhecida autoridade, responsabilidade e, sobretudo, legitimidade, para que o “poder não caísse na rua”. A figura escolhida por Caetano acaba por ser o General António de Spínola<sup>173</sup> (REZOLA, 2005). De modo geral, a transmissão de poderes aconteceu de forma tranquila. Não cabia mais a Caetano resistir e ele sequer possuía condições para tal. Marcello Caetano tenta implicar à transição de poder um caráter de “transferência de poder”, estabelecendo dessa forma uma aura de continuidade.

Bastou apenas um dia para que, praticamente sem resistências, um golpe militar empreendido por oficiais intermédios derrubasse a longuíssima ditadura que suprimia Portugal há mais de 40 anos. Conforme ressaltou Kenneth Maxwell: “É preciso oponentes para fazer uma revolução sangrenta, mas em 25 de abril de 1974 a vontade de resistir a um golpe não existia. [...]” (MAXWELL, 2006, p. 90).

Agora Presidente da JSN (Junta de Salvação Nacional), Spínola mantém os eixos estratégicos do seu pensamento e projeto político, apenas adaptando-os à nova realidade, mas conservando o essencial no tratante à questão colonial, tendo como base fulcral as teses expostas em *Portugal e o Futuro*. A partir disso, o que se verifica são tentativas constantes de Spínola e de seus apoiadores de ultrapassar e substituir o programa do

---

<sup>172</sup> Para uma análise detalhada dos acontecimentos do dia 25, ver: REZOLA, Maria Inácia. **António de Spínola**. Grandes Protagonistas da História de Portugal. Editora Planeta DeAgostini, S.A., Lisboa, 2005. Sobre as múltiplas interpretações do 25 de Abril, ver: MAXWELL, K. **O império derrotado: revolução e democracia em Portugal**. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2006.

<sup>173</sup> Inicialmente, o escolhido dos militares para comandar o movimento era Costa Gomes. Porém, *Portugal e o Futuro* acaba catapultando Spínola para o poder, atribuindo-lhe a legitimidade necessária para tal. Tal legitimidade seria reforçada por Caetano quando este telefona diretamente para Spínola. Ao receber o telefonema de Caetano, o General apressa-se em garantir não possuir ligações com a direção do golpe, mas encontrava-se disposto a auxiliar na busca de soluções. Às 17h, Spínola recebe outro importante telefonema, dessa vez do comando do movimento, autorizando-o a aceitar a rendição de Caetano. (REZOLA, 2005).



MFA<sup>174</sup> pelas teses expostas em *Portugal e o Futuro*. Estava dada a largada nas divergências entre António de Spínola e o MFA<sup>175</sup>.

Spínola logo começa a defender que a missão do MFA já estava concluída e que estes deveriam retornar para os quartéis, deixando que ele o Presidente da República<sup>176</sup> conduzissem o processo político daquele momento em diante. Internamente, o primeiro mês após o 25 de abril é marcado pelas sucessivas tentativas de Spínola em tomar uma posição sobre a descolonização.<sup>177</sup> Enquanto isso, internacionalmente

[...] os correspondentes estrangeiros e diplomatas decifravam laboriosamente a sintaxe barroca de *Portugal e o Futuro* em busca de alguma pista para o que poderia acontecer a seguir em Lisboa, o programa do movimento era pouco debatido, apesar do fato de logo ser promulgado como a Constituição provisória da república portuguesa. Esse foi um grave erro de avaliação, particularmente por parte dos aliados de Portugal na Otan. *Portugal e o Futuro* foi importante porque impeliu Spínola para a posição de liderança e notoriedade internacional. Mas teve muito menos valor como indicador do pensamento entre os que realmente haviam executado o golpe. (MAXWELL, 2006, p. 98).

Além das ingerências do MFA, havia outra questão com a qual o novo Presidente rapidamente precisou preocupar-se. Para o espanto de Spínola, os temores de Caetano mostravam-se legítimos, obrigando o General a lidar com uma explosão social que destruiu a imagem de que a nação portuguesa era uma nação pacífica e apolítica<sup>178</sup>. A

---

<sup>174</sup> O programa do MFA previa a constituição de uma Junta de Salvação Nacional que deveria salvaguardar o programa até a formação de um governo provisório civil. Na noite do dia 25, em reunião com a JSN, Spínola aceita as exigências da mesma, porém convence os militares a aceitarem a alteração de alguns trechos do programa, para amenizar o caráter “comunista”, assim como o tocante à descolonização. Na madrugada do dia 26, Spínola faz uma proclamação ao país, lê o programa do MFA e proclama o seu compromisso em garantir a sobrevivência da Nação no seu todo pluricontinental, o que muitos consideraram uma tentativa de ultrapassar o MFA. Ver a obra *País sem Rumo*, que contém todos os discursos de Spínola, as principais leis assinadas por ele, assim como o próprio programa do MFA.

<sup>175</sup> A desconfiança de que Spínola pretendia colocar em prática as teses expostas em *Portugal e o Futuro* fez com que o MFA mantivesse a estrutura da conspiração e criasse a Comissão Coordenadora, com intuito de salvaguardar o seu programa. Isso levaria Spínola a afirmar que a JSN, e conseqüentemente ele, nunca possuíam o poder de fato devido às ingerências da Comissão Coordenadora.

<sup>176</sup> Em 15 de maio de 1974, Spínola toma posse como Presidente da República. Seu mandato foi marcado pela fidelidade ao seu projeto político que, segundo Rezola, “[...] passava por uma solução federativa de tipo referendário para o problema colonial e uma transição política ‘musculada’, de cunho presidencialista, sem sobressaltos no domínio económico-social. [...]” (REZOLA, 2005, p.114-115).

<sup>177</sup> Enquanto o MFA preconizava uma descolonização imediata, Spínola tentava impor estratégias semelhantes às que haviam sido postas em prática por ele na Guiné-Bissau.

<sup>178</sup> A agitação popular torna-se evidente já no 25 de Abril quando, contrariando o apelo dos militares para que as pessoas permanecessem em suas casas, uma multidão tomou conta das ruas. Com o desenrolar da situação, o governo buscou fazer acordos, não alcançando grandes resultados. O presidente manifesta-se, alegando não ser contra a revolução em Portugal, inclusive a grande revolução já estaria feita, mas o caos não poderia continuar. Além disso, a crescente aproximação entre o MFA e os movimentos sociais acaba aumentando a legitimidade destes para questionar e dificultar as movimentações do Presidente, o qual, diante da incapacidade de controlar o poder, mostra-se cada vez mais isolado com seu projeto. Sobre a relação estabelecida entre as movimentações sociais e a Presidência de Spínola ver: RUIVO, Francisco.

agravante da situação residia na capacidade ou na incapacidade do novo governo em conduzir, controlar ou reprimir a revolução. Diante disso, não restam dúvidas sobre a existência de uma correspondência entre a dinâmica popular e o fracasso de Spínola. Além disso, as ingerências do MFA na Presidência da República eram constantes,<sup>179</sup> tornando-se cada vez mais um bloqueio decisivo não apenas ao projeto interno de Spínola como também no tocante à descolonização. A falência do primeiro era inevitavelmente a falência do segundo.

Para António Costa Pinto, “[...] mesmo com uma transição metropolitana com menos crises, seria duvidoso que Portugal tivesse poder para emular o modelo francês, nos anos 70 e após uma guerra prolongada, conforme os desejos de Spínola, pelo menos em Angola, em Moçambique e na Guiné.” (PINTO, 2001, p. 88).<sup>180</sup> Vendo-se sucessivamente derrotado interna e externamente, em uma derradeira tentativa de se impor e de reforçar internamente a sua posição, António de Spínola convoca a 28 de setembro a “Maioria Silenciosa” a manifestar-se a favor do governo<sup>181</sup>. A manifestação

---

**Spinolismo:** Viragem Política e Movimentos Sociais. 2013, Tese de doutoramento em História Contemporânea, 2013, Universidade de Lisboa, Lisboa.

<sup>179</sup> Em 24 de Julho ocorre o ápice do descompasso entre as decisões tomadas pelo MFA e a Presidência da República. Tratava-se da publicação, sem a assinatura ou sequer conhecimento do Presidente, de uma lei que previa o reconhecimento da independência dos territórios ultramarinos, a Lei 6/74, que acaba sendo revogada. O ocorrido era apenas um prenúncio do que estava por vir. No dia 27 de julho é promulgada a lei 7/74, dessa vez com a assinatura de Spínola, que reconhecia o direito dos povos à autodeterminação. Portugal também se compromete a reconhecer a independência da Guiné, em 10 de setembro. Embora a lei representasse uma grande derrota para Spínola, o General ainda pretendia conduzir o processo de descolonização. A lei que visava acelerar a descolonização acaba gerando grandes convulsões em Angola e Moçambique, entre os colonos brancos favoráveis à federação de Spínola e os demais colonos eufóricos com a promulgação da lei. A ingerência do MFA se faz presente também nas colônias, com a recusa em continuar a guerra e o cessar-fogo sendo combinado em vários lugares. Ainda em finais de abril, Spínola envia homens de sua confiança às colônias a fim de investigarem a situação e criar condições de pôr em prática as suas teses, assim como criar movimentos que pudessem competir com o MFA e com os movimentos locais. (RUIVO, 2013)

<sup>180</sup> Na Guiné, o PAIGC exigia a independência como garantia para dar início às negociações. Em 16 de maio, Mário Soares encontra-se com a delegação guineense e com o Presidente do Senegal, Léopold Senghor, a fim de se discutir a situação na Guiné. Nesse encontro, marca-se uma nova reunião para o dia 25 de maio, em Londres. Entretanto, as negociações redundaram em um impasse. Em Moçambique, a FRELIMO exigia, além do cessar-fogo, a transferência de poderes. Em 5 de junho, têm início as negociações de Lusaka, que resultam no acordo de Lusaka, assinado no dia 7 e ratificado no dia 11. Os olhos de Spínola voltavam-se para Angola. No dia 15 de setembro, ocorre o encontro de Spínola com o presidente do Zaire, Modibo Keita, a fim de discutir a construção de uma federação. Porém, o resultado das conversações não foi o esperado e o controle escapa novamente das mãos do General. Sobre o processo de descolonização, ver BIRMINGHAM, David. *The decolonization of Africa. Introduction of History*. Londres, UCL Press, 1995.

<sup>181</sup> No discurso de Spínola do dia 29 de maio de 1974, a visão do novo Presidente em relação aos movimentos sociais fica evidente: “Eis a primeira grande opção que o Povo Português tem de fazer: a liberdade democrática ou o anarquismo, aquele anarquismo que em todos os tempos foi o cancro demolidor das sociedades democráticas [...]” (SPÍNOLA, 1978, p.54). Deste modo, as movimentações, para o General, não representavam o espírito português (maioria silenciosa), mas sim uma minoria revoltosa que, se preciso, seria reprimida com violência, a fim de preservar a pureza dos princípios democráticos. (SPÍNOLA, 1978).

ocorre. Entretanto, diferente do que Spínola pensava, a “maioria silenciosa” não era a maioria ou sequer representava a maioria, sendo rapidamente reprimidos pelo MFA.

Diante da falta de apoio e da demissão eminente, António de Spínola adianta-se e renúncia ao cargo de presidente da república no dia 30 de setembro de 1974<sup>182</sup>. Conforme ressalta Mária Inácia Rezola “[...] O homem que meses antes se comprometera a servir o País com a mesma isenta devoção com que sempre o servira como soldado revelava assim que não pretendia transformar-se num presidente decorativo.” (REZOLA, 2005, p. 126).<sup>183</sup> Em seu discurso de renúncia na dramática sessão do Conselho de Estado, pouco antes das 11 horas da manhã, Spínola apenas repetiu o que vinha dizendo há pelo menos cinco meses. Para o General, o 25 de Abril na sua “pureza original” contida no “verdadeiro espírito” do programa do MFA nunca se cumpriu, foi uma “revolução traída” que encaminhava a nação à ruína.

Após a renúncia à Presidência da República, embora não tenha se mantido ocioso em nenhum momento, António de Spínola mantém uma posição discreta, recebendo em sua residência regularmente a visita de apoiadores dos meios político e militar, que incluíam desde membros do PPD (Partido Popular Democrático) e do CDS (Partido do Centro Democrático Social) a membros do PS (Partido Socialista). Segundo Mária Inácia Rezola, o afastamento de Spínola foi mais aparente do que real “[...] e o próprio Spínola terá confidenciado ter aprendido mais de política entre Outubro e Dezembro de 1974 que em toda a sua vida militar.” (REZOLA, 2005, p. 131). As movimentações dos chamados “Spinolistas” procuravam explorar os descontentamentos internos ao MFA com o objetivo de fragilizar o movimento, extinguir a sua Comissão Coordenadora e reconduzir Spínola à Presidência da República, a fim de condicionar o processo de descolonização bem como as movimentações em Portugal. (NORONHA, 2016).

Em finais de 1974, as movimentações “Spinolistas” se intensificam. Entretanto, não há como afirmar com certeza se a intenção destes e de Spínola era efetivamente concorrer às eleições. Além disso, segundo Rezola, a psicose golpista era evidente, restando apenas saber qual seria o lado a dar o primeiro passo: “[...] Certo é que, a partir de meados de Fevereiro, os acontecimentos se precipitam num processo muito pouco claro que ultrapassa o próprio “núcleo duro” dos fiéis do general. [...]” (REZOLA, 2005, p. 133).

---

<sup>182</sup> Após a renúncia de Spínola, a JSN nomeia Costa Gomes como novo Presidente da República.

<sup>183</sup> Discurso de renúncia de António de Spínola à Presidência da República, gravado e veiculado pela RTP: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/renuncia-de-antonio-de-spinola/>

Nos primeiros dias de março, Spínola é informado que o COPCON (Comando Operacional do Continente) e o LUAR (Liga de Unidade e Ação Revolucionária) pretendiam aprisionar ou liquidar cerca de 500 militares e 1000 civis apoiantes do General, em uma operação agendada para o dia 12 de março, intitulada “Matança da Páscoa”. Embora essa informação tenha sido o principal detonador dos acontecimentos subsequentes, sendo passada para o General por elementos de extrema direita e pelos serviços secretos franceses e espanhóis, desconhece-se a origem e veracidade do documento. Apesar disso, a informação foi tida como credível e, após uma reunião convocada às pressas, Spínola consente que se entre em ação, em uma tentativa de se antecipar e, através de um golpe militar, impedir a matança.

Apenas na noite do dia 10 Spínola teria percebido a fragilidade do plano orquestrado. Entretanto, era tarde para voltar atrás e a tentativa de golpe empreendida no dia 11 de março de 1975<sup>184</sup> foi um fracasso. Às 15 horas, Spínola admite o malogro da operação e os eventos desse dia marcam o início do exílio do General, bem como o seu afastamento da esfera de poder<sup>185</sup>. Conforme aponta Rezola: “[...] Ainda hoje são muitos os que continuam a ter dificuldade em entender como foi possível que um homem com a experiência operacional de Spínola tivesse apoiado este plano.” (REZOLA, 2005, p. 136).

No final do dia 11 de março, acompanhado da esposa e de 17 oficiais, Spínola deixa o país em um exílio errante e pouco glorioso, tendo inclusive o seu desembarque no Brasil negado em 14 de março.<sup>186</sup> O ocorrido obrigou o General a dirigir-se a Buenos Aires, onde resolve as formalidades necessárias para que, finalmente, na noite de 15 de março desembarcasse em São Paulo (RODRIGUES, 2014). No dia 19 de março, deslocou-se para o Rio de Janeiro e instala-se no Hotel Apa, em Copacabana, epicentro da concentração dos exilados portugueses pós-25 de Abril e o primeiro destino almejado pelo General.

---

<sup>184</sup> Na manhã do dia 11 de março de 1975, o quartel do Regimento de Artilharia Ligeira n.º 1 (RAL 1, na zona da Encarnação, em Lisboa), foi atacado por efetivos provenientes da Base Aérea 3 (BA 3, em Tancos), em uma operação militar cujo epicentro era o general António Spínola. Para uma descrição detalhada dos eventos ocorridos no dia 11 de março, ver REZOLA, Maria Inácia. **António de Spínola**. Grandes Protagonistas da História de Portugal. Editora Planeta DeAgostini, S.A., Lisboa, 2005, p.137-139.

<sup>185</sup> Em 25 de março de 1975, Spínola é expulso pelo conselho da revolução das fileiras das forças armadas.

<sup>186</sup> Sua fuga de helicóptero no final do dia 11 de março, de Tancos para a base aérea espanhola de Talavera la Real, perto de Badajoz, criou um problema diplomático que as autoridades de Madrid se apressaram em resolver, enviando o General para o Brasil sem comunicar às autoridades brasileiras. Em repúdio à atitude espanhola, o desembarque do General no Brasil não é autorizado, obrigando-o a voar com seu staff para Buenos Aires, onde o Governo argentino lhe concede asilo durante um “período de trânsito”. Durante o período de trânsito, Augusto Pinochet oferece asilo ao general. Entretanto, no final do dia 15, Spínola recebe de Brasília o estatuto de exilado. Sua entrada é autorizada mediante a assinatura de uma declaração de renúncia a atividades políticas no território brasileiro.

Ao chegar no Rio de Janeiro, atendendo ao compromisso estabelecido com o governo brasileiro de não efetuar declarações públicas, Spínola praticamente não responde às perguntas dos jornalistas. Entretanto, segundo Luís Nuno Rodrigues, “[...] Carlos Lacerda, o jornalista e antigo governador da Guanabara, responsável pela publicação de *Portugal e o Futuro* no Brasil, tinha recebido Spínola e afirmara já ao *Jornal da Tarde* que o general estava ‘decidido a continuar a luta’. [...]” (RODRIGUES, 2014, p. 73).

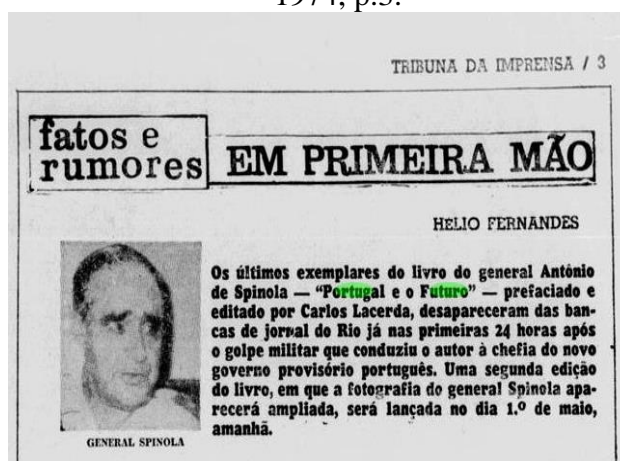
A edição brasileira de *Portugal e o Futuro* prefaciada por Carlos Lacerda e publicada pela sua editora, a Editora Nova Fronteira, chegou às bancas em 11 de abril de 1974, pouco mais de 40 dias após a sua publicação em Portugal e apenas 14 dias antes do 25 de Abril.

Figura 6: Capa da primeira edição de *Portugal e o Futuro*, pela editora Nova Fronteira.



Fonte: Arquivo pessoal.

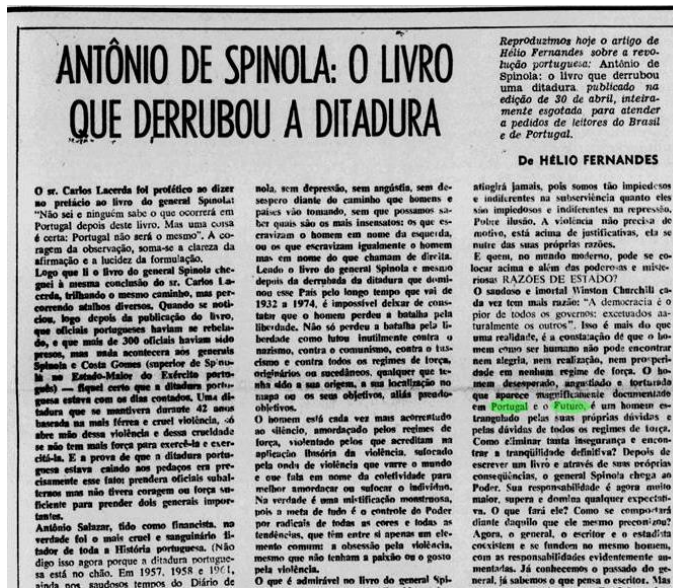
Figura 7: Nota escrita por Helio Fernandes sobre a publicação da edição brasileira de *Portugal e o Futuro*, no jornal *Tribuna da Imprensa*. 30 abril de 1974, p.3.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

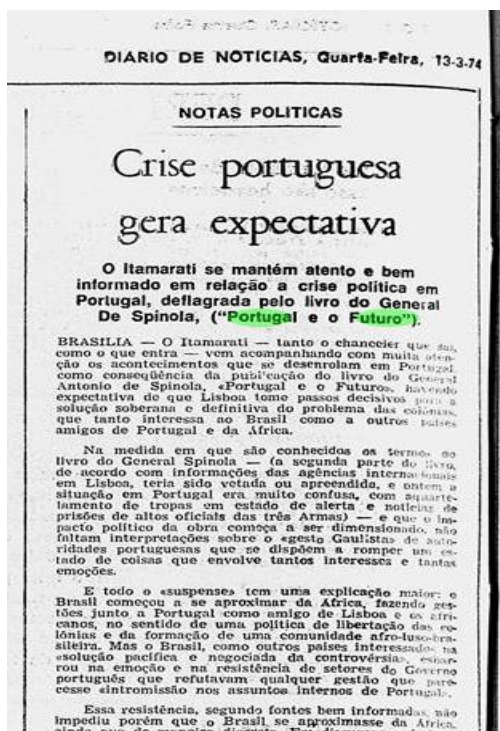
Assim como a edição portuguesa, a publicação da edição brasileira da obra de Spínola não passou despercebida, contando com ampla cobertura da imprensa, antes e depois de 25 de Abril. Após o 25 de Abril, a edição de *Portugal e o Futuro* da editora Nova Fronteira esgota-se. Antes mesmo da publicação no Brasil, a obra já havia sido censurada em Portugal e, conseqüentemente, nos territórios ultramarinos. O desenrolar da revolução apenas instigou os mistérios que cercavam o “livro que derrubou a ditadura”.

Figura 8: Manchete do Jornal Tribuna da Imprensa, 7 de maio de 1974, p. 12.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

Figura 9: Nota sobre a crise portuguesa e a publicação de *Portugal e o Futuro*. Diário de Notícias, em 13 de março de 1974. p. 4.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

Figura 10: Nota sobre a publicação e conteúdo de *Portugal e o Futuro*. Correio da Manhã, 21 de março de 1974, p.5.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

Na altura em que se sucedeu a publicação de *Portugal e o Futuro*, assim como o 25 de Abril e a renúncia de Spínola, Carlos Lacerda se encontrava com os seus direitos políticos cassados. Entretanto, nada o impedia de escrever sobre Portugal. Deste modo, Lacerda reaparece na imprensa brasileira como um dos principais intérpretes da Revolução dos Cravos. Exemplo disso é o artigo escrito por Lacerda e publicado na Revista Manchete, em 11 de maio de 1974, no qual a Revolução dos Cravos é chamada de “A revolução de Spínola”.

Figura 11: Um novo Portugal. Revista Manchete, 11 maio de 1974, p.3.



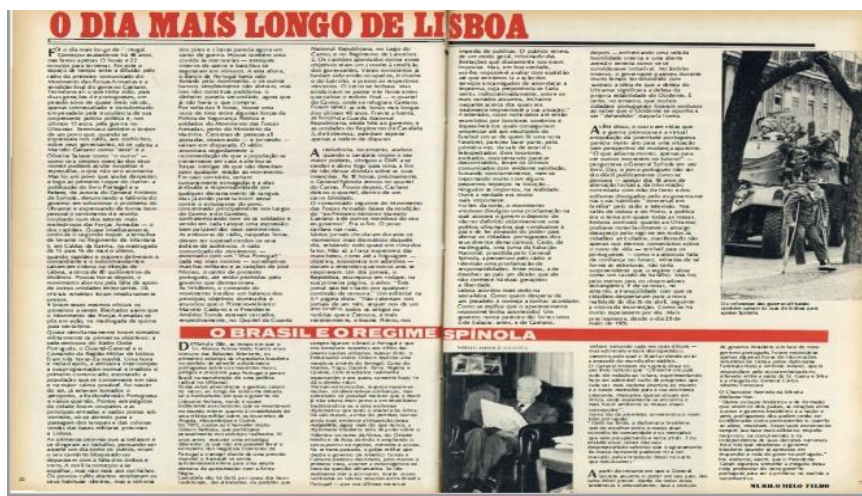
Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

Figura 12: Revista *Manchete*, 11 de maio de 1974, p.11.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

FIGURA 13 - O Brasil e o Regime de Spínola. Revista *Manchete*, 11 de maio de 1974, p.12.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

Carlos Lacerda escreve o prefácio de *Portugal e o Futuro* em 31 de março de 1974, entre o Golpe das Caldas e o 25 de Abril e inclusive ressalta que, apesar da publicação, “[...] o Autor não foi preso – pelo menos até a impressão destas linhas – nem exilado, nem mesmo morto em acidente; nem lhe atribuíram, até agora, vícios nefandos ou crimes hediondos. [...]” (LACERDA, 1974, p. 9). Ao escrever o prefácio, o jornalista não tinha como antever que se tornaria o grande aliado e conselheiro de Spínola ao longo do seu exílio no Brasil, fornecendo-lhe uma fonte de financiamento, assim como uma luxuosa vivenda que possuía nas montanhas em Teresópolis, no Rio de Janeiro (RODRIGUES, 2014).

Logo após estar devidamente instalado no Brasil, Spínola dá continuidade às suas atividades políticas. Aos finais de semana, reunia-se regularmente em uma propriedade de Carlos Lacerda em Petrópolis, além do jornalista, com Luís Forjaz Trigueiros (primo de Lacerda, jornalista militante durante o Estado Novo e diretor da editora Bertrand até 1974), Adolpho Bloch (criador da revista *Manchete*), entre outros. Em suas declarações, Lacerda dava a entender que a oposição portuguesa esperava alguém capaz de coordenar a sua ação e que essa seria a missão de Spínola.

Em 26 de março de 1975, António de Spínola decidiu escrever uma carta ao presidente brasileiro Ernesto Geisel, agradecendo pela hospitalidade que lhe foi concedida e justificando as motivações que teriam levado aos acontecimentos de 11 de março. Entretanto, Spínola nunca obteve resposta ou sequer conseguiu falar diretamente com Geisel. Diante da “falta de apoio” das autoridades brasileiras, o ex-General não se



empenha em manter as suas ações em segredo e, contrariando as garantias dadas ao governo brasileiro, mantêm-se politicamente ativo durante toda a sua estadia no Brasil. Spínola concede uma série de entrevistas e desempenha um papel relevante na criação e liderança de um movimento político-militar que visava “salvar” Portugal da “ruína comunista”, o Movimento Democrático para a Libertação.<sup>187</sup>

Em 13 de maio de 1975, António de Spínola comparece a uma reunião com o vice-diretor do Centro de Informação da Marinha do Brasil, na residência do jurista brasileiro Clóvis Ramalheite. Nesse encontro, o General relatou pretender dar cabo a um projeto de características revolucionárias com intuito de derrubar o governo comunista português (RODRIGUES, 2014). Embora a reunião não tenha tido para Spínola o resultado desejado, a sua reclamação de sentir-se no Brasil como um prisioneiro em um cativeiro por ainda não ter um passaporte gerou resultados e, no dia 23 de maio, Spínola tem o seu passaporte emitido. Com o passaporte em mãos, em julho deste ano o General desloca-se à França, dando início a uma série de viagens que faria em busca de apoio.<sup>188</sup>

As movimentações de Spínola o levaram a ser chamado, em 17 de junho de 1975, a comparecer a uma reunião no SNI (Serviço Nacional de Informação), no Rio de Janeiro, onde teve de responder a uma série de perguntas da polícia secreta com intuito de esclarecer a situação lusa, assim como as pretensões de Spínola com a criação do MDLP. Na reunião, que se estendeu das nove às onze da noite, Spínola expõe as suas teses sobre a defesa de Portugal, chegando a afirmar que suspeitava que o país era vítima de “[...] uma estratégia na qual deixar-se-ia Portugal cair no domínio comunista para servir de vacina e anticorpos para o mundo ocidental.” (CARVALHO, 2014). Nessa reunião, o ex-General garantiu não precisar de apoio financeiro do Brasil, apenas de facilidades para o estabelecimento de uma base de treinamento no interior do país, a qual deveria

---

<sup>187</sup> No início de maio de 1975, Spínola recebe, de um grupo de exilados portugueses na Espanha, a proposta de criação de um movimento de resistência sob a sua liderança. Convite que o General aceita de imediato, empenhando-se em sua construção. Inicialmente, o movimento deveria chamar-se “Frente de Salvação Nacional”. Entretanto, Spínola recusa essa denominação e opta pelo conceito de “movimento democrático de libertação” depois de o assunto ter sido “[...]largamente meditado e resolvido com base no conselho do Dr. Carlos Lacerda, homem de excepcional experiência política”. (RODRIGUES, 2014, p.76).

<sup>188</sup> Nessas viagens, Spínola palestrou em diversos lugares: “[...] Na Universidade de Connecticut, profere a conferência *O Declínio do Ocidente*. Discursa depois no prestigiado Council of Foreign Relations. A destruição da democracia em Portugal seria um passo para a destruição da liberdade no Ocidente, insiste. No dia 19, reúne mais de quatro mil pessoas num evento em Newark. Quatro dias depois está no Canadá, falando para 800 pessoas numa sala. A imprensa relata que duas a três mil tinham ficado sem lugar no exterior.” (CARVALHO, 2014).

permanecer ativa durante apenas três meses<sup>189</sup>. A recusa do governo brasileiro em ajudar Spínola foi a primeira de uma série de derrotas que o ex-General ainda sofreria.

O Brasil, mesmo antes do 25 de Abril, já era um dos destinos preferidos dos exilados portugueses. Entretanto, com o início da revolução o número de portugueses que se instalam no território brasileiro cresce exponencialmente, pois parte da elite econômica portuguesa fugindo das “incertezas da revolução” desloca-se para o Brasil. Conforme vimos, com Spínola não foi diferente. Entretanto, o exílio do ex-General no Brasil acabou aumentando o “mal-estar” nas relações bilaterais luso-brasileiras. Além das entrevistas concedidas, Spínola vinha desenvolvendo a partir do território brasileiro todo um conjunto de atividades políticas centralizadas no MDLP e que tinham como intuito uma intervenção em Portugal.

Além de contrariar a declaração assinada por ele como pré-requisito para a sua entrada no Brasil, em que renunciava a qualquer atividade política, as movimentações de Spínola também contrariavam os princípios de não ingerência e de oposição a todas as formas de terrorismo que conduziam a política externa brasileira, comprometendo cada vez mais as relações entre o Brasil e Portugal. Segundo Luís Nuno Rodrigues: “[...] O governo português alertava para o teor das atividades de Spínola e para o grave prejuízo que elas inevitavelmente trariam às relações luso-brasileiras, se acaso a sua continuidade fosse permitida.” (RODRIGUES, 2014, p. 74).

Apesar disso, Spínola não recebe nenhuma “sanção” do governo brasileiro e continua concedendo uma série de entrevistas, fazendo inúmeras viagens em diligências do MDLP, inclusive se encontrava nos EUA quando recebeu notícias sobre o 25 de Novembro de 1975<sup>190</sup>. Além disso, no dia 18 de agosto António de Spínola escreve e envia uma carta aberta ao Presidente de Portugal, Costa Gomes, questionando-lhe “Para onde leva Portugal” e convocando todos os portugueses a se juntarem ao MDLP no caminho para a reconstrução da Pátria<sup>191</sup>.

---

<sup>189</sup> Na reunião, Spínola teria solicitado uma área no interior do país para treinamento de 600 homens exilados no Brasil, ou que viriam de Angola e Portugal, a fim de invadir Portugal e assumir o governo. No dia 23, a solicitação chega até o Presidente Ernesto Geisel, que apenas escreveria em um despacho sem data: “Não podemos e não devemos nos engajar”. Spínola insistiria, afirmando que a sua solicitação não traria “custos” para o Brasil pois, após o treino, as tropas seriam transferidas para algum lugar na Espanha em no máximo seis meses, de onde partiria a ação, provavelmente em dezembro daquele ano. Mas o pedido continuou sendo negado. (CARVALHO, 2014).

<sup>190</sup> Quando recebe notícias do 25 de Novembro, Spínola encontra-se ativo em busca de apoios internacionais ao MDLP, preparando-se para uma ação mais direta no território português. Esta sempre foi uma das intenções de uma facção interna do MDLP, a ação armada a fim de “salvar Portugal”. Entretanto, os acontecimentos de 25 de novembro inviabilizavam a ação do movimento.

<sup>191</sup> Ver SPÍNOLA, António de. Ao serviço de Portugal. Lisboa: Ática/Livraria Bertrand, 1976.p.263-265.

Após o 25 de novembro, a situação internacional de Spínola tornava-se cada vez mais insustentável – inclusive no Brasil – o General chega a ser expulso de Madri pelo governo espanhol.<sup>192</sup> Devido a isso, ao longo dos primeiros meses de 1976 as declarações públicas do ex-General começaram a mudar de tom, tornando-se mais conciliatórias e chegando a afirmar ele nunca ter pretendido invadir Portugal com o MDLP.<sup>193</sup>

A partir de então, o regresso de Spínola a Portugal começa a ser negociado. Entretanto, em 1 de abril de 1976 a caminhada político-militar de Spínola seria atingida por outra bomba: a notícia de que o ex-General pretendia banhar Portugal em um mar de sangue estampava as manchetes dos principais jornais de Portugal. As manchetes repercutiam uma reportagem publicada na Alemanha pelo jornalista alemão Günter Walraff<sup>194</sup>. Spínola desmente as notícias, porém sete dias mais tarde a revista alemã *Stern* publica uma reportagem com fotografias do general em um restaurante com o jornalista. O “escândalo Walraff” termina de comprometer a imagem do ex-General.

Figura 14: Um muro em Campo de Ourique onde se pode ler “Não ao regresso do fascista Spínola”



Fonte: Centro de Documentação 25 de Abril. s.d.

<sup>192</sup> Sobre as mobilizações de Spínola no território brasileiro, ver RODRIGUES, Luís Nuno. **António de Spínola no exílio: a estadia no Brasil. História** (São Paulo) v.33, n.1, p. 66-96, jan./jun. 2014 ISSN 1980-4369. Ver também a reportagem escrita por Manuel Carvalho, em 27 de abril de 2014, para a Revista 2. <https://www.publico.pt/2014/04/27/politica/noticia/quando-spinola-quis-invadir-portugal-com-ajuda-do-brasil-1633441>

<sup>193</sup> Spínola começa a adotar uma postura mais prudente, afastando-se dos membros mais extremistas do MDLP. A partir de 16 outubro, todas as declarações e ações deveriam ser previamente autorizadas por ele. Spínola passou a controlar cada vez mais as ações do MDLP, em uma tentativa de melhorar a imagem do movimento.

<sup>194</sup> Em março de 1976, disfarçado de membro de um movimento de direita europeu, o jornalista alemão Günter Walraff se infiltra no MDLP, afirmando estar interessado em financiar as suas atividades. Walraff conheceu desde membros envolvidos com questões operacionais até financiadores. Reúne-se com o líder do movimento no restaurante Schellenburg, em Dusseldorf e, com um gravador, registra a conversa tida com Spínola, onde o ex-General aceita apoio para desencadear um golpe em maio ou junho de 1976 em Portugal. As consequências do “escândalo Walraff” acabaram sendo muito graves para o ex-General, atrasando o seu retorno a Portugal.

Figura 15: Um muro em Campo de Ourique onde se pode ler “Spínola Nazi”.



Fonte: Centro de Documentação 25 de Abril. s.d.

Figura 16: Um muro em Campo de Ourique onde se pode ler “Spínola Morte Já!”



Fonte: Centro de Documentação 25 de Abril. s.d.

Diante do agravamento da sua situação política, em 15 de abril no Rio de Janeiro, Spínola faz uma primeira menção pública a uma possível dissolução do MDLP. O ex-General afirmou que diante da proximidade das eleições para a Assembleia da República, em Portugal, e em respeito por um governo efetivamente representativo da vontade popular,<sup>195</sup> prescrevia a necessidade de manterem-se as atividades do MDLP. Finalmente, em 29 de abril de 1976, quatro dias após as eleições para a Assembleia da República, Spínola assinava a “diretiva de dissolução” do MDLP, no Rio de Janeiro.

<sup>195</sup> No início de abril de 1976, foi aprovada em Portugal a nova Constituição da República e, no dia 25 de abril, realizaram-se as primeiras eleições para a Assembleia da República.

Após longas negociações e quase um ano e meio de exílio no Brasil, o regresso de António de Spínola a Portugal é finalmente autorizado. Em 4 de agosto de 1976, o ex-General embarca para Nova York e, após confirmar o seu regresso com o recém empossado Presidente da República, embarca no dia 10 em um avião em direção a Lisboa. Ao desembarcar em Portugal, ainda na tarde do dia 10, é conduzido ao Forte de Caxias, onde fica detido por apenas dois dias e, após um longo interrogatório, é liberado.

Embora Spínola tenha se mostrado colaborante, o seu regresso físico a Portugal não foi equivalente ao seu regresso político: não havia na política portuguesa lugar para Spínola. Afinal, se por um lado ele havia traído o fascismo ao auxiliar no derrube do Estado Novo, por outro as forças democráticas o hostilizavam devido às suas investidas antidemocráticas (o 28 de setembro e o 11 de março).<sup>196</sup> E, apesar de serem graves as acusações que recaíam contra o antigo presidente, em fevereiro de 1978 é reintegrado às forças armadas. Na década de 80, embora continuasse politicamente desativado, Spínola voltava a ser uma figura pública de interesse, fazendo-se presente em cerimônias e jantares, além de ser frequentemente integrado por Mário Soares em suas comitivas presidenciais<sup>197</sup>. Após um longo debate e revivescência de antigos rancores, em 1981 recebe o título de Marechal. Por fim, seria o próprio Mario Soares quem acabaria por finalizar a reabilitação completa da figura pública de Spínola, ao entregar diretamente nas mãos do General o Bastão de Marechal<sup>198</sup>, em 1991.

Em 1996<sup>199</sup>, chegava ao fim a história de uma das mais controversas figuras políticas portuguesa, “O ‘De Gaulle’ português, que destapou com um livro a tampa de um regime caduco [...]” (CARVALHO, 2014). Um livro que, como adequadamente apontou Carlos Lacerda, apresentava “[...] uma análise, uma denúncia e uma proposta.” (LACERDA, 1974, p. 6), que sobretudo não era invenção do autor, mas sim reflexo do pensamento militar diante do desgaste de uma guerra perdida (LACERDA, 1974).

---

<sup>196</sup> Diante do seu afastamento político, retoma a escrita e publica mais dois livros: *Ao Serviço de Portugal*, em 1976 (contendo todos os discursos, falas e entrevistas do período de abril de 1974 até fevereiro de 1976) e *País Sem Rumo: Contribuição para a História de uma Revolução*, em 1978 (onde o General detalha todo o período em que esteve na Presidência da República).

<sup>197</sup> Em 1984, Spínola foi convidado a presidir as comemorações nacionais do 10º Aniversário da Revolução. Em 1987, Mário Soares envia o General para Macau, durante as comemorações dos 300 anos da polícia de Macau.

<sup>198</sup> Em 1981, Spínola recusa o título alegando ética militar. Porém, o seu requerimento é indeferido em 1982 pelo Presidente da República.

<sup>199</sup> Em dezembro de 1995, António de Spínola dá entrada no Hospital Militar de Belém, onde permaneceu por escolha própria até o seu falecimento, em 13 de agosto de 1996, aos 86 anos de idade, por embolia pulmonar. Nesses meses em que esteve hospitalizado, Spínola recebe políticos de diversos setores, inclusive internacionais. Segundo Carlos Alexandre de Moraes, até o ex inimigo de Spínola, o então presidente da Guiné-Bissau, Nino Vieira, teria visitado Spínola no hospital (MORAIS, 2007).

Embora “a ideia” de Spínola, conforme Lacerda enunciou, não tenha mudado o curso da história e uma comunidade de expressão lusófona não tenha sido verdadeiramente erguida, *Portugal e o Futuro: Análise da Conjuntura Nacional* e o seu autor deixaram um marco não apenas na história portuguesa, como também na história das relações luso-afro-brasileiras.

Figura 17: Capa da Revista *Manchete* do dia 11 de maio de 1974.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Na literatura inglesa, Utopia foi um país imaginário criado em 1516 pelo diplomata inglês Thomas More, na obra popularmente conhecida como *Utopia*. Em *Utopia*, um governo devidamente organizado proporcionaria condições de vida ideais a um povo harmonioso e feliz. A palavra Utopia, derivada do grego *ou + topos*, significa um “não lugar”, um “lugar que não existe”. Sendo assim, é comumente entendida como uma ideia, uma situação ou um lugar idealizado, harmônico, perfeito e, portanto, imaginário. Recordemos a definição de Nação de Benedict Anderson, para quem toda a Nação é “uma comunidade política imaginada” que, por ser imaginada, é soberana (ANDERSON, 2008).

O caso português é prova viva de que até mesmo as grandes comunidades imaginadas são capazes de entrar em colapso ou simplesmente ruir, por não conseguirem vencer o espírito de uma época. Recordemos também que, conforme pontua Fernando Catroga, a pátria é sobretudo memória (CATROGA, 2009). No caso português, isso significa que no processo de construção dessa comunidade imaginada, deu-se uma intrínseca sobreposição da noção de “Império” à noção de “Nação”, ilusão que tardou a ser desfeita.

Com o fim da Segunda Grande Guerra Mundial e com o reconhecimento das Nações Unidas do direito dos Povos à autodeterminação, a noção portuguesa de Nação sofre impactos irremediáveis por estar demasiadamente atrelada à noção utópica de que a sua permanência no ultramar se eternizaria: “Portugal era o Ultramar”. Em uma tentativa de reparar as fissuras da Nação, o Estado Novo português empreendeu um grande esforço político – mas sobretudo simbólico – em busca da manutenção do Império. Nesse processo, bandeiras foram adotadas e abandonadas, teorias foram adotadas e abandonadas, assim como intelectuais e seus escritos foram adotados, abandonados e muitas vezes radicalmente atacados. Entretanto, com a chegada do chamado “Ano de África”, em 1960, Portugal sente-se cada vez mais isolado e não tarda até o Império português ser arrebatado, em 1961, pelo início da guerra colonial ou guerra de libertação, conflito que se estenderia por longos 13 anos.

Nesse contexto grave para a história de Portugal, chega às bancas em 22 de fevereiro de 1974, a obra *Portugal e o Futuro: Análise da Conjuntura Nacional*, uma obra escrita no Ultramar por um General de alta patente que durante os longos anos de ação no continente africano passou de militar a herói e de herói a mito (REZOLA, 2005,

p. 46). Em *Portugal e o Futuro*, António de Spínola expõe o seu plano político para a questão Ultramarina portuguesa, o que ele denomina de “uma saída portuguesa”, “uma terceira via”, “uma tese equilibrada” que seria capaz de levar Portugal a encontrar a paz e a ser inquestionavelmente aceite.

Como foi demonstrado nesse trabalho, além de estabelecer uma proposta, Spínola tece inúmeras críticas à economia e à própria estrutura política portuguesa e questiona quais seriam as “*realidades permanentes*” portuguesas? Isso porque, para ele, se possuía alguma pretensão de permanecer uma Nação, Portugal precisava ser renovado, adotando teses defensáveis que partiriam da plena aceitação do direito dos povos à autodeterminação. Na obra, Spínola analisa repetidamente questões como: as consequências econômicas e políticas da guerra, o medo do comunismo e do avanço soviético e o medo de que Portugal deixaria de ser uma Nação se perdesse os seus “prolongamentos territoriais”.

Todas essas questões influenciavam não apenas a forma como o General demonstrava ver o mundo, mas como via Portugal e os portugueses dentro desse mundo. Embora *Portugal e o Futuro* tenha sido considerado um manifesto por Caetano, na obra o General não advoga nada absurdo. Pelo contrário, apegava-se ao slogan construído pelo próprio Marcello Caetano, “Renovação na Continuidade”, e continuava a defendê-lo mesmo após o próprio governo já o ter abandonado. Diante disso, concluímos que a peculiaridade do pensamento exposto por Spínola em *Portugal e o Futuro* reflete a tomada de consciência do mesmo de que não havia condições de manter o Ultramar pela força das armas. Era necessário desistir da Guerra, mas não do Ultramar, que deveria e precisava ser conservado e, para isso, um novo ideário deveria ser traçado.

Para tal, o autor propõe a construção de uma Commonwealth dos países de fala portuguesa, a construção de uma comunidade pluriestatal, pluricultural e pluricontinental: a comunidade Luso-Afro-Brasileira. Esse é o ideário Nacional apresentado por António de Spínola em *Portugal e o Futuro*. A visão utópica de Spínola residia na crença demasiadamente otimista de que caso fossem consultadas, as populações africanas prontamente desejariam permanecer portuguesas. Não havia espaço no pensamento de Spínola para uma eventual derrota em um referendo direto. Para ele, os africanos queriam ser portugueses, mas em um contexto africano de livre expressão.

A Utopia de Spínola começa a delinear-se quando este afasta-se do ideário defendido pelo Estado Novo português e, mostrando-se conhecedor dos processos ocorridos no continente africano, busca unir o que ele próprio aprendeu ao longo dos anos



em que esteve no Ultramar às experiências vizinhas, como o federalismo britânico e o federalismo francês. Recordemos a afirmação de Spínola de que a sua obra não se tratava de nenhuma polémica por não se pretender com ela atacar teses formuladas, demolir estruturas vigentes ou justificar posições tomadas.

Ao propor a construção de uma comunidade, Spínola avança em relação ao estagnado Estado Novo português, mas mantém-se comedido se comparado às reivindicações dos movimentos de libertação. António de Spínola buscou para Portugal uma solução à maneira de “De Gaulle”, os quais, como assinalou Carlos Lacerda, eram conservadores apaixonados pelos métodos democráticos (LACERDA, 1974). No caso de Spínola, diríamos que ele era um português que acima de tudo desejava conservar o Ultramar. Ou seja, a experiência militar de Spínola no Ultramar o fez muito mais fiel à “noção de Nação pluricontinental” do que ao regime português.

Em síntese, esse é o pensamento exposto na referida obra, que apresenta a “peculiaridade” do pensamento de um General que defendia uma solução política e não militar. De acordo com Arlindo Barbeitos, “[...] são as forças e as conjunturas que inventam e determinam as classificações e depois as identidades.” (BARBEITOS, 1997, p. 324, tradução nossa).<sup>200</sup> Deste modo, a “peculiaridade” das ideias expostas em *Portugal e o Futuro* reside na forma como o autor concilia a sua experiência no Ultramar com a posição que ocupava fosse dentro do governo ou dentro da instituição militar. Spínola era um político mas antes disso era também um militar. Além disso, o General inseria-se em um contexto onde as reformas de Marcello Caetano haviam chegado demasiado tarde e, apesar dos slogans levantados, mostravam-se incapaz de barrar o avanço dos movimentos de emancipação africana.

Para Márcio Barbosa, a peculiaridade do pensamento e da ação política de Spínola, “[...] residiu justamente na desgastada fórmula Marcelista da “Renovação na Continuidade”. Spínola foi talvez o único que verdadeiramente a sentiu e autêntica e persistentemente procurou lhe dar significado.” (BARBOSA, 2007, p. 407-408). Todavia, Spínola procurou dar-lhe significado de uma forma interior e profunda, e não exterior e artificial, tal como a maquiagem posta em prática pelo salazarismo no sistema colonial. Sendo assim, por mais que Spínola visasse trazer a público uma nova visão, uma terceira via para o problema português, sua base na verdade não representava nenhuma novidade.

---

<sup>200</sup> No original: “[...] ce sont les forces et les conjonctures qui inventent et déterminent les classifications et ensuite les identités.” (BARBEITOS, 1997, p. 324).

*Portugal e o Futuro*, de modo geral, é a síntese do pensamento de Spínola, do “Homem Grande da Guiné”.

Assim como qualquer escrito, sobretudo político, *Portugal e o Futuro* constitui-se de inúmeras camadas construídas historicamente dentro de um quadro intelectual e político muito mais amplo do que a obra e seu autor. Essas camadas nem sempre “convergem entre si”, porque a própria história não ocorre no tempo neutro. Conforme pontua Alberto Luiz Schneider, a história “[...] Trata-se de um diálogo temporal eivado de contradições e interesses – altos e baixos –, que emanam do engajamento no presente (Hartog, 2013) e da expectativa de futuro (Koselleck, 2006) [...]” (SCHNEIDER, 2013, p. 269).

Nesse sentido é frutífero recordarmos a reflexão que o autor faz sobre o que ele denomina de “*Mudança de Idade Histórica*”. Para Spínola, as crises eram sempre um sinal de “*mudança de idade histórica*”, onde uma ordem de valores substituiria outra (SPÍNOLA, 1974). Deste modo, *Portugal e o Futuro* constitui-se em uma obra extremamente rica por trazer a público a forma como o seu autor conciliava questões aparentemente divergentes. António de Spínola tenta conciliar o que aprendeu ao longo da sua vivência na Guiné aos elementos herdados do que o mesmo chama de “*essência da Nação*”. O texto resulta, nesse caso, de um embate temporal trincado de interesses e contradições, onde o seu autor, ao propor a continuidade de Portugal no continente africano, afirma fazê-lo de maneira diferente por acreditar estar rompendo com os mitos que deterioravam a unidade portuguesa.

Ou seja, diante desse quadro *Portugal e o Futuro* só é compreensível à luz da historicidade da década de 1960-70, onde a própria identidade portuguesa era fruto dessa profunda simbiose entre a experiência portuguesa no Ultramar e as teorias que circulavam naquele contexto. Um processo de seleção que obviamente envolvia esquecimentos e reconstruções. Além disso, ao escolher uma teoria/um discurso, opera-se uma seleção entre todas as teorias e discursos disponíveis e possíveis (PAREDES, 2010). Spínola apega-se à teoria lusotropicalista e à crença idílica da existência de um sentimento que unia os Povos por onde o português passou, sentimento que seria capaz de erguer comunidades autênticas.

Nesse sentido, assim como a teoria e as obras de Freyre, *Portugal e o Futuro* também é uma obra datada e a proposta contida nela muito provavelmente vinha a público demasiadamente tarde, e por isso mostrava-se utópica. Deste modo, ao olharmos para *Portugal e o Futuro*, o pano de fundo que devemos ter é Angola em 1961, a Guiné a partir

de 1968, a perda de Goa em 1961 e até mesmo Brasil, o “filho próspero”, e não o 25 de Abril de 1974. E em hipótese alguma devemos olhar para *Portugal e o Futuro* com os olhos de 11 de março de 1975. Além disso, não devemos olhar para obras como *Portugal e o Futuro* como se a história fosse construída entre bons e maus, pois a própria história é muito mais complexa do que isso (SOUSA, 2017). Mais complexas ainda são as obras e teorias propostas por agentes políticos/intelectuais.

Ao analisar *Portugal e o Futuro* precisamos ter em vista, conforme aponta Marçal de Menezes Paredes, “[...] que a identidade é um campo conceitual forjado por um processo de demarcação de evidências.” (PAREDES, 2010). Além disso, quer sejam fabricadas inconscientemente ou conscientemente, segundo Arlindo Barbeitos as identidades “[...] representam categorias mentais e construções sociais e políticas. Nesse sentido, somos todos homens imaginários!” (BARBEITOS, 1997, p. 324, tradução nossa).<sup>201</sup> Deste modo, a proposta que António de Spínola apresenta em sua obra passa certamente por um conjunto de pensamentos e mitos nacionais. Embora em alguns momentos o autor critique os mesmos e até consiga ultrapassá-los em alguma medida, ainda assim a sua obra não sai invicta da influência destes mitos.

Em outras palavras, a ideia de Spínola de que ao propor a construção de uma comunidade lusíada estaria rompendo com os mitos que “encerravam a Nação em uma espiral de contradições” mostra-se na prática, em sua obra, uma ilusão. Uma ilusão que em parte resulta do fato de o nacionalismo português até aquele momento ser por via de regra imperialista. Entre os mitos que vemos refletidos em *Portugal e o Futuro*, encontra-se a mítica da mãe-pátria que dá à luz novas nações, dando assim ao mundo, a exemplo do Brasil, nações livres e prósperas; uma excepcionalidade portuguesa ao se relacionar com as “gentes”; assim como a existência de uma suposta Portugalidade e de uma unidade de sentimentos e cultura capaz de unir “o todo” da Nação e de fazê-la prosperar em estatutos autônomos, e onde um plebiscito obviamente daria bons frutos à nação.

Ao se relacionar com esses mitos, Spínola no máximo os “adapta”. Desta forma, tanto a mística colonial quanto a experiência vivida por ele no Ultramar acabavam por reforçar o pensamento do General de que Portugal era constituído por uma unidade de sentimentos e cultura, fruto da intensa miscigenação e heterogeneidade. Como salienta Barbosa, Spínola “[...] não imaginava Portugal sem o Atlântico, nem este sem a presença dos portugueses. Porém, haveria de divergir quanto à “ideia central e dominante – A

---

<sup>201</sup> No original “[...] représentent des catégories mentales et des constructions sociales et politiques.” (BARBEITOS, 1997, p. 324)

IDEIA DO IMPÉRIO – uno e indivisível, no espaço e no tempo, na História, na política e na administração.” (BARBOSA, 2008, p. 394). Para Spínola, existiria um meio português idêntico em sua essência, que uniria todos os portugueses, uma “unidade na diversidade”.

Além disso, essa mitologia nacional portuguesa que sobrepunha a noção de “império” à noção de “nação” era tão forte em Portugal a ponto de ser capaz de comportar grupos culturais tão diferenciados a partir da concepção homogeneizadora de “nação”. (THOMAZ, 2001, p. 58). Deste modo, a defesa dos interesses portugueses e africanos, para Spínola, eram indissociáveis. Ou seja, para o General, o problema não era ultramarino, era um problema nacional (BARBOSA, 2007). No caso de António de Spínola, a simbiose teórico/conceitual é ainda mais singular por combinar passado e futuro, imutabilidade e evolução, permanência e progresso. Segundo Márcio Barbosa efetivamente pontua: “[...] Numa síntese surpreendentemente coerente, a Nação spinolista afigura-se perene e imorredora (porque secular e histórica), electiva (porque fundado no povo e legitimada pelos cidadãos) e construtivista (porque viva e projectada no futuro).” (BARBOSA, 2008, p. 407). Esse é o conceito de Nação apresentado em *Portugal e o Futuro*, de onde parte a proposta de Spínola.

Diante disso, para o autor as reflexões trazidas por ele a público com a publicação da obra seriam o fruto da sua preocupação com o futuro da Nação. Essa era a questão e, para o General, a tese federalista defendida por ele era legítima por constituir “[...] a opção de vinte e cinco milhões de portugueses, haverá que assegurar, então, contra os extremistas, o cumprimento da vontade da Nação.” (SPÍNOLA, 1974, p. 232-233). Isso porque a Nação portuguesa era, em sua “essência”, pluricultural, pluricontinental e precisava urgentemente transformar-se em pluriestatal.

É nesse sentido que o autor afirma ser o seu objetivo final, acima de tudo, que Portugal fosse um país progressivo e de paz “[...] incorporando parcelas africanas prósperas e portuguesas por autodeterminação das suas gentes, e como tal imposto pela sua evidencia à aceitação do mundo. [...]” (SPÍNOLA, 1974, p. 230). Objetivo totalmente possível, na visão do General, desde que ao invés da defesa de utopias se oferecesse aos africanos (sem imposições) uma pátria onde se sentissem verdadeiramente portugueses. Para tal, essa unidade deveria ser abertamente debatida, tendo sido em obediência a esse imperativo que, após ter sido insistentemente solicitado, Spínola teria publicado as suas teses, ato que não teria tido outra finalidade além de “[...] apresentar à reflexão dos seus leitores uma análise realista e imparcial da actual conjuntura portuguesa, com vista à

construção do futuro a que nove séculos de História nos deram pleno direito.” (SPÍNOLA, 1974. p. 236).

Com estas palavras António de Spínola encerra *Portugal e o Futuro: Análise da Conjuntura Nacional*, onde ao reafirmar os imperativos que o teriam levado a publicar a obra, cai novamente nas armadilhas que tanto acusa a Nação de ser vítima. Conforme já salientamos ao apresentar as suas teses, o General acaba inúmeras vezes por contradizer-se: ressalta ser necessário desmontar os mitos, mas se utiliza do mito da capacidade portuguesa de dar novos mundos ao mundo. E defende que após séculos de história os portugueses tinham o direito de ocupar o seu lugar no mundo e de vislumbrar um futuro no continente africano a partir da ideia da constituição de um espaço comunitário luso-afro-brasileiro que integrasse o “mundo que o português criou”.

De acordo com a análise feita, renovamos a afirmação de Carlos Lacerda de que “O livro do general Spínola não deve ser apenas lido. Deve ser dado a ler [...]” (LACERDA, 1974, p. 12), mas sobretudo consideramos que a obra deve ser analisada sem determinismos ou essencialismos que prejudiquem a compreensão da sua dimensão e da sua importância. Obras como *Portugal e o Futuro*, quando sob olhar atento do investigador, podem suscitar variadas interrogações que podem desdobrar-se em inúmeras investigações. O que buscamos verdadeiramente ao longo da escrita desse trabalho foi lançar algumas pistas que quiçá sejam capazes de instigar outros pesquisadores a dedicar o seu olhar a essa obra que até hoje é muito lembrada, porém pouco investigada.

*Portugal e o Futuro*, diferentemente da forma como ela é comumente interpretada, não resultou unicamente do fato de Spínola ter percebido não haver lugar para ele no Governo de Caetano. A obra constitui-se em uma última tentativa do autor de consciencializar, se não o governo (recordemos que Spínola relata ter tentado sem sucesso dialogar com o regime), então à Nação de que o momento era grave, de que haviam outras possibilidades além daquelas que lhes eram até então oferecidas. E por isso não pode ser lida tendo como pano de fundo o pós-25 de Abril. Precisamos reconhecer que Antes da Revolução *Portugal e o Futuro* representava de fato uma obra ousada, tendo em vista a conjuntura política portuguesa e a posição política e militar ocupada pelo seu autor. Por sua vez, no pós-25 de Abril a obra assume um caráter profundamente conservador diante do avanço da revolução.

António de Spínola escreve um livro a fim de trazer à público uma solução capaz de conservar o “todo português” unido, ou seja, *Portugal e o Futuro*, é, antes de qualquer

coisa, uma tentativa do General de conservar o Ultramar, mantendo o único Portugal possível para ele: o Portugal Pluricontinental. Além disso, Portugal e o Futuro, não é constituído apenas da proposta de construção de uma comunidade de expressão lusa, o livro possui toda uma análise crítica do Estado Novo português que normalmente é ignorada, e que foi de fato, foi o que fez com que a obra fosse censurada. Não foi a proposta de Spínola que fez de sua obra um *best seller*, mas sim o tom democrático, a afirmação de que as populações precisavam ser ouvidas nas tomadas de decisão, algo impensável na estrutura corporizada pelo Estado Novo português.

António de Spínola deseja conservar o Ultramar, o “pilar” que ele atinge é o Império, todavia *Portugal e o Futuro* é muito mais do que isso, é um alerta de que o Salazarismo, à exemplo do feudalismo, já tinha “feito o seu tempo” e precisava evoluir para um estrutura que fosse internacionalmente aceita. Além disso, Portugal não poderia continuar pretendendo viver hermeticamente, caso contrário estaria condenada a tornar-se cada vez mais um país isolado e sem expressão.

Esse é o debate que Spínola busca trazer à público com *Portugal e o Futuro*, para ele era um dever moral trazer ao conhecimento do povo português a crise que se enfrentava, isso porque a razão residia para ele na vontade do povo, e com a publicação o debate tornava-se público, cabendo à Nação julgar os rumos a seguir, assim como, a viabilidade das suas teses.

Entretanto com a publicação da obra, Spínola acaba acelerando a crise do regime, se catapultado para a Presidência da República (onde novamente as suas teses para o Ultramar são vetadas) e, por fim, acelerando o processo de descolonização, exatamente da forma como ele tanto tentou evitar. Diante disso, assim como vimos, o General Spínola nunca possuiu de fato o poder para pôr em prática as suas teorias, todavia por mais que a Utopia de Spínola fosse por óbvio imaginária e irrealizável, ainda assim não podemos continuar a olhar para *Portugal e o Futuro* como o resultado do pensamento de um General excêntrico, ambicioso e cansado.

A título de conclusão, embora não estejamos entre os que defendem ter sido *Portugal e o Futuro* a derrubar a longuíssima ditadura portuguesa, ainda assim reiteramos uma afirmação já feita anteriormente neste trabalho: mesmo que a “ideia” de Spínola, como Carlo Lacerda enunciou, não tenha mudado o curso da história e uma comunidade de expressão lusófona não tenha sido verdadeiramente erguida, *Portugal e o Futuro: Análise da Conjuntura Nacional*, assim como o seu autor, deixou um marco não apenas na história portuguesa, como também na história das relações luso-afro-brasileiras.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes:

CARLOS, Lacerda. A revolução de Spínola. **Revista Manchete**. Rio de Janeiro, 11 maio 1974. Disponível em: [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Manchete/N1151/N1151\\_master/Manchete\\_N1151\\_11Mai1974.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Manchete/N1151/N1151_master/Manchete_N1151_11Mai1974.pdf). Acesso em: 27 jun 2018.

SPÍNOLA, António de. **Ao serviço de Portugal**. Lisboa: Ática/Livraria Bertrand, 1976.

SPÍNOLA, António de. **País sem Rumor**: Contributo para a História de uma Revolução. Lisboa, Scire, 1978.

SPÍNOLA, António de. **Por uma Guiné Melhor**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970.

SPÍNOLA, A. **Portugal e o Futuro**: Análise da Conjuntura Nacional. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1974.

### Publicações: subsídios aos debates

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, Perry. **Portugal e o Fim do Ultracolonialismo**. Tradução de Eduardo Almeida. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

BIRMINGHAM, David. **The decolonization of Africa**. Londres: UCL Press, 1995.

CAETANO, Marcello. **Depoimentos**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1974.

CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo**”: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa. Porto: Afrontamento, 1998.

CATROGA, F. **Nação, mito e rito**: Religião Civil e Comemoracionismo. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005.

DECRAENE, Philippe, **O Pan – Africanismo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

FREYRE, Gilberto. **Aventura e rotina**. Rio de Janeiro: J Olympio, 1953.

FREYRE, Gilberto. **Novo mundo nos trópicos**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1971.

FREYRE, Gilberto. **O mundo que o português criou**. Lisboa: 2. ed. Livros do Brasil, 1945.

FREYRE, Gilberto. **Um brasileiro em terras portuguesas**. Rio de Janeiro: J Olympio, 1953

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução de Wilma Patricia Maas; Carlos Almeida Pereira, Revisão da Tradução: César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

KOHN.H; SOKOLSKY.W; **El Nacionalismo Africano En El Siglo XX**. Bueno Aires: Editorial Paidós, 1968.

MACEDO, José Rivair. **O Pensamento Africano no Século XX**. São Paulo: Editora Outras Expressões. 2016.

MAXWELL, K. **O império derrotado: revolução e democracia em Portugal**. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2006.

MORAIS, Carlos Alexandre de. **António de Spínola o Homem**. Lisboa: Editorial Estampa, 2007.

MOREIRA, A; VENÂNCIO, C, J. **Luso Tropicalismo: Uma teoria social em questão**. Lisboa: Vega Lda, 2000.

PAREDES, Marçal de Menezes (org.). **Portugal, Brasil, África: história, identidades e fronteiras**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

PINTO, António Costa. **O Fim do Império Português: A Cena Internacional, a Guerra Colonial, e a descolonização, 1961-1975**. Lisboa: Livros Horizonte Lda, 2001.

REZOLA, Mária Inácia. **António de Spínola**. Lisboa: Editora Planeta DeAgostini, 2005.

REZOLA, Mária Inácia. Do romantismo revolucionário à política real: a revolução portuguesa de 1974-1975. *In*: GONÇALVES, L; PAREDES, M. (org.), **Depois dos cravos: liberdades e independências**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017, p. 11-41.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Capítulos de História Intelectual**. São Paulo: Editora Alameda, 2019.

SCHOLL, Camille. A via do socialismo africano proposta por Léopold Senghor: considerações pelas lentes da história intelectual. *In*: PAREDES, M; SOARES, F. (org.), **A historicidade e suas múltiplas escalas: Europa, América e África**. Passo Fundo: Editora Acervus, 2020.



SKINNER, Quentin. **As fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Editora Schwarcs, 1999.

SKOLAUDE, Mateus. **Raça e Nação em Disputa**: Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, 1ª Exposição Colonial Portuguesa e o 1º Congresso Afro-Brasileiro (1934-1937). 2016. Tese de doutorado defendida pelo PPG-história da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

TORGAL, L.R; PIMENTA.F.T; SOUSA.J.S. **Comunidades Imaginadas**: Nação e Nacionalismos em África. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

TORGAL, Luís, Reis. **Estados Novos, Estado Novo**. Vol. I e Vol. II. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

### Referencias acessadas na Internet:

**Acto Colonial**. Lisboa, 1930. Disponível em: [https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/acto\\_colonial.pdf](https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/acto_colonial.pdf). Acesso em: 07 fev 2020.

ALEXANDRE, Valentim. Portugal em África (1825-1974): Uma perspectiva Global. **Penélope: revista de história e ciências sociais**, [S. l.], Publicação quadrimestral n.11, p. 53-66. 1993. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2687104>. Acesso em: 04 fev 2020.

ALMADA, Aurora. **A organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa**: 1960- 1974. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 2017. Disponível em: [https://www.academia.edu/37595523/SANTOS\\_Aurora\\_Almada\\_e\\_-\\_A\\_Organiza%C3%A7%C3%A3o\\_das\\_Na%C3%A7%C3%B5es\\_Unidas\\_e\\_a\\_Quest%C3%A3o\\_Colonial\\_Portuguesa.pdf](https://www.academia.edu/37595523/SANTOS_Aurora_Almada_e_-_A_Organiza%C3%A7%C3%A3o_das_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas_e_a_Quest%C3%A3o_Colonial_Portuguesa.pdf). Acesso em: 20 fev 2020.

ARCARY, V. Quando o futuro era agora. Trinta anos da revolução portuguesa. **Revista Outubro**, São Paulo, n.11, p. 71-92, 2004. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%C3%A7%C3%A3o-11-Artigo-04.pdf>. Acesso em: 02 fev 2019.

BARBOSA, Márcio. **Marcelo e Spínola**: A missão do Fim. 2009 Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009. Disponível em: [https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13356/1/Tese\\_mestrado\\_Marcio%20Barbosa.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13356/1/Tese_mestrado_Marcio%20Barbosa.pdf). Acesso em: 27 jan 2019.

BARBOSA, Márcio. Spínola, Portugal e o mundo: pensamento e acção política nos anos da Guiné: 1968-73. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 28, p. 391-427, 2007. Disponível em: <https://digitalis->

[dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/41632/1/Spinola%2C Portugal e o mundo.pdf](http://dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/41632/1/Spinola%2C%20Portugal%20e%20o%20mundo.pdf). Acesso em: 05 maio 2018.

CARVALHO, Manuel. Quando Spínola quis invadir Portugal com a ajuda do Brasil. **Revista 2**, [S. l.], 27 abr. 2014. Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/04/27/politica/noticia/quando-spinola-quis-invadir-portugal-com-ajuda-do-brasil-1633441>. Acesso em: 18 jul 2020.

CASTELO, Cláudia. “Novos Brasis” em África: Desenvolvimento e Colonialismo Português tardio. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 30, n. 53, p. 507-532, 2014. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752014000200009&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752014000200009&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 25 abr 2019.

CASTELO, Cláudia. Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre. **I ICT blogue de História Lusófona**, [S. l.], Ano 6, p. 261-280, 2011. Disponível em: <http://nyemba.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2017/03/lusotropicalismo-de-Gilberto-Freyre-HOJE.pdf> Acesso em 05 maio 2018.

CASTELO, Cláudia. A mensagem Luso-tropical do Colonialismo Português Tardio: O papel da Propaganda e da Censura. *In*: MARTINS, M. (Coord), **Lusofonia e Interculturalidade: Promessa e Travessia**. Ribeirão: Edições Humus, 2015, p.451-470. Disponível em: [http://www.pgcl.uenf.br/arquivos/ebook\\_lusofonia\\_interculturalidade\\_011120181616.pdf](http://www.pgcl.uenf.br/arquivos/ebook_lusofonia_interculturalidade_011120181616.pdf). Acesso em: 25 maio 2018.

CASTELO, Cláudia. O modo português de estar no mundo. *In*: NUNES, H; CAPELA, V. (org). **O Mundo Continuará a Girar**. Lisboa: Gráfica, p.111-117, 2011. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/370590880/CASTELLO-O-modo-portugues-de-estar-no-mundo-pdf> Acesso em: 20 de abr de 2018.

CASTELO, Cláudia. Prefácio à Presente Edição. *In*: FREYRE, Gilberto. **Um brasileiro em terras portuguesas**. É Realizações, São Paulo, p.11-19, 2010. Disponível em: [https://www.academia.edu/7077565/Gilberto\\_Freyre\\_Um\\_brasileiro\\_em\\_terras\\_portuguesas\\_-\\_Pref%C3%A1cio?auto=download](https://www.academia.edu/7077565/Gilberto_Freyre_Um_brasileiro_em_terras_portuguesas_-_Pref%C3%A1cio?auto=download). Acesso em: 20 abr 2020.

DIALLO, Mamadou Alpha. **A Construção do Estado no Senegal e Integração na África Ocidental**: Os problemas da Gâmbia, de Casamance e da Integração Regional. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Instituto de Filosofia e de Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/35077>. Acesso em: 7 maio 2020.

EZERA, Kalu. Federalismo e unidade nacional na África. **Revista Dir. publ. e Ciência Política**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1 - jan./abr. 1964. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rdpcp/article/download/59510/57879>. Acesso em: 7 set 2019.

FREIXO, Adriano. A crise do último império: a Guerra Fria e as décadas finais do colonialismo português (1945-1975). **Diálogos**, Maringá, v.22, n.1, p. 126-138, 2018. Disponível em:

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/43636/751375137928>.

Acesso em: 13 fev 2020.

FRY, Peter. Culturas da diferença: Sequelas das políticas coloniais portuguesas e britânicas na África Austral. **Afro-Ásia**, [S. l.], v. 29/30, p. 271-316, 2003. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21060/13657>. Acesso em: 15 jun 2020.

GUERRA colonial: protagonistas. **Centro de Documentação 25 de Abril**, Coimbra, c 2020. Disponível em [:http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=1688](http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=1688) Acesso em: 05 de fev 2020.

HUMBERTO, Fernando, ANJOS, M; SERRANO, E. Entrevista com Costa Gomes e Fernando Rosas “Em tempo de mudança, a História do Século XX”. Antena 2, 1998. **Centro de Documentação 25 de Abril**, Coimbra, c 2020. Disponível em: <http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=900> Acesso em: 2 fev 2020.

LOFF, Manuel. Marcelismo e ruptura democrática no contexto da transformação social portuguesa dos anos 1960 e 19701. **Espacio, Tiempo y Forma**, [S. l.], Serie V, Historia Contemporánea, p. 145-184, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/vivia/Downloads/3149-6436-1-PB.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

LOPES, Filipa. **As Vozes da Oposição ao Estado Novo e a Questão de Goa (1950 1961)**. Tese de doutoramento em História. Faculdade de Letras, Universidade do Porto. 2007. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/108453/2/226681.pdf>. Acesso em: 15 abr 2020.

LOURENÇO, Eduardo. Eduardo Lourenço. In: Maria João Castro (org), **Pensamentos e escritos (pós) coloniais**. Lisboa, Artravel, p. 57-59, 2016. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/22158/6/Pensamento%20e%20Escritos%20Pos%20Coloniais.pdf>. Acesso em: 25 maio 2020.

LUSOTROPICALISME: Idéologie coloniales et identités nationale dans les mondes lusophones. **Lusotopie**, [S. l.], n. 4, 1997. Disponível em: [https://www.persee.fr/issue/luso\\_1257-0273\\_1997\\_num\\_4\\_1](https://www.persee.fr/issue/luso_1257-0273_1997_num_4_1). Acesso em: 25 jun 2020.

MARQUES, A; ANJOS, M; SERRANO, E. Entrevista com Fernando Rosas “Em tempo de mudança, a História do Século XX”. Antena 2, 1998. **Centro de Documentação 25 de Abril**, Coimbra, c 2020. Disponível em: <http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=896> . Acesso em: 2 fev 2020.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. Goa: Uma identidade diferente da Indiana Justificaria a Condição Colonial. **Via Atlântica**, São Paulo, n. 19, p. 31-44, 2011. Disponível: <http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/50765>. Acesso em: 13 maio 2020.

NETO, Sérgio. **Do Minho ao Mandovi**: Um estudo sobre o pensamento colonial de Norton de Matos. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016. Disponível em:

<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/23772/1/Tese%20Do%20Minho%20ao%20Mandovi.pdf>. Acesso em: 3 jul 2020.

NORONHA, Ricardo. Anatomia de um golpe fracassado: 11 de março de 1975. **Ler História**, [S. l.], v. 69, p. 71-87, 2016. Disponível em:

<https://journals.openedition.org/lerhistoria/2487?lang=en> Acesso em: 12 mar 2019.

OLIVEIRA JUNIOR, Gilson Brandão de. A noção de nação em ação: lusotropicalismo e cultura institucional na província ultramarina de Angola (1953-1973). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais** [...]. Natal: [s. n.], 2013.

Disponível em:

[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371317354\\_ARQUIVO\\_Lusotropic\\_alismo,lusotropicologiaecivilizacaoaculturalusotropic\\_entreaconstrucao,aapropriacaoeacriticaconceitual.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371317354_ARQUIVO_Lusotropic_alismo,lusotropicologiaecivilizacaoaculturalusotropic_entreaconstrucao,aapropriacaoeacriticaconceitual.pdf). Acesso em: 23 set 2018.

OLIVEIRA, Zélia. **Os 63 dias que abalaram o Estado Novo**: Incursão histórica à crise terminal do regime. 2012, Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2012. Disponível em:

<https://run.unl.pt/bitstream/10362/9154/1/zelia.pdf>. Acesso em: 19 de mar 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. São Francisco: ONU, 1945. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/>. Acesso em: 11 fev 2020.

PAULO, Heloísa. 1961: O Assalto do Santa Maria e o Desmoronar do Regime Salazarista em Portugal. **Hist.R.**, Goiânia, v. 16, n. 1, jan./jun, p. 53-80, 2011.

Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/14704>.

Acesso em: 20 mar 2020.

PAREDES, Marçal. Fronteiras Culturais e Escalas Identitárias: À Obsessão Histórica da Alteridade Luso-Brasileira. ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA 10, 2010, Santa Maria. **Anais** [...]. Santa Maria: [s. n.], 2010. Disponível em:

[http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279495465\\_ARQUIVO\\_AobsessaohistoricadaalteridadeLuso-Brasileira.pdf](http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279495465_ARQUIVO_AobsessaohistoricadaalteridadeLuso-Brasileira.pdf). Acesso: 20 abr 2020.

PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e a intelligentsia salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951 – 1974). **HISTÓRIA**, São Paulo, v. 28, 2009.

Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/250990387\\_Gilberto\\_Freyre\\_e\\_a\\_intelligentsia\\_salazarista\\_em\\_defesa\\_do\\_Imperio\\_Colonial\\_Portugues\\_1951\\_-\\_1974](https://www.researchgate.net/publication/250990387_Gilberto_Freyre_e_a_intelligentsia_salazarista_em_defesa_do_Imperio_Colonial_Portugues_1951_-_1974). Acesso em: 12 jun 2018.

RODRIGUES, Luís Nuno. António de Spínola no exílio: a estadia no Brasil. **História**, São Paulo, v.33, n.1, p. 66-96, jan./jun, 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/his/v33n1/05.pdf>. Acesso em: 20 mar 2019.

RODRIGUES, Luís Nuno. Missão Impossível: O Plano Anderson e a Questão Colonial Portuguesa em 1965. **Relações Internacionais**, [S. l.], p. 99-112, março 2004.

Disponível em:

[http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/r1/RI01\\_Artg12\\_LNR.pdf](http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/r1/RI01_Artg12_LNR.pdf). Acesso em: 15 abr 2020.

RUIVO, Francisco. A Memória e os múltiplos “25 de Abris”. Um movimento único de participação das massas na política. **Working Papers**, Lisboa, Instituto de História Contemporânea, n. 2, p. 1-17, 2014. Disponível em:

[https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/3763611/WP\\_2\\_A\\_Memoria\\_e\\_os\\_multiplos\\_2225\\_de\\_Abris22\\_UM\\_momento\\_unico\\_de\\_participacao\\_das\\_massas\\_na\\_politica\\_4.pdf](https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/3763611/WP_2_A_Memoria_e_os_multiplos_2225_de_Abris22_UM_momento_unico_de_participacao_das_massas_na_politica_4.pdf). Acesso em: 1 mar 2019.

RUIVO, Francisco. **Spinolismo: Viragem Política e Movimentos Sociais**. Tese de doutoramento em História Contemporânea, 2013, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/10790/1/TESE%20Final-%20FranciscoRuivo-28Out%20ba2013.pdf>. Acesso em: 25 nov 2018.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Iberismo e Luso-Tropicalismo na Obra de Gilberto Freyre. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n.10, dezembro, p. 75-93, 2012. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/issue/view/HH10/17>. Acesso em: 05 maio 2018.

SCHOLL, Camille. Entre Senghor e Sheikh Anta, entre a história e a nação: uma reflexão sobre a ideia de um estado federal para a África negra (1960). **Revista Ars Histórica**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 123-139, 2018. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/58558281/revista-ars-h-istorica-dossie-africanas>. Acesso em: 10 jul 2020.

SOARES, Mário. “Como vivi a queda de Salazar e a Primavera invernososa de Caetano”. Arquivo e Biblioteca Fundação Mário Soares. **Arquivo História**. [S. l.], Disponível em: [http://www.fmsoares.pt/mario\\_soares/textos\\_ms/002/674.pdf](http://www.fmsoares.pt/mario_soares/textos_ms/002/674.pdf). Acesso em: 31 jan 2020.

SOUSA, Vitor de. O Equívoco da Portugalidade. In: BAPTISTA, M; CIESZYNSKA, B; FRANCO, J (org), **Europa das Nacionalidades: Imaginários, Identidades e Metamorfoses Políticas**. Minho: Grácio, 2014, p. 353-370. Disponível em: [file:///C:/Users/vivia/Downloads/VS\\_2015\\_europa-nacionalidades.pdf](file:///C:/Users/vivia/Downloads/VS_2015_europa-nacionalidades.pdf). Acesso em: 15 maio 2020.

THIESSE, Anne Marie. Ficções Criadoras: As identidades Nacionais. **Anos 90**, Porto Alegre, v.9, n.15, 2001. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6609/3932>. Acesso em: 30 jun 2018.

THOMAZ, Omar. “O bom povo português”. Usos e Costumes d’aquém e d’além mar. **MANA**, [S. l.], 7.1, p. 55-87, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/mana/v7n1/a04v07n1.pdf>. Acesso: 14 maio 2020.

VARELA, R. Conflitos sociais na Revolução Portuguesa (1974-1975).  
INTERNATIONAL CONFERENCE STRIKES AND SOCIAL CONFLICTS:

COMBINED HISTORICAL APPROACHES TO CONFLICT 3. 2016, Barcelona, **Anais** p. 1109-1127, Barcelona, [s. n.], 2016. Disponível em: [https://run.unl.pt/bitstream/10362/21214/1/RZZH78UVarela\\_Raquel\\_Alcantara\\_Joana\\_c\\_pia.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/21214/1/RZZH78UVarela_Raquel_Alcantara_Joana_c_pia.pdf). Acesso em 01 mar 2019.

#### Documento em Vídeo:

SPÍNOLA, António. Discurso de Renúncia de António de Spínola à Presidência da República. Publicado por RTP Arquivo, [s.n.], Lisboa, 2020, (16 min 29 seg). Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/renuncia-de-antonio-de-spinola/>. Acesso em: 11 jul 2019.

#### Imagens:

Marcello Caetano na Guiné Bissau em 24 de abril de 1969. **RTP Arquivo**, Lisboa. [s. n. s.d.]. 1 fotografia p&b. Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/visita-oficial-de-marcelo-caetano-a-bissau/>. Acesso em 15 jul 2020.

Spínola percorrendo o território da Guiné Bissau. **Casa Comum**, [s.n. s.d. s.l.]. 1 fotografia p&b. Disponível em Disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06916.007.019>. Acesso em 15 jul 2020.

Spínola apertando a mão de um soldado/miliciano na Guiné-Bissau. **Casa Comum**, [s.n. s.d. s.l.]. 1 fotografia p&b. Disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06916.007.012>. Acesso em 15 jul 2020.

António de Spínola inspecionando a milícia negra na Guiné Bissau. **Casa Comum**, [s.n. s.d. s.l.]. 1 fotografia p&b. Disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06916.007.005>. Acesso em 15 jul 2020.

Nota escrita por Helio Fernandes sobre a publicação da edição brasileira de Portugal e o Futuro, Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro, 30 abril de 1974, p. 3. **Biblioteca Nacional Digital**, [s.n.], c 2020. 1 fotografia p&b. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_05&pesq=%22portugal%20e%20o%20futuro%22&pasta=ano%20197&pagfis=30616](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_05&pesq=%22portugal%20e%20o%20futuro%22&pasta=ano%20197&pagfis=30616). Acesso em 18 jul 2020.

Manchete do Jornal Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 7 de maio de 1974, p. 12. **Biblioteca Nacional Digital**, [s.n.], c 2020. 1 fotografia p&b. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083\\_03&pesq=%22portugal%20e%20o%20futuro%22&pasta=ano%20197&pagfis=16011](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_03&pesq=%22portugal%20e%20o%20futuro%22&pasta=ano%20197&pagfis=16011). Acesso em 18 jul 2020.

Nota sobre a crise portuguesa e a publicação de *Portugal e o Futuro*. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 13 de março de 1974. p. 4. **Biblioteca Nacional Digital**, [s.n.], c 2020. 1 fotografia p&b. Disponível em

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_05&pesq=%22portugal%20e%20o%20futuro%22&pasta=ano%20197&pagfis=30616](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_05&pesq=%22portugal%20e%20o%20futuro%22&pasta=ano%20197&pagfis=30616). Acesso em 18 jul 2020.

Nota sobre a publicação e conteúdo de Portugal e o Futuro. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 21 de março de 1974, p. 5. **Biblioteca Nacional Digital**, [s.n.], c 2020. 1 fotografia p&b. Disponível em

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_08&pesq=%22portugal%20e%20o%20futuro%22&pasta=ano%20197&pagfis=39504](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&pesq=%22portugal%20e%20o%20futuro%22&pasta=ano%20197&pagfis=39504). Acesso em 18 jul 2020.

Um novo Portugal. Revista Manchete, Rio de Janeiro, 11 maio de 1974, p.3. **Biblioteca Nacional Digital**, [s.n.], c 2020. 1 fotografia. Disponível em

[http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Manchete/N1151/N1151\\_master/Manchete\\_N1151\\_11Mai1974.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Manchete/N1151/N1151_master/Manchete_N1151_11Mai1974.pdf). Acesso em: 20 jul 2020.

Revista Manchete, Rio de Janeiro, 11 de maio de 1974, p. 11. **Biblioteca Nacional Digital**, [s.n.], c 2020. 1 fotografia. Disponível em [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Manchete/N1151/N1151\\_master/Manchete\\_N1151\\_11Mai1974.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Manchete/N1151/N1151_master/Manchete_N1151_11Mai1974.pdf). Acesso em: 20 jul 2020.

O Brasil e o Regime de Spínola. Revista Manchete, Rio de Janeiro, 11 de maio de 1974, p.12. **Biblioteca Nacional Digital**, [s.n.], c 2020. 1 fotografia. Disponível em

[http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Manchete/N1151/N1151\\_master/Manchete\\_N1151\\_11Mai1974.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Manchete/N1151/N1151_master/Manchete_N1151_11Mai1974.pdf). Acesso em: 20 jul 2020.

Um muro em Campo de Ourique onde se pode ler “Não ao regresso do fascista Spínola”. Coimbra. **Centro de Documentação 25 de Abril**, [s.n.], Coimbra c 2020. 1 fotografia. Disponível em: <http://www.cd25a.uc.pt/index.php?q=Sp%C3%ADnola>. Acesso em: em 10 jun 2020.

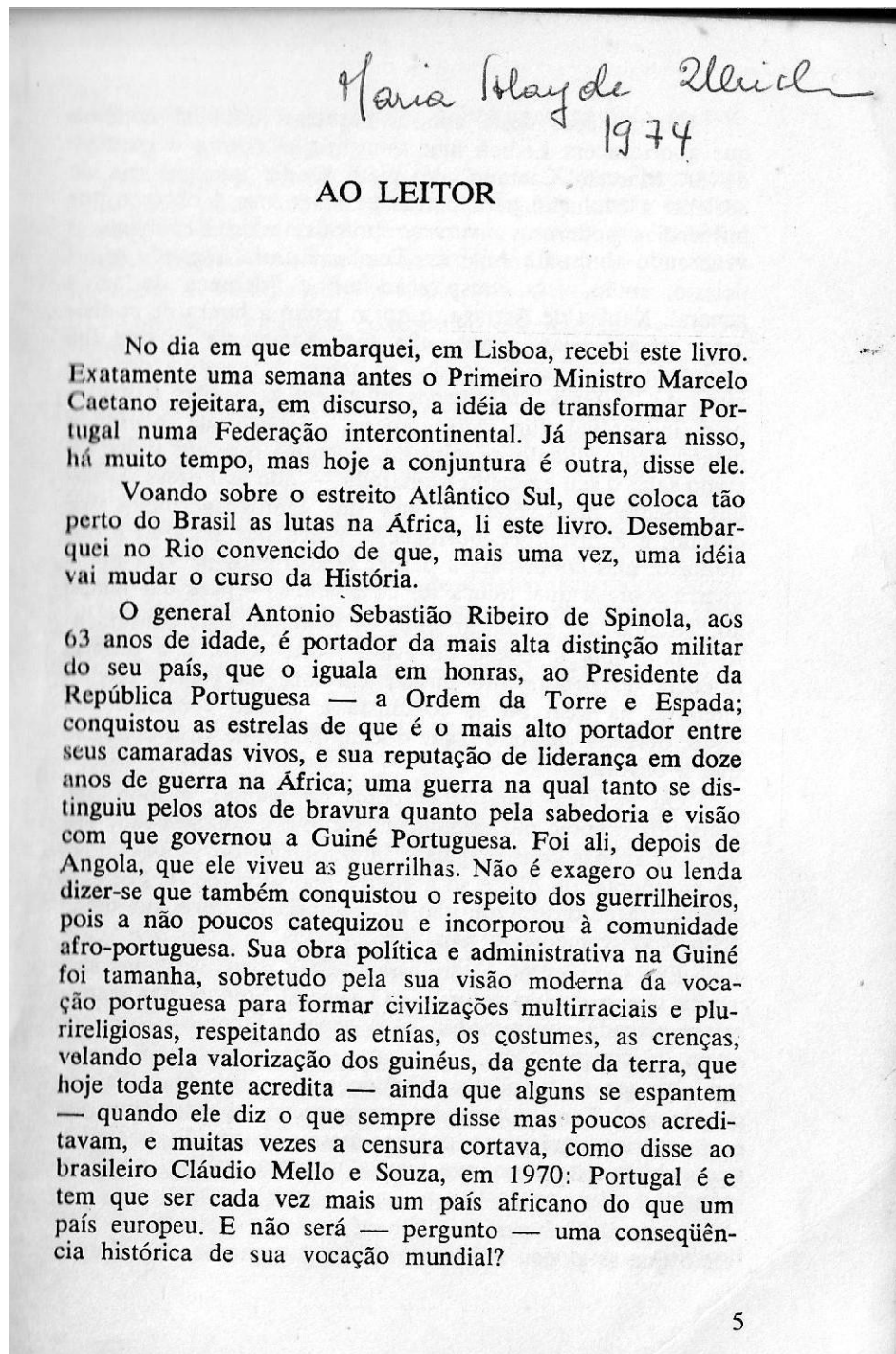
Um muro em Campo de Ourique onde se pode ler “Spínola Nazi”. **Centro de Documentação 25 de Abril**, [s.n.], Coimbra. c 2020. 1 fotografia. Disponível em <http://www.cd25a.uc.pt/index.php?q=Sp%C3%ADnola>. Acesso em 10 jun 2020.

Um muro em Campo de Ourique onde se pode ler “Spínola Morte Já!”. **Centro de Documentação 25 de Abril**, [s.n.], Coimbra. c 2020. 1 fotografia. Disponível em: <http://www.cd25a.uc.pt/index.php?q=Sp%C3%ADnola>. Acesso em: em 10 jun 2020.

Capa da Revista Manchete, Rio de Janeiro, 11 de maio de 1974. **Biblioteca Nacional Digital**, [s.n.], c 2020. 1 fotografia. Disponível em: [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Manchete/N1151/N1151\\_master/Manchete\\_N1151\\_11Mai1974.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Manchete/N1151/N1151_master/Manchete_N1151_11Mai1974.pdf). Acesso em: 20 jul 2020.

## ANEXOS

**Anexo I:** Prefácio da Edição Brasileira de *Portugal e o Futuro*, escrito pelo Jornalista Carlo Lacerda.





Em começos deste ano, a imprensa mundial noticiou que abortara em Lisboa uma conspiração contra o governo do Sr. Marcelo Caetano, de quem se diz que gostaria de acelerar a evolução para outras posições mas é obstado por influências poderosas junto ao presidente da República, o venerando almirante Américo Tomás. Estaria, segundo o noticiário, então, essa conspiração sob a liderança de outro general, Kaulza de Arriaga, a quem tenho a honra de conhecer e cujas idéias, penso, não são exatamente as que lhe atribuem; pelo menos no que se refere à tentativa dos homens do "sistema" de responsabilizarem as Forças Armadas pelo inexorável fim dessa guerra. Ainda que pensando diversamente quanto a soluções, acredito que ele saiba — como sabe o seu eminente camarada — que as Forças Armadas apenas mantiveram a luta que tantos sacrifícios lhe custam, e à juventude portuguesa, brava por vocação e por tradição, mas condenada a perder quatro anos de vida numa guerra sobre a qual nunca foi consultada — para dar tempo ao "sistema" de encontrar soluções políticas. Este pensamento não é uma invenção do Autor deste livro, é a própria essência do pensamento militar em face da guerra revolucionária, na qual ou se conquista a adesão consciente do povo, ou toda vitória é fugaz e leva, dentro de si, a podridão que a devorará.

Ou Portugal conquista apoios no mundo, e sobretudo consolida o apoio das populações locais e a solidariedade ativa (não apenas constrangida e intermitente) do próprio povo da metrópole, ou não é só a guerra que se perde. É Portugal que estará perdido. Ora, não há memória de povo que tenha feito, coletivamente, o **hara kiri**.

Em todo caso, então foram ditas duas verdades que agora têm o devido valor: — O general Spínola não estava nessa alegada conspiração; — o general Spínola não é homem de conspirações.

Eis que agora, ainda nas funções de subchefe do Estado Maior das Forças Armadas, com pleno conhecimento de seu superior hierárquico, por isto mesmo destituído da chefia, ele publica este livro que consta de uma análise, uma denúncia e uma proposta.

A análise é perfeita. Ninguém ousou contestá-la. Não creio que se possa, honestamente, negar quanto ele informa

e afirma acerca do que ocorre a Portugal, perante os portugueses e o mundo.

A denúncia, esta é dura, mas serena. Quem lhe negará autoridade para fazê-la? Ele é português, chefe militar, homem de Estado, herói de guerra e mostra que também é um escritor — como se verá neste livro — de clara exposição e bem construída lógica.

Quanto à proposta, consiste — em resumo — no seguinte.

Mediante voto direto dos portugueses de todas as cores e condições, inclusive os analfabetos, os muçulmanos, os mestiços da Oceania, da Ásia, da África, além dos de Portugal europeu, serão consultados para que decidam se querem ou não continuar unidos, numa Federação de Estados autônomos. Se quiserem, isto é, se o espírito português que se alega existir é mesmo forte e resiste a essa prova, a prova da decisão livre pela auto-determinação dos povos, formar-se-á uma Federação sob um governo central. Uma versão nova da Comunidade Britânica, à moda portuguesa, aprendida também a lição do general De Gaulle e do seu "referendo" na África.

Como se vê, o Autor não propõe que Portugal largue a África, como pretendem comunistas portugueses, tão solertes quanto em geral têm sido noutras partes do mundo, salvo naquelas em que são condenadas a não decidir nada: os países comunistas. Solertes porque não querem uma solução, querem uma dissolução.

O Autor admite, insistentemente, que a sua proposta contém o risco de ser ultrapassada. Onde o referendo tiver resultado negativo, a única alternativa será a independência desses povos.

Permito-me dizer que o risco maior é o de que a sua proposta já venha tarde demais — ainda mais com a tentativa desesperada que o "sistema" faz para protelar, por mais uns dez anos, o que evidentemente está chegando ao fim. O gen. Spínola, mais sabedor ou mais animoso, em todo caso muito mais autorizado, considera que o risco de ver a proposta de uma Federação ultrapassada e convertida em Independência é ainda o menor dos riscos. Pois o outro, o maior, é que essa independência venha depois que Portugal

Europeu tiver perdido suas derradeiras oportunidades de sobreviver, também ele, como nação independente.

Com a proposta Spínola, Portugal poderá obter — diz ele — apoios mundiais num ou nos dois blocos, que neste momento procuram mais contemporizar do que se enfrentarem abertamente. E pode recuperar o apoio dos últimos amigos, cada vez mais tíbios e reticentes, segundo suas próprias palavras.

Sobretudo, poderá Portugal recuperar a paz, depois de mais de 12 anos de uma guerra que o general declara perdida, não hoje, apenas, mas desde logo e sempre, pois nunca se ganhou uma guerra de guerrilhas quando estas podem ser interminavelmente abastecidas. É uma guerra de desgaste que exaure qualquer nação. Irá Portugal suicidar-se diante do mundo, depois de abrir as veias para deixar correr o sangue de sua juventude, perder todas as oportunidades de se afirmar perante o mundo com o seu verdadeiro valor, que não é apenas a glória do passado, mas o potencial de futuro que carrega dentro de si, parte indispensável de uma comunidade de fala e de cultura portuguesa, de uma cultura caracterizada pela tolerância, pela convivência das raças, por certas qualidades que constituem a sua grande contribuição ao mundo — a contribuição que ele deu ao Brasil?

A segunda parte da proposta Spínola é inseparável da primeira, pois a condiciona. Não sei mesmo se não é essa a parte mais intolerável ao “sistema”. Pois o general Spínola entende que, para que haja paz e Portugal se refaça, é necessário restituir ao povo português a liberdade de decidir e de formar o seu governo. Não é radical a sua proposta. Ela é dosada e progressiva; ainda aí receio que seja tarde. Mas, é a proposta que faz. Não está o povo preparado? Leia-se o que ele diz a respeito desse velho pretexto.

Seu estudo tem a objetividade, o realismo de um trabalho de Estado Maior e a visão inspiradora de um reformador político e social. Já o rotularam de um novo De Gaulle, ou seja, um conservador apaixonado pelos métodos democráticos. Sua formação profissional, sua postura impecável, sua vida militar e até o seu monóculo fazem crer nessa descrição. Mas, o acento iniludível de sua mensagem não deixa enganar aos que detestam a idéia de devolver ao povo o que um dia, em nome da salvação pública, lhe foi temporariamente arrebatado, já lá vão quase cinquenta anos.

Supor que isto continue mais tempo, nesse país que se exaure e não tem tantos recursos para reagir, é dar prova de um irrealismo bem pouco digno da formação militar.

Antes de tudo, não é preciso que nos digam, a proposta do general Spínola é matéria para decisão dos portugueses, que a eles compete e não a nós. Mas, gostaríamos que os portugueses pudessem decidir livremente sobre ela. Por exemplo, conhecessem todos o que o Autor lhes quer dizer.

O livro em sua edição portuguesa, tirado a 50.000 exemplares, esgotou-se em 12 horas — recorde absoluto no movimento editorial de língua portuguesa. Mas, logo deixou de ser reimpresso, não pôde chegar a Angola, nem a Moçambique, nem mesmo à Guiné, onde o Autor foi governador e comandante-chefe, onde os militares o viram à frente das missões mais arriscadas e os civis, dos trabalhos mais úteis.

Contudo, o Autor não foi preso — pelos menos até a impressão destas linhas — nem exilado, nem mesmo morto em acidente; nem lhe atribuíram, até agora, vícios nefandos ou crimes hediondos. Não se pôde alegar que se trata de um mercenário, ou conspirador, ou promotor da subversão; ele nem sequer condena com suficiente vigor a corrupção, de que aliás está e tem sempre estado isento. Apenas diz ao seu povo as verdades para as quais este “deve estar preparado”.

Não cometemos a hipocrisia, nem creio que a cometam os portugueses, de dizer que este livro somente a eles interessa. Seria fazerem pouco de si, e de nós; e bem pouco fazermos de nós mesmos.

Desde logo, porque a paz, a auto-determinação dos povos e a liberdade, temas deste livro, são assunto para todos os povos do mundo. A seguir, porque ele fala sobre Portugal. E o destino de Portugal tem que interessar a todos nós.

Não só por isto, e seria suficiente, interessa este livro aos brasileiros. Ainda por três razões, estas diretas e objetivas.

O Brasil não pode mais apoiar uma causa perdida, a da guerra portuguesa contra a guerrilha internacional. Nessa guerra Portugal tem limites impostos a qualquer nação, seja qual for seu poderio. A guerrilha, por definição, é inter-

minável pois os que a alimentam podem mantê-la indefinidamente.

Mas o Brasil também não pode, e ainda menos, cometer o erro grosseiro de decidir que para vender seus produtos às nações africanas precisa trair a comunidade luso-africano-brasileira, ainda apenas esboçada. Esta certamente não se constituirá se Portugal for abandonado e as terras portuguesas da África forem convertidas em repúblicas racistas e pelo menos tão anti-democráticas quanto o atual regime português. A idéia de que ajudando a "independência" — é preciso pôr aspas nessas independências amarradas ao apoio neo-colonial de blocos mundiais de super-potências — o Brasil terá a gratidão de uma República da Guiné-Bissau, ex-portuguesa, subordinada à Guiné de Seku Turê; ou de uma República de Angola ocupada pelas empresas multi-nacionais para custearem o seu desenvolvimento; ou de uma República de Moçambique, se é que existirá alguma com esse nome, dividida entre o controle pela União-Sul-Africana, racista e portanto oposta à concepção portuguesa, e a República Popular da China, por via da vizinha Tanzânia; pensar que essas "nações" fariam gratas ao Brasil pela traição à idéia de uma comunidade luso-africano-brasileira, é um simplismo que parece imediatista mas é, sobretudo, fruto de um desses frequentes casamentos da ignorância com o pedantismo.

O imobilismo de Portugal, a obstinação do "sistema" em continuar a guerra sob as condições impostas por um regime que manda o povo guerrear mas se recusa a deixá-lo decidir, fará com que o Brasil acabe optando, não demora muito, pela segunda posição — o abandono de Portugal às feras. Na melhor hipótese, pela primeira, que vem a dar na mesma: o abandono de Portugal às feras. Pois está chegando o minuto da verdade e Portugal, como o Brasil, "tem de estar preparado para viver as suas verdades". O pior, para nós, é que se com isto Portugal será irremediavelmente lesado, também com isto será o Brasil, a médio e longo prazo, gravemente ferido em seus interesses permanentes, de âmbito mundial.

Eis que surge em Portugal, por um português, além do mais chefe militar e herói de guerra, uma proposta. Aí está ela, onde não havia nenhuma. Eis a primeira razão pela qual este livro interessa aos brasileiros objetivamente.

A segunda razão é ainda mais simples.

Este livro fala de uma Federação que pode ser, que esperamos venha a ser o começo de uma confederação dos povos de fala portuguesa, em cinco continentes plantados e caracterizados por certo tipo de cultura que tem na mestiçagem racial e cultural sua primeira e principal contribuição ao mundo. Ao Brasil cabe levar por diante esta idéia, perante o mundo. Por quê? Exatamente porque ele, que é a maior prova dessa vocação, será também o maior beneficiário dela. A liderança brasileira numa comunidade luso-afro-brasileira (e isto inclui posições noutros continentes) terá forçosamente, e ainda mais se não a tentarmos impor, a liderança brasileira; nem é por outra razão que em Portugal alguns dos que servem ao sistema fazem da "comunidade luso-brasileira" profissão, mas não devoção.

Finalmente, a terceira razão. Este livro interessa aos brasileiros porque o general fala de paz e desenvolvimento com liberdade. Seus conceitos são tão atuais que assumem a grandeza de verdades seculares. Pode-se menosprezar por algum tempo as verdades que ele aqui exprime. Mas, sempre, um dia, alguém será o porta-voz da consciência coletiva para repo-las no lugar em que as ocultaram. Desfigurada ela ressurgirá, transfigurada. Renegada, ela se refaz pelo sofrimento. Assim é a liberdade, que nasce da agonia. E é por via dela que os povos retomam, nas próprias mãos, o comando do seu futuro.

Eis porque este livro, feito para os portugueses, não pode deixar indiferentes os brasileiros e já desperta, em todo o mundo, o interesse de um novo toque de reunir. Trata-se de retomar a idéia pela qual milhões de criaturas mataram e morreram em duas guerras mundiais. A simples idéia de que antes de obedecer é preciso decidir livremente. Antes de cumprir, é preciso discutir. O grande debate, a "great conversation", sem o qual tudo se esteriliza e, afinal, se corrompe. O "centralismo democrático", a que se refere o general Spínola. Depois que a maioria decide, cumpre-se. Antes, é preciso que se definam as opiniões, se discutam as opções, se estabeleça, em suma, o jogo democrático — o mais imperfeito dos regimes, como lembrava Churchill, desde que não o comparem com nenhum outro, pois todos os outros são piores.

Este livro do general atualiza a idéia de que o progresso não se mede unicamente pelo produto nacional bruto e sim, principalmente, pelo aperfeiçoamento do mais fino de todos os produtos, que é a inteligência. E a inteligência tem isto de singular: só se conserva pelo uso.

O livro do general Spínola não deve ser apenas lido. Deve ser dado a ler a toda gente. Aos jovens, para que entendam o que sentem e às vezes não conseguem exprimir. Aos adultos, para que relembrem lições das quais, ao que parece, andam esquecidos. A todos, portanto, para que saibam que um homem de guerra pode saber da paz, um homem da disciplina conhece o insubstituível valor da liberdade.

Não sei, e creio que realmente ninguém sabe, a esta altura, o que vai ocorrer em Portugal depois deste livro. Mas Portugal não será mais o que era antes de 23 de fevereiro de 1974, data em que este livro veio, por poucas horas, às mãos do público. Mais uma vez o valor de uma palavra sincera, a força de uma inteligência clara muda o rumo de uma nação. Compreende-se, assim, que a temam e a menosprezem quanto mais a temam, e mais a temam quanto mais autorizada for, e mais autoridade tenha quanto mais honras houver acumulado e delas se despoje, para falar a todos, sem favor nem rancor. Neste livro está dito que a civilização ocidental — de cuja defesa tanto enchem alguns a boca — tem de ser feita com a liberdade, porque a liberdade é a marca do que se chama de civilização ocidental. O progresso, com todos os sinónimos que lhe queiram dar, ou se faz pelo acesso de todo o povo ao uso da razão e a direitos e deveres que a esta competem, ou é apenas uma forma de escravidão moderna, tecnicamente aperfeiçoada e por isto mesmo mais odiosa.

Por tudo o que diz e pelo que sugere, este é um livro fácil de ler mas difícil de esquecer. Pois, além de mudar o rumo de um grande povo, numa hora decisiva, ele pode atualizar noções que andam um tanto confusas — e no entanto, como se verá pelas palavras desse general, são tão claras!

*Carlos Lacerda*

*31 de março de 1974*

**ANEXO II:** Carta enviada em 1961, à António de Oliveira Salazar Presidente do Conselho.

(1) Na crítica então formulada dizia a certa altura: «V. Ex.<sup>a</sup> sabe tão bem como eu o que pensa o Exército no que respeita à situação interna. O que ele pensa consta da carta do ex-Ministro da Defesa, da acta da reunião do Conselho Superior Militar e da exposição do General Freitas, documentos que, oportunamente, foram levados ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup>».

Devo, desde já, salientar que, abstraindo de certos possíveis exageros exacerbados pela paixão, de alguns defeitos apontados — comuns a todas

17

as situações políticas — e ainda de referências veladas à nossa orientação no quadro internacional no que toca ao problema ultramarino, concordo fundamentalmente com a opinião do Exército.

É indispensável renovar. O «slogan» A Revolução continua já não corresponde à verdade. A Revolução Nacional não continua: está parada há muito. Está mesmo anquilosada. Já ninguém — no Exército ou fora dele — acredita nela, a não ser aqueles oportunistas para quem a situação representa a garantia da usufruição de benesses e de privilégios, quantas vezes profundamente injustos.

E a desconfiança, ou melhor, a falta de confiança, envolveu em muitos sectores a pessoa de V. Ex.<sup>a</sup>.

Urge, é indispensável, é vital, remodelar, renovar, sair dos quadros artificiosos e desacreditados que, não a ideia de V. Ex.<sup>a</sup>, mas a ineptidão dos homens que a servem foi criando e mantendo.

V. Ex.<sup>a</sup> anunciou uma remodelação ministerial para breve.

Torna-se indispensável renovar o processo de mobilização de valores, chamando gente fora do círculo viciado da actual «União Nacional», gente que não esteja queimada, pessoas de acção, acima de tudo íntegras e com a necessária independência para, desapassionadamente, reconhecerem e remediarem o que está mal, destrinchando as deficiências resultantes de erros de estrutura das que foram originadas pela inépcia e corrupção dos homens.

Enfim, pessoas que possam dar uma chicotada numa Nação que se encontra apática e adormecida, dando-lhe novo alento, nova alma e nova esperança. Urge orientar nesse sentido a próxima remodelação ministerial. Caso contrário, o que esteve para se passar acontecerá. V. Ex.<sup>a</sup> ganhou a última batalha; mas, se as coisas não mudam radicalmente, não ganhará a próxima.»

18





Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [prograd@pucrs.br](mailto:prograd@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)